

PIERRE BOURDIEU

O PODER SIMBÓLICO

Tradução
de
Fernando Tomaz

Memória e Sociedade



© 1989, Pierre Bourdieu.

Todos os direitos para publicação desta obra em Portugal reservados por:



Rua D. Estefânia, 46-B

1000 LISBOA

Telefs.: 53 76 77 - 54 58 86 - 54 58 39

Telex: 64030 DIFEL P

Todos os direitos desta edição reservados no Brasil à:



EDITORA BERTRAND BRASIL S.A.

Rua Benjamin Constant, 1-2, - Glória

20241 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (021) 221-1132 Telex: (21) 38074 Fax: (021) 231-0754

Memória e Sociedade

Colecção coordenada por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto

Capa: *Emílio Távora Vilar*

Revisão: *Fernando Portugal*

Índices: *Claudino Ferreira*

Composição: *Maria Esther — Gab. Fotocomposição*

Impressão e acabamento: *Tipografia Guerra, Viseu*

Depósito Legal n.º 26739/89

ISBN 972-29-0014-5

NOTA DE APRESENTAÇÃO

A obra de Pierre Bourdieu tem-se afirmado, ao longo dos últimos trinta anos, como uma das mais estimulantes e inovadoras na área das ciências sociais, influenciando numerosas pesquisas sociológicas, antropológicas e históricas em todo o mundo. A novidade encontra-se na escolha dos objectos de análise (sociedades tribais, sistemas de ensino, processos de reprodução, critérios de classificação e lógicas de distinção), na reorientação do olhar (atento aos fenómenos de percepção social, da produção simbólica e das relações informais de poder), na formulação de noções operatórias (habitus, reprodução, poder simbólico, capital, distinção, campo, etc.) e no constante recurso à sociologia do conhecimento (onde a posição do investigador é questionada como forma de controle do seu trabalho de produção de sentido). Compreender o percurso científico de Bourdieu implica atender a pelo menos duas lógicas de leitura: por um lado, uma lógica da evolução da obra, por outro, uma lógica da sua tipologia.

Num primeiro momento, o objecto de análise são os cabilas do Norte de África, ou seja, uma sociedade tribal que vive nas margens da sociedade moderna, cujos fenómenos de aculturação são caracterizados a partir da organização social e familiar, da percepção do tempo e do espaço e da visão do mundo (Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle, Genève, Droz, 1972). Este campo de observação, inserido nas restantes áreas da sociedade argelina (Sociologie de l'Algérie, Paris, P.U.F., 1958), permite superar as divisões tradicionais do saber entre antropologia, sociologia e economia, e será objecto de comparação através das análises conduzidas na própria região de origem, isto é, no Béarn (Etudes rurales, 5-6, 1962, pp. 32-136). A transferência do campo de análise das margens para o centro da sociedade moderna implica a reformulação de velhos problemas da sociologia e a escolha de novas áreas de estudo. Neste caso, encontramos-nos no âmago dos meca-

nismos de reprodução, cruzando-se a problemática da educação com a da origem social dos estudantes. A posição central do sistema de ensino na reprodução de práticas e de representações é relacionada com a aparente igualdade de oportunidades e questionada em função das diferenças de capital económico, social e cultural entre os estudantes, as quais são decisivas nas escolhas dos níveis superiores de formação (Les héritiers. Les étudiants et la culture, Paris, Minuit, 1964; La reproduction. Eléments pour une théorie de la violence symbolique, Paris, Minuit, 1970, ambas escritas com J. C. Passeron). Convergindo no mesmo interesse pela instituição escolar, a leitura de Panofsky permite isolar um caso em que a inculcação de habitus idênticos poderá revestir modalidades diversas (E. Panofsky, Architecture gothique et pensée scolastique, tradução e posfácio de P. Bourdieu, Paris, Minuit, 1967).

De passagem, note-se que tais territórios de investigação se desenvolvem em tempos marcados pela descolonização francesa da Argélia e, mais tarde, pela revolta estudantil de Maio de 68. Contudo, reconstituir, mesmo que de forma simplificada, este contexto obriga a ter presente as lutas entre intelectuais, que caracterizam o campo cultural francês dos anos sessenta. O impacto e o grau de consagração de autores como Sartre ou Levi-Strauss e a discussão difusa em torno das obras de Marx e de Freud (mais propriamente dos seus comentaristas) ou, numa outra escala, de Saussure e de outros linguistas são alguns dos dados a ter em conta. Neste quadro, fortemente dominado pelos «maîtres à penser», a obra de Bourdieu afirma-se como instrumento de relativização, através de um duplo investimento. Por um lado, os inquéritos sobre o consumo da fotografia, do livro ou da pintura contribuíram para valorizar as práticas dos grupos sociais constituídos nos actos de apropriação de tais objectos culturais (obras colectivas como Un art moyen, essai sur les usages

sociaux de la photographie, Paris, Minuit, 1965; «Les utilisateurs de la bibliothèque universitaire de Lille», in Rapport pédagogique et communication, Paris-Haia, Mouton, 1965, pp. 109-120; L'amour de l'art, les musées d'art européens et leur public, Paris, Minuit, 1966). Por outro lado, as análises relativas a grupos específicos de «especialistas da produção simbólica» permitiram situar o acto de criação individual no âmbito de um campo ou de um mercado particulares («Champ intellectuel et projet créateur», Les temps modernes, 246, 1966, pp. 865-906; «Une interprétation de la théorie de la religion selon Max Weber», Archives européennes de sociologie, XII, 1, 1971, pp. 3-21). A reflexão sobre o ofício de sociólogo também pode ser considerada como análise de um grupo particular de especialistas, desde que se salvaguardem os propósitos de a constituir em ponto de partida — ou de vigilância epistemológica — de uma teoria da prática (Le métier de sociologue, Paris-Haia, Mouton, 1968, com J. C. Chamboredon e J. C. Passeron).

A entrada nos anos oitenta, assinalada pelo ingresso no Collège de France, do então director de investigações da E.H.E.S.S., constitui outro dos tempos fortes de afirmação de uma obra que não pára de crescer (Leçon sur la leçon, Paris, Minuit, 1982). As áreas anteriormente definidas são recobertas por um conjunto de obras, ao mesmo tempo que se assiste a uma tentativa cada vez mais nítida para abater as barreiras aparentemente inscritas na realidade social e construir uma teoria geral dos campos. Assim, a sociologia do gosto — revelado nas opiniões emitidas espontaneamente, nas apreciações estéticas ou de forma geral no consumo de objectos culturais ou classificados como tais — permite surpreender os mecanismos de diferenciação ou de afirmação da distância pelos grupos sociais dominantes; nesta perspectiva, que tem numerosos pontos de contacto com a obra de Norbert Elias.

a dinâmica da distinção social não se esgota no conflito simbólico pela imposição de uma dada representação da sociedade, mas prolonga-se na produção incessante de novos gostos socialmente diferenciadores e no abandono progressivo das práticas culturais entretanto apropriadas pelas camadas subalternas (*La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Minuit, 1979). A reelaboração dos materiais etnológicos — inscrita num aprofundamento experimental da lógica relacional, afecta à noção de campo — constitui peça essencial da denúncia das concepções estratigráficas da realidade social, caso dos «inimitáveis patamares em profundidade de Gurvitch» (*Le sens pratique*, Paris, Minuit, 1980, p. 224). Por sua vez, o prolongamento das investigações sobre as instituições escolares orientou-se no sentido de dar a conhecer o conjunto de campos e de poderes inerentes à universidade — no quadro da qual se assistem aos conflitos de representações que dão sentido ao trabalho científico — e às escolas superiores (*Homo academicus*, Paris, Minuit, 1984; *La noblesse d'Etat. Grandes écoles et esprit de corps*, Paris, Minuit, 1989).

Se os referidos conflitos políticos e as lutas científicas, associadas à imposição de sentidos ou de formas de classificação, ajudam a compreender a trajetória de Bourdieu e da sua obra, interessará também ter presente as estratégias implicadas na sua afirmação. A compilação em livro de entrevistas de fácil acesso, conferências ou pequenos artigos revela a impressionante extensão do seu campo de interesses — do desporto à religião ou à publicidade — e o investimento aplicado na sua ampla divulgação (*Questions de sociologie*, Paris, Minuit, 1980; *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*, Paris, Fayard, 1982; *Choses dites*, Paris, Minuit, 1987). Numa outra perspectiva, repare-se que, à dinâmica de uma obra — entendida como um conjunto de títulos publicados — progressivamente assumida em nome

individual, acrescem duas outras iniciativas de carácter acentuadamente colectivo. A colecção Le sens commun e a revista Actes de la recherche en sciences sociales, ambas dirigidas por Pierre Bourdieu e organizadas editorialmente pela Minuit, constituem as duas principais bases de um trabalho colectivo de invenção de novos objectos de estudo e de afinação de certas noções operatórias.

Finalmente, há que ter em conta as formas de apropriação da obra de Bourdieu. Do ponto de vista português, as traduções brasileiras — reveladoras de uma atenção mantida como constante vai para quinze anos — constituem investimentos potenciadores de leituras partilhadas, nomeadamente a partir de programas e de referências escolares. À escala de Portugal, duas perspectivas podem ser seguidas. Por um lado, as escassas traduções de artigos ou de extractos, apesar de iniciadas em 1971, não provocaram um interesse pela tradução de obras de vulto, excepção feita para La reproduction, isto num mercado em que a presença de outros autores franceses não deixa de se fazer sentir. Por outro lado, a atenção concedida à obra de Bourdieu manifesta-se em Portugal desde finais dos anos sessenta. A este propósito, pode-se discutir a natureza do comentário ou o sentido da referência — incluindo aqui a citação a benefício de inventário, a leitura simplificadora ou a combinação mais ou menos aberrante —, mas é inegável o papel aqui desempenhado pelo grupo reunido em torno da revista Análise social. Assim, é num momento em que os ensinamentos de Bourdieu estão presentes em Portugal, nos mais diversos campos das ciências sociais, que a compilação de um conjunto de trabalhos recentes — preparada pelo autor para esta colecção — constitui, antes de mais, um incentivo à reflexão sobre as trocas desiguais registadas no interior do campo científico.

CAPÍTULO I

Sobre o poder simbólico

Este texto, nascido de uma tentativa para apresentar o balanço de um conjunto de pesquisas sobre o simbolismo numa situação escolar de tipo particular, a da conferência numa universidade estrangeira (Chicago/Abril de 1973), não deve ser lido como uma história, mesmo escolar, das teorias do simbolismo, nem sobretudo como uma espécie de reconstrução pseudo-hegeliana do caminho que teria conduzido, por superações sucessivas, à «teoria final».

Se «a imigração das ideias», como diz Marx, raramente se faz sem dano, é porque ela separa as produções culturais do sistema de referências teóricas em relação às quais as ideias se definiram, consciente ou inconscientemente, quer dizer, do campo de produção balizado por nomes próprios ou por conceitos em *-ismo* para cuja definição elas contribuem menos do que ele as define. Por isso, as situações de «imigração» impõem com uma força especial que se torne visível o horizonte de referência o qual, nas situações correntes, pode permanecer em estado implícito. Embora seja escusado dizer que *repatriar* este produto de exportação implica riscos graves de ingenuidade e de simplificação — e também grandes inconvenientes, pois fornece um instrumento de objectivação.

— No entanto, num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que — sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de «círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma» — é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só

pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem*.

1. Os «sistemas simbólicos» (arte, religião, língua) como estruturas estruturantes

A tradição neo-kantiana (Humboldt-Cassirer ou, na variante americana, Sapir-Whorf para a linguagem) trata os diferentes universos simbólicos, mito, língua, arte, ciência, como instrumentos de conhecimento e de construção do mundo dos objectos, como «formas simbólicas», reconhecendo, como nota Marx (*Teses sobre Feuerbach*), o «aspecto activo» do conhecimento. Na mesma linha, mas com uma intenção mais propriamente histórica, Panofsky trata a perspectiva como uma *forma histórica*, sem todavia ir até à reconstrução sistemática das suas *condições sociais* de produção.

Durkheim inscreve-se explicitamente na tradição Kantiana. Todavia, porque quer dar uma resposta «positiva» e «empírica» ao problema do conhecimento evitando a alternativa do apriorismo e do empirismo, lança os fundamentos de uma *sociologia das formas simbólicas* (Cassirer dirá expressamente que ele utiliza o conceito de «forma simbólica» como equivalente a «forma de classificação»)¹. Com Durkheim, as formas de classificação deixam de ser formas universais (transcendentais) para se tornarem (como implicitamente em Panofsky) em *formas sociais*, quer dizer, arbitrárias (relativas a um grupo particular) e socialmente determinadas².

Nesta tradição idealista, a objectividade do sentido do mundo define-se pela concordância das subjectividades estruturantes (senso = consenso)**.

¹ Ernst Cassirer, *The Myth of the State*, New Haven, Yale University Press, 1946, p. 16.

² Pensamos no sentido etimológico de *katègorein*, como lembra Heidegger: «acusar publicamente» e, ainda, na terminologia do parentesco, exemplo, por excelência, de categorias sociais (termos de tratamento).

* Cf. esquema na p. 16.

** «sensus = consensus», no texto original (N. T.).

2. Os «sistemas simbólicos» como estruturas estruturadas (passíveis de uma análise estrutural).

A análise estrutural constitui o instrumento metodológico que permite realizar a ambição neo-kantiana de apreender a lógica específica de cada uma das «formas simbólicas»: procedendo, segundo o desejo de Schelling, a uma leitura propriamente *tautegórica* (por oposição a *alegórica*) que não refere o mito a algo de diferente dele mesmo, a análise estrutural tem em vista isolar a estrutura imanente a cada produção simbólica. Mas, de modo diferente da tradição neo-kantiana que insiste no *modus operandi*, na actividade produtora da consciência, a tradição estruturalista privilegia o *opus operatum*, as estruturas estruturadas. É o que se vê bem na representação que Saussure, o fundador desta tradição, fornece da língua: sistema estruturado, a língua é fundamentalmente tratada como condição de inteligibilidade da palavra, como intermediário estruturado que se deve construir para se explicar a relação constante entre o som e o sentido. (Panofsky — e todo o aspecto da sua obra que tem em mira isolar as estruturas profundas das obras de arte —, pela oposição que estabelece entre a iconologia e a iconografia e que é o equivalente exacto da oposição entre a fonologia e a fonética, situa-se nesta tradição).

Primeira síntese

Os «sistemas simbólicos», como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, «uma concepção homogénea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concórdância entre as inteligências». Durkheim — ou, depois dele, Radcliffe-Brown, que faz assentar a «solidariedade social» no

facto de participar num sistema simbólico — tem o mérito de designar explicitamente a *função social* (no sentido do estruturo-funcionalismo) do simbolismo, autêntica função política que não se reduz à função de comunicação dos estruturalistas. Os símbolos são os instrumentos por excelência da «integração social»: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração «lógica» é a condição da integração «moral»³.

3. *As produções simbólicas como instrumentos de dominação*

A tradição marxista privilegia as *funções políticas* dos «sistemas simbólicos» em detrimento da sua estrutura lógica e da sua função gnoseológica (ainda que Engels fale de «expressão sistemática» a respeito do direito); este funcionalismo — que nada tem de comum com o estruturo-funcionalismo à maneira de Durkheim ou de Radcliffe-Brown — explica as produções simbólicas relacionando-as com os interesses da classe dominante. As ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produ-lo

³ A tradição neo-fenomenológica (Schütz, Peter Berger) e certas formas de etnometodologia aceitam os mesmos pressupostos apenas por omitirem a questão das condições sociais de possibilidade da *experiência dóxica* (Husserl) do mundo — e, em particular, do mundo social — quer dizer, a experiência do mundo social como evidente (*taken for granted*, como diz Schütz).

a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.

Segunda síntese

Contra todas as formas do erro «interaccionista» o qual consiste em reduzir as relações de força a relações de comunicação, não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom ou o *potlatch*, podem permitir acumular poder simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os «sistemas simbólicos» cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a «domesticação dos dominados».

As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais⁴. Elas podem conduzir esta luta quer directamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a

⁴ As tomadas de posição ideológica dos dominantes são estratégias de reprodução que tendem a reforçar *dentro* da classe e *fora* da classe a crença na legitimidade da dominação da classe.

tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de impor — e mesmo de inculcar — instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários — embora ignorados como tais — da realidade social. O campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção.

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as fracções dominantes, cujo poder assenta no capital económico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes *por acréscimo*, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fracção dominada (letrados ou «intelectuais» e «artistas», segundo a época) tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização.

4. *Os sistemas ideológicos que os especialistas produzem para a luta pelo monopólio da produção ideológica legítima — e por meio dessa luta —, sendo instrumentos de dominação estruturantes pois que estão estruturados, reproduzem sob forma irreconhecível, por intermédio da homologia entre o campo de produção ideológica e o campo das classes sociais, a estrutura do campo das classes sociais.*

Os «sistemas simbólicos» distinguem-se fundamentalmente conforme sejam produzidos e, ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo ou, pelo contrário, produzidos por um corpo de *especialistas* e, mais precisamente, por um campo de produção e de circulação relativamente autónomo: a história da transformação do mito em religião (ideologia) não se pode separar da história da constituição de um corpo de produtores especializados de discursos e de ritos religiosos, quer dizer, do

progresso da *divisão do trabalho religioso*, que é, ele próprio, uma dimensão do progresso da divisão do trabalho social, portanto, da divisão em classes e que conduz, entre outras consequências, a que *se desapossam* os laicos dos instrumentos de produção simbólica⁵.

As ideologias devem a sua estrutura e as funções mais específicas às condições sociais da sua produção e da sua circulação, quer dizer, às funções que elas cumprem, em primeiro lugar, para os especialistas em concorrência pelo monopólio da competência considerada (religiosa, artística, etc.) e, em segundo lugar e por acréscimo, para os não-especialistas. Ter presente que as ideologias são sempre *duplamente determinadas*, — que elas devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das fracções de classe que elas exprimem (função de sociodiceia), mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção (comummente transfigurado em ideologia da «criação» e do «criador») — é possuir o meio de evitar a redução brutal dos produtos ideológicos aos interesses das classes que eles servem (efeito de «curto-circuito» frequente na crítica «marxista») sem cair na ilusão idealista a qual consiste em tratar as produções ideológicas como totalidades auto-suficientes e autogeradas, passíveis de uma análise pura e puramente interna (semiologia)⁶.

A função propriamente ideológica do campo de produção ideológica realiza-se de maneira quase automática na base da homologia de estrutura entre o campo de produção ideológica e o campo da luta das classes. A homologia entre os dois campos faz com que as lutas por aquilo que está especificamente em

⁵ A existência de um campo de produção especializado é condição do aparecimento de uma luta entre a ortodoxia e a heterodoxia as quais têm de comum o distinguirem-se da *doxa*, quer dizer, do indiscutido.

⁶ É evitar também o etnologismo (visível em especial na análise do pensamento arcaico) que consiste em tratar as ideologias como mitos, quer dizer, como produtos indiferenciados de um trabalho colectivo, passando assim em silêncio tudo o que elas devem às características do campo de produção (v. g., na tradição grega, as reinterpretações esotéricas das tradições míticas).

jogo no campo autónomo produzam automaticamente formas *eufemizadas* das lutas económicas e políticas entre as classes: é na correspondência de estrutura a estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objectivamente ajustadas às estruturas sociais. O facto de a correspondência não se efectuar senão de sistema a sistema esconde, tanto aos olhos dos próprios produtores como aos olhos dos profanos, que os sistemas de classificação internos reproduzem em forma irreconhecível as taxinomias directamente políticas e que a axiomática específica de cada campo especializado é a forma transformada (em conformidade com as leis específicas do campo) dos princípios fundamentais da divisão do trabalho (por exemplo, o sistema de classificação universitário que mobiliza em forma irreconhecível as divisões objectivas da estrutura social e especialmente a divisão do trabalho — teórico e prático — converte propriedades sociais em propriedades de ordem natural). O efeito propriamente ideológico consiste precisamente na imposição de sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxinomias filosóficas, religiosas, jurídicas, etc. Os sistemas simbólicos devem a sua força ao facto de as relações de força que neles se exprimem só se manifestarem neles em forma irreconhecível de relações de sentido (deslocação).

O poder simbólico como poder de constituir o, dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos «sistemas simbólicos» em forma de uma «illocutionary force» mas que se define numa relação determinada — e por meio desta — entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se

reproduz a *crença*⁷. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de *eufemização*) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer* a violência que elas encerram objectivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia⁸.

⁷ Os símbolos do poder (trajo, ceptro, etc.) são apenas capital simbólico *objectivado* e a sua eficácia está sujeita às mesmas condições.

⁸ A destruição deste poder de imposição simbólico radicado no desconhecimento supõe a *tomada de consciência* do arbitrário, quer dizer, a revelação da verdade objectiva e o aniquilamento da crença: é na medida em que o discurso heterodoxo destrói as falsas evidências da ortodoxia, restauração fictícia da *doxa*, e lhe neutraliza o poder de desmobilização, que ele encerra um poder simbólico de mobilização e de subversão, poder de tornar actual o poder potencial das classes dominadas.

* «méconnaître-reconnaître» no texto original (N. T.).

Instrumentos simbólicos

como	como	como
estruturas estruturantes	estruturas estruturadas	instrumentos de dominação
Instrumentos de conheci- mento e de construção do mundo objectivo	Meios de comunicação (língua ou culturas, vs. discurso ou conduta)	Poder Divisão do trabalho (classes sociais) Divisão do trabalho ideoló- gico (manual/intelectual) Função de dominação
<i>Formas simbólicas</i> estruturas subjectivas (<i>modus operandi</i>) Kant - Cassirer	<i>Objectos simbólicos</i> estruturas objectivas (<i>opus operatum</i>) Hegel - Saussure	<i>Ideologias</i> (vs. mitos, línguas) Karl Marx Max Weber
Sapir - Whorf culturalismo	Durkheim - Mauss Formas sociais de classificação	Lévi - Strauss (semiologia) Corpos de especialistas em concorrência pelo monopólio da produção cultural legítima
Significação: objectivida- de como concordância dos sujeitos (consenso)	Significação: sentido objectivo como produto da comunicação que é a condição da comunicação	

sociologia das formas simbólicas:
contribuição do poder simbólico
para a ordem gnoseológica. Senso-
=Consenso, isto é, doxa.

Poder ideológico como contribuição específica da
violência simbólica (ortodoxia) para a violência políti-
ca (dominação)

Divisão do trabalho de dominação

CAPÍTULO II

Introdução a uma sociologia reflexiva

«É por pouco que eu não assimilo as regras de Descartes ao seguinte preceito de não sei que cientista químico: muni-vos daquilo que é indispensável e procedei como é preciso proceder, obtereis então aquilo que desejais obter. Não admitais nada que não seja verdadeiramente evidente (quer dizer, apenas aquilo que deveis admitir); dividi o assunto segundo as partes requeridas (quer dizer, fazei o que deveis fazer); procedei por ordem (a ordem segundo a qual deveis proceder); fazei enumerações completas (quer dizer, aquelas que deveis fazer): é exactamente assim que procedem as pessoas que dizem ser preciso procurar o bem e evitar o mal. Tudo isto está, sem dúvida, certo. Simplesmente, faltam os critérios do bem e do mal.»

Leibniz, *Philosophischen Schriften*,
ed. Gerhardt, tomo IV, p. 329.

Ensinar um ofício

Gostaria hoje*, excepcionalmente, de procurar explicitar um pouco as intenções pedagógicas que tento seguir na prática deste ensino. Na próxima sessão pedirei a cada um dos participantes que apresente de modo breve e exponha em termos sucintos o tema do seu trabalho — isto, insisto, sem preparação especial, de modo muito natural. O que espero, não é um discurso em forma, quer dizer, defensivo e fechado em si mesmo, um discurso que procure antes de mais (e é compreensível) esconjurar o medo da crítica, mas uma apresentação

* Introdução a um seminário da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Outubro de 1987).

simples e modesta do trabalho realizado, das dificuldades encontradas, dos problemas, etc. Nada é mais universal e universalizável do que as dificuldades. Cada um achará uma certa consolação no facto de descobrir que grande número das dificuldades imputadas em especial à sua falta de habilidade ou à sua incompetência, são universalmente partilhadas; e todos tirarão melhor proveito dos conselhos aparentemente pormenorizados que eu poderei dar.

Gostaria de dizer, de passagem, que, entre as várias atitudes que eu desejaria poder inculcar, se acha a de se ser capaz de apreender a pesquisa como uma actividade racional — e não como uma espécie de busca mística, de que se fala com ênfase para se sentir confiante — mas que tem também o efeito de aumentar o temor ou a angústia: esta postura realista — o que não quer dizer cínica — está orientada para a maximização do rendimento dos investimentos e para o melhor aproveitamento possível dos recursos, a começar pelo tempo de que se dispõe. Sei que esta maneira de viver o trabalho científico tem qualquer coisa de decepcionante e faz correr o risco de perturbar a imagem que de si próprios muitos investigadores desejam conservar. Mas é talvez a melhor e a única maneira de se evitar decepções muito mais graves — como a do investigador que cai do pedestal, após bastantes anos de automistificação, durante os quais despendeu mais energia a tentar conformar-se com a ideia exagerada que faz da pesquisa, isto é, de si mesmo como investigador, do que a exercer muito simplesmente o seu ofício.

Uma exposição sobre uma pesquisa é, com efeito, o contrário de um *show*, de uma exibição na qual se procura ser visto e mostrar o que se vale. É um discurso em que *a gente se expõe*, no qual se correm riscos (para estar mais certo de desarmar os sistemas de defesa e de neutralizar as estratégias de apresentação, gostaria de poder apanhar-vos de surpresa, dando-vos a palavra sem que vocês estejam prevenidos nem preparados — mas, não tenham receio, eu saberei respeitar as vossas hesitações). Quanto mais a gente se expõe, mais possibilidades existem de tirar proveito da discussão e, estou certo, mais benevolentes serão as críticas ou os conselhos (a melhor maneira de

«liquidar» os erros — e os receios que muitas vezes os ocasionam — seria podermos rir-nos deles, todos ao mesmo tempo).

Hei-de apresentar aqui — será, sem dúvida, mais adiante — pesquisas em que ando ocupado. Terão ocasião de ver no estado que se chama *nascente*, quer dizer, em estado confuso, embrionário, trabalhos que, habitualmente, vocês encontram em forma acabada. O *homo academicus* gosta do acabado. Como os pintores académicos, ele faz desaparecer dos seus trabalhos os vestígios da pincelada, os toques e os retoques: foi com certa ansiedade que descobri que pintores como Couture, o mestre de Manet, tinham deixado esboços magníficos, muito próximos da pintura impressionista — que se fez contra eles — e tinham muitas vezes estragado obras julgando dar-lhes os últimos retoques, exigidos pela moral do trabalho bem feito, bem acabado, de que a estética académica era a expressão. Tentarei apresentar estas pesquisas na sua grande confusão: dentro de certos limites, é claro, pois sei que, socialmente, não tenho tanto direito à confusão como vocês e conceder-mo-ão menos do que eu vo-lo concederei — em certo sentido, com razão (mas, em todo o caso, em referência a um ideal pedagógico implícito — que merece sem dúvida ser discutido — já que leva, por exemplo, a medir o valor de um curso, o seu rendimento pedagógico, pela quantidade e pela clareza das notas tomadas).

Uma das funções de um seminário como este é a de vos dar a oportunidade de verem como se processa realmente o trabalho de pesquisa. Não terão um registo integral de todos os erros e de tudo o que foi preciso repetir para se chegar ao registo final. Mas o filme acelerado que vos será apresentado deverá tornar possível fazer uma ideia do que se passa na intimidade do «laboratório» ou, mais modestamente, da oficina — no sentido do artífice ou do pintor do *Quattrocento*: com todas as hesitações, todos os embaraços, todas as renúncias, etc. Investigadores com trabalhos mais ou menos avançados apresentarão os objectos que tentaram construir e submeter-se-ão a perguntas — e, à maneira de um velho «oficial», como se dizia na linguagem das corporações de ofícios, tenta-

rei contribuir com a experiência que retirei dos ensaios e erros do passado.

O cume da arte, em ciências sociais, está sem dúvida em ser-se capaz de pôr em jogo «coisas teóricas» muito importantes a respeito de objectos ditos «empíricos» muito precisos, frequentemente menores na aparência, e até mesmo um pouco irrisórios. Tem-se demasiada tendência para crer, em ciências sociais, que a importância social ou política do objecto é por si mesmo suficiente para dar fundamento à importância do discurso que lhe é consagrado — é isto sem dúvida que explica que os sociólogos mais inclinados a avaliar a sua importância pela importância dos objectos que estudam, como é o caso daqueles que, actualmente, se interessam pelo Estado ou pelo poder, se mostrem muitas vezes os menos atentos aos procedimentos metodológicos. O que conta, na realidade, é a construção do objecto, e a eficácia de um método de pensar nunca se manifesta tão bem como na sua capacidade de constituir objectos socialmente insignificantes em objectos científicos ou, o que é o mesmo, na sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objectos socialmente importantes, apreendendo-os de um ângulo imprevisto — como eu procuro fazer, por exemplo, ao partir, para compreender um dos efeitos maiores do monopólio estatal da violência simbólica, de uma análise muito precisa do que é um *certificado*: de invalidez, de aptidão, de doença, etc. Neste sentido, o sociólogo encontra-se hoje numa situação perfeitamente semelhante — *mutatis mutandis* — à de Manet ou de Flaubert que, para exercerem em pleno o modo de construção da realidade que estavam a inventar, o aplicavam a projectos tradicionalmente excluídos da arte académica, exclusivamente consagrada às pessoas e às coisas socialmente designadas como importantes — o que levou a acusá-los de «realismo». O sociólogo poderia tornar sua a fórmula de Flaubert: «pintar bem o medíocre».

É preciso saber converter problemas muito abstractos em operações científicas inteiramente práticas — o que supõe, como se verá, uma relação muito especial com o que se chama geralmente «teoria» ou «prática». Neste processo, os preceitos abstractos, tais como aqueles que se encontram, por exemplo,

em *Le Métier de sociologue* — é preciso construir o objecto; é preciso pôr em causa os objectos pré-construídos — ainda que tenham a faculdade de despertar a atenção e de pôr de sobreaviso, não prestam grande ajuda. É assim, sem dúvida, porque não há outra maneira de adquirir os princípios fundamentais de uma prática — e a prática científica não é excepção — que não seja a de a praticar ao lado de uma espécie de guia ou de treinador, que protege e incute confiança, que dá o exemplo e que corrige ao enunciar, *em situação*, os preceitos directamente aplicados *ao caso particular*.

Evidentemente, há-de acontecer que, após terem assistido a duas horas de discussão sobre o ensino da música, sobre os desportos marciais, sobre o aparecimento de uma crítica de *jazz* ou sobre os teólogos franceses, perguntem a vocês mesmos se não perderam o vosso tempo e se aprenderam realmente alguma coisa. Não sairão daqui com belos discursos sobre a acção comunicacional, sobre a teoria dos sistemas ou mesmo sobre a noção de campo ou de *habitus*. Em vez de fazer, como fazia há vinte anos, uma bela exposição sobre a noção de estrutura na matemática e na física modernas e sobre as condições de aplicação em sociologia do modo de pensamento estrutural (era sem dúvida mais «impressionante»...), direi a mesma coisa mas de forma prática, quer dizer, por meio de observações perfeitamente triviais, perfeitamente banais, por meio de questões elementares — tão elementares que nos esquecemos muitas vezes de as pôr — e passando, em cada caso, ao pormenor do seu estudo particular. Só se pode realmente dirigir uma pesquisa — pois é disso que se trata — com a condição de a *fazer verdadeiramente com* aquele que tem a responsabilidade directa dela: o que implica que se trabalhe na preparação do questionário, na leitura dos quadros estatísticos ou na interpretação dos documentos, que se sugiram hipóteses quando for caso disso, etc. — é claro que não se pode, nestas condições, dirigir verdadeiramente senão um pequeno número de trabalhos, e aqueles que declaram «dirigir» um grande número deles não fazem verdadeiramente o que dizem.

Visto que o que se trata de ensinar é, essencialmente, um *modus operandi*, um modo de produção científico que supõe um

modo de percepção, um conjunto de princípios de visão e de divisão, a única maneira de o adquirir é a de o ver operar praticamente ou de observar o modo como este *habitus* científico — é bem este o seu nome —, sem necessariamente se tornar explícito em preceitos formais, «reage» perante opções práticas — um tipo de amostragem, um questionário, etc.

O ensino de um ofício ou, para dizer como Durkheim, de uma «arte», entendido como «prática pura sem teoria», exige uma pedagogia que não é de forma alguma a que convém ao ensino dos *saberes*. Como se vê bem nas sociedades sem escrita e sem escola — mas também é verdadeiro quanto ao que se ensina nas sociedades com escola e nas próprias escolas — numerosos modos de pensamento e de acção — e muitas vezes os mais vitais — transmitem-se de prática a prática, por modos de transmissão totais e práticos, firmados no contacto directo e duradouro entre aquele que ensina e aquele que aprende («faz como eu»). Os historiadores e os filósofos das ciências — e os próprios cientistas, sobretudo — têm frequentemente observado que uma parte importante da profissão de cientista se obtém por modos de aquisição inteiramente práticos — a parte da pedagogia do silêncio, dando lugar à explicitação não só dos esquemas transmitidos como também dos esquemas empregados na transmissão, é sem dúvida tanto maior numa ciência quanto nela são menos explícitos e menos codificados os próprios conteúdos, saberes, modos de pensamento e de acção.

A sociologia é uma ciência relativamente avançada, muito mais do que habitualmente se julga, mesmo entre os sociólogos. Um bom sinal do lugar que um sociólogo ocupa na sua disciplina seria sem dúvida o da ideia — maior ou menor — que ele tem daquilo que precisaria de dominar para estar realmente à altura do saber adquirido* da sua disciplina, já que a propensão para uma apreensão modesta das suas capacidades científicas só pode crescer à medida que cresce o conhecimento do que mais recentemente foi adquirido** em matéria de

* «acquis» no texto original. (N.T.)

** «acquisitions» no texto original. (N.T.)

métodos, de técnicas, de conceitos ou de teorias. Mas ela está ainda pouco codificada e pouco formalizada. Não se pode pois, tanto como em outros domínios, confiar nos automatismos de pensamento ou nos automatismos que suprem o pensamento (na *evidentia ex terminis*, a «evidência cega» dos símbolos, que Leibniz opunha à evidência cartesiana) ou ainda nos códigos de boa conduta científica — métodos, protocolos de observação, etc. — que constituem o direito dos campos científicos mais codificados. Deve-se pois contar sobretudo, para se obterem práticas adequadas, com os esquemas incorporados do *habitus*.

O *habitus* científico é uma regra feita homem ou, melhor, um *modus operandi* científico que funciona em estado prático segundo as normas da ciência sem ter estas normas na sua origem: é esta espécie de sentido do jogo científico que faz com que se faça o que é preciso fazer no momento próprio, sem ter havido necessidade de tematizar o que havia que fazer, e menos ainda a regra que permite gerar a conduta adequada. O sociólogo que procura transmitir um *habitus* científico parece-se mais com um treinador desportivo de alto nível do que com um professor da Sorbonne. Ele fala pouco em termos de princípios e de preceitos gerais — pode, decerto, enunciá-los, como eu fiz em *Le Métier de sociologue*, mas sabendo que é preciso não ficar por aí (nada há pior, em certo sentido, que a epistemologia, logo que ela se transforma em tema de dissertação ou em *substituto da pesquisa*). Ele procede por indicações práticas, assemelhando-se nisso ao treinador que imita um movimento («no seu lugar, eu faria assim...») ou por «correções» feitas à prática em curso e concebidas no próprio espírito da prática («eu não levantaria essa questão, pelo menos dessa forma»).

Pensar relacionalmente

Nunca tudo isto é tão verdadeiro como quando se trata da construção do objecto, sem dúvida a operação mais importante e, no entanto, a mais completamente ignorada, sobretudo na tradição dominante, organizada em torno da oposição entre a

«teoria» e a «metodologia». O paradigma (no sentido de realização exemplar) da «teoria» teórica é a obra de Parsons, *melting pot* conceptual obtido pela compilação puramente teórica (quer dizer, alheia a toda a aplicação) de algumas grandes obras (Durkheim, Pareto, Weber, etc.), reduzidas à sua dimensão «teórica» ou, melhor, professoral, ou ainda, mais perto de nós, o neofuncionalismo de Jeffrey Alexandre. Nascidas do ensino, estas compilações eclécticas e classificatórias são boas para o ensino — mas para isso somente. A par disto, há a «metodologia» catálogo de preceitos que não têm que ver nem com a epistemologia, como reflexão que tem em vista trazer à luz os esquemas da prática científica apreendida tanto nos seus erros como nos seus êxitos, nem com a teoria científica. Penso, neste caso, em Lazarsfeld. O par Parsons-Lazarsfeld (e, entre os dois, Merton e as suas teorias de médio alcance) constituiu uma espécie de *holding* «científico» socialmente muito poderoso, que reinou na sociologia mundial durante trinta anos. A divisão «teoria»/«metodologia» constitui em oposição epistemológica uma oposição constitutiva da divisão social do trabalho científico num dado momento (como a oposição entre professores e investigadores de gabinetes de estudos). Penso que se deve recusar completamente esta divisão em duas instâncias separadas, pois estou convencido de que não se pode reencontrar o concreto combinando duas abstracções.

Com efeito, as opções técnicas mais «empíricas» são inseparáveis das opções mais «teóricas» de construção do objecto. É em função de uma certa construção do objecto que tal método de amostragem, tal técnica de recolha ou de análise dos dados, etc. se impõe. Mais precisamente, é somente em função de um corpo de hipóteses derivado de um conjunto de pressuposições teóricas que um dado empírico qualquer pode funcionar como prova ou, como dizem os anglo-saxónicos, como *evidence*. Ora, procede-se frequentemente como se o que pode ser reivindicado como *evidence* fosse evidente. O que se faz em função de uma *rotina cultural*, a maior parte das vezes imposta e inculcada pela educação (os famosos cursos de «methodology» das universidades americanas). O feiticismo da *evidence* leva à recusa dos trabalhos empíricos que não aceitem como evidente

a própria definição da *evidence*: o investigador não concede o estatuto de dados, *data*, senão a uma pequeníssima fracção do dado, não, como seria preciso, àquela que é chamada a existência científica pela sua problemática (o que é inteiramente normal), mas àquela que é validada e garantida pela tradição pedagógica em que ele se situa, e só a ela.

É significativo que «escolas» ou tradições se possam constituir em torno de *uma* técnica de recolha de dados. Por exemplo, actualmente, certos etnometodólogos só se interessam pela análise de conversação reduzida à análise de um texto separado do seu contexto, ignorando totalmente os *dados* — que podemos chamar etnográficos — sobre o contexto imediato (o que se chama tradicionalmente a situação), sem falar dos dados que tornariam possível que se situasse a situação na estruturação social. Estes «dados», que são tomados por o próprio *concreto*, são de facto produto de uma formidável abstracção — o que sucede sempre, pois o dado é sempre construído — mas trata-se, neste caso, de uma abstracção que não se conhece como tal. Há assim monomaníacos das distribuições estatísticas, ou da análise de discursos, ou da observação participante, ou da entrevista livre (*open-ended*) ou em profundidade (*in-depth*), ou da descrição etnográfica, etc. A adesão rígida a um ou outro destes métodos definirá a filiação numa escola, os interaccionistas sendo conhecidos por exemplo pelo seu culto da «etnografia», os etnometodólogos pela sua exclusiva paixão pela análise de conversação. E será tido como uma ruptura estrondosa com o monoteísmo metodológico o facto de se combinar a análise de discurso com a análise etnográfica! A mesma análise poderia fazer-se em relação às técnicas de análise, análise multivariada, análise de regressão, *path analysis*, *network analysis*, *factor analysis*. Também aqui o monoteísmo é rei. Assim é, sem dúvida, porque ele dá à arrogância da ignorância a aparência de um fundamento metodológico: a mais elementar sociologia da sociologia ensina que, frequentemente, as condenações metodológicas são uma maneira de tornar a necessidade em virtude, de fingir que se ignora (no sentido activo) o que, muito simplesmente, se ignora.

Haveria que analisar ainda a retórica da apresentação dos

resultados que, quando se transforma em exibição ostentatória dos *data*, dos processos e dos procedimentos, serve geralmente para encobrir erros elementares de construção do objecto, enquanto, pelo contrário, uma exposição rigorosa e económica dos resultados *pertinentes* medida pela bitola deste exibicionismo do *datum brutum* suscita muitas vezes a desconfiança *a priori* dos feiticistas do *protocolo* (no sentido duplo) de uma forma de *evidence*... Mas para tentar converter em preceito positivo todas estas críticas, direi apenas que é preciso desconfiar das recusas sectárias que se escondem por detrás das profissões de fé demasiado exclusivas e tentar, em cada caso, mobilizar todas as técnicas que, dada a definição do objecto, possam parecer pertinentes e que, dadas as condições práticas de recolha dos dados, são praticamente utilizáveis. Pode-se, por exemplo, utilizar a análise das correspondências para fazer uma análise de discurso (como fiz, por exemplo, em relação aos discursos publicitários das diferentes empresas de produção de casas pré-fabricadas) ou combinar a mais clássica análise estatística com um conjunto de entrevistas em profundidade ou de observações etnográficas (como fiz em *La Distinction*). Em suma, a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a *rigidez*, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o *rigor*, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina — e das disciplinas vizinhas: etnologia, economia, história. Apetecia-me dizer: «É proibido proibir» ou «Livrai-vos dos cães de guarda metodológicos». Evidentemente, a liberdade extrema que eu prego, e que me parece ser de bom senso, tem como contrapartida uma extrema vigilância das condições de utilização das técnicas, da sua adequação ao problema posto e às condições do seu emprego. Acontece-me frequentemente descobrir que os nossos pais-do-rigor-metodológico se revelam bem laxioristas, e até relaxados, na utilização dos próprios métodos de que se têm por zeladores...

O que nós faremos aqui parecer-vos-á talvez irrisório. Mas, antes de mais, a construção do objecto — pelo menos na minha experiência de investigador — não é uma coisa que se produza

de uma assentada, por uma espécie de acto teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efectua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correcções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas. Denota pois uma ideia um tanto delirante e pouco realista da pesquisa que se fique surpreendido por podermos passar tanto tempo a discutir pormenores aparentemente ínfimos — e até insignificantes —, tais como a questão de saber se o pesquisador deve declarar a sua qualidade de sociólogo ou apresentar-se com uma identidade mais aceitável — a de etnólogo ou de historiador, por exemplo —, ou antes encobri-la completamente, ou ainda se é melhor incluir uma dada pergunta num questionário destinado à exploração estatística ou reservá-la para a interrogação de informadores, etc.

Esta atenção aos pormenores de procedimento da pesquisa, cuja dimensão propriamente social — como achar bons informadores, como nos apresentarmos, como descrever-lhes os objectivos da pesquisa e, de modo mais geral, como «penetrar» o meio estudado, etc. — não é a menos importante, poderá pôr-vos de prevenção contra o feiticismo dos conceitos e da «teoria», que nasce da propensão para considerar os instrumentos «teóricos», *habitus*, campo, capital, etc., em si mesmos, em vez de os fazer funcionar, de os pôr em acção. A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objecto que vai comandar — ou orientar — todas as opções práticas da pesquisa.⁶ Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objecto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades. Por meio dela, torna-se presente o primeiro preceito do método, que impõe que se lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista ou, para dizer como Cassirer, *substancialista*¹: é

¹ E. Cassirer, *Substance et fonction. Éléments pour une théorie du concept*, trad. P. Caussat, Paris, Minuit, 1977.

preciso pensar *relacionalmente*. Com efeito, poder-se-ia dizer, deformando a expressão de Hegel: *o real é relacional*. Ora, é mais fácil pensar em termos de realidades que podem, por assim dizer, ser vistas claramente, grupos, indivíduos, que pensar em termos de relações. É mais fácil, por exemplo, pensar a diferenciação social como forma de grupos definidos como populações, através da noção de classe, ou mesmo de antagonismos entre esses grupos, que pensá-la como forma de um espaço de relações. Os objectos comuns da pesquisa são realidades que atraem a atenção do investigador por serem «realidades que se tornam notadas» por assim dizer, ao porem problemas — por exemplo, «as mães solteiras no gueto negro de Chicago». E, frequentemente, os investigadores tomam como objecto os problemas relativos a populações mais ou menos arbitrariamente delimitadas, obtidas por divisões sucessivas de uma categoria ela própria pré-construída, «os velhos», «os jovens», «os imigrantes», etc.: como, por exemplo, «os jovens do subúrbio oeste de Villeurbanne». (A primeira urgência, em todos estes casos, seria tomar para objecto o trabalho social de construção do objecto pré-construído: é aí que está o verdadeiro ponto de ruptura).

Mas não basta empregar os termos empolados da «grande teoria» para se escapar ao modo de pensamento realista. Por exemplo, a respeito do poder, põem-se questões de localização em termos substancialistas e realistas (à maneira dos antropólogos culturalistas que se interrogavam indefinidamente sobre *the locus of culture*): alguns perguntar-se-ão *onde* está ele, *quem* o detém (*Who governs?*), outros se ele vem de cima ou de baixo, etc., do mesmo modo que certos sociolinguistas se preocupam em saber *em que lugar* se dá a mudança linguística, entre os pequenos burgueses ou entre os burgueses, etc. É para romper com este modo de pensamento — e não pelo prazer de colar um novo rótulo em velhos frascos teóricos — que empregarei o termo *campo de poder* (de preferência a *classe dominante*, conceito realista que designa uma população verdadeiramente real de detentores dessa realidade tangível que se chama poder), entendendo por tal as relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força

social — ou de capital — de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre as quais possuem uma dimensão capital as que têm por finalidade a definição da forma legítima do poder (penso, por exemplo, nos confrontos entre «artistas» e «burgueses» no século XIX).

Dito isto, uma das dificuldades da análise relacional está, na maior parte dos casos, em não ser possível apreender os espaços sociais de outra forma que não seja a de distribuições de propriedades entre indivíduos. É assim porque a informação acessível está associada a indivíduos. Por isso, para apreender o subcampo do poder económico e as condições económicas e sociais da sua reprodução, é na verdade obrigatório interrogar os duzentos patrões franceses mais importantes. Mas é preciso, custe o que custar, precaver-se contra o retorno à «realidade» das unidades pré-construídas. Para isso, sugiro-vos o recurso a esse instrumento de construção do objecto, simples e cómodo, que é o *quadro dos caracteres pertinentes de um conjunto de agentes ou de instituições*: se se trata, por exemplo, de analisar diversos desportos de combate (luta, judo, aikido, etc.) ou diversos estabelecimentos de ensino superior ou ainda diversos jornais parisienses, inscreve-se cada uma das instituições em uma linha e abre-se uma coluna sempre que se descobre uma propriedade necessária para caracterizar uma delas, o que obriga a pôr a interrogação sobre a presença ou a ausência dessa propriedade em todas as outras — isto, na fase puramente indutiva da operação; depois, fazem-se desaparecer as repetições e reúnem-se as colunas que registam características estrutural ou funcionalmente equivalentes, de maneira a reter todas as características — e essas somente — que permitem discriminar de modo mais ou menos rigoroso as diferentes instituições, as quais são, por isso mesmo, pertinentes. Este utensílio, muito simples, tem a faculdade de obrigar a pensar relacionalmente tanto as unidades sociais em questão como as suas propriedades, podendo estas ser caracterizadas em termos de presença ou de ausência (sim/não).

Mediante um trabalho de construção desta natureza — que se não faz de uma só vez mas por uma série de aproximações

— constroem-se, pouco a pouco, espaços sociais os quais — embora só se ofereçam em forma de relações objectivas muito abstractas e se não possa tocá-los nem apontá-los a dedo — são o que constitui toda a realidade do mundo social. Vejam, por exemplo, o trabalho que acabo de publicar sobre as escolas superiores e em que contei, numa espécie de crónica muito concisa de uma pesquisa que se estendeu por perto de vinte anos, como se consegue passar da monografia — que tem a seu favor todos os aspectos da ciência — a um verdadeiro objecto construído, o campo das instituições escolares que asseguram a reprodução do campo do poder. Procurar não cair na armadilha do objecto pré-construído não é fácil, na medida em que se trata, por definição, de um objecto que *me interessa*, sem que eu conheça claramente o princípio verdadeiro desse «interesse». Seja, por exemplo, o caso da Escola Normal Superior: o conhecimento incipiente que dela possa ter, e que é nocivo na medida em que é tido por desmistificado e desmistificador, dá origem a toda uma série de perguntas extremamente ingénuas, que todo o normaliano achará interessantes porque «surgem de repente no espírito» daquele que se interroga acerca da sua escola, isto é, acerca dele mesmo: são os normalianos literários de uma origem social mais elevada que os normalianos científicos? contribui o escalão de entrada para a escolha das disciplinas: matemática ou física, filosofia ou letras? etc. De facto, a problemática espontânea, em que entra uma enorme parcela de complacência narcisista, é geralmente muito mais ingénuo ainda. Vejam as obras com ambições científicas que, de há uns vinte anos, têm tido por objecto esta ou aquela escola superior. Ao fim e ao cabo, poder-se-á assim escrever um volumoso livro cheio de factos com aparência inteiramente científica, mas que falhará no essencial: se, pelo menos, como creio, a Escola Normal Superior, à qual podem ligar-me laços afectivos, positivos ou negativos, produto dos meus investimentos anteriores, não passa na realidade de um ponto num espaço de relações objectivas (um ponto, de resto, cujo «peso» na estrutura terá de ser determinado); e se, mais precisamente, a verdade desta instituição reside na rede de relações de oposição e de concorrência que a ligam ao conjunto

das instituições de ensino superior e que ligam esta mesma rede ao conjunto das posições no campo do poder às quais dá acesso a passagem pelas escolas superiores. Se é verdade que o real é relacional, pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual eu julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo.

Daqui resultam os problemas de estratégia que encontramos sempre e que se colocarão constantemente nas nossas discussões de projectos de pesquisa: será que vale mais estudar extensivamente o conjunto dos elementos pertinentes do objecto construído, ou antes, estudar intensivamente um fragmento limitado deste conjunto teórico que está desprovido de justificação científica? A opção socialmente mais aprovada, em nome de uma ideia ingenuamente positivista da precisão e da «seriedade» é a segunda: a de «estudar a fundo um objecto muito preciso, bem circunscrito», como dizem os directores de teses. (Seria bastante fácil mostrar como virtudes pequeno-burguesas de «prudência», de «seriedade», de «honestidade», etc., que poderiam outrossim exercer-se na gestão de uma contabilidade comercial ou num emprego administrativo, se convertem aqui em «método científico»).

Na prática, veremos que se porá a questão dos limites do campo, questão com aparência positivista a que se pode dar uma resposta teórica (o limite de um campo é o limite dos seus efeitos ou, em outro sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz), resposta esta que poderá orientar as estratégias de pesquisa que têm em vista estabelecer respostas de facto. Isto terá como consequência que quase sempre nos acharemos expostos à alternativa da análise intensiva de uma fracção do objecto praticamente apreensível e da análise extensiva do objecto verdadeiro. Mas o proveito científico que se retira de se conhecer o espaço em cujo interior se isolou o objecto estudado (por exemplo, uma dada escola) e que se deve tentar apreender, mesmo grosseiramente, ou ainda, à falta de melhor, com dados de segunda mão, consiste em que, sabendo-se como é a realidade de que se *abstraiu* um fragmento e o que dela se faz, se podem pelo menos desenhar as grandes linhas de força do

espaço cuja pressão se exerce sobre o ponto considerado (um pouco à maneira dos architectos do século XIX, que faziam admiráveis esboços a carvão do conjunto do edificio no interior do qual estava situada a parte que eles queriam figurar em pormenor). E, sobretudo, não se corre o risco de procurar (e de «encontrar») no fragmento estudado mecanismos ou princípios que, de facto, lhe são exteriores, nas suas relações com outros objectos.

• Construir o objecto supõe também que se tenha, perante os factos, uma postura activa e sistemática. Para romper com a passividade empirista, que não faz senão ratificar as pré-construções do senso comum, não se trata de propor grandes construções teóricas vazias, mas sim de abordar um caso empírico com a intenção de construir um *modelo* — que não tem necessidade de se revestir de uma forma matemática ou formalizada para ser rigoroso —, de ligar os dados pertinentes de tal modo que eles funcionem como um programa de pesquisas que põe questões sistemáticas, apropriadas a receber respostas sistemáticas; em resumo, trata-se de construir um sistema coerente de relações, que deve ser posto à prova *como tal*. Trata-se de interrogar *sistematicamente* o caso particular, constituído em «caso particular do possível», como diz Bachelard, para retirar dele as propriedades gerais ou invariantes que só se denunciam mediante uma interrogação assim conduzida (se esta intenção está ausente, frequentemente, dos trabalhos dos historiadores, é sem dúvida porque a definição social da sua tarefa, que está inscrita na definição social da sua disciplina, é menos ambiciosa ou pretenciosa, mas também menos exigente, deste ponto de vista, do que a que se impõe ao sociólogo).

O raciocínio analógico, que se apoia na intuição racional das homologias (ela própria alicerçada no conhecimento das leis invariantes dos campos), é um espantoso instrumento de construção do objecto. É ele que permite mergulharmos completamente na particularidade do caso estudado sem que nela nos afogemos, como faz a idiografia empirista, e realizarmos a intenção de *generalização*, que é a própria ciência, não pela aplicação de grandes construções formais e vazias, mas por essa maneira particular de pensar o caso particular que

consiste em pensá-lo verdadeiramente como tal. Este modo de pensamento realiza-se de maneira perfeitamente lógica pelo recurso ao *método comparativo*, que permite pensar relacionalmente um caso particular constituído em caso particular do possível, tomando-se como base de apoio as homologias estruturais entre campos diferentes (o campo do poder universitário e o campo do poder religioso por meio da homologia das relações professor/intelectual e bispo/teólogo) ou entre estados diferentes do mesmo campo (o campo religioso na Idade Média e hoje).

Se este seminário funcionar como eu desejo, ele apresentar-se-á como uma realização social prática do método que tento promover: vocês ouvirão pessoas que, trabalhando em objectos extremamente variados, serão sujeitos — e sujeitar-se-ão — a perguntas orientadas sempre pelos mesmos princípios; deste modo, o *modus operandi* que desejo ensinar transmitir-se-á, de certa maneira, praticamente, sem que haja necessidade de o explicitar teoricamente, pelo acto repetido a respeito de casos diferentes. Cada um, ao ouvir os outros, pensará na sua própria pesquisa, e a situação de comparação institucionalizada que é assim criada (como a moral, o método só funciona se conseguir inscrever-se nos mecanismos de um universo social) obrigá-lo-á, a um tempo e sem qualquer contradição, a particularizar o seu objecto, a percebê-lo como um caso particular (isto contra um dos erros mais comuns da ciência social, a universalização do caso particular), e a generalizá-lo, a descobrir, pela aplicação de interrogações gerais, os caracteres invariantes que ele pode ocultar debaixo das aparências da singularidade (sendo um dos efeitos mais directos deste modo de pensamento o de excluir a semigeneralização, que leva a produzir conceitos concreto-abstractos, resultantes da introdução clandestina, no discurso científico, de palavras ou factos nativos* não analisados). No tempo em que eu era mais directivo, aconselhava firmemente os investigadores a estudarem pelo menos *dois* objectos: por exemplo, em relação aos historiadores, além do seu objecto principal, um dado editor do século XVIII, os coleccionadores

* «faits indigènes» no texto original. (N. T.).

durante o Segundo Império, ou o equ valente contemporâneo desse objecto' — uma casa editora parisiense, um grupo de coleccionadores —, pois o estudo do presente tem pelo menos como resultado obrigar a *objectivar* e a controlar as pré-noções que o historiador projecta sempre sobre o passado, nem que seja empregando palavras do presente para o designar — como a palavra *artista*, a qual faz esquecer que a noção correspondente é uma invenção extraordinariamente recente.

Uma dúvida radical

Todavia construir um objecto científico é, antes de mais e sobretudo, romper com o senso comum*, quer dizer, com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares-comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, frequentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo na objectividade das organizações sociais e nos cérebros. O pré-construído está em toda a parte. O sociólogo está literalmente cercado por ele, como o está qualquer pessoa. O sociólogo tem um objecto a conhecer, o mundo social, de que ele próprio é produto e, deste modo, há todas as probabilidades de os problemas que põe a si mesmo acerca desse mundo, os conceitos — e, em especial, as noções classificatórias que emprega para o conhecer, noções comuns como os nomes de profissões, noções eruditas como as transmitidas pela tradição da disciplina — sejam produto desse mesmo objecto. Ora isto contribui para lhes conferir uma evidência — a que resulta da coincidência entre as estruturas objectivas e as estruturas subjectivas — que as põe a coberto de serem postas em causa.

Como pode o sociólogo efectuar na prática a dúvida radical a qual é necessária para pôr em suspenso todos os pressupostos inerentes ao facto de ele ser um ser social, portanto, socializado

* «sens commun» — traduzimos, neste passo, como em outros, por *senso comum*, que não deve ser entendido como *bom senso*, tratando-se tão-só do *sentido* que é comum a um grupo ou conjunto de agentes. (N. T.)

e levado assim a sentir-se como peixe na água no seio desse mundo social cujas estruturas interiorizou? Como pode ele evitar que o mundo social faça, de certo modo, através dele, por meio das operações inconscientes de si mesmas de que ele é o sujeito aparente, a construção do mundo social do objecto científico? Não construir, como faz o hiperempirismo positivista, que aceita sem crítica os conceitos que lhe são propostos (*achievement, ascription, profession, role, etc.*) é ainda construir, porque é registar — e confirmar — o já construído. A sociologia corrente* — que se exime a pôr em causa de modo radical as suas próprias operações e os seus próprios instrumentos de pensamento, e que veria sem dúvida em tal *intenção reflexiva* um vestígio de mentalidade filosófica, logo, uma sobrevivência pré-científica — é inteiramente atravessada pelo objecto que ela quer conhecer e que não pode realmente conhecer, pelo facto de não se conhecer a si mesma. Uma prática científica que se esquece de se pôr a si mesma em causa não sabe, propriamente falando, o que faz. Presa no objecto que toma para objecto, ela descobre qualquer coisa do objecto, mas que não é verdadeiramente objectivado pois se trata dos próprios princípios do objecto.

Seria fácil mostrar que esta ciência meio-douta retira do mundo social os seus *problemas*, os seus *conceitos* e os seus *instrumentos de conhecimento* e *registra* amiúde como um *datum*, como um dado empírico independente do acto de conhecimento e da ciência que o realiza, factos, representações ou instituições os quais são *produto de um estado anterior da ciência*, em que ela, em suma, se regista a si mesma sem se reconhecer...

Vou deter-me um pouco em cada um destes pontos. A ciência social está sempre exposta a receber do mundo social que ela estuda os *problemas* que levanta a respeito dele: cada sociedade, em cada momento, elabora um corpo de *problemas sociais* tidos por legítimos, dignos de serem discutidos, públicos, por vezes oficializados e, de certo modo, *garantidos pelo Estado*. São, por exemplo, os problemas postos às grandes *comissões* oficialmente mandatadas para os estudar, postos

* «La sociologie ordinaire» no texto original. (N. T.).

também, mais ou menos directamente, aos próprios sociólogos, por meio de todas as formas de *procura burocrática*, concursos públicos*, programas de estudos, etc., e de financiamento, contratos, subvenções, etc. Numerosos objectos reconhecidos pela ciência oficial, numerosos trabalhos não são outra coisa senão problemas sociais que entraram de contrabando na sociologia — pobreza, delinquência, juventude, educação, lazeres, desporto, etc. — e que, como testemunharia uma análise da evolução no decurso do tempo das grandes divisões realistas da sociologia — tal como se exprimem nos títulos das grandes revistas ou nas denominações dos grupos de trabalho dos congressos mundiais da disciplina —, variam ao sabor das flutuações da consciência social do momento. Aí está uma das mediações por meio das quais o mundo social constrói a sua própria representação, servindo-se para isso da sociologia e do sociólogo. Deixar em estado impensado o seu próprio pensamento é, para um sociólogo mais ainda que para qualquer outro pensador, ficar condenado a ser apenas *instrumento* daquilo que ele quer pensar.

Como romper com esta situação? Como pode o sociólogo escapar à persuasão clandestina que a cada momento sobre ele se exerce, quando lê o jornal, ou quando vê televisão, ou mesmo quando lê os trabalhos dos seus colegas? Estar alerta é já importante, mas não basta. Um dos instrumentos mais poderosos da ruptura é a história social dos problemas, dos objectos e dos instrumentos de pensamento, quer dizer, do trabalho social de construção de instrumentos de construção da realidade social (como as noções comuns, papel, cultura, velhice, etc., ou os sistemas de classificação) que se realiza no próprio seio do mundo social, no seu conjunto, neste ou naquele campo especializado e, especialmente, *no campo das ciências sociais* (o que conduziria a atribuir um programa e uma função muito diferentes dos actuais ao ensino da história social das ciências sociais — história que, no essencial, está ainda por fazer). Uma parte importante do trabalho colectivo que se

* «appels d'offre» no texto original. (N. T.).

divulga na revista *Actes de la recherche en sciences sociales* incide sobre a história social dos objectos mais comuns da existência corrente: penso, por exemplo, em todas essas coisas que se tornaram tão comuns, logo, tão evidentes que ninguém lhes presta atenção — a estrutura de um tribunal, o espaço de um museu, o acidente de trabalho, a cabina de voto, o quadro de dupla entrada ou, muito simplesmente, o escrito ou o registo. A história concebida assim não está inspirada por um interesse de *antiquário*, mas sim preocupada em compreender porque se compreende e como se compreende.

Para se não ser objecto dos problemas que se tomam para objecto, é preciso fazer a história social da *emergência* desses problemas, da sua constituição progressiva, quer dizer, do trabalho colectivo — frequentemente realizado na concorrência e na luta — o qual foi necessário para dar a conhecer e fazer reconhecer estes problemas como *problemas legítimos*, confessáveis, publicáveis, públicos, oficiais: podemos pensar nos problemas da família, do divórcio, da delinquência, da droga, do trabalho feminino, etc. Em todos os casos, descobrir-se-á que o problema, aceite como evidente pelo positivismo vulgar (que é a primeira tendência de qualquer investigador), foi *socialmente produzido*, num trabalho colectivo de construção da realidade social e por meio desse trabalho; e foi preciso que houvesse reuniões, comissões, associações, ligas de defesa, movimentos, manifestações, petições, requerimentos, deliberações, votos, tomadas de posição, projectos, programas, resoluções, etc. para que aquilo que era e poderia ter continuado a ser um problema *privado*, particular, singular, se tornasse num *problema social*, num problema público, de que se pode falar *publicamente* — pense-se no aborto, ou na homossexualidade — ou mesmo num problema oficial, objecto de tomadas de posição oficiais, e até mesmo de leis ou decretos. Seria preciso analisar aqui o papel particular do campo político e, sobretudo, do campo burocrático: por meio sobretudo da lógica muito especial da *comissão burocrática*, de cuja análise me ocupo actualmente a respeito da elaboração de uma nova política de ajuda ao alojamento em França por volta de 1975, este campo contribui de maneira muito intensa para a consagração e para a constitui-

ção dos problemas sociais *universais*. A imposição da problemática a que o investigador está sujeito — como qualquer agente social — e que assume sempre que toma à sua conta as questões que andam no ar do seu tempo mas sem as submeter a exame — incluindo-as, por exemplo, nos seus questionários — torna-se mais provável na medida em que os problemas que são *taken for granted* num universo social são aqueles que têm mais probabilidades de receberem *grants*, materiais ou simbólicos, de serem, como se diz, *bem vistos* pelos administradores científicos e as administrações — é, por exemplo, o que faz com que as sondagens, essa ciência sem cientista*, sejam aprovadas por aqueles que dispõem de meios para as encomendar e que se mostram, de resto, tanto mais críticos para com a sociologia quanto mais esta se desliga das suas encomendas ou dos seus pedidos.

Acrescento ainda, para complicar um pouco mais e para fazer ver como a situação do sociólogo é difícil, quase desesperada, que o trabalho de produção dos problemas oficiais, quer dizer, dotados dessa espécie de universalidade que lhes vem do facto de estarem garantidos pelo Estado, dá quase sempre lugar, hoje em dia, àquilo a que se chama *peritos*, entre os quais se acham sociólogos, que se servem da autoridade da ciência para garantirem ou afiançarem a universalidade, a objectividade, o desinteresse da representação burocrática dos problemas. O mesmo é dizer que o sociólogo digno deste nome, que faz o que é preciso fazer, em meu entender, para ter alguma probabilidade de ser verdadeiramente o *sujeito* dos problemas, que se podem pôr a respeito do mundo social, deve tomar para objecto a construção que a sociologia, os sociólogos, quer dizer, os seus próprios colegas, dão, com toda a boa fé, para a produção dos problemas oficiais — e há todas as probabilidades de que isto apareça como um sinal inadmissível de arrogância ou como uma traição à solidariedade profissional, aos interesses corporativos.

Nas ciências sociais, como se sabe, as rupturas epistemológicas são muitas vezes rupturas sociais, rupturas com as crenças

* «science sans savant» no texto original. (N. T.).

fundamentais de um grupo e, por vezes, com as crenças fundamentais do corpo de profissionais, com o corpo de certezas partilhadas que fundamenta a *communis doctorum opinio*. Praticar a dúvida radical em sociologia é pôr-se um pouco fora da lei. É, sem dúvida, o que tinha sentido Descartes o qual, com grande espanto dos seus comentadores, nunca estendeu à política — é conhecida a prudência com que fala de Maquiavel — o modo de pensamento que tinha iniciado tão corajosamente no domínio do conhecimento.

Passo aos conceitos, às palavras, aos métodos que a *profissão* emprega para falar do mundo social e para o pensar. A linguagem levanta um problema particularmente dramático para o sociólogo: ela é, com efeito, um enorme depósito de pré-construções naturalizadas, portanto, ignoradas como tal, que funcionam como instrumentos inconscientes de construção. Poderia tomar o exemplo das taxinomias profissionais, quer se trate de nomes de profissões em uso na vida quotidiana, quer se trate da CSP, do INSEE*, belo exemplo de *conceptualização burocrática*, de universal burocrático, como poderia tomar, mais geralmente, o exemplo de todas as classificações (classes etárias, jovens/velhos; classes sexuais, homens/mulheres, etc. que, como se sabe, não escapam ao arbitrário) que os sociólogos empregam sem nelas pensarem quanto baste, porque são categorias sociais do entendimento que é comum a toda uma sociedade ou porque, como aquilo a que chamei categorias do entendimento professoral (os sistemas de adjectivos — brilhante/apagado, etc. — usados para classificar os pontos dos alunos ou as qualidades dos colegas) são próprias da corporação (o que não impede que se firmem, em última análise, na base das homologias de estrutura, nas oposições mais fundamentais do espaço social, como raro/banal, único/comum, etc.).

Mas creio que é preciso ir mais além e discutir não só a classificação das profissões e os conceitos empregados para designar as classes de ofícios, mas também o próprio conceito de profissão ou, para dizer em inglês, *profession*, que tem

* CSP = catégories socioprofessionnelles (categorias socioprofissionais). INSEE = Institut National de Statistique et d'Etudes Economiques.

servido de base a todo um conjunto de pesquisas e que, para alguns, representa uma espécie de palavra de ordem metodológica. *Profession* é uma noção perigosa e tanto mais quanto é certo que, como sucede em casos idênticos, as aparências jogam a seu favor e, em certo sentido, o seu emprego tem sido acompanhado de um progresso em relação à papa teórica, à maneira de Parsons. Falar de *profession*, era tratar de uma verdadeira realidade, de conjuntos de pessoas com o mesmo nome, os *lawyers* por exemplo, dotados de um estatuto económico quase equivalente e, sobretudo, organizados em associações profissionais dotadas de uma deontologia, de instâncias colectivas que definiam regras de entrada, etc. *Profession* é uma palavra da linguagem comum que entrou de contrabando na linguagem científica; mas é, sobretudo, uma *construção social*, produto de todo um trabalho social de construção de um grupo e de uma *representação* dos grupos, que se insinuou docemente no mundo social. É isso que faz com que o «conceito» caminhe tão bem. Bem demais, de certo modo: se vocês o aceitarem para construir o vosso objecto, encontrarão listas já feitas, centros de documentação que reúnem informações a seu respeito e, talvez, por pouco hábeis que sejais, fundos para o estudar. Ele refere-se a realidades em certo sentido demasiado reais, pois apreende ao mesmo tempo uma categoria social — socialmente edificada passando, por exemplo, para além das diferenças económicas, sociais, étnicas, que fazem da *profession* dos *lawyers* um espaço de concorrência — e uma categoria mental. Mas se, tomando conhecimento do espaço das diferenças que o trabalho de *agregação* necessário para construir a *profession* teve de superar, eu perguntar se não se trata de um *campo*, então tudo se torna difícil. Como obter uma amostra num campo? Se, num estudo do campo da magistratura, não se considerar o presidente do Supremo Tribunal de Justiça ou se, num estudo sobre o campo intelectual em França em 1950, não se considerar Jean-Paul Sartre, o campo fica destruído, porque estas personagens marcam, só por si, uma posição. Há posições de um só lugar que comandam toda a estrutura. Numa amostra representativa dos escritores concebidos como *profession*, *no problem*.

Enquanto vocês tomarem o dado — os famosos *data* dos sociólogos positivistas — tal como ele se dá, dar-se-vos-á sem problemas. Tudo anda por si, naturalmente. As portas abrem-se e as bocas também. Que grupo recusaria o registo sacralizador do historiógrafo? O inquérito sobre os bispos ou sobre os patrões que aceita — tacitamente — a problemática episcopal ou patronal tem o apoio do secretariado do episcopado do CNPF*, e os bispos e os patrões que se apressam a vir comentar os resultados não deixam de conferir uma espécie de diploma de objectividade ao sociólogo que soube dar uma realidade objectiva — pública — à representação subjectiva que eles têm do seu próprio ser social. Em suma, enquanto vocês permanecerem na ordem da aparência socialmente constituída, todas as aparências estarão a vosso favor, convosco, — até mesmo as aparências da cientificidade. Pelo contrário, desde que vocês comecem a trabalhar num verdadeiro objecto construído, tudo se tornará difícil: o progresso «teórico» gera um acréscimo de dificuldades «metodológicas». Os «metodólogos» não terão dificuldade em encontrar o pequeno erro nas operações que é preciso fazer para apreender, assim-assim, o objecto construído. (A metodologia é como a ortografia, de que se dizia: «é a ciência dos burros». É um arrolamento de erros acerca dos quais se pode dizer que é preciso ser-se estúpido para os cometer. Para ser honesto, devo dizer que entre as *fallacies* arroladas, há algumas que eu não teria talvez encontrado sozinho. Mas, na maior parte, são faltas triviais, que fazem a felicidade dos professores. Os sacerdócios, como lembra Nietzsche, vivem do pecado...). Entre as dificuldades, há a questão de que falei há pouco, a dos limites do campo que os positivistas mais intrépidos — quando não se esquecem pura e simplesmente de a colocar utilizando sem qualquer modificação listas já feitas — resolvem por meio de uma «definição operatória» («chamo escritor») sem verem que a questão da definição («fulano não é um *verdadeiro* escritor») está em jogo no próprio objecto. Combate-se então para se saber quem faz parte do jogo, quem merece verdadeiramente o nome de

* CNPF = Conseil National du Patronat Français.

escritor. A própria noção de escritor — e também, apesar de todos os esforços de codificação e de homogeneização pela homologação, a noção de *lawyer* — está em jogo no campo dos escritores — ou dos *lawyers* —: a luta a respeito da definição legítima, em que está em jogo — di-lo a palavra «definição» — a fronteira, o limite, o *direito de entrada*, por vezes o *numerus clausus*, é a característica dos campos na sua universalidade.

A abdicação empirista tem todas as aparências e todas as aprovações a seu favor porque, eximindo-se à construção, deixa ao mundo social *tal como é*, à ordem estabelecida, as operações essenciais da construção científica — escolha do problema, elaboração dos conceitos e das categorias de análise —, preenchendo assim, pelo menos por defeito, a título de ratificação da doxa, uma função essencialmente conservadora. Entre os obstáculos ao desenvolvimento de uma sociologia científica, um dos piores está nas descobertas verdadeiras implicarem os *custos* mais elevados e os ganhos mais reduzidos, não só nos mercados ordinários da existência social mas também no mercado universitário, de que se esperaria uma maior autonomia. Como tentei mostrar a respeito dos custos e dos ganhos científicos e sociais das noções de *profissão* e de *campo*, é preciso muitas vezes, para se fazer ciência, evitar as aparências da cientificidade, contradizer mesmo as normas em vigor e desafiar os critérios correntes do rigor científico (poder-se-ia, deste ponto de vista, examinar os estatutos respectivos da sociologia e da economia). As aparências são sempre pela aparência. A verdadeira ciência, na maior parte das vezes, tem má aparência e, para fazer avançar a ciência, é preciso, frequentemente, correr o risco de não se ter todos os sinais exteriores da cientificidade (esquece-se que é fácil simulá-los). Entre outras razões, porque os meio-hábeis se prendem com as violações aparentes dos cânones da «metodologia» elementar que, por razões de certeza positivista, são levados a encarar como «erros» e como efeitos da inépcia ou da ignorância das opções metodológicas firmadas na recusa das facilidades da «metodologia».

Será escusado dizer que a reflexividade obsessiva, que é a condição de uma prática científica rigorosa, nada tem de comum com o falso radicalismo das discussões acerca da ciência

que actualmente se multiplicam. (Penso naqueles que introduzem a velha crítica filosófica das ciências sociais, mais ou menos ajustada aos gostos actuais, no mundo das ciências sociais americanas, cujas defesas imunitárias foram aniquiladas, paradoxalmente, por várias gerações de «metodologia» positivista). Entre essas críticas, é preciso dar um lugar à parte àquelas que vêm da etnometodologia, embora, em certas formulações, elas se confundam com as conclusões dos mais irresponsáveis leitores dos filósofos franceses contemporâneos, que reduzem os discursos científicos a estratégias retóricas a respeito de um mundo reduzido, ele próprio, ao estado de texto. A análise da lógica prática e das teorias espontâneas, de que ela se arma para dar sentido ao mundo, não tem o seu fim em si mesma — como aliás, a crítica das pressuposições das análises da sociologia corrente (a-reflexiva), sobretudo em matéria de estatísticas; ela é um momento, perfeitamente decisivo, da ruptura com as pressuposições do senso comum, vulgar ou douto. Se é preciso objectivar os esquemas do senso prático, não é para provar que a sociologia nunca poderá ser mais que um ponto de vista acerca do mundo, nem mais nem menos científico que outro qualquer, mas para subtrair a razão científica à razão prática, para impedir que esta chegue a contaminar aquela, para evitar que se trate como instrumento de conhecimento aquilo que deveria ser objecto de conhecimento, quer dizer, tudo o que faz o sentido prático do mundo social, os pressupostos, os esquemas de percepção e de compreensão. Tomar para objecto o senso comum e a experiência inicial do mundo social, como adesão não-tética a um mundo que não está constituído em *objecto* perante um sujeito, é uma maneira, precisamente, de evitar o ser apanhado no objecto, de transportar para a ciência *tudo o que torna possível* a experiência dóxica do mundo social, quer dizer, não só a construção pré-construída deste mundo, mas também os esquemas cognitivos que estão na origem da construção desta imagem. E os etnometodólogos que se limitam à descrição desta experiência, sem se interrogarem acerca das condições sociais que a tornam possível — quer dizer, a adequação das estruturas sociais e das estruturas mentais, das estruturas objectivas do mundo e das estrutu-

ras cognitivas por meio das quais ele é apreendido —, não fazem mais que reconduzir as interrogações mais tradicionais da filosofia mais tradicional sobre a realidade da realidade. E para medir os limites das aparências de radicalismo que o seu populismo epistemológico (ligado à reabilitação do pensamento vulgar) por vezes lhes confere, basta por exemplo observar que eles nunca viram as *implicações políticas* da experiência dóxica do mundo que — enquanto aceitação fundamental, situada fora do alcance da crítica, da ordem estabelecida — é o fundamento mais seguro de um conservadorismo mais radical relativamente àquele que tem em vista instaurar a *ortodoxia* política (como *doxa recta* e de direita*).

Double bind e conversão

O exemplo que acabo de dar, com a noção de *profissão*, é apenas um caso particular. De facto, é toda uma tradição douda da sociologia que é necessário pôr constantemente em dúvida, e da qual há que desconfiar incessantemente. Daí, esta espécie de *double bind* a que todo o sociólogo digno deste nome está constantemente exposto: sem os instrumentos de pensamento oriundos da tradição douda, ele não passa de um amator, de um autodidacta, de um sociólogo espontâneo — e nem sempre o mais bem colocado, tão evidentes são, frequentemente, os limites da sua experiência social —, mas estes instrumentos fazem que ele corra um perigo permanente de erro, pois se arrisca a substituir a doxa ingénua do senso comum pela doxa do senso comum doudo, que atribui o nome de ciência a uma simples transcrição do discurso de senso comum. É aquilo a que chamo o efeito Diafoirus: observei frequentemente, sobretudo nos Estados Unidos, que, para se compreender verdadeiramente aquilo de que este ou aquele sociólogo fala, é preciso (e basta) ter lido o *New York Times* da semana ou do mês anteriores, que ele retraduz nessa terrível linguagem-barreira, nem verdadeiramente concreta nem verdadeiramente abstracta,

* «doxa droite et de droite», no texto original. (N. T.).

que lhe é imposta, sem ele mesmo saber, pela sua formação e pela censura do *establishment* sociológico.

Mas não é fácil escapar à alternativa da ignorância desarmada do autodidacta desprovido de instrumentos de construção e da meia-ciência do meio-cientista, que aceita sem exame categorias de percepção ligadas a um estado do mundo douto, dos conceitos semiconstruídos, mais ou menos directamente tirados do mundo social. Nunca se experimenta tão bem a contradição como no caso da etnologia na qual, em consequência da diferença das tradições culturais e do *étrangement* daí resultante se não pode viver, como no caso da sociologia, na ilusão da compreensão imediata. Por exemplo, devo confessar que se, antes de ir «para o terreno», eu não tivesse lido os antropólogos, não me teria talvez apercebido da diferença radical estabelecida pelos meus informadores e a própria linguagem que empregavam entre a prima paralela e a prima cruzada. Neste caso, ou não se vê nada, ou então fica-se sujeito às categorias de percepção ou aos modos de pensamento (o juridismo dos etnólogos) recebidos dos antepassados — que, a maior parte das vezes, os receberam de uma outra tradição douta, como a do direito romano). Isso favorece uma espécie de *conservadorismo estrutural*, que leva a reproduzir a doxa douta.

Daí, a antinomia da pedagogia da pesquisa: ela deve transmitir ao mesmo tempo instrumentos de construção da realidade, problemáticas, conceitos, técnicas, métodos, e uma formidável atitude crítica, uma tendência para pôr em causa esses instrumentos — por exemplo, as classificações, as do INSEE ou outras, as quais nem tombaram do céu, nem saíram completamente armadas da realidade. Escusado será dizer que, como qualquer mensagem, esta pedagogia tem probabilidades muito desiguais de ser bem sucedida, segundo as atitudes socialmente constituídas dos destinatários: a situação mais favorável é a das pessoas que reúnem uma cultura douta e uma certa revolta contra essa cultura — ligada, a maior parte das vezes, a uma experiência estranha ao universo culto, que faz com que se não deixem enganar — ou, muito simplesmente, uma forma de resistência perante a representação assepsiada e des-realizada do mundo social proposta pelo discurso social-

mente dominante em sociologia. Penso em Aaron Cicourel, que tivera, na juventude, convivência bastante com os «delinquentes» dos *slums* de Los Angeles para ser espontaneamente levado a pôr em dúvida a representação oficial dos «delinquentes»: foi sem dúvida esta familiaridade com o universo estudado que, associada a um bom conhecimento da estatística, o incitou a pôr às estatísticas da delinquência questões que nenhum preceito metodológico teria podido gerar.

Entre os obstáculos com os quais deve contar uma verdadeira pedagogia da pesquisa, há, antes de mais, a pedagogia corrente dos professores vulgares, a qual reforça as atitudes conformistas inscritas na própria lógica da reprodução escolar e também, como já disse, na impossibilidade de «ir às próprias coisas» sem qualquer instrumento de percepção. É minha convicção que o ensino corrente da sociologia e as produções intelectuais saídas desse ensino e condenadas a voltar a ele, constituem hoje o principal obstáculo que se levanta ao desenvolvimento da ciência social. É assim por muitas razões. Lembro apenas uma, que já por vezes evoquei: o ensino perpetua e canoniza oposições fictícias entre autores (Weber/Marx, Durkheim/Marx, etc.), entre métodos (quantitativo/qualitativo, macro-sociologia/micro-sociologia, estrutura/história, etc.) entre conceitos, etc. Se, como todas as falsas sínteses de uma teoria sem prática e todas as prevenções esterilizantes e inúteis de uma «metodologia» sem conceitos, estas operações de catalogação são muito úteis para afirmarem a existência do professor, colocado assim acima das divisões por ele descritas, é sobretudo como *sistemas de defesa* contra os progressos verdadeiros da ciência, que ameaçam o falso saber dos professores, que elas funcionam. As primeiras vítimas são, evidentemente, os estudantes: com excepção de atitudes especiais, quer dizer, salvo se forem particularmente *indóceis*, eles estão condenados a deixarem sempre uma guerra científica ou epistemológica para trás, como os professores, porque, em vez de os fazerem começar, como deveria ser, pelo ponto a que chegaram os investigadores mais avançados, fazem-nos percorrer constantemente domínios já conhecidos, em que repetem

eternamente as batalhas do passado — é essa uma das funções do culto escolar dos clássicos, inteiramente contrária a uma verdadeira história crítica da ciência.

Gostaria ainda, mesmo correndo o risco de parecer levar ao extremo a dúvida radical, de evocar as formas mais perversas que o pensamento preguiçoso pode assumir em sociologia: penso, por exemplo, no caso, bastante paradoxal, de um pensamento crítico, como o de Marx, poder funcionar em estado de impensado, não só nos cérebros dos investigadores — e isto quer se afirmem adeptos de Marx, quer o combatam — mas também na realidade por eles registada em forma de pura atestação. Inquirir, sem mais nem menos, acerca das classes sociais, sobre a sua existência ou não-existência, sobre o seu número e o seu carácter antagonista ou não-antagonista, como se faz com frequência sobretudo com a intenção de se refutar a teoria marxista, é tomar para objecto, sem se saber, as marcas que os efeitos exercidos pela teoria de Marx deixaram na realidade, sobretudo através dos esforços dos partidos e dos sindicatos que se dedicaram a «elear a consciência de classe».

O que acabo de dizer sobre o efeito de teoria que a teoria marxista das classes pôde exercer e de que a «consciência de classe» empiricamente medida é, em parte, produto, constitui apenas um caso particular de um fenómeno mais geral: a existência de uma ciência social e de práticas sociais que a invocam por caução — como as sondagens de opinião, os conselhos de comunicação, a publicidade, etc., mas também a pedagogia ou mesmo, cada vez mais, a acção dos homens políticos ou dos altos funcionários, dos homens de negócios ou dos jornalistas, etc. — faz com que haja cada vez mais agentes, no próprio seio do mundo social, que fazem entrar conhecimentos doutos, senão científicos, na sua prática e, sobretudo, no seu trabalho de produção ou de manipulação das representações do mundo social. De modo que, cada vez com mais frequência, a ciência arrisca-se a registar, sem saber, os produtos de práticas que invocam a seu favor a ciência.

Enfim, mais subtilmente, a submissão aos hábitos de pensamento, ainda que sejam os que, em outras circunstâncias, podem exercer um formidável efeito de ruptura, pode conduzir

também a formas inesperadas de ingenuidade. E eu não hesitarei em dizer que o marxismo, nos seus usos sociais mais comuns, constitui, frequentemente, a forma por excelência, por ser a mais insuspeita, do pré-construído douto. Suponhamos que se pretende estudar «a ideologia jurídica», ou «religiosa», ou «professoral». O termo ideologia pretende marcar a ruptura com as representações que os próprios agentes querem dar da sua própria prática: ele significa que não se deve tomar à letra as suas declarações, que eles têm interesses, etc.; mas, na sua violência iconoclasta, ele faz esquecer que a dominação à qual é preciso escapar para o objectivar só se exerce porque é ignorada como tal; o termo ideologia significa também que é preciso reintroduzir no modelo científico o facto de a representação objectiva da prática dever ter sido construída contra a experiência inicial da prática ou, se se prefere, o facto de a «verdade objectiva» desta experiência ser inacessível à própria experiência. Marx permite que se arrombem as portas da doxa, da adesão ingénua à experiência inicial; mas, por detrás da porta, há um alçapão, e o meio-hábil que se fia no senso comum douto esquece-se de voltar à experiência inicial que a construção douta deve ter posto em suspenso. A «ideologia» (a que seria preferível de futuro dar outro nome) não aparece e não se assume como tal, e é deste desconhecimento* que lhe vem a sua eficácia simbólica. Em resumo, não basta romper com o senso comum vulgar, nem com o senso comum douto na sua forma corrente; é preciso romper com os instrumentos de ruptura que anulam a própria experiência contra a qual eles se construíram. E isto para se construirem modelos mais completos, que englobem tanto a ingenuidade inicial como a verdade objectiva por ela dissimulada e à qual, por outra forma de ingenuidade, se prendem os meio-hábéis, aqueles que se julgam astutos. (Não posso deixar de dizer aqui que o prazer de se sentir astuto, desmistificado e desmistificador, de brincar aos desencantadores desenganados, tem boa parte em muitas vocações sociológicas... E o sacrifício que o método rigoroso exige é ainda maior...).

* «méconnaissance» (mais propriamente não-reconhecimento) (N. T.).

Tratando-se de pensar o mundo social, nunca se corre o risco de exagerar a dificuldade ou as ameaças. A força do pré-construído está em que, achando-se inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, ele se apresenta com as aparências da evidência, que passa despercebida porque é perfeitamente natural. A ruptura é, com efeito, uma *conversão do olhar* e pode-se dizer do ensino da pesquisa em sociologia que ele deve em primeiro lugar «dar novos olhos» como dizem por vezes os filósofos iniciáticos. Trata-se de produzir, senão «um homem novo», pelo menos, «um novo olhar», um *olhar sociológico*. E isso não é possível sem uma verdadeira conversão, uma *metanoia*, uma revolução mental, uma mudança de toda a visão do mundo social.

Aquilo a que se chama a «ruptura epistemológica», quer dizer, o pôr-em-suspensão as pré-construções vulgares e os princípios geralmente aplicados na realização dessas construções, implica uma ruptura com modos de pensamento, conceitos, métodos que têm a seu favor todas as aparências do *senso comum*, do bom senso vulgar e do bom senso científico (tudo o que a atitude positivista dominante honra e reconhece). Vocês compreenderão, sem dúvida, que quando se está convencido, como eu, de que a primeira tarefa da ciência social — portanto, do ensino da pesquisa em ciência social — é a de instaurar em norma fundamental da prática científica a conversão do pensamento, a revolução do olhar, a ruptura com o pré-construído e com tudo o que, na ordem social — e no universo douto — o sustenta, se seja condenado a ser-se constantemente suspeito de exercer um magistério profético e de pedir uma conversão pessoal.

Dado que tenho uma consciência muito clara das contradições propriamente sociais do desígnio científico que tentei descrever, vejo-me frequentemente obrigado a perguntar a mim próprio, perante um trabalho submetido à minha apreciação, se devo procurar impor a visão crítica que me parece a condição da construção de um verdadeiro objecto científico, entregando-me a uma crítica do objecto pré-construído que se arrisca a aparecer como uma violência, uma espécie de anexação. A dificuldade é tanto maior quanto é certo que, em

ciências sociais, a origem do erro reside quase sempre, pelo menos segundo a minha experiência, em atitudes socialmente constituídas, e também em temores sociais, em fantasmas sociais — de forma que é muitas vezes difícil enunciar publicamente um juízo crítico que, por meio das práticas doutas, atinja de facto as atitudes mais profundas, tão estreitamente ligadas à origem social, ao sexo, e também ao grau de consagração escolar anterior: penso, por exemplo, na humildade excessiva (mais provável nas raparigas que nos rapazes, nos investigadores de origem «modesta» — como se diz por vezes — e escolarmente menos consagrados, etc.) que é quase tão nefasta como a arrogância (a postura equilibrada implica, em meu entender, uma combinação, muito improvável, de alguma ambição, que leve a ver em grande, e de uma grande modéstia, indispensável para se penetrar no pormenor do objecto). E o director de pesquisa, se quisesse cumprir verdadeiramente a sua função, deveria desempenhar por vezes o papel, efectivamente perigoso e em qualquer caso injustificável, de «director de consciência».

De facto, a ajuda mais decisiva, que a experiência permite que se dê ao investigador principiante, é a que consiste em incitá-lo a ter em consideração, na definição do seu projecto, as condições reais da realização, quer dizer, os meios, sobretudo em tempo e em competências específicas, de que ele dispõe (em especial, a natureza da sua experiência social, a formação que recebeu) e também as possibilidades de acesso a informadores e a informações, a documentos ou a fontes, etc. Muitas vezes, é só ao cabo de um verdadeiro trabalho de socioanálise que se pode realizar o casamento ideal de um investigador e do seu «objecto», por meio de toda uma série de fases de sobreinvestimento e de desinvestimento.

A sociologia da sociologia, em forma muito concreta de uma sociologia do sociólogo, do seu projecto científico, das suas ambições ou das suas demissões, das suas audácias e dos seus temores, não é uma inutilidade sentimental* ou uma espécie de luxo narcisista: a *tomada de consciência* das atitudes

* «supplément d'âme» no texto original (N. T.).

favoráveis ou desfavoráveis que estão associadas às suas características sociais, escolares ou sexuais, dá uma probabilidade, sem dúvida limitada, de actuar sobre essas atitudes. Como a sabedoria, segundo os Estóicos, a sociologia da sociologia nada pode em relação ao primeiro movimento, mas permite que se controle o segundo... Os artifícios das pulsões sociais são inúmeros, e fazer a sociologia do seu próprio universo pode ser a maneira mais perversa de satisfazer, por caminhos subtilmente desviados, essas pulsões reprimidas. Por exemplo, um ex-teólogo que se fez sociólogo pode, quando começa a estudar os teólogos, proceder a uma espécie de regressão e pôr-se a falar como teólogo ou, pior, servir-se da sociologia para acertar as suas contas de teólogo. O mesmo se passará com um ex-filósofo, que se arriscará sempre a encontrar na sociologia da filosofia uma maneira de prosseguir guerras filosóficas por outras vias.

A. objectivação participante

Aquilo a que chamei *a objectivação participante* (e que é preciso não confundir com «a observação participante», análise de uma — falsa — participação num grupo estranho) é sem dúvida o exercício mais difícil que existe, porque requer a ruptura das aderências e das adesões mais profundas e mais inconscientes, justamente aquelas que, muitas vezes, constituem o «interesse» do próprio objecto estudado para aquele que o estuda, tudo aquilo que ele menos pretende conhecer na sua relação com o objecto que ele procura conhecer. Exercício mais difícil, mas também o mais necessário porque, como tentei fazer em *Homo academicus*, o trabalho de objectivação incide neste caso sobre um objecto muito particular, em que se acham inscritas, implicitamente, algumas das mais poderosas determinantes sociais dos próprios princípios da apreensão de qualquer objecto possível: por um lado, os interesses específicos associados à pertença ao campo universitário e à ocupação de uma posição particular nesse campo; e, por outro lado, as categorias socialmente constituídas da percepção do mundo universitário e do mundo social, essas categorias do entendi-

mento professoral que, como disse há pouco, podem estar envolvidas numa estética (através da arte convencional) ou numa epistemologia (através da epistemologia do ressentimento que, fazendo da necessidade virtude, valoriza sempre as pequenas cautelas do rigor positivista contra todas as formas de audácia científica).

Sem querer explicitar aqui todos os ensinamentos que uma sociologia reflexiva pode retirar desta análise, gostaria de indicar somente um dos pressupostos mais escondidos do projecto científico, que tornei claro, compelido pelo próprio trabalho de inquérito sobre tal objecto, com a consequência imediata — prova de que a sociologia da sociologia não é um luxo — de um melhor conhecimento do próprio objecto. Num primeiro tempo, tinha construído um modelo do espaço universitário, como espaço de posições ligadas por relações de força específicas, como campo de forças e campo de lutas para conservar ou transformar este campo de forças. Poderia ter ficado por aí, mas estava de prevenção pelas observações que em outro tempo, no decurso dos meus trabalhos de etnologia, tinha podido fazer acerca do «epistemocentrismo» associado à postura douda. Além disso, o mal-estar que em mim suscitava, no momento da publicação, o sentimento de ter cometido uma espécie de deslealdade, erigindo-me em observador de um jogo que eu continuava a jogar, obrigou-me a voltar ao meu projecto. Senti pois de maneira particularmente viva o que estava implicado na pretensão de adoptar a posição de observador imparcial, ao mesmo tempo omnipresente e ausente, porque dissimulado por detrás da impersonalidade absoluta dos procedimentos, e capaz de assumir um ponto de vista quase divino acerca dos colegas que são também concorrentes. Objectivar a pretensão à posição realenga que, como há pouco disse, leva a fazer da sociologia uma arma nas lutas no interior do campo em vez de fazer dela um instrumento de conhecimento dessas lutas, portanto do próprio sujeito cognoscente o qual, faça o que fizer, não deixa de estar nelas envolvido, é conferir a si mesmo os meios de reintroduzir na análise a consciência dos pressupostos e dos preconceitos, associados ao ponto de vista local e localizado daquele que constrói o espaço dos pontos de vista.

A consciência dos limites da objectivação objectivista levou-me a descobrir que existe no mundo social, em especial no mundo universitário, toda uma série de instituições que produzem o efeito de tornar aceitável a distância entre a verdade objectiva e a verdade vivida daquilo que se faz e daquilo que se é — tudo o que os sujeitos objectivados pretendem lembrar quando opõem à análise objectivista que «isso não se passa assim». Encontram-se, por exemplo, neste campo particular, os sistemas de defesa colectivos que — em universos em que cada um luta pelo monopólio de um mercado no qual não há como clientes senão concorrentes, e em que a vida é por consequência muito dura — permitem que cada um se aceite a si mesmo aceitando os subterfúgios ou as gratificações compensatórias oferecidas pelo meio. É esta dupla verdade, objectiva e subjectiva, que constitui a verdade completa do mundo social.

Gostaria de evocar, embora hesite um pouco em fazê-lo, a título de último exemplo, uma exposição apresentada aqui mesmo a respeito de uma sessão eleitoral na televisão, objecto que, na sua aparente facilidade — tudo se dá, de imediato, à intuição imediata — reúne todas as dificuldades que um sociólogo pode encontrar. Como passar para além de uma descrição inteligente, mas sempre sujeita a «fazer pleonismo com o mundo», como dizia Mallarmé? É um grande perigo, com efeito, dizer por outras palavras o que os actores tinham dito ou feito, e destacar significações de primeiro grau (há uma dramatização da expectativa do resultado, há uma luta entre os participantes a respeito do *sentido* do resultado, etc.) das significações que são produto de intenções conscientes e que os próprios actores poderiam enunciar se tivessem tempo para isso e se não temessem pôr o seu jogo a descoberto. Estes sabem bem — pelo menos na prática e, actualmente, com uma frequência cada vez maior, de modo consciente — que, numa situação em que o que está em jogo é a imposição da representação mais favorável da sua própria posição, a confissão pública do fracasso, como acto de reconhecimento, é *de facto* impossível; que não há, propriamente falando, evidência universal dos números e da sua significação e que a estratégia que consiste

em «negar a evidência» (52% é superior a 48%), embora aparentemente condenada ao insucesso, conserva uma certa validade (os X ganharam, mas os Y não perderam; os X ganharam, mas de modo menos acentuado do que da última vez — ou menos acentuado do que tinham previsto, etc.).

Estará de facto aí o essencial? O problema do corte põe-se com uma força especial, porque o analista encontra no objecto concorrentes à interpretação do objecto que, frequentemente, também se apoiam na autoridade da ciência. Também se põe de maneira particularmente aguda porque, de modo diferente do que se passa em outras ciências, a simples descrição, menos construída — quer dizer, empenhada em restituir todas as características pertinentes e só essas — não tem o valor intrínseco de que se reveste quando se trata da descrição de uma cerimónia secreta entre os Hopis ou da sagração de um rei na Idade Média: a cena foi vista e *compreendida* (em certo nível e até certo ponto) por vinte milhões de espectadores e o registo faz dela uma restituição que nenhuma transcrição positivista pode ultrapassar ou mesmo tocar de perto.

De facto, só se pode sair da série indefinida das interpretações que se refutam umas às outras — o hermeneuta está perante uma luta entre hermeneutas que se batem pela última palavra a respeito de um acontecimento ou de um resultado — se se construir realmente o espaço das relações objectivas (estrutura) de que são manifestação as permutas comunicacionais directamente observadas (interacção). Trata-se de apreender uma realidade oculta, que só se descobre encobrendo-se, que só se mostra enquanto facto banal das interacções em que se dissimula a si própria. Que quer isto dizer? Temos diante de nós um conjunto de indivíduos, designados por nomes próprios, o senhor Paul Amar, jornalista, o senhor René Rémond, historiador, o senhor X, politólogo, etc., que trocam, como se diz, palavras aparentemente passíveis de uma «análise de discurso» e de que todas as «interacções» visíveis fornecem na aparência todos os instrumentos da sua própria análise. De facto, a cena que se representa no palco, as estratégias que os agentes empregam para levarem a melhor na luta simbólica pelo monopólio da imposição do veredicto, pela capacidade

reconhecida de dizer a verdade a respeito do que está em jogo no debate, são a expressão das relações de força objectivas entre os agentes envolvidos e, mais precisamente, *entre os campos* diferentes em que eles estão implicados — e em que ocupam posições mais ou menos elevadas. Dito por outras palavras, a interacção é a resultante visível e puramente fenoménica, da intersecção dos campos hierarquizados.

O espaço da interacção funciona como uma situação de mercado linguístico, que tem características conjunturais cujos princípios podemos destacar. Em primeiro lugar, é um espaço pré-construído: a composição social do grupo está antecipadamente determinada. Para compreender o que pode ser dito e sobretudo *o que não pode ser dito* no palco, é preciso conhecer as leis de formação do grupo dos locutores — é preciso saber quem é excluído e quem se exclui. A censura mais radical é a ausência. É preciso pois considerar as taxas de representação (no sentido estatístico e no sentido social) das diferentes categorias (sexo, idade, estudos, etc.), logo, as probabilidades de acesso ao local da palavra — e, depois, as probabilidades de acesso à palavra, mensurável em tempos de expressão. Outra característica ainda: o jornalista exerce uma forma de dominação (conjuntural não estrutural) sobre um espaço de jogo que ele construiu, e no qual ele se acha colocado em situação de árbitro, impondo normas de «objectividade» e de «neutralidade».

Mas não se pode ficar por aí. O espaço de interacção é o lugar da actualização da intersecção entre os diferentes campos. Os agentes na sua luta para imporem o veredicto «imparcial», quer dizer, para fazerem reconhecer a sua visão como objectiva, dispõem de forças que dependem da sua pertença a campos objectivamente hierarquizados e da sua posição nos campos respectivos. Existe, em primeiro lugar, o campo político: os homens políticos, directamente implicados no jogo, portanto directamente interessados e percebidos como tais, são imediatamente percebidos como juizes e partes, logo, sempre suspeitos de produzirem interpretações interessadas, enviesadas e, por isso mesmo, desacreditadas. Eles ocupam posições diferentes no campo político: estão situados neste espaço pela sua filiação num partido, mas também pelo seu estatuto nesse partido, pela

sua notoriedade, local ou nacional, etc. Vem depois o campo jornalístico: os jornalistas podem e devem adoptar uma retórica da objectividade e da neutralidade (apoando-se eventualmente nos «politólogos»). Segue-se o campo da «ciência política», no interior do qual os «politólogos mediáticos» ocupam um lugar pouco glorioso, mesmo que gozem de prestígio no exterior (sobretudo junto dos jornalistas a quem se sobrepõem estruturalmente). Logo depois, está o campo do «marketing» político, com os publicitários e os conselheiros em comunicação política, que cobrem com justificações «científicas» os seus veredictos acerca dos homens políticos. Finalmente, encontra-se o campo universitário propriamente dito, com os especialistas da história eleitoral que se especializaram no comentário dos resultados eleitorais. Tem-se assim uma progressão, desde os mais «empenhados» até aos mais desligados estruturalmente e estatutariamente: o universitário é aquele que, como se diz, tem mais «recuo», «distância». Tratando-se, como é o caso da sessão eleitoral, de produzir uma *retórica da objectividade* tão eficaz quanto possível, ele detém uma vantagem estrutural sobre todos os outros.

As estratégias discursivas dos diferentes actores, e em especial os efeitos retóricos que têm em vista produzir uma fachada de objectividade, dependerão das relações de força simbólicas entre os campos e dos trunfos que a pertença a esses campos confere aos diferentes participantes ou, por outras palavras, dependerão dos interesses específicos e dos trunfos diferenciais que, nesta situação particular de luta simbólica pelo veredicto «neutro», lhes são garantidos pela sua posição nos sistemas de relações invisíveis que se estabelecem entre os diferentes campos em que eles participam. Por exemplo, o politólogo terá, como tal, uma vantagem em relação ao homem político e ao jornalista, pois se lhe concede mais facilmente o crédito de objectividade, e tem a possibilidade de recorrer à sua competência específica, por exemplo, à história eleitoral que lhe permite fazer comparações. Ele poderá aliar-se aos jornalistas, cujas pretensões à objectividade reforça e legitima. O que resulta de todas estas relações objectivas, são relações de força simbólicas que se manifestam na interacção em forma de

estratégias retóricas: estas relações objectivas determinam no essencial quem pode cortar a palavra, interrogar, responder fora do que foi perguntado, devolver as questões, falar longamente sem ser interrompido ou passar por cima das interrupções, etc., quem está condenado a estratégias de denegação (interesses, estratégias interessadas, etc.), a recusas de respostas rituais, a formas estereotipadas, etc. Seria preciso ir mais longe, e mostrar como é que a apreensão das estruturas objectivas permite explicar o pormenor dos discursos e das estratégias retóricas, das cumplicidades ou dos antagonismos, dos «golpes» desferidos e bem sucedidos, etc., em resumo, tudo o que a análise de discurso julga que pode compreender a partir unicamente dos discursos.

Mas por que razão a análise é, neste caso, particularmente difícil? Sem dúvida, porque aqueles que o sociólogo pretende objectivar são concorrentes pelo monopólio da objectivação objectiva. De facto, o sociólogo, segundo os objectos que estuda, está, ele mesmo, mais ou menos afastado dos actores e das coisas em jogo por ele observadas, mais ou menos directamente envolvido em rivalidades com eles, mais ou menos tentado, por conseguinte, a entrar no jogo do metadiscurso, com a aparência de o objectivar. Quando, no jogo analisado, se trata, como aqui, de sustentar um *metadiscurso* a respeito de todos os outros discursos — o do homem político que afirma ter ganho, o do jornalista que declara fazer uma exposição objectiva dos desvios, o do «politólogo» e especialista de história eleitoral que têm a pretensão de fornecerem a compreensão a explicação objectiva do resultado apoiando-se na comparação dos desvios e na análise das tendências de evolução — quando se trata, numa palavra, de se situar *meta*, acima de, unicamente pela força do discurso, é-se tentado a fazer uso da ciência das estratégias que os diferentes actores aplicam, a fim de fazerem triunfar a sua «verdade» para dizer a verdade do jogo, e para triunfarem assim no jogo. É ainda a relação objectiva entre a sociologia política e a «politologia mediática» ou, mais precisamente, entre as posições que observador e observado ocupam nos respectivos campos, objectivamente hierarquizados, que comanda a percepção do observador, sobretu-

do impondo-lhe as cegueiras reveladoras dos seus próprios *vested interests*.

A objectivação da relação do sociólogo com o seu objecto é, como se vê bem neste caso, a condição da ruptura com a propensão para investir no objecto, que está sem dúvida na origem do seu «interesse» pelo objecto. É preciso, de certo modo, ter-se renunciado à tentação de se servir da ciência para intervir no objecto, para se estar em estado de operar uma objectivação que não seja a simples visão redutora e parcial que se pode ter, no interior do jogo, de outro jogador, mas sim a visão global que se tem de um jogo passível de ser apreendido como tal porque se saiu dele. Só a sociologia da sociologia — e do sociólogo — pode dar um certo domínio dos fins sociais que podem estar na mira dos fins científicos directamente prosseguidos. A objectivação participante, sem dúvida, o cume da arte sociológica, por pouco realizável que seja, só o é se se firmar numa objectivação tão completa quanto possível do interesse a objectivar o qual está inscrito no facto da participação, e num pôr-em-suspensão desse interesse e das representações que ele induz.

CAPÍTULO III

A génese dos conceitos de habitus e de campo

Ao apresentar aqui, de modo mais sintético e mais sistemático, os conhecimentos que pude obter, no decurso dos anos, pela aplicação a universos diferentes do mesmo modo de pensamento — aquele que é designado pela noção de *campo* — conto realizar a confluência da diversidade aberta pela pesquisa em acção com a coerência reforçada por um olhar retrospectivo. Diferente da teoria teórica — discurso profético ou programático que tem em si mesmo o seu próprio fim e que nasce e vive da defrontação com outras teorias —, a teoria científica apresenta-se como um programa de percepção e de acção só revelado no trabalho empírico em que se realiza. Construção provisória elaborada para o trabalho empírico e por meio dele, ganha menos com a polémica teórica do que com a defrontação com novos objectos. Por esta razão, tomar verdadeiramente o partido da ciência é optar, asceticamente, por dedicar mais tempo e mais esforços a pôr em acção os conhecimentos teóricos adquiridos investindo-os em pesquisas novas, em vez de os acondicionar, de certo modo, para a venda, metendo-os num embrulho de metadiscurso, destinado menos a controlar o pensamento do que a mostrar e a valorizar a sua própria importância ou a dele retirar directamente benefícios fazendo-o circular nas inúmeras ocasiões que a idade do jacto e do colóquio oferece ao narcisismo do pesquisador. Mas é também correr o risco de dar a imagem de um isolacionismo provinciano ou sectário, sobretudo quando o emprego colectivo do mesmo *modus operandi* — embora seja coisa banal nas ciências mais avançadas — vem reforçar esta impressão de monismo totalitário¹.

¹ Alguns dos trabalhos cujos resultados são aqui apresentados foram já objecto de publicação, tendo eles próprios servido de base, desde há uns vinte anos, para pesquisas em que me apoiarei nos textos que têm em vista

Tratar da teoria como um *modus operandi* que orienta e organiza praticamente a prática científica é, evidentemente, romper com a complacência um pouco feiticista que os «teóricos» costumam ter para com ela. Assim, nunca me pareceu indispensável fazer a genealogia de conceitos que, não tendo nascido da partenogénese teórica, não ganham muito em serem re-situados em relação aos usos anteriores, tendo por função, sobretudo, designar, de maneira estenográfica, uma postura teórica, princípio de opções metódicas, tanto negativas como positivas, na condução da pesquisa. Neste sentido, por exemplo, a noção de *habitus* exprime sobretudo a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo, etc. Quando introduzi aquela noção, por ocasião da publicação em francês de dois artigos de Panofsky que nunca tinham sido cotejados — um sobre a arquitectura gótica, no qual a palavra era empregada, a título de conceito «nativo»*, para dar uma explicação do efeito do pensamento

fazer a síntese dos conhecimentos adquiridos. Os princípios teóricos e metodológicos que orientaram estes trabalhos foram apresentados, originariamente, no quadro de um seminário que se realizou na Escola Normal Superior entre os anos 60 e os anos 80. Este seminário, ainda que tenha tido sempre um número muito restrito de participantes (sobretudo Jean-Claude Chamboredon, Christophe Charle, Rémi Ponton, Jean-Louis Fabiani, Menger e alguns outros) tinha sido concebido, de começo, como um vasto trabalho colectivo destinado a cobrir o conjunto da produção literária e artística do século XIX francês — graças sobretudo à elaboração de um ficheiro comum, destinado a servir de base para diferentes análises. O método só se vê bem pelos resultados que produz e, quando é exigente, a sua aplicação requer muita inteligência e invenção e também muito trabalho. Resulta daqui que é difícil pôr em evidência e fazer valer princípios teóricos e conceitos que funcionaram praticamente em forma de sugestões, de incitações, de conselhos ou de correcções no quadro de seminários ou de grupos de trabalho sem se correr o risco de se ser injusto para com todos aqueles que os fizeram funcionar, contribuindo, por isso mesmo, para os aperfeiçoar. E assim, visto que, no país dos mestres de pensar, a adopção de um conjunto de *utensílios de pensamento* só pode aparecer como um testemunho de submissão seguidista a um patrão totalitário ou de entrega de si mesmo a um mestre carismático. Trata-se de uma representação colectiva do trabalho intelectual que é, sem dúvida, uma das causas maiores do fracasso total ou parcial dos trabalhos colectivos.

* «indigène» no texto (N. T.).

escolástico no terreno da arquitectura, o outro sobre o Abade Suger em que ela podia também tornar-se útil² —, tal noção permitia-me romper com o paradigma estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito ou da consciência, a da economia clássica e do seu *homo economicus* que regressa hoje com o nome de individualismo metodológico. Retomando a velha noção aristotélica de *hexis*, convertida pela escolástica em *habitus*, eu desejava reagir contra o estruturalismo e a sua estranha filosofia da acção que, implícita na noção levi-straussiana de inconsciente, se exprimia com toda a clareza entre os althusserianos, com o seu agente reduzido ao papel de suporte — *Träger* — da estrutura; e fazia-o arrancando Panofsky à filosofia neo-kantiana das «formas simbólicas» em que ele ficara preso (correndo o risco, com isso, de tirar partido um tanto forçado do uso, único na sua obra, que ele fazia da noção de *habitus*). Sendo as minhas posições próximas das de Chomsky que elaborava, por então, e quase contra os mesmos adversários, a noção de *generative grammar*, eu desejava pôr em evidência as capacidades «criadoras», activas, inventivas, do *habitus* e do agente (que a palavra *hábito* não diz), embora chamando a atenção para a ideia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana, como em Chomsky — o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural —, mas sim o de um agente em acção: tratava-se de chamar a atenção para o «primado da razão prática» de que falava Fichte, retomando ao idealismo, como Marx sugeria nas *Teses sobre Feuerbach*, o «lado activo» do conhecimento prático que a tradição materialista, sobretudo com a teoria do «reflexo», tinha abandonado.

Não há dúvida de que as primeiras aplicações por mim feitas da noção de *habitus* comportavam pouco mais ou menos tudo isso, mas apenas em estado implícito: eram, com efeito, o produto não de um cálculo teórico semelhante ao que acabo de

² E. Panofsky, *Architecture gothique et pensée scolastique*, trad. francesa de Pierre Bourdieu, Paris, Minuit, 1967.

fazer mediante uma balizagem sistemática do espaço teórico mas sim de uma estratégia prática do *habitus* científico, espécie de sentido do jogo que não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional num espaço. Creio, no entanto, que a escolha desta velha palavra há muito fora de uso, por não ter herdeiros e só ocasionalmente empregada, não é estranha à realização ulterior do conceito. Os que quiserem ligar a palavra à sua origem, na intenção de a reduzir ou de a destruir, não deixarão de descobrir, por pouco inteligente que seja o modo de conduzir o inquérito, que a sua força teórica residia precisamente na direcção da pesquisa por ela designada a qual está na própria origem da superação que tornou possível. Parece-me, com efeito que, em todos os casos, os utilizadores da palavra *habitus* se inspiravam numa intenção teórica próxima da minha, que era a de sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construções de objecto. É o que se afigura, tanto no caso em que, como em Hegel que também recorre na mesma perspectiva à noção de *etos*, a noção de *hexis* (equivalente grego de *habitus*) exprime a vontade de romper com o dualismo kantiano e de reintroduzir as disposições duradouras constitutivas da «moral realizada» (*Sittlichkeit*) em oposição ao moralismo abstracto da moral pura e formal do dever; como no caso em que, como em Husserl, o mesmo conceito e noções vizinhas, como a de *Habitualität*, assinalam o esforço para sair da filosofia da consciência reintroduzindo — como em Heidegger e Merleau-Ponty, que, de resto, não empregam a palavra — uma relação de cumplicidade ontológica com o mundo; ou ainda no caso em que — como Mauss, o qual reconhece a dimensão corporal da *hexis* como porte ou postura — a noção serve para referir o funcionamento sistemático do corpo socializado.*

A decisão de retomar uma palavra da tradição para a reactivar assenta na convicção de que o trabalho de conceptualização pode, também ele, ser cumulativo, e é diametralmente oposta à estratégia que consiste em tentar associar o seu nome a

* O termo «disposition», na acepção em que o toma o autor, será por nós traduzido por *atitude* ao longo destes textos, salvo ocorrência especial (N. T.).

um neologismo ou, segundo o modelo das ciências da natureza, a um efeito, mesmo menor, fazendo assim subir a sua cotação no *Citation Index*³.

A procura da originalidade a todo o custo, frequentemente facilitada pela ignorância e a fidelidade religiosa a este ou àquele autor canónico que leva à repetição ritual, impedem, uma e outra, a justa atitude para com a tradição teórica, que consiste em afirmar, ao mesmo tempo, a continuidade e a ruptura, a conservação e a superação, em se apoiar em todo o pensamento disponível sem temer a acusação de seguidismo ou de ecletismo, para ir para além dos antecessores, ultrapassados assim por uma utilização nova dos instrumentos para cuja produção eles contribuíram⁴. A capacidade de reproduzir activamente os melhores produtos dos pensadores do passado pondo a funcionar os instrumentos de produção que eles deixaram é a condição do acesso a um pensamento realmente produtivo.

Também a elaboração e a transmissão de métodos de pensamento eficazes e fecundos nada têm de comum com a circulação das «ideias» tal como é geralmente pensada: se é permitida esta analogia, diria que os trabalhos científicos são parecidos com uma música que fosse feita não para ser mais ou menos passivamente escutada, ou mesmo executada, mas sim para fornecer princípios de composição. Compreender trabalhos científicos que, diferentemente dos textos teóricos, exigem não a contemplação mas a aplicação prática, é fazer funcionar

³ Esta estratégia, que é a moeda miúda da ambição positivista tradicional de ligar o nome a uma escola ou a um sistema e, deste modo, a uma visão do mundo, tem a seu favor as aparências da modéstia cientista.

⁴ Também aqui as ciências sociais estão numa posição pouco favorável à instituição de tal relação realista com a herança teórica: os valores de originalidade, que são os dos campos literário, artístico ou filosófico continuam a orientar os juízos; eles desacreditam como servil ou seguidista a vontade de adquirir instrumentos de produção específicos ligada a uma tradição e, deste modo, a um trabalho colectivo e, assim, favorecem os embustes sem futuro pelos quais os pequenos empresários sem capital têm em mira associar o seu nome a uma marca de fábrica — como se vê no domínio da crítica em que não há, hoje, autor que se não atribua um nome em -ismo -ico ou -logia.

praticamente, a respeito de um objecto diferente, o modo de pensamento que nele se exprime, é reactivá-lo num novo acto de produção tão inventivo e original como o acto inicial que se opõe absolutamente ao *comentário* des-realizante do *lector*, meta-discurso ineficaz e esterilizante. Por isso a apropriação activa de um modo de pensamento científico, ainda que muitas vezes desacreditada como imitação servil de epígono ou como aplicação mecânica de uma arte de inventar já inventada, é tão difícil e tão rara, não só pelos efeitos de conhecimento que produz, como também pela sua elaboração inicial. Uma das inúmeras razões da particular dificuldade das ciências sociais está no facto de exigirem união de uma grande ambição com uma extrema humildade: humildade necessária para conseguir dominar praticamente todo o conjunto dos conhecimentos adquiridos, dispersos e *pouco formalizados*, da disciplina, incorporando-o, como modo de *habitus* (apesar da falsa originalidade da arrogância ou da ignorância continuarem a ter crédito); ambição indispensável para tentar totalizar numa prática realmente cumulativa o conjunto dos saberes e do saber-fazer acumulados em todos os actos de conhecimento — e por meio deles — realizados pelo colégio dos melhores, no passado e no presente.

A mesma atitude esteve na origem do emprego do conceito de *campo*. Também aqui a noção serviu primeiro para indicar uma direcção à pesquisa, definida negativamente como recusa à alternativa da interpretação interna e da explicação externa, perante a qual se achavam colocadas todas as ciências das obras culturais, ciências religiosas, história da arte ou história literária: nestas matérias, a oposição entre um formalismo nascido da teorização de uma arte que chegara a um alto grau de autonomia e um reducionismo empenhado em relacionar directamente as formas artísticas com formas sociais — com o qual o marxismo, apesar da noção de autonomia relativa, tendia a identificar-se, especialmente com Lukacs e Goldmann — encobria o que as duas correntes tinham de comum, a saber, o facto de ignorarem o campo de produção como espaço social de relações objectivas. Segue-se daqui que, uma vez mais, a investigação genealógica — que conduziria a autores tão distantes uns dos outros, como é o caso de Trier e de Kurt

Lewin — daria infinitamente menos resultados do que a referência à linhagem ou à *linha* teórica em que o emprego da palavra inscrevia tudo o que se empreendia: o modo de pensamento *relacional* (de preferência a estruturalista) que é o de toda a ciência moderna⁵, como mostrou Cassirer ao torná-lo explícito⁶, é sem dúvida o que liga trabalhos tão diferentes na aparência como os dos formalistas russos — em particular Tynianov⁷ —, os de Lewin ou os de Elias e também, evidentemente, os estruturalismos linguísticos ou antropológicos⁸. A dificuldade que é particular à aplicação deste modo de pensamento às coisas do mundo social provém da ruptura com a percepção comum do mundo social por este exigida. Assim, para construir realmente a noção de *campo*, foi preciso passar para além da primeira tentativa de análise do «campo intelectual»⁹ como universo relativamente autónomo de relações

⁵ Tentei pôr em evidência, num artigo escrito no *acmé* do estruturalismo, as condições da aplicação às ciências sociais do modo de pensamento relacional que se impôs às ciências da natureza e que, por não ter sido claramente pensado *nos seus princípios*, se viu aos poucos deformado, desviado ou pervertido, nas diferentes formas de estruturalismo (cf. P. Bourdieu, «Structuralism and Theory of Sociological Knowledge», *Social Research*, XXV, 4, Verão 1968, pp. 681-706).

⁶ Ernst Cassirer, *Substance et Fonction*, Paris, Minuit, 1977, p. 19.

⁷ Sobre a ligação entre os formalistas russos e Cassirer, pode ver-se: P. Steiner, *Russian Formalism, A Metapoetics*, Ithaca, Cornell University Press, 1984, pp. 101-104.

⁸ Esta unidade de linha teórica está na origem das afinidades, de início confusamente sentidas, e dos pontos de encontro, as mais das vezes descobertos fora de tempo, que importa não descrever como produtos de um empréstimo, pois são o resultado da aplicação separada dos mesmos esquemas (veremos isto mais adiante a respeito dos formalistas russos). Nada há de mais divertido, no trabalho intelectual, que descobrir a mesma ideia, com poucas diferenças de forma, em autores diferentes, sobretudo quando a origem deste encontro é perfeitamente clara. Pensamos neste caso em Baudelaire: «Pois bem, acusam-me, a mim, de imitar Poe! Sabe por que razão traduzi Poe com tanta paciência? *Porque ele se parecia comigo*. A primeira vez que abri um livro dele, vi com espanto e enlevo, não só motivos sonhados por mim, mas *frases*, pensadas por mim, e escritas por ele, vinte anos antes...» (Cf. C. Baudelaire a Théophile Thoré, 1863, in *Baudelaire Critique d'Art*, Paris, Club des Libraires, p. 179).

⁹ P. Bourdieu, «Champ Intellectuel et Projet Créateur», in *Les Temps modernes*, n.º 246, Nov. de 1966, pp. 865-906

específicas: com efeito, as relações imediatamente visíveis entre os agentes envolvidos na vida intelectual — sobretudo as interacções entre os autores ou entre os autores e os editores — tinham disfarçado as relações objectivas entre as posições ocupadas por esses agentes, que determinam a forma de tais interacções. Foi assim que a primeira elaboração rigorosa da noção saiu de uma leitura do capítulo de *Wirtschaft und Gesellschaft* consagrado à sociologia religiosa, leitura que, dominada pela referência permanente ao campo intelectual, nada tinha de comentário escolar. Com efeito, mediante uma crítica da visão interaccionista das relações entre os agentes religiosos proposta por Weber que implicava uma crítica retrospectiva da minha representação inicial do campo intelectual, eu propunha uma construção do campo religioso como *estrutura de relações objectivas* que pudesse explicar a forma concreta das interacções que Max Weber descrevia em forma de uma *tipologia realista*¹⁰. Nada mais restava fazer do que pôr a funcionar o instrumento de pensamento assim elaborado para descobrir, aplicando-o a domínios diferentes, não só as propriedades específicas de cada campo — alta costura, literatura, filosofia, política, etc. — mas também as invariantes reveladas pela comparação dos diferentes universos tratados como «casos particulares do possível»¹¹. As transferências metódicas de modelos baseados na

¹⁰ P. Bourdieu, «Une interprétation de la sociologie religieuse de Max Weber», in *Archives européennes de sociologie*, XII, 1, 1971, pp. 3-21. Embora também aqui conte evidentemente a intenção de reduzir o efeito próprio da leitura, a evidência — ex post — da *reinterpretação* estruturalista por mim proposta faz com que, desde que o primeiro volume de *Wirtschaft und Gesellschaft* foi, enfim, traduzido, se atribua geralmente ao próprio Weber (compreender-se-á que eu não faça citações) conceitos como os de campo religioso ou capital simbólico e todo um modo de pensamento que são evidentemente estranhos à lógica do seu pensamento. [Trata-se do t. I intitulado *Economie et Société*, trad. dirigida por J. Chavy e E. de Dampierre, Paris, Plon, 1971].

¹¹ Se a aplicação reiterada dos mesmos esquemas a objectos diferentes conduz a algumas repetições fastidiosas, ela justifica-se sem dúvida do ponto de vista da pedagogia da pesquisa, na medida em que estes esquemas podem deste modo passar directamente para a prática do leitor activo, capaz de tratar o protocolo científico como exercício de trabalhos práticos — isto sem excluir os efeitos, sem dúvida muito diferentes, da transmissão em forma de tradução formalizada dos esquemas práticos do *habitus* científico.

hipótese de que existem homologias estruturais e funcionais entre todos os campos, ao invés de funcionarem como simples metáforas orientadas por intenções retóricas de persuasão, têm uma eficácia heurística eminente, isto é, a que toda a tradição epistemológica reconhece à analogia. Além disso, a paciência das aplicações práticas repetidas deste método é uma das vias possíveis (para mim a mais acessível e a mais aceitável) da «ascensão semântica» (no sentido de Quine) permitindo levar a um nível de generalidade e de formalização mais elevado os princípios teóricos envolvidos no estudo empírico de universos diferentes e as leis invariantes da estrutura e da história dos diferentes campos. Estes, em consequência das particularidades das suas funções e do seu funcionamento (ou, mais simplesmente, das fontes de informação respectivas), denunciam de maneira mais ou menos clara propriedades comuns a todos os campos: assim, o campo da alta costura levou, mais directamente do que qualquer outro universo, a uma das propriedades mais importantes de todos os campos de produção cultural, que é a da lógica propriamente mágica da produção do produtor e do produto como feitiços — sem dúvida porque, sendo mais legítimo culturalmente, ele censura de modo menos vivo o aspecto «económico» das práticas e está menos protegido contra a objectivação, que implica sempre uma forma de des-sacralização.

Todavia, procurar a solução de um problema canónico neste ou naquele estudo de casos, sobretudo se este se dedica ao universo frívolo da moda, implicava uma transformação do trabalho intelectual que não deixa de ter relação com o que, segundo Erich Auerbach, fizeram os inventores do romance moderno, Virginia Woolf, Joyce e Faulkner: «Dá-se menos importância aos grandes acontecimentos exteriores e aos casos da fatalidade, pensa-se que eles são pouco capazes de revelar alguma coisa de essencial a respeito do objecto considerado; crê-se, ao invés, que qualquer fragmento da vida, tomado ao acaso, em qualquer momento, contém a totalidade do destino e que pode servir para representá-lo. Tem-se mais confiança nas sínteses obtidas pelo aprofundamento de uma circunstância quotidiana do que num tratamento global, ordenado cronologi-

camente, que segue o seu objecto do começo ao fim, se esforça por nada omitir de exteriormente importante e põe em relevo as grandes viragens da vida para fazer delas as articulações da intriga»¹². Pode-se, com efeito, «regressar às próprias coisas» mergulhando na particularidade de um caso particular (a revolução impressionista, por exemplo) para tentar descobrir nele alguma coisa de essencial (a verdade trans-histórica das revoluções simbólicas), mas tão-só com a condição de se repudiar a hierarquia académica dos géneros e dos objectos a qual, banida da literatura e da pintura desde o século XIX, se perpetua na tradição filosófica — através, por exemplo, da condenação altiva do «historicismo».

A teoria geral dos campos que, pouco a pouco¹³, se foi assim elaborando, nada deve, ao contrário do que possa parecer, à transferência, mais ou menos repensada, do modo de pensamento económico, embora, ao reinterpretar numa perspectiva relacional a análise de Weber, que aplicava à religião um certo número de conceitos retirados da economia (como concorrência, monopólio, oferta, procura, etc.), me achei de repente no meio de propriedades gerais, válidas nos diferentes campos, que a teoria económica tinha assinalado sem delas possuir o adequado fundamento teórico. Em vez de ser a transferência que está na origem da construção do objecto — como quando se vai buscar a outro universo, de preferência prestigioso, etnologia, linguística ou economia, uma noção descontextualizada, simples metáfora com função puramente emblemática — é a construção do objecto que exige a transferência e a fundamenta: assim, tratando-se de analisar os usos sociais da língua, a ruptura com a noção vaga e vazia de «situação» — que introduzia, ela própria, uma ruptura com o modelo saussuriano ou chomskiano — obriga a que se pensem as relações de permuta linguística como outros tantos mercados

¹² E. Auerbach, *Mimesis, la représentation de la réalité dans la littérature occidentale*, Paris, Gallimard, 1968, p. 543.

¹³ Procurei isolar as propriedades gerais dos campos, levando as diferentes análises realizadas a um nível superior de formalização, nos cursos que dei no *Collège de France* em 1983 e 1984 e que serão objecto de publicação.

que se especificam segundo a estrutura das relações entre os capitais linguísticos ou culturais dos interlocutores ou dos seus grupos. Tudo leva a supor que a teoria económica, como se espera poder um dia demonstrar, em vez de ser modelo fundador, deve antes ser pensada como um caso particular da teoria dos campos que se constrói pouco a pouco, de generalização em generalização e que, ao mesmo tempo permite compreender a fecundidade e os limites de validade de transferências como as com que Weber opera, e obriga a repensar os pressupostos da teoria económica à luz sobretudo dos conhecimentos adquiridos a partir da análise dos campos de produção cultural¹⁴.

A teoria geral da economia dos campos permite descrever e definir a *forma específica* de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho), evitando assim todas as espécies de reducionismo, a começar pelo economismo, que nada mais conhece além do interesse material e a busca da maximização do lucro monetário. Compreender a génese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. Não há dúvida que é tentador, como nota Wittgenstein nas *Leçons sur l'Éthique*, abandonar-se ao prazer de «destruir os preconceitos», sendo certo que alguns tipos de explicação exercem uma atracção irresistível», como em especial uma explicação do

¹⁴ A análise, em curso, de um universo económico como o do campo dos produtores de habitação, reconhece um certo número de características já observadas em campos como o da alta costura ou mesmo o da pintura e da literatura: sobretudo o papel dos investimentos destinados a produzir a crença no valor de um produto simultaneamente económico e simbólico, ou o facto de, neste domínio como em outros, as estratégias das operações dependerem da sua posição no campo da produção, quer dizer, na estrutura da distribuição do *capital específico* (no qual há que incluir a «reputação» do nome da marca).

tipo: «isto é apenas aquilo». É certo, no entanto, que, contra todas as espécies de *escapism* que levam a achar na arte uma nova forma da ilusão dos mundos imaginários, a ciência deve apreender a obra de arte na sua dupla necessidade: necessidade interna desse objecto maravilhoso que parece subtrair-se à contingência e ao acidente, em suma, tornar-se necessário ele próprio e necessitar ao mesmo tempo do seu referente; necessidade externa do encontro entre uma trajectória e um campo, entre uma pulsão expressiva e um espaço dos possíveis expressivos, que faz com que a obra, ao realizar as duas histórias de que ela é produto, as supere.

Nunca se passa para além da história e a ciência do homem não pode pôr a si mesma outro fim que não seja o de se reapropriar, pela tomada de consciência, da necessidade que está inscrita na história e, em particular, de conferir a si mesma o domínio teórico das condições históricas em que podem emergir necessidades trans-históricas. Por exemplo, é cair profundamente na ilusão feiticista não querer ver que a solução do problema da «literalidade», caro aos formalistas russos, não pode ser encontrada noutra domínio que não seja o da história do campo literário: nenhuma análise de essência, nenhuma definição formal pode, com efeito, esconder que a afirmação da especificidade do «literário» ou do «pictórico» e da sua irreduzibilidade a qualquer outra forma de expressão é inseparável da afirmação da autonomia do campo de produção que ela supõe e, ao mesmo tempo, reforça. O movimento do campo literário ou do campo artístico para a autonomia pode ser compreendido como um processo de *depuração* em que cada género se orienta para aquilo que o distingue e o define de modo exclusivo, para além mesmo dos sinais exteriores, socialmente conhecidos e reconhecidos, da sua identidade. Os formalistas — e sobretudo Jakobson, familiarizado com a fenomenologia — nada mais fizeram do que retomar, de maneira mais metódica e mais consequente, as velhas interrogações da crítica e da tradição escolar acerca da natureza dos géneros, teatro, romance ou poesia; eles tornaram-se assim culpados, com toda a tradição de reflexão sobre a «poesia pura» ou sobre a «teatralidade», de constituírem em essências trans-históricas aquilo que, na reali-

dade, é tão-só uma espécie de *quinta-essência histórica*, quer dizer, o produto do lento e longo trabalho de alquimia histórica que acompanha o processo de autonomização dos campos de produção cultural. Com efeito, de depuração em depuração, as lutas que têm lugar no campo da produção poética conduziram a que se isolasse, pouco a pouco, o princípio essencial do efeito poético, quer dizer, o essencial daquilo que separa a poesia da prosa: ao fazer desaparecer, por exemplo, com o verso livre, características secundárias como a rima e o ritmo, essas lutas não deixaram subsistir mais que uma espécie de extracto altamente concentrado (como em Francis Ponge, por exemplo) das propriedades mais indicadas para produzir o efeito poético de desbanalização das palavras e das coisas, a *ostranenie* dos formalistas russos, sem se recorrer a técnicas socialmente designadas de «poéticas». Sempre que se institui um destes universos relativamente autónomos, campo artístico, campo científico ou esta ou aquela das suas especificações o processo histórico aí instaurado desempenha o mesmo papel de *abstractor de quinta-essência*. Donde a análise da história do campo ser, em si mesma, a única forma legítima da análise de essência¹⁵.

Mas, dir-se-á, que é que se ganhou, a não ser o prazer um pouco perverso do desencanto, com esta redução histórica daquilo que se quer viver como experiência absoluta, estranha às contingências de uma génese histórica? Há uma história da razão que não tem a razão como princípio; uma história do verdadeiro, do belo, do bem, que não tem apenas como motor a procura da verdade, da beleza, da virtude. A autonomia relativa do campo artístico como espaço de relações objectivas em referência aos quais se acha objectivamente definida a relação entre cada agente e a sua própria obra, passada ou presente, é o que confere à história da arte a sua autonomia relativa e, portanto, a sua lógica original. Para explicar o facto de a arte parecer encontrar nela própria o princípio e a norma

¹⁵ Assim, a análise da atitude estética pura, que é exigida pelas formas mais avançadas da arte, é inseparável do processo de autonomização do campo de produção. Do mesmo modo, a epistemologia não pode ser separada, nem de facto nem de direito, da história social da ciência.

da sua transformação — como se a história estivesse no interior do sistema e como se o devir das formas de representação ou de expressão nada mais fizesse além de exprimir a lógica interna do sistema — não há necessidade de hipostasiar, como frequentemente se faz, as leis desta evolução; se existe uma história propriamente artística, é, além do mais, porque os artistas e os seus produtos se acham objectivamente situados, pela sua pertença ao campo artístico, em relação aos outros artistas e aos seus produtos e porquê as rupturas mais propriamente estéticas com uma tradição artística têm sempre algo que ver com a posição relativa, naquele campo, dos que defendem esta tradição e dos que se esforçam por quebrá-la. «A acção das obras sobre as obras», de que falava Brunetière, só se exerce por intermédio de autores cujas estratégias devem à posição relativa que têm na estrutura do campo intelectual a forma, a lógica e o conteúdo que apresentam¹⁶. O analista que procura

¹⁶ A resistência à análise científica tem recursos quase infinitos, como se pode ver nesta apresentação das minhas análises: «Bourdieu, ao contrário (de Adorno), defende uma abordagem funcionalista. Ele analisa as acções dos sujeitos naquilo a que chama «o campo cultural» levando em linha de conta *exclusivamente* as probabilidades de conquista do poder e do prestígio, e considera os objectos *simplesmente* como meios estratégicos que os produtores empregam na luta pelo poder» (P. Bürger, «On the Literary History», *Poetics*, vol. 14, n.º 3/4, August 1985, pp. 199-207 — sublinhado por mim). Estratégia muito comum, que consiste em *acusar de reducionismo* uma teoria previamente reduzida: as estratégias práticas e sobredeterminadas, que não são necessariamente conscientes e calculadas e que exprimem os interesses, ao mesmo tempo estéticos e sociais, associados a uma posição no campo, são por Peter Bürger substituídas por estratégias exclusivamente e explicitamente orientadas por uma espécie de vontade de poder genérica que poderia ser exercida tanto no campo político como no campo económico. Ele faz desaparecer assim a especificidade das lutas estéticas e dos interesses nelas envolvidos, em suma, precisamente aquilo que a noção de campo tinha em vista explicar: na realidade, as lutas que têm lugar no campo intelectual têm o poder simbólico como coisa em jogo, quer dizer, o que nelas está em jogo é o poder sobre um uso particular de uma categoria particular de sinais e, deste modo, sobre a visão e o sentido do mundo natural e social. Trata-se de um equívoco demasiado grosseiro a respeito de um ponto demasiado evidente para não ser de certo modo interessado, logo, *estratégico* (no sentido que eu dou a esta palavra), quer dizer, orientado, com toda a inocência, como em todas as formas de recusa de saber, pelos interesses ligados a uma posição.

nos interesses ligados à pertença a um campo de produção cultural e, mais largamente, ao campo social no seu conjunto, o princípio da existência da obra tanto naquilo que ela tem de histórico como naquilo que ela tem de trans-histórico — «o eterno encanto da arte grega» —, trata a obra como um sinal* intencional dominado e regulado por qualquer coisa de diferente, de que ela é também sintoma. O analista procura a intenção objectiva escondida por debaixo da intenção declarada, o querer-dizer que é denunciado no que ela declara. E supõe que nela se enuncia um sentido profundo, uma pulsão expressiva, biológica ou social que a alquimia da forma imposta pela necessidade social do campo tende a tornar irreconhecível, sobretudo obrigando a pulsão a negar-se e a universalizar-se. Ao contrário do angelismo do interesse puro pela forma pura, a análise que apreende num movimento único a pulsão expressiva, a censura e a sublimação garantida pelo trabalho de dar forma dá uma visão realista, quer dizer, ao mesmo tempo mais verdadeira, e, por fim, mais tranquilizadora do trabalho colectivo de sublimação que está na origem das conquistas mais altas da acção humana: a história só pode produzir a universalidade trans-histórica produzindo, por meio das lutas tantas vezes impiedosas dos interesses particulares, universos sociais que, por efeito da alquimia social das suas leis históricas de funcionamento, tendem a extrair da defrontação dos interesses particulares a essência sublimada do universal. A exaltação hagiográfica e o rebaixamento redutor têm isto de comum: procurar nos grandes homens o princípio das grandes obras; e ignorar tudo o que, nas práticas e nas produções mais sublimes, resulta da lógica desses mundos paradoxais em que — entre outras razões, porque pode-se ter interesse em se mostrar desinteressado — certos homens podem encontrar uma incitação para se superarem ou, pelo menos, para produzirem actos ou obras que vão para além das suas intenções e dos seus interesses.

* Em francês «signe» (N.T.).

CAPÍTULO IV

*Le mort saisit le vif**
As relações entre a história reificada
e a história incorporada

A filosofia da história que está inscrita no uso mais corrente da linguagem corrente e que leva as palavras que designam instituições ou entidades colectivas — Estado, Burguesia, Patronato, Igreja, Família, Justiça, Escola — a constituírem-se em sujeitos históricos capazes de originar e realizar os seus próprios fins («o Estado — burguês — decide...», «a Escola — capitalista — elimina...», «a Igreja de França combate...», etc.) encontra a sua forma mais acabada na noção de *Aparelho* (ou de «dispositivo»), a qual voltou a estar em moda no discurso com maiúsculas denominado «conceptual». Enquanto operador mecânico de finalidade, *Deus* (ou *Diabolus*) *in machina*, o «Aparelho», máquina divina ou infernal, consoante o humor ideológico, bom ou mau funcionalismo, está preparado para funcionar como *Deus ex machina*, «asilo da ignorância», causa final capaz de justificar tudo, e com menor custo, sem nada explicar: dentro desta lógica, que é a da mitologia, às grandes figuras alegóricas da dominação só se podem opor outras personificações míticas, tais como a Classe operária, o Proletariado, os Trabalhadores, até mesmo as Lutas, encarnação do Movimento social e das fúrias de vingança¹.

* Fórmula jurídica consagrada em direito civil para exprimir o direito que cabe ao herdeiro legítimo de entrar na posse imediata da herança do defunto. Não há expressão correspondente na língua portuguesa mas poderá traduzir-se por «O morto apodera-se do vivo» (N.T.).

¹ É, sem dúvida, no trabalho de mobilização e, mais precisamente, no trabalho de unificação e de universalização que se gera uma grande parte das representações (no sentido da psicologia, e também no do direito e do teatro) que os grupos (e, em particular, as classes dominantes) dão de si próprios e

Se esta versão da filosofia teleológica da história, sem dúvida menos afastada do que parece do «tudo isto é de propósito» da indignação moral, pôde e pode ainda aparecer como intelectualmente aceitável, é porque ela encontra e exprime as atitudes constitutivas da «postura filosófica» tal como a

da sua unidade as quais eles condensam, para as exigências da luta (completamente diferentes das da análise) em «ideias-forças» ou em sinais de reagrupamento («classe operária», «proletariado», «quadros», «PME», etc.) frequentemente retomados tal e qual pelo discurso, mesmo «erudito», sobre o mundo social. Assim quando, por meio dessa espécie de inclinação para o romantismo social que inspira tantas vezes a história social, se fala de «movimento operário», fazendo desta entidade o sujeito colectivo de uma cultura imediatamente politizada, se corre o risco de encobrir a génese e a função sociais desta designação estenográfica da representação mediante a qual a classe operária contribui para se produzir como tal (pense-se em operações de alquimia social tão complexas como a *delegação* e a *manifestação*) e de que faz parte, na qualidade de condição e de produto, aquilo a que se chama por vezes o «movimento operário», quer dizer, o conjunto das organizações sindicais ou políticas que se reclamam da classe operária e cuja função é representar a classe operária. Quanto à mitologia pessimista e ao mau funcionalismo que a orienta, o seu sucesso advém, evidentemente, de terem um alto rendimento na polémica: aplicando-se, com efeito, às mil maravilhas, a adversários que é preciso desacreditar expondo o princípio dos seus discursos, dos seus escritos, ou das suas acções (v.g. «pasqureiro do episcopado», «lacaio do capitalismo»). Sendo também válidos contra instituições como a Igreja, concebida pelo anticlericalismo comum como um organismo com mil olhos e mil braços, todo ele virado para a realização dos seus fins objectivos, quer dizer, temporais e políticos. Enquanto que, como tentaremos mostrar num próximo trabalho, é nas lutas internas — e por meio delas — dos clérigos, lutas em que o que está em jogo não é nem nunca poderá ser exclusivamente e explicitamente temporal, que eles mesmos produzem — sem necessariamente as pensarem como tais — as estratégias adequadas a assegurar as condições económicas e sociais da sua própria reprodução social. Para compreender, por exemplo, o que se descreve como um «deslizar da Igreja» (ou dos «católicos») para a esquerda», é preciso dispor dos meios para interpretar as inúmeras *conversões* individuais que os laicos (e também os clérigos) tiveram de realizar para fazerem entrar a política na sua definição da religião; sendo o papel dos clérigos, eles próprios empenhados neste *trabalho de conversão*, o de acompanhar este movimento, de o *orquestrar*, o que era tanto mais fácil para eles quanto estavam, como bons profissionais da palavra religiosa, preparados para falar dele, e quanto a estrutura das suas divisões reproduzia, na lógica autónoma do campo clerical, as experiências, as transformações e as oposições do mundo dos laicos.

definem em dado momento os processos de selecção e de formação daqueles que fazem da filosofia uma profissão. De facto, ela satisfaz tanto a exigência de elevação «teórica», que estimula o sobrevoar dos factos e a generalização vazia e apressada², como a pretensão hermenêutica que manda procurar a essência por detrás da aparência, a estrutura para além da história e tudo o que a define em exclusivo, quer dizer, todas as realidades vagas, misturadas e ambíguas que pesam sobre as ciências sociais, disciplinas auxiliares e ancilárias que apenas servem para «tema de reflexão» e sempre suspeitas de cumplicidade com a realidade que elas se esforçam por conhecer — é assim que Althusser, com o pretexto de restauração teórica, reavivou a condenação que a ortodoxia marxista sempre fez pesar sobre todos aqueles que, pelo facto de procurarem, revelam que nem tudo está encontrado; matando de uma cajadada dois coelhos, ele reforçava, se necessário, o desprezo — inquieto — que a ortodoxia filosófica nunca deixou de professar em relação às «ciências ditas sociais», disciplinas plebeias e importunas. Reduzir os agentes ao papel de executantes, vítimas ou cúmplices, de uma política inscrita na Essência dos aparelhos, é permitirmo-nos deduzir a existência da Essência, ler as condutas na descrição dos Aparelhos e, ao mesmo tempo, fugir à observação das práticas e identificar a pesquisa com a leitura de *discursos* encarados como matrizes reais das práticas.

Se é verdade que a propensão para tratar um universo social

² «Os sábios, os filósofos muito propensos à generalização, à classificação, muito fecundos na criação de novas palavras ou de novos rótulos para os géneros e as classes que imaginam, não são os que mais fazem progredir as ciências e a filosofia. É preciso, pois, que o princípio verdadeiramente activo, o princípio de fecundidade e de vida, em tudo o que diz respeito ao desenvolvimento da razão e do espírito filosófico, não resida na faculdade de abstrair, de classificar e de generalizar. Conta-se que o grande géometra Jean Bernouilli, desgostoso por ver que o seu contemporâneo Varignon parecia querer apropriar-se das suas descobertas, a pretexto de nelas introduzir uma generalidade que o autor descurara, e que não exigia grande esforço inventivo, dizia maliciosamente, ao terminar cada memória que fazia: «Varignon há-de nos generalizar isto» (A.A. Cournot, *Oeuvres complètes*, tomo II, editado por J. C. Pariente, Paris Vrin, p. 20).

como Aparelho é proporcional à distância, que condena ao objectivismo, e à ignorância, que simplifica a visão, compreende-se que os historiadores, de resto dados a desígnios teóricos menos ambiciosos, pela sua posição no espaço universitário, sejam menos levados a heroicizar entidades colectivas. A verdade é que a sua relação com o objecto determina ainda amiúde a sua visão do objecto. Primeiro, porque as tomadas de posição sobre o passado radicam frequentemente (sendo o exemplo da Revolução Francesa o mais evidente) em tomadas de posição latentes sobre o presente ou, mais exactamente, contra os adversários intelectuais do presente (segundo a lógica do «duplo resultado» * que se inscreve na autonomia relativa dos espaços de produção cultural). Além disso, os historiadores nem sempre escapam a uma forma subtil de mistificação: primeiro, porque não só a ambição, legada por Michelet, de ressuscitar o passado e de restituir o real como também a desconfiança em relação aos conceitos os incita a utilizarem intensivamente a *metáfora*, a qual como sabemos desde Max Müller, está repleta de mitos; depois, porque toda a sua postura de especialistas das fontes e das origens os leva a situarem-se na lógica mítica das origens e do primeiro começo. Às causas comuns, que levam a pensar a história como procura das responsabilidades, junta-se no caso deles uma espécie de hábito profissional: a busca da superação distintiva incita os historiadores a recuarem cada vez mais no passado, a mostrarem que tudo começou mais cedo do que se julgava, a descobrirem predecessores dos precursores, a revelarem prenúncios dos sinais anunciativos — ao invés dos artistas de vanguarda que são levados por ela a acelerar o processo que lhes pode escapar³. Basta-nos pensar em questões como as do

* «coup double» no texto original (N.T.).

³ Um exemplo, entre muitos, é o da autobiografia. Não podemos apresentar as *Confissões* de Rousseau sem nos perguntarmos se esta obra criou o género autobiográfico, e evocar imediatamente Montaigne ou Benvenuto Cellini ou, indo mais longe, Santo Agostinho. — para sermos de imediato ultrapassados pelo erudito (alemão) que, em alguma história monumental da autobiografia (o exemplo não é imaginário) mostrará que as origens do género se devem procurar no Próximo ou no Médio Oriente e encontrará os

nascimento do capitalismo ou do aparecimento do artista moderno, cujo sucesso infalível só se explica porque elas dão à *regressio ad infinitum* uma superação erudita. Estes efeitos da lógica própria do campo de produção combinam-se muitas vezes com os efeitos do humor político para inspirar os derradeiros investimentos que se escondem por detrás das tomadas de posição sobre problemas de tal forma mal postos que só podem dar origem a debates intermináveis, como a questão de saber se o aparecimento das primeiras medidas de protecção social se deve atribuir à boa vontade dos «filantropos» ou às «lutas dos trabalhadores»; ou a questão do papel, benéfico ou maléfico, que teria desempenhado o poder régio na pintura francesa do século XVII, podendo os veredictos, tão bem argumentados e documentados do rigor académico, sancionar a hostilidade ao absolutismo régio por parte dos professores republicanos de fins de século XIX ou, hoje em dia, a referência tácita ao Estado soviético⁴; ou ainda o problema do limite entre a Idade Média e o Renascimento, que encheu bibliotecas e que sempre opôs os «liberais» aferrados em delimitar a ruptura entre as Trevas e a Luz, e os defensores das origens medievais (e, em especial, franciscanas) do Renascimento...

De facto, a propensão para a visão teológico-política que permite censurar ou louvar, condenar ou reabilitar imputando a vontades benéficas ou malignas as propriedades aprovadas ou reprovadas do passado, depende do grau em que o passado das instituições em causa é considerado como algo que está em jogo

primeiros esboços na 7.^a Carta de Platão ou no *Brutus* de Cícero. E só poderemos escapar à *regressio ad infinitum* substituindo a questão das origens absolutas pela questão das origens da autobiografia «moderna». Porém, como dar início à «modernidade» ou ao «modernismo» com Rousseau sem que venha de imediato à mente que o título de «primeiro dos modernos» pode ser reivindicado por Santo Agostinho ou Petrarca, para não falar de Montaigne, apesar do seu «modernismo» ser diferente? O que nos obriga a perguntar quando começa o modernismo moderno. E assim vai a vida erudita.

⁴ Estas problemáticas subterrâneas são evocadas no estudo de Nathalie Heinich sobre a constituição do campo da pintura francesa no século XVII: «La perspective académique. Peinture et tradition lettrée», *Actes de la recherche en sciences sociales*, 49, 1983, pp. 47-70.

e como instrumento de luta, através dessas próprias instituições, no espaço social em que se situa o historiador, isto é, no campo das lutas sociais e no campo de produção cultural, ele próprio mais ou menos autónomo em relação a essas lutas⁵. A tendência para pensar a pesquisa histórica na lógica do *processo*, quer dizer, como, uma pesquisa das origens e das *responsabilidades*, e até mesmo dos responsáveis, está na origem da ilusão teleológica e, mais precisamente, dessa forma da ilusão retrospectiva que permite atribuir aos agentes individuais ou aos colectivos personalizados intenções e premeditações. É fácil, de facto, quando se conhece a *palavra final*, transformar o *fim* da história em *fim* da acção histórica, a intenção objectiva só revelada no seu termo, após a batalha, em intenção subjectiva dos agentes, em estratégia consciente e calculada, deliberadamente orientada pela procura daquilo que acabará por daí advir, constituindo assim o juízo da história, quer dizer, do historiador, em juízo final. Desta forma, contra a ilusão teleológica que domina tantas obras consagradas à Revolução Francesa⁶, as análises de

⁵ Uma das virtudes da objectivação da relação com o objecto que se impõe, tanto ao historiador como ao sociólogo, é a de os prover dos meios para combater a filosofia espontânea da história (e da prática) que orienta as opções científicas mais elementares: é aqui que a sociologia e a história da sociologia e da história (e, em particular, das problemáticas obrigatórias que elas adoptam, dos conceitos que elas empregam, dos métodos que põem em prática, e das condições sociais em que elas fazem funcionar esta herança) desempenham um papel determinante. Se bem que esta polémica da razão científica se possa também exercer contra certos adversários, prestando-se assim a mal-entendidos interessados quando as «vítimas» se protegem identificando-se com as vítimas de uma polémica, até mesmo de um *terror político*, ela é dirigida, em primeiro lugar, contra aquele que a exerce, contra tudo o que lhe permite participar naquilo que descreve — e de que só se poderá libertar pela crítica obstinada da ciência, quer dizer, dos limites inscritos nas condições sociais da sua produção. (Esta exploração dos limites que está no centro do projecto racionalista tal como Kant o pensava está no extremo oposto ao da leitura *relativista* que amiúde se faz — com todos os tópicos sobre a historicidade do historiador — dos escritos neokantianos sobre a ciência histórica).

⁶ Seria preciso analisar tudo o que está implicado unicamente no facto de se escrever Revolução no *singular* (e com maiúscula) e, em especial, a hipótese de que houve uma revolução una e indivisível onde se poderia, da mesma forma, ver um conjunto de revoluções (insurreições de camponeses,

Paul Bois mostram bem que, no caso dos campos da Sarthe, as medidas mais generosas (como a abolição de muitos dos impostos que pesavam sobre os camponeses) foram sendo contornadas, deformadas e viradas do avesso pela lógica do campo em que elas intervínham⁷. Que o carácter abstracto, formal e, por assim dizer, «idealista» de medidas tomadas na mais completa ignorância das condições da sua concretização tenha contribuído, à revelia, para a inversão paradoxal que as fez reverter, por fim, a favor dos seus autores ou — o que já não é a mesma coisa — da sua classe é um facto em que não podemos ver o resultado de um cálculo cínico e, menos ainda, de uma espécie de milagre do inconsciente «burguês». O que é necessário compreender é a relação entre estas medidas (ou o *habitus*, característico de uma classe, que aí se exprime em termos, por exemplo, do universalismo e do formalismo das suas intenções) e a lógica do campo em que se geram — em função de *habitus* que nunca se circunscrevem completamente a ele — as reacções por elas suscitadas. A razão e a razão de ser de uma instituição (ou de uma medida administrativa) e dos seus efeitos sociais, não está na «vontade» de um indivíduo ou de um grupo mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares no qual, em função dos interesses associados às diferentes posições e dos *habitus* dos seus ocupantes, se geram as «vontades» e no qual se define e se redefine continuamente, na luta — e através da luta — a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevistos.

A forma particular de ilusão retrospectiva que conduz à ilusão teleológica leva-nos a conceber como produto de uma estratégia consciente e calculada, e até mesmo cínica, a acção com finalidade objectiva do *habitus*, estratégia objectiva que,

revolta da fome, actos de força de notáveis, etc.) parcialmente sincronizadas e imperfeitamente encadeadas (o que leva a evitar a questão da natureza da relação entre estas diferentes revoluções).

⁷ P. Bois, *Payans de l'Ouest, des structures économiques et sociales aux options politiques depuis l'époque révolutionnaire*, Paris-Haia, Mouton, 1960. (É digno de nota que este livro de historiador se inspire no *desígnio explícito* de dar conta historicamente de um facto social do presente seja assim levado a objectivar — e a dominar — os efeitos correlativos muito mais do que é corrente).

muitas vezes, só tem sucesso devido à sua inconsciência e ao seu «desapego»: é assim que os que são bem sucedidos, em política ou mesmo nas artes ou na literatura, podem aparecer retrospectivamente como estratégias inspirados, enquanto que o que era *objectivamente* um investimento* racional pôde ser vivido como uma aposta arriscada e até como uma loucura. A *illusio*, que a pertença a um campo exige e produz, exclui o cinismo, e os agentes quase nunca dominam explicitamente aqueles mecanismos cujo domínio prático é a condição do seu êxito; assim, por exemplo, no campo literário ou artístico, as *reconversões* — de um género para outro, de um estilo para outro, etc. — são vividas — e devem, sem dúvida sê-lo para terem êxito — como *conversões*. Em suma, o recurso à noção de estratégia que permite romper com a ilusão bem fundamentada do desinteresse e também com todas as formas de mecanicismo — ainda que se tratasse do mecanicismo finalista do *Deus in machina* — não implica o regresso a uma forma ingénuo de finalismo (e de interaccionismo).

Para escapar às alternativas mortais nas quais se encerrou a história ou a sociologia e que, tal como a oposição entre o acontecimento** e a longa duração ou, noutra ordem, entre os «grandes homens» e as forças colectivas, as vontades singulares e os determinismos estruturais, assentam todas na distinção entre o individual e o social, identificado com o colectivo, basta observar que toda a acção histórica põe em presença dois estados da história (ou do social): a história no seu estado objectivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito, etc., e a história no seu estado incorporado, que se tornou *habitus*. Aquele que tira o chapéu para cumprimentar *reactiva*, sem saber, um sinal convencional herdado da Idade Média no qual, como relembra Panofsky os homens de armas costumavam tirar o seu elmo para manifestarem as suas intenções pacíficas⁸. Esta actualização da história é

* «placement» no texto original (N.T.).

** «l'événementiel» no texto original (N.T.).

⁸ E. Panofsky, *Essais d'icologie, les thèmes humanistes dans l'art de la Renaissance*, trad. de C. Herbertte e B. Teyssèdre, Paris, Gallimard, 1967, p. 15.

consequência do *habitus*, produto de uma aquisição histórica que permite a apropriação do adquirido histórico. A história no sentido de *res gestae* constitui a história feita coisa a qual é levada, «actuada», *reactivada* pela história feita corpo e que não só actua como traz de volta aquilo que a leva (segundo a dialéctica do levar e do ser-levado, bem descrita por Nicolai Hartmann⁹). Do mesmo modo que o escrito só escapa ao estado de letra morta pelo acto de leitura o qual supõe uma atitude e uma aptidão para ler e para decifrar o sentido nele inscrito, também a história objectivada, instituída, só se transforma em acção histórica, isto é, em história «actuada» e actuante, se for assumida por agentes cuja história a isso os predispõe e que, pelos seus *investimentos* anteriores, são dados a interessar-se pelo seu funcionamento e dotados das aptidões necessárias para a pôr a funcionar. A relação com o mundo social não é a relação de causalidade mecânica que frequentemente se estabelece entre o «meio» e a consciência, mas sim uma espécie de cumplicidade ontológica: quando a história que frequenta o *habitus* e o *habitat*, as atitudes e a posição, o rei e a sua corte, o patrão e a sua empresa, o bispo e a sua diocese, é a mesma, então é a história que comunica de certo modo com ela própria, se reflecte nela própria, se reflecte ela própria. A história «sujeito» descobre-se ela mesma na história «objecto»; ela reconhece-se nas «sínteses passivas», «antepredicativas», estruturas estruturadas antes de qualquer operação estruturante ou de qualquer expressão linguística. A relação dóxica com o mundo natal, essa espécie de empenhamento ontológico que o senso prático instaura, é uma relação de pertença e de posse na qual o corpo apropriado pela história se apropria, de maneira absoluta e imediata, das coisas habitadas por essa história¹⁰.

A relação originária com o mundo social a que estamos acostumados, quer dizer, para o qual e pelo qual somos feitos,

⁹ N. Hartmann, *Das Problem des geistigen Seins*, Berlim, 1933, p. 172.

¹⁰ É, ao que me parece, o que o Heidegger dos últimos escritos e Merleau-Ponty (especialmente em *Le Visible et l'Invisible*) tentaram exprimir na linguagem da ontologia, quer dizer, um aquém «selvagem» ou «bárbaro» — eu diria simplesmente prático — da relação intencional com o objecto.

é uma relação de *posse*, que implica a posse do possuidor por aquilo que ele possui. Quando a herança se apropriou do herdeiro, como diz Marx, o herdeiro pode apropriar-se da herança. E esta apropriação do herdeiro pela herança, esta apropriação* do herdeiro à herança, que é a condição da apropriação da herança pelo herdeiro (e que nada tem de mecânico nem de fatal), realiza-se pelo efeito conjugado dos condicionamentos inscritos na condição do herdeiro e da acção pedagógica dos predecessores, proprietários apropriados. O herdeiro herdado, apropriado à herança, não precisa de *querer*, quer dizer, de deliberar, de escolher, ou de decidir conscientemente, para fazer o que é apropriado, aquilo que convém aos interesses da herança, da sua conservação e do seu aumento: embora possa não saber nem o que faz nem o que diz, ele nunca fará nem dirá nada que não esteja em conformidade com as exigências da herança. Luis XIV está de tal forma identificado com a posição por ele ocupada no campo da gravitação do qual é o sol que seria inútil tentar determinar, entre todas as acções que se desenrolam no campo, quais as que são produto da sua vontade, como discernir, numa sinfonia, aquilo que é produzido pelo maestro daquilo que é produzido pelos músicos. A sua própria vontade de dominar é produto do campo que ela domina e faz reverter para ele todas as coisas: «Os privilegiados, presos nas redes que lançavam uns aos outros, mantinham-se, por assim dizer, uns aos outros nas posições respectivas, mesmo que só contra vontade suportassem o sistema. A pressão que os inferiores ou os menos privilegiados exerciam sobre eles forçava-os a defenderem os seus privilégios. E vice-versa: a pressão vinda de cima impelia os menos favorecidos, para se libertarem dela, a imitarem aqueles que tinham conseguido chegar a uma posição mais favorável; por outras palavras, entravam no círculo vicioso de rivalidade das precedências. O que tinha o direito de fazer parte da «primeira entrada»**, de apresentar a camisa ao rei, desprezava o que só

* para não perturbar o desenvolvimento do raciocínio mantemos a palavra «apropriação»: o sentido é, evidentemente, *acomodação a* ou *adequação a* (N.T.).

** a saber, no quarto do rei (N.T.).

tinha direito a fazer parte da «terceira entrada» e não admitia, de forma alguma, ceder-lhe o lugar. O príncipe sentia-se superior ao duque, o duque superior ao marquês e, no conjunto, enquanto membros da «nobreza» nem podiam nem admitiam ceder perante os plebeus sujeitos ao imposto. Uma atitude gerava a outra; pelos efeitos de acção e de reacção, o mecanismo social equilibrava-se, estabilizava-se numa espécie de equilíbrio instável»¹¹. Assim, um «Estado» que se tornou no símbolo do absolutismo e que apresenta ao mais alto nível, para o próprio monarca absoluto («o Estado sou eu»), o mais directamente interessado nesta representação, as aparências do Aparelho, dissimula na realidade um campo de lutas no qual o detentor do «poder absoluto» deve, ele próprio, envolver-se pelo menos quanto baste para sustentar as divisões e as tensões, quer dizer, o próprio campo, e para mobilizar a energia gerada pelo equilíbrio das tensões. O princípio do movimento perpétuo que agita o campo não reside num qualquer primeiro motor imóvel — o Rei-Sol neste caso — mas sim na própria luta que, sendo produzida pelas estruturas constitutivas do campo, reproduz as estruturas e as hierarquias deste. Ele reside nas acções e nas reacções dos agentes que, a menos que se excluam do jogo e caiam no nada, não têm outra escolha a não ser lutar para manterem ou melhorarem a sua posição no campo, quer dizer, para conservarem ou aumentarem o capital específico que só no campo se gera, contribuindo assim para fazer pesar sobre todos os outros os constrangimentos, frequentemente vividos como insuportáveis, que nascem da concorrência¹². Em suma, ninguém pode lucrar com o jogo, nem mesmo os que o dominam, se se envolver no jogo, sem se deixar levar por ele: significa isto que não haveria jogo sem a crença no jogo e sem as vontades, as intenções, as aspirações que dão vida aos

¹¹ N. Elias, *La société de cour*, Paris, Calmann-Lévy, 1974, p. 75-76 [trad. portuguesa, *A sociedade de corte*, trad. Ana M. Alves, Lisboa, Estampa, 1986].

¹² A única liberdade absoluta que o jogo concede é a liberdade de *sair do jogo* por meio de uma renúncia heróica a qual, a não ser que crie um outro jogo, não obtém a *ataraxia* senão à custa daquilo que é, do ponto de vista do jogo e da *illusio*, uma morte social.

agentes e que, sendo produzidas pelo jogo, dependem da sua posição no jogo e, mais exactamente, do seu poder sobre os títulos objectivados do capital específico — precisamente aquilo que o rei controla e manipula jogando com a margem que o jogo lhe deixa¹³.

Ao atribuírmos, como faz o mau funcionalismo, os efeitos de dominação a uma vontade única e central, ficamos impossibilitados de apreender a contribuição própria que os agentes (incluindo os dominados) dão, quer queiram quer não, quer saibam quer não, para o exercício da dominação por meio da relação que se estabelece entre as suas atitudes, ligadas às suas condições sociais de produção, e as expectativas e interesses inscritos nas suas posições no seio desses campos de luta, designados de forma estenográfica por palavras como Estado, Igreja ou Partido¹⁴. A submissão a certos fins, significações ou interesses transcendentais, quer dizer, superiores e exteriores aos interesses individuais, raramente é efeito de uma imposição imperativa e de uma submissão consciente. É assim, porque os fins ditos objectivos, que só se revelam, no melhor dos casos, tarde demais e do exterior, nunca são apreendidos e postos como tais de modo imediato, na própria prática, por nenhum dos agentes, nem mesmo pelos mais interessados — aqueles que teriam mais interesse em fazer deles os seus fins conscientes — quer dizer, os agentes dominantes. A subordinação do conjunto das práticas a uma mesma intenção objectiva, espécie

¹³ «O rei não se limita a observar a ordem hierárquica transmitida pelos seus predecessores. A etiqueta permite-lhe uma certa margem de manobra, de que ele se serve para determinar a parte de prestígio de cada um, mesmo nos assuntos pouco importantes. Ele tira proveito das disposições psicológicas que reflectem as estruturas hierárquicas e aristocráticas da sociedade; ele tira proveito da rivalidade dos cortesãos, sempre à procura de prestígio e de graças, para modificar, por meio de um doseamento hábil dos sinais de favor, a posição e a consideração dos membros da sociedade de corte em função das necessidades do seu poder, para criar tensões internas e deslocar a seu bel-prazer os centros de equilíbrio» (N. Elias, *op. cit.*, pp. 77-78).

¹⁴ A teoria dos Aparelhos deve, sem dúvida, uma parte do seu sucesso ao facto de permitir uma denúncia abstracta do Estado ou da Escola que reabilita os agentes, consentindo que eles vivam no desdobramento da sua prática profissional e das suas opções políticas.

de orquestração sem maestro, só se realiza mediante a concordância que se instaura, como por fora e para além dos agentes, entre o que estes são e o que fazem, entre a sua «vocação» subjectiva (aquilo para que se sentem «feitos») e a sua «missão» objectiva (aquilo que deles se espera), entre o que a história fez deles e o que ela lhes pede para fazer, concordância essa que pode exprimir-se no sentimento de estar bem «no seu lugar», de fazer o que se tem que fazer, e de o fazer com gosto — no sentido objectivo e subjectivo — ou na convicção resignada de não poder fazer outra coisa, o que também é uma maneira, menos feliz certamente, de se sentir destinado para o que se faz.

A história objectivada, institucionalizada, só se torna «actuada» e actuante se o posto — mas também o instrumento ou o livro, ou até mesmo o «papel» socialmente designado e reconhecido, «assinar uma petição», «participar numa manifestação», ou ainda a «personagem» historicamente reconhecida, o intelectual aventureiro ou a boa dona de casa, o funcionário íntegro ou o «homem de palavra» — encontrar, como se de um fato ou de uma casa se tratasse, alguém que o ache interessante e nele veja vantagens, alguém que nele se reconheça quanto baste para se responsabilizar por ele e o assumir¹⁵. Isto faz com que tantas acções, e não só as do funcionário identificado com a sua função¹⁶, se apresentem como *cerimónias* por meio das quais os agentes — que nem por isso são *actores* desempenhando *papéis* — entram na pele da personagem social que deles se espera e que eles esperam de si próprios (é a vocação), e isto pela força desta *coincidência* imediata e total do *habitus* e do hábito que faz o verdadeiro monge. O criado de café não brinca aos criados de café, como

¹⁵ Pensamos em Marx quando evoca os revolucionários de 1789 e os seus modelos romanos, e no que ele poderia ter dito se tivesse visto 1968 e todas as personagens directamente saídas de um filme de cine-clube.

¹⁶ O funcionário quando lembra que «o regulamento é o regulamento» reivindica a identificação, exigida pelo regulamento, da «pessoa» com o regulamento, contra aqueles que fazem apelo à «pessoa», aos seus sentimentos, à sua «compreensão», à sua «indulgência», etc.

pretende Sartre*. Ao vestir a sua farda, feita de maneira a exprimir uma forma democratizada e burocratizada da dignidade dedicada do servidor da grande casa, e ao cumprir o cerimonial da diligência e da solicitude — que pode ser uma estratégia para disfarçar um atraso, um esquecimento ou para vender um mau produto — ele não se faz coisa (ou «em si»). O seu corpo, em que está inscrita uma história, *casa-se com* a sua função, quer dizer, uma história, uma tradição, que ele nunca viu senão encarnada em corpos ou, melhor, nessas vestes «habitadas» por um certo *habitus* a que chamamos criados de café. O que não significa que ele tenha aprendido a ser criado de café imitando outros criados de café, deste modo constituídos em modelos. Ele identifica-se com a função de criado de café, como a criança se identifica com o seu pai (social) e adopta, sem sequer precisar de «fingir», uma maneira de mexer a boca ao falar ou de mexer os ombros a andar, que lhe parece constituir o ser social do adulto perfeito¹⁷. Nem sequer se pode dizer que ele se toma por um criado de café; ele está demasiado apanhado pela função que lhe era naturalmente (isto é, socio logicamente) destinada (como, por exemplo, filho de pequeno comerciante que tem de ganhar o suficiente para se instalar por conta própria), para ter mesmo uma ideia dessa distância. E basta que ponhamos um estudante na posição dele (como se vê, hoje em dia, à testa de certos restaurantes de «vanguarda») para este marcar, por muitos sinais, a distância que pretende manter, fingindo precisamente desempenhá-la com um *papel*, em relação a uma função que não corresponde à ideia (socialmente constituída) que ele tem do seu ser, quer

* O passo célebre, de *L'Être et le Néant* diz: «Il joue, il s'amuse. Mais à quoi donc joue-t-il?... il joue à être garçon de café» (Ed. 1957, p. 99). (o criado de café *diverte-se*, pois, fingindo ser criado de café) — (N.T.).

¹⁷ Como bem mostra Carl Schorske, no caso de Freud, (C. Schorske, *Fin-de-siècle Vienna, Politics and Culture*. New York, A. Knopf, 1980, pp. 181-203), os obstáculos «psicológicos» e os obstáculos sociais à identificação estão inextricavelmente misturados e deveriam ser levados em conta conjuntamente em qualquer análise que tenha em vista explicar a razão dos desvios em relação à trajectória inscrita no património social («falhanços» que podem evidentemente ser êxitos de outro ponto de vista, como quando o filho do banqueiro se faz pintor).

dizer, do seu destino social, função para a qual não se sente talhado e na qual, como diz o consumidor sartriano, não está disposto a «ficar preso». E para provar que a relação do intelectual com a posição de intelectual não é de outra natureza, e que o intelectual não se distancia mais da sua posição do que o criado de café em relação ao seu posto e daquilo que o define em exclusivo — quer dizer, a ilusão da distância em relação a todos os postos, — basta-nos ler *como um documento antropológico*¹⁸ a análise pela qual Sartre prolonga e «universaliza» a célebre descrição do criado de café: «Por mais que desempenhe as funções de criado de café, só posso sê-lo em modo neutralizado, como o actor é Hamlet, fazendo mecanicamente os *gestos típicos* da minha condição e visando-me como criado de café imaginário por meio desses gestos tomados como *analogon*. O que eu tento realizar é um ser-em-si do criado do café, como se não estivesse nas minhas possibilidades conferir aos meus deveres e aos direitos da minha condição o seu valor e a sua urgência, como se não fosse da minha livre escolha levantar-me todos os dias às cinco horas da manhã ou ficar na cama, sujeitando-me a ser despedido. Como se pelo facto de eu dar existência a este papel, eu não o transcendesse em todos os sentidos, eu me não constituísse como um *para-além* da minha condição. No entanto, não há dúvida de que eu *sou*, em certo sentido, criado de café — em caso contrário, não poderia eu, do mesmo modo, chamar-me diplomata ou jornalista?»¹⁹. Seria preciso determo-nos em cada palavra desta espécie de produto maravilhoso do inconsciente social que, graças ao duplo jogo consentido por um uso exemplar do *eu* fenomenológico, projecta uma consciência de intelectual numa prática de criado de café, ou no *analogon* imaginário desta prática, produzindo uma espécie de quimera social, monstro

¹⁸ É um pouco injusto tomar para objecto de análise um texto que tem o mérito de conduzir à explicitação completa — daí o seu interesse — as dimensões mais encobertas, até mesmo mais secretas, de uma experiência vivida do mundo social de que podemos ver cada dia as manifestações parciais ou enfraquecidas.

¹⁹ J. P. Sartre, *L'Être et le Néant*, Paris, Gallimard, 1942, p. 100.

com corpo de criado de café e cabeça de intelectual²⁰: não será preciso ter a liberdade de ficar na cama sem se ser despedido para descobrir aquele que se levanta às cinco horas da manhã para varrer as salas e pôr a funcionar a máquina do café antes da chegada dos clientes como libertando-se (livremente?) da liberdade de ficar na cama, correndo o risco de ser despedido? Reconhece-se aqui a lógica — a da identificação narcisista com um fantasma —, segundo a qual outros produzem hoje um operário totalmente empenhado nas «lutas» ou, pelo contrário, por simples inversão, como nos mitos, desesperadamente resignado a não ser senão aquilo que é, ao seu «ser-em-si» de operário, desprovido da liberdade que é dada a outros por contarem, entre as suas possibilidades, com posições como as de diplomata ou de jornalista²¹.

Significa isto que, nos casos de *coincidência* mais ou menos perfeita entre a «vocação» e a «missão» — entre a «procura» inscrita quase sempre de maneira implícita, tácita, até mesmo secreta na posição e a «oferta» oculta nas atitudes — seria inútil procurar distinguir o que nas práticas decorre do efeito das posições e o que decorre do efeito das atitudes introduzidas pelos agentes nessas posições que são próprias para comandar a sua percepção e a sua apreciação da posição, logo, a sua maneira de a manter e, ao mesmo tempo, a própria «realidade» da posição. Esta dialéctica nunca se mostra tão bem, paradoxalmente, como no caso das posições situadas em zonas de incerteza do espaço social e das profissões pouco «profissionalizadas», quer dizer, ainda mal definidas em relação tanto às condições de acesso como às condições de exercício: estes

²⁰ Vemos o que se ganha em substituir o eu pessoal-impessoal que oferece tantas facilidades às projecções fantasmáticas por um sujeito socialmente caracterizado (os empregados de comércio, os quadros do sector privado).

²¹ Como tentei mostrar noutro lugar, esta propensão para dar a relação «intelectual» com a condição operária pela relação operária com esta condição não desaparece necessariamente pelo facto de se ocupar, por um momento, como observador ou como actor, a posição do operário (a excepção é, para mim, o livro de Nicolas Dubost, *Flins sans fin*, Paris, Maspero, 1979 — documento notável, entre outras coisas, sobre a lógica da mistificação e da desmistificação da classe operária).

postos, a fazer mais propriamente do que feitos — feitos para serem feitos —, são feitos para aqueles que são e se sentem feitos para fazerem o seu posto, que não se sentem feitos para os postos já feitos e que, entre as velhas alternativas, escolhem *contra* o já feito e *por* o que se faz, *contra* o fechado e pelo aberto*²². A definição destes postos mal definidos, mal delimitados, mal garantidos, reside, paradoxalmente, na liberdade que consentem aos seus ocupantes de os definir e de os delimitar introduzindo-lhes os seus limites, a sua definição, toda a necessidade incorporada que é constitutiva do seu *habitus*. Estes postos serão o que são os seus ocupantes ou, pelo menos, aqueles que, nas lutas internas da «profissão» e nas confrontações com as profissões afins e concorrentes, consigam impôr a definição da profissão mais favorável àquilo que eles são. Isto não depende somente deles ou dos seus concorrentes, quer dizer, da relação de forças no interior do campo em que se situam, mas também do estado da relação de forças entre as classes que, fora de qualquer estratégia consciente de «recuperação», decidirá acerca do sucesso social partilhado pelos diferentes bens ou serviços produzidos na luta e pela luta com os concorrentes imediatos e da investidura institucional concedida àqueles que os produzem. E a institucionalização das divisões «espontâneas» — que se opera pouco a pouco, à prova dos factos, quer dizer, das *sanções* (positivas ou negativas) de toda a espécie

* de «estes postos» até «aberto» a tradução está feita, quase exactamente, à letra — *sublinhado nosso* (N.T.).

²² Temos sempre uma filosofia espontânea da história; e a filosofia da história da sua história, quer dizer, da sua posição e da sua trajectória no espaço social. Esta espécie de «intuição central», que permite que nos situemos em relação às grandes alternativas «teóricas» ou «políticas» do momento (determinismo/liberdade; «estruturalismo»/espontaneísmo; PC/esquerdismo, etc.), e em que se exprime muito directamente a relação com o mundo social, está na origem da visão do mundo social e das tomadas de posição políticas, como também das opções aparentemente mais elementares e mais inocentes da prática científica. (A cientificidade da ciência social mede-se pela sua capacidade de constituir estas alternativas como objecto e de apreender as determinantes sociais das opções que se determinam em relação a elas. E uma das dificuldades da escrita advém, no caso das ciências sociais, de que ela deve tentar iludir e desmentir de antemão as leituras que apliquem à análise as grelhas que ela se esforça por objectivar).

que a ordem social inflige aos empreendimentos (subvenções, encomendas, nomeações, titularizações, etc.) — conduz ao que se revelará posteriormente como uma nova divisão do trabalho de dominação, mas cujos desígnios não poderiam ser concebidos pelo mais consciente ou pelo mais inspirado dos tecnocratas²³. O mundo social está assim povoado de instituições que ninguém concebeu nem quis, cujos «responsáveis» aparentes não só não sabem dizer — nem mesmo mais tarde graças à

²³ Seria (será) preciso analisar nesta lógica toda a transformação das relações entre as fracções dominantes e as fracções da classe dominante que se operou em França desde há vinte anos, quer dizer, a redução progressiva, pelo efeito de diferentes factores, da autonomia relativa do campo intelectual, redução cujo indicador mais significativo é, sem dúvida, o aparecimento de um *mecenato burocrático* e, correlativamente, o peso crescente (pelo menos numericamente) dos intelectuais ligados directamente e, por vezes, administrativamente, a uma procura burocrática. O efeito principal de um financiamento directo da pesquisa controlado por funcionários especializados poderia ser o de ter habituado os investigadores a reconhecerem uma forma de dependência *directa* em relação a autoridades e a exigências *externas* ao próprio campo de produção. Este efeito só podia ser obtido com a cumplicidade dos investigadores ou, mais exactamente, graças à cumplicidade entre os investigadores (ou pelo menos, aqueles que, entre eles, tinham mais interesse na heteronomia — em relação a *qualquer* poder exterior) e a vanguarda da tecnocracia da ciência cuja oposição (socialmente fundamentada) os sectores dominantes da burocracia predispunha a favorecer a instauração, perante o discurso tecnocrático, de um «discurso tecnocrítico» (como diz Jean-Claude Chamboredon). Para passar mais além e romper com as filosofias da história que, ao situarem o processo histórico muito alto (ou muito profundo), produzem o efeito de pôr fora de jogo os agentes e os seus desprendimentos insensíveis e frequentemente imperceptíveis, seria preciso analisar ao mesmo tempo as mudanças estruturais (como as que aconteceram no campo das escolas superiores e na reprodução das divisões no seio da classe dominante) e a série infinita dos *diferenciais sociais* que, ao acumularem-se imperceptivelmente, dão origem a um estado totalmente novo do campo intelectual e das suas relações com o campo do poder económico e político. Seria preciso analisar os deslizos insensíveis que conduziram, em menos de trinta anos, de um estado do campo intelectual em que era tão necessário ser-se comunista que não era preciso ser-se marxista a um estado em que era tão chique ser-se marxista que até se podia «ler» Marx, para se chegar a um estado em que a última palavra da moda é de se ser indiferente a tudo, e em primeiro lugar, ao marxismo. (Quantas histórias de vida nesta história! Quanta necessidade nestas liberdades sucessivas!).

ilusão retrospectiva, como se «inventou a fórmula», — como também se surpreendem que elas possam existir como existem, tão bem adaptadas a fins²⁴ nunca formulados expressamente pelos seus fundadores.

Mas os efeitos da dialéctica entre as propensões inscritas nos *habitus* e nas exigências implicadas na definição do posto não são menores, embora sejam menos aparentes, nos sectores mais regulados e rígidos da estrutura social, como as profissões mais antigas e as mais codificadas da função pública. É assim que algumas das características mais marcadas da conduta dos pequenos funcionários, quer se trate da tendência para o formalismo, feiticismo da pontualidade ou da rigidez em relação ao regulamento, ao invés de ser produto mecânico da organização burocrática, são a manifestação, na lógica de uma *situação particularmente favorável à sua passagem ao acto*, de um sistema de atitudes que se manifesta também fora da situação burocrática e que *bastaria* para predispor os membros da pequena burguesia às virtudes exigidas pela ordem burocrática e enaltecidas pela ideologia do «serviço público», probidade, minúcia, rigorismo e propensão para a indignação moral²⁵. Esta hipótese encontrou uma espécie de verificação experimental nas transformações surgidas, desde há alguns anos, em diferentes serviços públicos, e em particular nos Correios, ligadas ao aparecimento, entre os jovens funcionários subalternos — vítimas de uma desqualificação estrutural —, de atitudes menos conformes às expectativas da instituição²⁶. Só se pode, pois, compreender o funcionamento das instituições burocráticas se se ultrapassar a oposição fictícia entre uma visão «estruturalista», por um lado, que tende a procurar nas características morfológicas e estruturais o fundamento das «leis de bronze» das burocracias, consideradas como mecanismos capa-

²⁴ É o que mostra bem, por exemplo, Jean Tavarès na sua análise (a publicar) da génese e do funcionamento do «Centre catholique des intellectuels français».

²⁵ Cf. P. Bourdieu e J.C. Passeron, *La reproduction, éléments pour une théorie du système d'enseignements*, Paris, Minuit, 1970, p. 227.

²⁶ Cf. P. Bourdieu, *La distinction, critique sociale du jugement*, Paris, Minuit, 1979, pp. 159-165.

zes de estabelecer os seus próprios fins e de os impor aos agentes e, por outro lado, uma visão «interaccionista» ou psico-sociológica, que tende a considerar as práticas burocráticas como produto das estratégias e das interações dos agentes, ignorando tanto as condições sociais de produção dos agentes (dentro da instituição mas também fora dela) como as condições institucionais do exercício da sua função (como as formas de controle sobre o recrutamento, a promoção ou a renumeração). É verdade que a especificidade dos campos burocráticos como espaços relativamente autónomos de posições institucionalizadas, reside na capacidade, que constitui essas posições (definidas na sua *categoria*, na sua alçada, etc.), de conseguir que os seus ocupantes produzam todas as práticas inscritas na definição do posto, através do efeito directo e visível — logo geralmente associado à ideia de burocracia — dos regulamentos, das directivas, das circulares, etc., e, sobretudo, por intermédio do conjunto de mecanismos de vocação-cooptação que contribuem para ajustar os agentes ao seu posto ou, mais precisamente, as suas atitudes às suas posições; e, em seguida, de conseguir que a essas práticas, e somente a essas, seja reconhecida uma certa autoridade estatutária. Mas, mesmo neste caso, é tão errado tentar compreender as práticas a partir da lógica imanente do espaço das posições (definidas, em dado momento, quer dizer no termo de uma certa história, no seu número, no seu estatuto jurídico, etc.), como tentar explicá-las unicamente a partir das atitudes «psico-sociológicas» dos agentes, sobretudo separadas das suas condições de produção. Na realidade, trata-se aqui ainda de um caso particular de encontro, mais ou menos «bem sucedido», entre as posições e as atitudes, quer dizer, entre a história objectivada e a história incorporada: a tendência do campo burocrático para «degenerar» em instituição «totalitária», que exige a identificação completa e mecânica (*perinde ac cadaver*) do «funcionário» com a função, do *apparatchik* com o aparelho, não está ligada de maneira mecânica aos efeitos morfológicos que a dimensão e o número podem exercer sobre as estruturas (através, por exemplo, dos constrangimentos impostos à comunicação) e sobre as funções; ela só se poderá realizar se contar com a colaboração

consciente de certos agentes ou com a cumplicidade inconsciente das suas atitudes — o que deixa um lugar para a eficácia libertadora da tomada de consciência. Quanto mais nos afastamos do funcionamento normal dos campos como campos de lutas para passar a estados-limites, sem dúvida nunca atingidos, nos quais, com o desaparecimento de toda a luta e de toda a resistência à dominação, o campo se torna rígido, reduzindo-se a uma «instituição totalitária» no sentido de Goffman ou, em sentido rigoroso, a um *aparelho*, que está à altura de tudo exigir sem condições nem concessões e que, nas suas formas extremas — quartel, prisão ou campo de concentração —, dispõe dos meios para aniquilar simbolicamente e praticamente o «velho homem», tanto mais a instituição tende a consagrar agentes que tudo dão à instituição (ao «Partido» ou à «Igreja», por exemplo) e que realizam esta *oblação* de maneira tanto mais fácil quanto menos capital possuírem fora da instituição, logo, quanto menos *liberdade* tiverem em relação a ela e em relação ao capital e aos ganhos específicos que ela oferece²⁷. O *apparatchik*, que tudo deve ao aparelho, é o aparelho feito homem e podem-se-lhe confiar as mais altas responsabilidades pois ele nada pode fazer em prol dos seus interesses que contribua *eo ipso* para defender os interesses do aparelho; tal como o oblato, ele está predisposto a proteger a instituição, com a mais firme convicção, dos desvios heréticos daqueles a quem um capital adquirido fora da instituição autoriza e impele a distanciarem-se das crenças e das hierarquias internas²⁸. Em suma, nos

²⁷ Cf. J. Verdès-Leroux, «L'art de parti; le parti communiste français et ses peintres (1947-1954)», *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1979, n.º 28, pp. 33-55, e os seus trabalhos (a publicar) sobre as relações entre o Partido Comunista e os «seus» intelectuais.

[Cf., por exemplo, «Une institution totale auto-perpétuée: le parti communiste français» e «Les invariants du parti communiste français», *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1981, n.º 36-37, pp. 33-81].

²⁸ As tomadas de posição dos diferentes partidos e a sua evolução no decurso do tempo compreendem-se tanto melhor, a partir unicamente da história interna do corpo dos membros permanentes e da lei que tende a subordinar o êxito no aparelho à conformidade com a lógica do aparelho, quanto mais importante for — como no caso do Partido Comunista Francês actualmente — a parte dos mandantes inertes e inoperantes por estarem

casos mais favoráveis a uma descrição mecanicista das práticas, a análise descobre uma espécie de ajustamento inconsciente das posições e das atitudes, verdadeiro princípio do funcionamento da instituição justamente naquilo que lhe confere a aparência trágica de máquina infernal.

Deste modo as condições de trabalho mais alineantes, mais repugnantes, mais próximas do trabalho *forçado*, são ainda apreendidas, assumidas e suportadas por um trabalhador que as percebe, as aprecia, as ordena, as acomoda e se lhes acomoda em função de toda a sua história própria e até mesmo da da sua descendência. Se a descrição das condições de trabalho mais alienantes e dos trabalhadores mais alienados soa frequentemente a falso — e, antes de mais, porque ela não permite que se compreenda que as coisas sejam e continuem a ser o que são — é porque, funcionando na lógica da quimera, ela não consegue explicar o acordo tácito estabelecido entre as condições de trabalho mais desumanas e os homens que estão preparados para as aceitar por terem condições de existência desumanas. As atitudes inculcadas pela experiência inicial do mundo social, a qual, em certas conjunturas, pode predispor os jovens trabalhadores a aceitarem, ou mesmo a desejarem, a entrada no mundo do trabalho, identificado com o mundo dos adultos, são reforçadas pela própria experiência do trabalho e por todas as transformações das atitudes que ela implica (e nas quais se pode pensar por analogia com as que Goffman descreve como constitutivas do processo de «asilização»): seria preciso evocar aqui todo o processo de *investimento* que leva os trabalhadores a contribuírem para a sua própria exploração pelo próprio esforço que fazem para se apropriarem do seu trabalho e

condenados à *fides implicita* e à entrega de si próprios, ou actuanes mas temporários (cf. P. Bourdieu, *op. cit.*, pp. 500 sgs.): esta «maioria silenciosa», ao mesmo tempo real e ausente, é a garantia de um «obreirismo» que é a arma com que sonham — sobretudo no seu uso contra a crítica intelectual — os membros permanentes de origem operária ou pequeno-burguesa, ou os intelectuais que, segundo a lei fundamental, propendem tanto mais a participar com eles num processo de legitimação mútua quanto menor é o capital intelectual de que dispõem, encontrando, ao mesmo tempo, maiores ganhos objectivos e subjectivos na repressão dos intelectuais mais inclinados à autonomia.

das suas condições de trabalho e que os faz *apegarem-se* ao seu *ofício* (em todos os sentidos do termo) por intermédio das próprias liberdades (ínfimas muitas vezes e quase sempre «funcionais») que lhes são concedidas e, também, claro, sob o efeito da concorrência que se gera nas diferenças (em relação aos OS*, aos emigrantes, às mulheres, etc.) constitutivas do espaço profissional que funciona como *campo*. Com efeito, exceptuando as situações-limites, próximas do trabalho forçado, vemos que a verdade objectiva do trabalho assalariado, quer dizer, a exploração, se torna possível, em parte, porque a verdade subjectiva do trabalho não coincide com a sua verdade objectiva. A própria indignação que ela suscita é testemunha disso, já que a experiência profissional, na qual o trabalhador só espera do seu trabalho (e do seu meio de trabalho) o salário, é vivida como mutilada, patológica e insustentável porque é desumana²⁹.

O acto de força objectivante necessário para constituir o trabalho assalariado na sua verdade objectiva de trabalho explorado, fez esquecer àquele que o cometia que esta verdade teve de ser conquistada contra a verdade subjectiva do trabalho a qual só *no limite* se encontra com a verdade objectiva. É este limite que o próprio Marx evoca quando observa que o desaparecimento das disparidades entre as taxas de lucro supõe a mobilidade da força de trabalho, a qual por seu lado supõe, entre outras coisas, «a indiferença do operário em relação ao conteúdo (*Inhalt*) do seu trabalho; a redução, levada aos extremos, do trabalho a *trabalho simples*, em todos os domínios da produção; o abandono, por parte de todos os trabalhadores, de todos os *preconceitos de vocação profissional*»³⁰. O que deste modo se lembra, é que existe um *investimento no próprio trabalho* que faz com que o trabalho proporcione um ganho específico, irreduzível ao lucro monetário: este «ganho» do trabalho, que constitui em parte o «interesse» pelo facto de trabalhar e que é,

* OS = operário especializado.

²⁹ P. Bourdieu e al., *Travail et travailleurs en Algérie*, Paris-La Haye, Mouton & Cie. 1963; e P. Bourdieu, *Algérie 60*, Paris, Minuit, 1977.

³⁰ Karl Marx, *Le Capital*, III, 2.^a secção, cap. X, Paris, Gallimard, 1968 (Bibl. de la Pléiade), tomo II, p. 988.

por outra parte, efeito da ilusão consitutiva da participação num campo, contribui para tornar o trabalho aceitável para o trabalhador apesar da exploração; ele contribui até, em certos casos, para uma forma de auto-exploração. Este investimento na própria actividade, que faz com que esta possa (no caso do artista ou do intelectual, por exemplo) ser vivida como livre e desinteressada em referência a uma definição restrita do interesse, identificada com o ganho material, com o salário, supõe de facto um acordo tácito infraconsciente entre as atitudes e a posição. Este ajustamento prático³¹, condição do investimento, do interesse (por oposição à indiferença) pela actividade exigida pelo posto, acha-se, por exemplo, realizado quando atitudes como aquelas a que Marx chama «os preconceitos de vocação profissional» e que se adquirem em certas condições (a hereditariedade profissional, por exemplo), encontram as condições da sua actualização em certas características do próprio trabalho, como uma certa liberdade de jogar com a organização das tarefas ou certas formas de concorrência no espaço do trabalho (prémios ou simples privilégios simbólicos, tais como os que são atribuídos aos operários mais velhos nas pequenas empresas familiares)³².

As diferenças nas atitudes, tal como as diferenças de posição (às quais elas se acham frequentemente associadas) estão na origem de diferenças de percepção e de apreciação e, por isso, de divisões bem reais³³. É assim que a evolução recente

³¹ Esta correspondência entre as atitudes e a posição nada tem, evidentemente, da submissão «psicológica», por vezes descrita como «fruição» («desfrutar do fascismo») que permite imputar aos dominados a «responsabilidade» da opressão que eles sofrem («o poder vem de baixo»).

³² A lógica da mobilização a qual leva a privilegiar aquilo que une em detrimento daquilo que divide não explica completamente a tendência das organizações de trabalhadores para ignorar as diferenças ligadas à trajectória. É toda a lógica da *politização* como esforço para «desprivatizar» a experiência da exploração e também a habitação a um modo de pensamento *mecanicista* que levam as análises mais subtis e mais rigorosas das condições de trabalho (cf., por exemplo, *CFDT, Les dégâts du progrès*, Paris, Ed. du Seuil, 1977) a reduzir o trabalhador ao seu posto de trabalho, ignorando tudo o que ele deve ao seu passado e tudo o que ele é fora da sua existência profissional.

³³ «Como pode um OP de manutenção, que pensa no seu trabalho e que, por vezes, gosta dele, censurar o trabalho capitalista pelas mesmas

do trabalho industrial no sentido limite indicado por Marx, isto é, no sentido do desaparecimento do trabalho «interessante», da «responsabilidade» e da «qualificação» (com todas as hierarquias correlativas) é percebida, apreciada e aceite de modo muito diferente, consoante se trate daqueles que, pela sua antiguidade na classe operária, pela sua qualificação e os seus «privilégios» relativos, são levados a defender «as conquistas», quer dizer, o interesse pelo trabalho, a qualificação mas também as hierarquias e, deste modo, uma forma de ordem estabelecida; ou daqueles que, nada tendo a perder por não serem qualificados e já estarem próximos de uma realização popular da quimera populista (como os jovens que passaram mais tempo no sistema escolar do que os mais velhos), são mais dados à radicalização das lutas e à contestação de todo o sistema; ou ainda daqueles que, também eles totalmente desprovidos — como os operários de primeira geração, as mulheres e, sobretudo, os imigrantes³⁴ —, têm uma capacidade de tolerância à exploração que parece ser de outra época³⁵. Em suma, nas mais extremas condições de constrangimento, as

coisas que um operário preso à sua cadeia de produção durante dez anos? E, no entanto, o OP também se revolta.» (N. Dubost, *op. cit.*, p. 65).

³⁴ Ainda neste caso, em graus diferentes segundo a sua origem geográfica e social e o tempo de imigração (cf. A. Sayad, «Les trois "âges" de l'immigration algérienne en France», in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1977, n.º 15, pp. 59-79).

³⁵ As divisões aparentes entre os sindicatos encobrem frequentemente aquelas divisões com que se debatem os diferentes sindicatos e que os dirigentes apreendem e tratam de maneira diferente em função da sua própria história e sobretudo em função da tradição na sua organização. (Não há dúvida de que a percepção e a apreciação das diferentes fracções da classe operária — e, em particular, do proletariado e do subproletariado — e da sua possível contribuição para a acção revolucionária dependem estreitamente da posição e da trajectória sociais daqueles que, intelectuais ou militantes, têm de tomar posição relativamente a estes problemas, e da afinidade que eles têm com a classe operária «estabelecida» e com as suas reivindicações ou com a classe operária «instável» e com as suas revoltas; de modo que os debates sobre o «emburguesamento» da classe operária e outras questões de filosofia da história revelam mais acerca daqueles que neles se envolvem do que acerca do objecto aparente do seu discurso (cf. P. Bourdieu, «Le paradoxe du sociologue», *Sociologie et sociétés*, XI, Abril de 1979, pp. 85-94).

mais favoráveis aparentemente à interpretação mecanicista que reduz o trabalhador ao seu posto de trabalho, que o *deduz* directamente do seu posto de trabalho, a actividade é bem o *relacionar* de duas histórias, e o presente o encontro de dois passados³⁶.

Wesen ist was gewesen ist. Podemos compreender que o ser social é aquilo que foi; mas também que aquilo que uma vez foi ficou para sempre inscrito não só na história, o que é óbvio, mas também no ser social, nas coisas e nos corpos. A imagem do porvir aberto, com possíveis infinitos, dissimulou que cada uma das novas opções (mesmo tratando-se das opções não-feitas do deixar-fazer) contribui para restringir o universo dos possíveis ou, mais exactamente, para aumentar o peso da necessidade *instituída* nas coisas e nos corpos, com a qual deverá contar uma política orientada para outros possíveis e, em particular, para todos aqueles que foram, a cada momento, afastados. O processo de instituição, de estabelecimento, quer dizer, a objectivação e a incorporação como acumulação nas coisas e nos corpos de um conjunto de conquistas históricas, que trazem a marca das suas condições de produção e que tendem a gerar as condições da sua própria reprodução (quanto mais não fosse pelo efeito de demonstração e de imposição das necessidades que um bem exerce unicamente pela sua existência), aniquila continuamente possíveis laterais. À medida que a história avança, estes possíveis tornam-se cada vez mais improváveis, mais difíceis de realizar, porque a sua passagem à existência

³⁶ Poder-se-ia, da mesma forma, descrever nesta lógica a relação entre os operários e as organizações sindicais ou políticas: também aqui o presente é o pôr-em-presença de dois passados que são, eles próprios, em parte, produto da sua interacção passada (é assim que, por exemplo, quando se mede empiricamente a consciência que os operários de uma dada sociedade podem ter, em dado momento, da divisão em classes ou da representação que têm do trabalho, dos seus direitos — em matéria de acidentes de trabalho, de despedimentos, etc. — se regista o efeito da acção passada dos sindicatos e dos partidos e se pode pensar que uma história diferente teria produzido representações e — num domínio em que a representação contribui largamente para constituir a realidade — realidades diferentes). Por outras palavras, a representação que eles têm da sua posição depende da relação entre as tradições que as organizações (e as suas divisões) oferecem e as suas atitudes.

suporia a destruição, a neutralização ou a reconversão de uma parte maior ou menor da herança histórica — que é também um capital —, e mesmo mais difíceis de pensar, porque os esquemas de pensamento e de percepção são, em cada momento, produto das opções anteriores transformadas em coisas³⁷. Qualquer acção que tenha em vista opor o possível ao provável, isto é, ao porvir objectivamente inscrito na ordem estabelecida, tem de contar com o peso da história reificada e incorporada que, como num processo de *envelhecimento*, tende a reduzir o possível ao provável.

Não há dúvida que é preciso ter sempre presente — contra todas as formas de determinismo tecnológico — que as potencialidades oferecidas pela lógica relativamente autónoma do desenvolvimento científico só podem advir à existência social enquanto técnicas — e intervir, se for caso disso, como motores da mudança económica e social na medida em que os seus efeitos económicos e sociais parecerem conformes aos interesses dos detentores do poder económico, quer dizer, apropriados a contribuirem para a valorização máxima do capital nos limites da reprodução das condições sociais da dominação necessária à obtenção dos ganhos³⁸. Mas não deixa

³⁷ Assim, as irrupções, através das revoltas estudantis, de novas formas de luta, atribuindo maior relevo às manifestações simbólicas, fez aparecer retrospectivamente os limites (até as críticas) que o movimento operário, de algum modo prisioneiro da sua confiança em formas de acção experimentadas, tinha imposto aos seus projectos.

³⁸ Devemos abster-nos, mais uma vez, de ler este processo numa lógica puramente teleológica, como faz certa crítica ingénua e falsamente radical da ciência: a ciência não serviria tão bem a indústria (e até, sendo caso disso, a indústria de guerra) se todos os investigadores (e sobretudo aqueles que, pela sua forte competência, quer dizer, pelo seu capital específico, são levados a uma grande distância em relação às pressões externas) estivessem directamente orientados para os fins que as suas descobertas poderão vir a servir (da mesma forma, devemos abster-nos de sobrestimar, como faz a visão criptocrática, a capacidade dos dirigentes para avaliarem racionalmente os efeitos económicos e sobretudo sociais das invenções bem recebidas). Os investigadores não conhecem nem reconhecem fins a não ser os *interesses* (vividos como desinteressados e implicando, frequentemente, a indiferença em relação às utilizações técnicas possíveis) que se geram na concorrência no seio do campo relativamente autónomo da

de ser certo que, como resultado de uma longa série de opções sociais que se apresenta em forma de um conjunto de necessidades técnicas, a herança tecnológica tende a tornar-se num verdadeiro *destino social*, que exclui não só certos possíveis ainda no estado de possíveis mas também a possibilidade real de excluir muitos dos possíveis já realizados. Basta pensar nas centrais nucleares que, uma vez construídas, tendem a impor-se não só pela sua função técnica mas também por todas as cumplidões que encontram naqueles que nelas ou nos seus produtos têm interesses. Podemos também evocar a opção que se esboçou por volta dos anos sessenta, para favorecer o acesso à propriedade imobiliária, para grande proveito dos bancos e, em particular, dos inventores do «crédito personalizado», em lugar de se seguir uma política de habitação social (bairros sociais*, etc.) e que teve como efeito, entre outras coisas, ligar uma fracção dos membros da classe dominante e das classes médias à ordem política que lhes parecia mais adequada a garantir o seu capital. Assim, quanto mais um poder dura, maior é a parte irreversível com a qual terão de contar aqueles que conseguirem derrubá-lo.

É isto que bem se vê nas situações pós-revolucionárias em que a história reificada e incorporada opõe a sua resistência surda e dissimulada às atitudes e às estratégias reformistas ou revolucionárias, elas próprias em grande parte definidas pela mesma história que tencionam combater. A história instituída vence necessariamente as revoluções parciais ou, mais exactamente, *unilaterais*: as transformações mais radicais das condições de apropriação dos instrumentos de produção dão à história incorporada a possibilidade de reintroduzir insensivelmente as estruturas objectivas (económicas e sociais), de que são produto; pelo contrário, é sabido o que acontece às políticas que esperam de uma simples *conversão* das atitudes uma trans-

pesquisa; e podem, com plena (boa) consciência, denunciar como *desvios indignos* as utilizações feitas das suas descobertas as quais nascem do *encontro não desejado* entre certos produtos do campo científico e as exigências da indústria.

* «H.L.M.» no texto original (Habitations à loyer modéré = casas de renda limitada) (N.T.).

formação das estruturas³⁹. As situações revolucionárias e pós-revolucionárias oferecem numerosos exemplos de desvios, patéticos e grotescos, entre a história objectivada e a história incorporada, entre *habitus* feitos para outros postos e postos feitos para outros *habitus*, os quais também se observam, numa escala menor, em qualquer ordem social, e muito especialmente nas zonas de incerteza da estrutura social. Em todos estes casos, a acção é uma espécie de luta entre a história objectivada e a história incorporada, luta essa que dura por vezes uma vida inteira para modificar o posto ou modificar-se a si mesmo, para se apropriar do posto ou ser por ele apropriado (nem que seja no próprio esforço para se apropriar dele, transformando-o). A história faz-se nesta luta, neste combate obscuro em que os postos moldam de modo mais ou menos completo os seus ocupantes que se esforçam por se apropriar deles; em que os agentes modificam de maneira mais ou menos completa os postos, talhando-os à sua medida. Ela faz-se em todas as situações em que a relação entre os agentes e o seu posto assenta num mal-entendido: é o caso daqueles responsáveis das quintas autogeridas, daqueles ministros, daqueles empregados que, a seguir à libertação da Argélia, entravam no posto e na pele do colono, do director, do comissário de polícia, deixando-se assim dominar, no próprio acto de apropriação, por uma história estrangeira⁴⁰; é o caso daqueles

³⁹ Se é verdade que a história pode desfazer o que a história fez, tudo se passa como se fosse preciso tempo para destruir os efeitos do tempo; como se as acelerações artificiais da história — que a vontade política pode, no melhor dos casos, produzir reforçando decisivamente as tendências imanentes que são conformes aos seus objectivos ou neutralizando pela violência as que vão em sentido oposto — tivessem como contrapartida os vestígios por elas deixados nas estruturas económicas e sociais (burocratização totalitária) e nos cérebros as quais, como se vê no caso da URSS, são tanto mais duradoiras (e tanto mais funestas, do próprio ponto de vista dos objectivos declarados) quanto maior tiver sido a violência exercida (cf. M. Lewin, «L'État et les classes sociales en URSS, 1929-1933, in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1976, n.º 1, pp. 2-31.

⁴⁰ A imposição explícita de uma história estrangeira — «Os Gauleses, nossos antepassados» — não passa do limite extremo, e deste modo, caricatural, de formas muito mais insidiosas de imposição de uma outra história, através da língua, da cultura e também através dos objectos, das

membros permanentes da C.G.T. * que, como bem mostra Pierre Cam, se «reconhecem» perfeitamente, devido às suas atitudes de classe, no «Conseil de Prud'hommes» **, uma dessas numerosas instituições criadas no século XIX por iniciativa das fracções «esclarecidas» da classe dominante na esperança de «reconciliar» o patrão e o operário: a justiça tipicamente paternalista proposta por este «tribunal familiar», explicitamente mandatado para exercer uma autoridade «paternal» e para regular as desavenças por meio do conselho e da conciliação, à maneira de um conselho de família, e des-socializando o conflito, encontra nos operários permanentes a expectativa de uma jurisprudência clara e rápida e nos seus representantes sindicais «a preocupação de dar uma imagem honrosa da classe operária» ⁴¹. Deste modo, a história reificada aproveita-se da falsa cumplicidade que a une à história incorporada para se apropriar do portador desta história, como fazem os dirigentes de Praga ou de Sófia, quando reproduzem uma versão pequeno-burguesa dos fastos burgueses. Estas astúcias da razão histórica ⁴² têm como princípio o efeito de *allodoxia* o qual resulta do

instituições, das modas (seria preciso analisar nesta lógica as vias mais dissimuladas do imperialismo americano).

⁴¹ P. Cam, *Sociologie des conseils de prud'hommes*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, tese de terceiro ciclo, 1980, e *Un tribunal familial, le conseil de prud'hommes* (a publicar). [Cf. *infra* capítulo sobre «A força do direito», nota 31].

⁴² Seria necessário acrescentar todas as que as homologias estruturais entre campos diferentes produzem e, em particular, todos os equívocos favorecidos pela homologia de posição entre os dominantes-dominados (no campo da classe dominante) e os dominados (no campo das classes). Uma forma particularmente exemplar da comunicação no mal-entendido que a homologia de posição na diferença de condição torna possível é a que se estabelece entre indivíduos que, embora situados em classes diferentes e, assim, fundamentalmente separados, têm no entanto de comum o estarem em posição instável nas classes respectivas — o que os predispõe a acolherem e a veicularem os discursos transclassistas (como os discursos religiosos).

* «Confédération Générale du Travail» = Confederação Geral do Trabalho (N.T.).

** Conselho constituído, em composição paritária, por membros eleitos por patrões e empregados e que tem como função julgar desavenças decorrentes das relações contratuais de trabalho (em diversas profissões da indústria e do comércio) (N.T.).

encontro fortuito e ignorado de séries históricas independentes. A história é também, como se vê, uma ciência do inconsciente. Ao trazer à luz tudo o que está oculto tanto pela doxa, cumplicidade imediata com a própria história, como pela alodoxia, falso reconhecimento baseado na relação ignorada entre duas histórias que leva a reconhecer-se numa outra história, a de uma outra nação ou de uma outra classe, a pesquisa histórica fornece os instrumentos de uma verdadeira tomada de consciência ou, melhor, de um verdadeiro autodomínio. Caímos constantemente na armadilha de um sentido que se faz, fora de nós, sem nós, na cumplicidade incontrolada que nos une, coisa histórica, à história coisa. Ao objectivar o que há de impensado social, quer dizer, de história esquecida, nos pensamentos mais vulgares ou nos mais cultos — problemáticas atacadas de necrose, palavras de ordem, lugares-comuns — a polémica científica, armada com tudo o que a ciência produziu, na luta permanente contra si própria e por meio da qual ela se supera a si própria, oferece àquele que a exerce e que a ela se submete uma probabilidade de saber o que diz e o que faz, de se tornar verdadeiramente no sujeito das suas palavras e dos seus actos, de destruir tudo o que existe de necessidade nas coisas sociais e no pensamento do social. A liberdade não consiste em negar *magicamente* esta necessidade, mas sim em conhecê-la, o que em nada obriga nem a autoriza a reconhecê-la: o conhecimento científico da necessidade encerra a possibilidade de uma acção que tem em vista neutralizá-la, logo, uma liberdade possível — quando o desconhecimento* da necessidade implica a forma mais absoluta de reconhecimento: enquanto a lei é ignorada, o resultado do deixar-fazer, cúmplice do provável, aparece como um destino; quando ela é conhecida, ele aparece como uma violência.

A sociologia só deixará de ser completamente aquilo que frequentemente se faz dela, isto é, uma ciência empenhada em revelar «os pensamentos dissimulados»**, como dizia Montaigne, um olhar desconfiado e maldoso que desengana, destruindo

* «méconnaissance» (ignorância, não-reconhecimento) (N.T.).

** «les pensées d'arrière-boutique» no texto original. (N.T.).

do a impostura e também as ilusões, um propósito de «redução» mascarado de «virtudismo» * do pensamento intransigente, na medida em que for capaz de se submeter completamente à interrogação a que ela submete toda a prática. Só podemos produzir a verdade do interesse se aceitarmos questionar o interesse pela verdade e se estivermos dispostos a pôr em risco a ciência e a respeitabilidade científica fazendo da ciência o instrumento do seu próprio pôr-se-em-causa. E isto na esperança de ter acesso à liberdade em relação à liberdade negativa e desmistificadora que a ciência oferece.

* traduzimos assim a palavra (aparente neologismo) «vertuisme» empregada pelo autor sem qualquer sinal — aspas ou sublinhado — a destacá-la. (N.T.).

CAPÍTULO V

A identidade e a representação Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região

A intenção de submeter os instrumentos de uso mais comum nas ciências sociais a uma *crítica epistemológica alicerçada na história social da sua génese e da sua utilização* encontra no conceito de região uma justificação particular¹. Com efeito, àqueles que vissem neste projecto de tomar para objecto os instrumentos de construção do objecto, de fazer a história social das categorias de pensamento do mundo social, uma espécie de desvio perverso da intenção científica, poder-se-ia objectar que a certeza em nome da qual eles privilegiam o conhecimento da «realidade» em relação ao conhecimento dos

¹ Este texto é o resultado de um trabalho empreendido, com o apoio da DGRST, no quadro de um grupo composto por economistas, etnólogos, historiadores e sociólogos. Só um conjunto de estudos de caso orientados pela intenção de apreender a génese do conceito de região e das representações que lhe estão associadas, de descrever os processos em jogo nos quais e por meio dos quais aquele conceito é produzido — o campo literário no caso do estereótipo elaborado pelos romancistas regionalistas, o campo universitário no caso da unidade física e social delimitada pelos historiadores, pelos geógrafos ou pelos politólogos, o campo social no seu conjunto no caso da unidade política reivindicada pelos movimentos regionalistas — podia dar uma ideia do universo de pressupostos, mais ou menos dissimulados, que se acham envolvidos em cada um dos usos do conceito. É por isso que, a estes estudos, se juntarão mais tarde o de Rémi Ponton sobre os romancistas regionalistas e sobre a evolução da temática dos romances regionais (em relação com as transformações do campo literário e do sistema escolar) e o de Jean-Louis Fabiani sobre o mercado dos bens culturais regionais (no caso da Córsega), e também o artigo de Enrico Castelnuovo e de Carlo Ginzburg sobre os efeitos da dominação simbólica na produção pictórica em Itália depois do Renascimento. [Este último estudo será publicado em versão portuguesa na obra intitulada *A Micro-história* de C. Ginzburg, que sairá na colecção *Memória e Sociedade*].

instrumentos de conhecimento nunca é, indubitavelmente, tão pouco fundamentada como no caso de uma «realidade» que, sendo em primeiro lugar, *representação*, depende tão profundamente do conhecimento e do reconhecimento.

As lutas pelo poder de di-visão

Primeira observação: a região é o que está em jogo como objecto de lutas entre os cientistas, não só geógrafos é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que existe uma política de «regionalização» e movimentos «regionalistas», economistas e sociólogos. Basta um exemplo, colhido dos acasos da leitura: «É preciso prestar homenagem aos geógrafos, eles foram os primeiros a interessarem-se pela economia regional. Por vezes mesmo eles tendem a reivindicá-la como uma coutada». A este respeito, escreve Maurice Le Lannou: «Admito que deixemos ao cuidado do sociólogo e do economista a descoberta das regras gerais — se as há — a partir do comportamento das sociedades humanas e do mecanismo das produções e das trocas. A nós, pertence-nos o concreto presente e diversificado que é a manta de retalhos multicolor das economias regionais (...). Os inquéritos regionais dos geógrafos apresentam-se frequentemente como estudos extremamente minuciosos, extremamente aprofundados de um espaço determinado. Em geral, estes trabalhos têm o aspecto de monografias descritivas de pequenas regiões; a sua multiplicidade, a abundância dos pormenores impedem que se compreendam os grandes fenómenos que levam ao progresso ou ao declínio das regiões consideradas. Dá-se igualmente demasiada importância aos fenómenos físicos, como se o Estado não interviesse, como se os movimentos de capitais ou as decisões dos grupos não produzissem efeitos. O geógrafo prende-se talvez demasiado ao que se vê, enquanto o economista se deve prender ao que se não vê. O geógrafo limita-se frequentemente à análise do conteúdo do espaço; ele olha muito pouco para além das fronteiras políticas ou administrativas da

região. Daqui, a tendência que ele tem para tratar a economia de uma região como uma entidade em que as relações internas são preponderantes. Para o economista, pelo contrário, a região seria tributária de outros espaços, tanto no que diz respeito aos seus aprovisionamentos como no que diz respeito aos seus escoamentos; a natureza dos fluxos e a importância quantitativa destes, por acentuarem a interdependência das regiões, seriam um aspecto a privilegiar. Se o geógrafo considera a localização das actividades numa região como um fenómeno espontâneo e comandado pelo meio natural, o economista introduz nos seus estudos um instrumento de análise particular — o custo². Este texto, que merecia ser citado mais longamente ainda, mostra bem que a relação propriamente científica entre as duas ciências tem as suas raízes na *relação social* entre as duas disciplinas e os seus representantes³. Com efeito, na luta para *anexar uma região do espaço científico* já ocupada pela geografia, o economista — que reconhece àquela o mérito de primeiro ocupante — designa de modo inseparável os limites das estratégias científicas do geógrafo (a sua tendência para o «internalismo» e a sua inclinação para aceitar o determinismo «geográfico») e os fundamentos sociais destas estratégias. Isto é feito por meio das qualidades e dos limites que ele atribui à geografia e que são claramente *reconhecidos* pelo porta-voz desta disciplina dominada e dada a contentar-se «modestamente» com aquilo que lhe é concedido, a isolar-se na região que as disciplinas mais «ambiciosas», sociologia e economia, lhe dão em partilha, quer dizer, o pequeno, o particular, o concreto, o real, o visível, a minúcia, o pormenor, a monografia, a descrição — por oposição ao grande, ao geral, ao abstracto, à teoria, etc. Assim, por um efeito que caracteriza, de modo

² R. Gendarme, *L'analyse économique régionale*, Paris, Cujas, 1976, pp. 12-13 (e M. Le Lannou, *La Géographie Humaine*, Paris, Flammarion, 1949, p. 244).

³ Sabe-se que os geógrafos e a geografia se acham no nível mais baixo da hierarquia social (medida por índices como a origem social e regional dos professores) das disciplinas das faculdades de Letras, enquanto a economia ocupa uma posição elevada nas faculdades de Direito, globalmente situadas em níveis mais altos do que as faculdades de Letras nesta hierarquia.

próprio, as relações de (mal)conhecimento* e de reconhecimento, os defensores da identidade dominada aceitam, quase sempre tacitamente, por vezes explicitamente, os princípios de identificação de que a sua identidade é produto.

Outra observação importante: esta luta pela autoridade científica é menos autónoma do que querem crer os que nela se acham envolvidos e verificar-se-ia facilmente que as grandes etapas da concorrência entre as disciplinas a respeito da noção correspondem, através de diferentes mediações — entre as quais os contratos de pesquisa não são das menos importantes — a momentos da política governamental em matéria de «ordenamento do território» ou de «regionalização» e a fase da acção «regionalista»⁴. É assim que a concorrência entre os geógrafos, até então em situação de quase monopólio, e os economistas parece ter-se fortemente desenvolvido a partir do momento em que a «região» (no sentido administrativo do termo — mas haverá outro?) começou a revestir-se de interesse para os economistas os quais, na Alemanha com August Loesch, e nos Estados Unidos com a *regional science*, e depois em França com a voga do «ordenamento do território», «aplicaram à realidade regional a sua aptidão específica de generalização», como diz um geógrafo com a «modestia» estatutariamente atribuída à profissão⁵. A irrupção dos sociólogos que, de modo

* (mé)connaissance» no texto original (N.T.).

⁴ Encontram-se elementos úteis para uma história social da política oficial em matéria de regionalização e dos debates que a rodearam no seio do pessoal político, a par de uma evocação das teses dos regionalistas, em P. Lagarde, *La régionalisation*, Paris, Seghers, 1977.

⁵ E. Juillard, «La région, essai de définition», *Annales de géographie*, Ser./Out., 1962, pp. 483-499. Seria preciso analisar as diferentes estratégias que o corpo dos geógrafos opôs às tentativas de anexação da economia, disciplina *socialmente* mais poderosa e capaz, por exemplo, de dar um fundamento empírico, se não uma justificação teórica, à região dos geógrafos, com a análise estatística dos *efeitos de contiguidade* (cf. J.R. Boudeville, *Aménagement du territoire et polarisation*, Paris, Ed. M. Th. Génin, 1972, pp. 25-27). Como sempre acontece no caso das lutas simbólicas, os geógrafos parecem ter-se visto divididos entre estratégias que, perfeitamente opostas na aparência (como a recusa irredentista pela politização e a acumulação sincrética das tradições próprias e das tradições alógenas, da *paisagem* dos antigos e dos *espaços funcionais* dos economistas), tinham de

diferente do dos etnólogos — suspeitos de passadismo e de localismo — estavam interessados no transregional, e até mesmo no transnacional — e de modo tanto mais claro quanto mais preocupados se mostravam com a sua identidade — parece ter coincido com o aparecimento (e foi mesmo um aspecto deste) em 1968 e depois, dos movimentos «regionalistas» de novo tipo que, graças a uma política de contratos, ofereciam ao investigador, mediante uma redefinição laxiorista da observação participante, o papel de companheiro de viagem que analisa o movimento no movimento.

Estas poucas indicações, que não são apresentadas com a pretensão de servirem de análise metódica das relações entre as diferentes ciências sociais, deveriam ser suficientes para dar a ideia de que o objecto da ciência, a saber a concorrência pelo monopólio da divisão * legítima também pertence ao domínio da ciência, isto é, está também no campo científico e em cada um dos que nele se acham envolvidos. Isto não implica de forma alguma — antes pelo contrário — que este facto esteja claramente presente na consciência dos investigadores. Ora, a ciência social, que é obrigada a classificar para conhecer, só tem alguma probabilidade, não já de resolver, mas de, pelo menos, pôr correctamente o problema das classificações sociais e de conhecer tudo o que, no seu objecto, é produto de actos de classificação se fizer entrar na sua pesquisa da verdade das classificações o conhecimento da verdade dos seus próprios actos de classificação. O que quer dizer que não é possível dispensar, neste caso menos que em qualquer outro, uma análise da relação entre a lógica da ciência e a lógica da prática ⁶.

facto de comum a aceitação da definição dominante na sua forma directa ou inversa.

⁶ A respeito das relações entre a noção de região dos geógrafos e a noção de região tal como funciona na prática e, em particular, no discurso regionalista, dir-se-iam renovar as análises por nós propostas em outro trabalho acerca do desvio entre o parentesco prático e o parentesco teórico, registado na genealogia (ou entre o esquema teórico das oposições míticas e os esquemas práticos da acção ritual) e acerca dos efeitos científicos da ignorância deste desvio inultrapassável, cf. P. Bourdieu, *Le sens pratique*, Paris, Minuit, 1980, especialmente, pp. 59-60.

* «découpage» no texto original (N.T.).

Com efeito, a confusão dos debates em torno da noção de região e, mais geralmente, de «etnia» ou de «etnicidade» (eufemismos eruditos para substituir a noção de «raça», contudo, sempre presente na prática) resulta, em parte, de que a preocupação de submeter à crítica lógica os categoremas do senso comum, emblemas ou estigmas, e de substituir os princípios práticos do juízo quotidiano pelos critérios logicamente controlados e empiricamente fundamentados da ciência, faz esquecer que as classificações práticas estão sempre subordinadas a *funções práticas* e orientadas para a produção de efeitos sociais; e, ainda, que as representações práticas mais expostas à crítica científica (por exemplo, os discursos dos militantes regionalistas sobre a unidade da língua occitânica) podem *contribuir para produzir* aquilo por elas descrito ou designado, quer dizer, a *realidade objectiva* à qual a crítica objectivista as refere para fazer aparecer as ilusões e as incoerências delas.

Mas, mais profundamente, a procura dos critérios «objectivos» de identidade «regional» ou «étnica» não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialecto ou o sotaque) são objecto de *representações mentais*, quer dizer, de actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objectais*, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores. Por outras palavras, as características que os etnólogos e os sociólogos objectivistas arrolam funcionam como sinais, emblemas ou estigmas, logo que são percebidas e apreciadas como o são na prática. Porque assim é e porque não há sujeito social que possa ignorá-lo praticamente, as propriedades (objectivamente) simbólicas, mesmo as mais negativas, podem ser utilizadas estrategicamente em função dos interesses materiais e também simbólicos do seu portador⁷.

⁷ A dificuldade em pensar adequadamente a economia do simbólico vê-se, por exemplo, em certo autor (O. Patterson, «Context and Choice in Ethnic Allegiance: A Theoretical Framework and Caribbean Case Study»,

Só se pode compreender esta forma particular de luta das classificações que é a luta pela definição da identidade «regional» ou «étnica» com a condição de se passar para além da oposição que a ciência deve primeiro operar, para romper com as pré-noções da sociologia espontânea, entre a representação e a realidade, e com a condição de se incluir no real a representação do real ou, mais exactamente, a luta das representações, no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais destinadas a manipular as imagens mentais (e até mesmo no sentido de delegações encarregadas de organizar as representações como manifestações capazes de modificar as representações mentais).

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* através do *lugar* de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo. A etimologia da palavra região (*regio*), tal como a descreve Emile Benveniste, conduz ao princípio da di-visão, acto mágico, quer dizer, propriamente social, de *diacrisis* que introduz por *decreto* uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre as regiões do espaço mas também entre as idades, os sexos, etc.). *Regere fines*, o acto que consiste

Ethnicity, Theory and Experience, ed. by N. Glazer and D.P. Moynihan, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1975, pp. 305-349) que, escapando por excepção ao idealismo culturalista o qual é de regra nestas matérias, dá lugar à manipulação estratégica das características «étnicas» e reduz o interesse por si atribuído à origem destas estratégias ao interesse estritamente económico, ignorando assim tudo o que, nas lutas das classificações, obedece à procura da maximização do ganho simbólico.

em «traçar as fronteiras em linhas rectas», em separar «o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro», é um acto *religioso* realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o *rex*, encarregado de *regere sacra*, de fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade, de pré-dizer no sentido de chamar ao ser, por um dizer executório, o que se diz, de fazer sobrevir o porvir enunciado⁸. A *regio* e as suas fronteiras (*fines*) não passam do vestígio apagado do acto de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (que também se diz *fines*), em impor a definição (outro sentido de *finis*) legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de di-visão legítima do mundo social. Este acto de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um acto de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia (a *auctoritas*, como lembra Benveniste, é a capacidade de produzir que cabe em partilha ao *auctor*)⁹. O *auctor*, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas, «naturais».

Ninguém poderia hoje sustentar que existem critérios capazes de fundamentar classificações «naturais» em regiões «naturais», separadas por fronteiras «naturais». A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na «realidade» segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes (dando-se por entendido que se pode discutir sempre acerca dos limites de variação entre os

⁸ E. Benveniste, *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*, II, *Pouvoir, droit, religion*, Paris, Minuit, 1969, pp. 14-15 (e também, a respeito de *krainein*, como poder de predizer, p. 41).

⁹ E. Benveniste, *op. cit.*, pp. 150-151.

elementos não idênticos que a taxinomia trata como semelhantes). Cada um está de acordo em notar que as «regiões» delimitadas em função dos diferentes critérios concebíveis (língua, *habitat*, amanho da terra, etc.) nunca coincidem perfeitamente. Mas não é tudo: a «realidade», neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais «naturais» apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. A fronteira, esse produto de um acto jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta: basta pensar na acção do sistema escolar em matéria de língua para ver que a vontade política pode desfazer o que a história tinha feito¹⁰. Assim, a ciência que pretende propor os critérios mais bem alicerçados na realidade não deve esquecer que se limita a registar um *estado* da luta das classificações, quer dizer, um estado da relação de forças materiais ou simbólicas entre os que têm interesse num ou noutro modo de classificação e que, como ela, invocam frequentemente a autoridade científica para fundamentarem na realidade e na razão a divisão arbitrária que querem impor.

¹⁰ A diferença cultural é sem dúvida produto de uma dialéctica histórica da diferenciação cumulativa. Como mostrou Paul Bois a respeito dos camponeses do Oeste cujas opções políticas desafiavam a geografia eleitoral, o que faz a região não é o espaço, mas sim o tempo, a história (P. Bois, *Paysans de l'Ouest, des structures économiques et sociales aux options politiques depuis l'époque révolutionnaire*, Paris-Haia, Mouton, 1960). Poder-se-ia fazer uma demonstração semelhante a respeito das «regiões» arábófonas que, ao cabo de uma história diferente, eram suficientemente «diferentes» das «regiões» arabófonas para suscitarem da parte do colonizador tratamentos diferentes (em matéria de escolarização, por exemplo), logo, próprios para reforçar as diferenças que lhe tinham servido de pretexto e para produzir novas diferenças (as que estão ligadas à emigração para França, por exemplo) e assim sucessivamente. Nada há, nem mesmo as «paisagens» ou os «solos», caros aos geógrafos, que não seja herança, quer dizer, produtos históricos das determinantes sociais (cf. C. Reboul, «Déterminants sociaux de la fertilité des sols», *Actes de la recherche en sciences sociales*, 17-18, Nov. 1977, pp. 88-112. Na mesma lógica e para além do uso ingenuamente «naturalista» da noção de «paisagem», seria preciso analisar a contribuição dos factores sociais para os processos de «desertificação».

O discurso regionalista é um discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada — e, como tal, desconhecida — contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora. O acto de categorização, quando consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce poder por si: as categorias «étnicas» ou «régionais», como as categorias de parentesco, instituem uma realidade usando do poder de *revelação* e de *construção* exercido pela *objectivação no discurso*. Não é uma ficção sem eficácia chamar-se «occitânico»¹¹ à língua que falam os que são chamados «Occitânicos» porque falam esta língua (que ninguém fala, propriamente dito, pois ela não passa da soma de um grande número de falares diferentes) e nomear-se «Occitânia» a região (no sentido de espaço físico) onde esta língua é falada, pretendendo-se assim fazê-la existir como «região» ou como «nação» (com todas as implicações historicamente constituídas que estas noções encerram no momento considerado)¹². O acto da magia social que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada pode resultar se aquele que o realiza for capaz de fazer reconhecer à sua palavra o poder que ela se arroga por uma usurpação provisória ou definitiva, o de impor uma nova visão a uma nova divisão do mundo social: *regere fines, regere sacra*, consagrar um novo limite. A eficácia do discurso performativo que pretende fazer sobrevir o que ele enuncia no próprio acto de o enunciar é proporcional à autoridade daquele que o enuncia: a fórmula «eu autorizo-vos a partir» só é *eo ipso* uma autorização se aquele que pronuncia está autorizado a autorizar,

¹¹ O adjectivo «occitan» e, *a fortiori*, o substantivo «Occitanie» são palavras eruditas e recentes (forjadas pela *latinização* da língua de oc, *lingua occitana*), destinadas a designar realidades eruditas que, pelo menos de momento, só existem no papel.

¹² De facto, esta língua é, ela mesma, um *artefacto* social, inventado à custa de uma indiferença decisória para com as diferenças, que reproduz ao nível da «região» a imposição arbitrária de uma norma única contra a qual se levanta o regionalismo e que só poderia tornar-se em princípio real das práticas linguísticas mediante uma inculcação sistemática análoga a que impôs o uso generalizado do francês.

tem autoridade para autorizar. Mas o efeito de conhecimento que o facto da objectivação no discurso exerce não depende apenas do reconhecimento consentido àquele que o detém; ele depende também do grau em que o discurso, que anuncia ao grupo a sua identidade, está fundamentado na objectividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo assim como nas propriedades económicas ou culturais que eles têm em comum, pois é somente em função de um princípio determinado de pertinência que pode aparecer a relação entre estas propriedades. O poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade¹³. O facto de estar em jogo, nas lutas pela identidade — esse ser percebido que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros —, a imposição de percepções e de categorias de percepção explica o lugar determinante que, como a estratégia do *manifesto* nos movimentos artísticos, a dialéctica da manifestação detém em todos os movimentos regionalistas ou nacionais¹⁴: o poder quase mágico das palavras resulta do efeito que têm a objectivação e a oficialização de facto que a nomeação pública realiza à vista de todos, de subtrair ao impensado e até mesmo ao impensável a particularidade que está na origem do particularismo (é o caso quando a «algaravia» sem nome se afirma como língua susceptível de ser falada publicamente); e a

¹³ Como tentei mostrar em outro trabalho (cf. Bourdieu e L. Boltanski, «Le fétichisme de la langue», *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 4, 1975, pp. 2-33), os fundadores da Escola republicana tinham por finalidade explícita inculcar, entre outras coisas pela imposição da língua «nacional», o sistema comum de categorias de percepção e de apreciação capaz de fundamentar uma visão unitária do mundo social.

¹⁴ O liame, geralmente atestado, entre os movimentos regionalistas e os movimentos feministas (e também ecológicos) resulta de que, dirigidos contra formas de dominação simbólica, estes movimentos supõem disposições étnicas e competências culturais (visíveis nas estratégias utilizadas) que se encontram mais propriamente na *intelligentsia* e na nova pequena burguesia (cf. Bourdieu, *La distinction*, Paris, Minuit, 1979, especialmente pp. 405-431).

oficialização tem a sua completa realização na *manifestação*, acto tipicamente mágico (o que não quer dizer desprovido de eficácia) pelo qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, se torna visível, manifesto, para os outros grupos e *para ele próprio*, atestando assim a sua existência como grupo conhecido e reconhecido, que aspira à institucionalização. O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto.

De facto, não há que escolher entre a arbitragem objectivista, que mede as *representações* (em todos os sentidos do termo) pela «realidade» esquecendo que elas podem acontecer na realidade, pela eficácia própria da *evocação*, o que elas representam, e o empenhamento subjectivista que, privilegiando a representação, confirma no terreno da ciência a falsificação na escrita sociológica pela qual os militantes passam da representação da realidade à realidade da representação. Pode-se escapar à alternativa tomando-a para objecto ou, mais precisamente, levando em linha de conta na ciência do objecto os fundamentos objectivos da alternativa do objectivismo e do subjectivismo que divide a ciência, impedindo que apreenda a lógica específica do mundo social, essa «realidade» que é o lugar de uma luta permanente para *definir* a «realidade». Aprender ao mesmo tempo *o que é instituído*, sem esquecer que se trata somente da resultante, num dado momento, da luta para fazer existir ou «inexistir» o que existe, e *as representações*, enunciados performativos que pretendem que aconteça aquilo que enunciam, restituir ao mesmo tempo as estruturas objectivas e a relação com estas estruturas, a começar pela pretensão a transformá-las, é munir-se de um meio de explicar mais completamente a «realidade», logo, de compreender e de prever mais exactamente as potencialidades que ela encerra ou, mais precisamente, as possibilidades que ela oferece às diferentes pretensões subjectivistas¹⁵

¹⁵ Sem deixar por isso de estar sujeito a aparecer como censor ou cúmplice. Quando o discurso científico é retomado nas lutas das classificações que se esforça por objectivar — e, salvo a interdição da sua divulgação, não se vê como impedir este uso —, passa a funcionar como na realidade das lutas de classificação, isto é, como um *discurso de conagração* que diz, por um dizer autorizado que autoriza, que o que é deve ser: ele está

Compreende-se melhor a necessidade de explicitar completamente a relação entre as lutas pelo princípio e di-visão legítima que se desenrolam no campo científico e as que se situam no campo social (e que, pela sua lógica específica, concedem um lugar preponderante aos intelectuais). Toda a tomada de posição que aspire à «objectividade» acerca da existência actual e potencial, real ou previsível, de uma região, de uma etnia ou de uma classe social e, por esse meio, acerca da *pretensão à instituição* que se afirma nas *representações* «partidárias», constitui um certificado de *realismo* ou um veredicto de *utopismo* o qual contribui para determinar as probabilidades objectivas que tem esta entidade social de ter acesso à existência¹⁶. O efeito simbólico exercido pelo discurso científico ao consagrar um estado das divisões e da visão das divisões, é

por isso, condenado a aparecer como *crítico* ou *cúmplice* conforme a relação cúmplice ou crítica que o próprio leitor mantém com a realidade descrita. É assim que o simples facto de *mostrar* pode funcionar como uma maneira de mostrar com o dedo, de pôr no index, de acusar (*kategorieren*), ou, inversamente, como uma maneira de fazer ver e de fazer valer. Isto tanto vale para a classificação em classes sociais como para a classificação em «regiões» ou em «etnias». O sociólogo expõe-se, a partir do momento em que aceita *tornar públicos* os resultados das suas pesquisas, a que lhe atribuam (na proporção do reconhecimento que se lhe concede) o papel do *ensor* romano, responsável pelo *census* («justa estimação pública» do valor e do nível atribuídos às pessoas — G. Dumézil, *Servius et la Fortune*, Paris, Gallimard, 1943, p. 188 — e, mais tarde, *recenseamento* das fortunas) ou, o que é o mesmo, a despeito das aparências, o do censor (idanoviano) que reduz as pessoas classificadas à verdade objectiva que a classificação lhes determina. (Esta leitura é ao mesmo tempo provável, porque não basta objectivar a luta das classificações para a suspender e antecipadamente a desmentir: com efeito, a objectivação desta luta e, em particular, na forma específica que ela assume no seio do campo científico, atesta que é possível apartar-se da luta pelo monopólio da definição do princípio da classificação legítima pelo menos quanto baste para a compreender e para controlar os efeitos associados aos interesses envolvidos nesta luta).

¹⁶ Como compreender, a não ser como outras tantas afirmações compulsivas da pretensão à *auctoritas* mágica do *ensor* duméziliano que se inscreve na ambição do sociólogo, as recitações rituais dos textos canónicos sobre as classes sociais (ritualmente confrontadas com o *census* estatístico) ou, em grau de ambição superior e em estilo menos clássico, as profecias anunciadoras das «novas classes» e das «novas lutas» (ou o declínio inelutável das «velhas classes» e das «velhas» lutas); dois géneros que ocupam grande lugar na produção dita sociológica?

inevitável na medida em que os critérios ditos «objectivos», precisamente os que os doutos conhecem, são utilizados como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento: eles designam as características em que pode firmar-se a acção simbólica de mobilização para produzir a unidade real ou a crença na unidade (tanto no seio do próprio grupo como nos outros grupos), que — a prazo, e em particular por intermédio das acções de imposição e de inculcação da identidade legítima (como as que a escola e o exército exercem) — tende a gerar a unidade real. Em suma, os veredictos mais «neutros» da ciência contribuem para modificar o objecto da ciência: logo que a questão regional ou nacional é objectivamente posta na realidade social, embora seja por uma minoria actuante (que pode tirar partido da sua própria fraqueza jogando com a estratégia propriamente simbólica da *provocação* e do *testemunho* para arrancar réplicas, simbólicas ou não, que impliquem um reconhecimento), qualquer enunciado sobre a região funciona como um *argumento* que contribui — tanto mais largamente quanto mais largamente é reconhecido — para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e, por este meio, à existência.

Nada há de menos inocente do que a questão, que divide o mundo douto de saber se se devem incluir no sistema dos critérios pertinentes não só as propriedades ditas «objectivas» (como a ascendência, o território, a língua, a religião, a actividade económica, etc.), mas também as propriedades ditas «subjectivas» (como sentimento de pertença, etc.), quer dizer, as *representações* que os agentes sociais têm das divisões da realidade e que contribuem para a realidade das divisões¹⁷.

¹⁷ As razões da repugnância espontânea dos «doutos» em relação aos critérios «subjectivos» mereceria uma longa análise: há o realismo ingénua que leva a ignorar tudo o que se não pode mostrar ou tocar com o dedo; há o economismo que leva a não reconhecer outras determinantes da acção social a não ser as que estão visivelmente inscritas nas condições materiais de existência; há os interesses ligados às aparências da «neutralidade axiológica» que, em mais de um caso, constituem toda a diferença entre o «douto» e o militante e que impedem a introdução no discurso «douto» de questões e de noções contrárias à decência; há, enfim e sobretudo, o *ponto de honra* científico que leva os observadores — e de modo tanto mais enérgico quanto

Quando os investigadores entendem erigir-se em juízes de todos os juízos e em críticos de todos os critérios, com a sua formação e os seus interesses específicos a isso os impelem, ficam privados de apreender a lógica própria de uma luta em que a força social das representações não está necessariamente proporcionada ao seu valor de verdade (medido pelo grau em que elas exprimem o estado da relação de forças materiais no momento considerado). Com efeito, enquanto pré-visões, estas mitologias «científicas» podem produzir a sua própria verificação se conseguirem impor-se à crença colectiva a criar, pela sua energia mobilizadora, as condições da sua própria realização. A região que se torna em nação aparece retrospectivamente na sua verdade, quer dizer, à maneira da religião segundo Durkheim, como «uma ilusão bem fundamentada». Mas esses investigadores não fazem melhor quando, abdicando da distância do observador, retomam à sua própria conta a representação dos agentes, num discurso que, à falta de meios para descrever o jogo em que se produz esta representação e a crença que a fundamenta, não passa de uma contribuição entre outras para a produção da crença acerca da qual haveria que descrever os fundamentos e os efeitos sociais¹⁸.

menos seguros estão da sua ciência e do seu estatuto — a multiplicarem os sinais de *raptura* com as representações do senso comum e que os condena a um *objectivismo* redutor, perfeitamente inadequado a fazer entrar a realidade das representações comuns na representação científica da realidade.

¹⁸ Pode admitir-se que os sociólogos, enquanto não submetem a sua prática à crítica sociológica, estão sempre determinados, na sua orientação para um pólo ou para outro, objectivista ou subjectivista, do universo das relações possíveis com o objecto, por factores sociais tais como a sua posição na hierarquia social da sua disciplina, quer dizer, do seu nível de competência estatutária que, num espaço geográfico socialmente hierarquizado, se traduz frequentemente por uma posição central ou local, factor particularmente importante se se trata de região ou de regionalismo; mas também na hierarquia técnica: pois que estratégias «epistemológicas» tão opostas como o dogmatismo dos guardiães da ortodoxia teórica e o espontaneísmo dos apóstolos da participação no movimento podem ter de comum o fornecer uma maneira de escapar às exigências do trabalho científico sem renunciar às pretensões à *auctoritas*, quando se não pode ou se não quer satisfazer estas exigências ou simplesmente as mais aparentes, quer dizer, as mais *escolares* de entre elas (como a familiaridade com os textos canónicos). Mas eles

Em suma, neste caso como em outros, trata-se de escapar à alternativa do registo «desmistificador» dos critérios objectivos e da ratificação mistificada e mistificadora das representações e das vontades para se manter junto o que está junto na realidade, a saber, a) as classificações objectivas, quer dizer, incorporadas ou objectivadas, por vezes em forma de instituição (como as fronteiras jurídicas) e a relação prática, «actuada» ou representada, com essas classificações e, em particular, as estratégias individuais colectivas (como as reivindicações regionalistas) pelas quais os agentes procuram pô-las ao serviço dos seus interesses,

podem também oscilar, ao acaso da relação directamente experimentada para com o objecto, entre o objectivismo e o subjectivismo, a censura e o elogio, a cumplicidade mistificada e mistificadora e a desmistificação redutora, porque aceitam a problemática objectiva, quer dizer a própria estrutura do campo de luta no qual a região e o regionalismo estão em jogo, em vez de o objectivar; porque eles entram no debate acerca dos critérios que permitem dizer o sentido do movimento regionalista ou de lhe predizer o futuro sem se interrogarem sobre a lógica de uma luta que incide precisamente sobre a determinação do sentido do movimento (regional ou nacional, progressivo ou regressivo, de direita ou de esquerda) e sobre os critérios que possam determinar este sentido — como a referência ao movimento operário: «Pode-se falar neste sentido de libertação nacional no caso dos movimentos regionalistas? Quanto aos que estudei, a resposta é negativa. Por um lado, o conteúdo da reivindicação de “nação” — quando é explicitamente formulado — assenta frequentemente na manutenção ou no restabelecimento de relações sociais pré-capitalistas. Isto pode, de resto, passar-se sob a palavra de ordem de autogestão que, tomada neste contexto, nega a realidade da estrutura actual do processo de produção e de troca (...). Que o projecto destes movimentos seja o de ter uma base popular, não o esqueço, mas o caso do Languedoc exposto por Louis Quéré aí está para nos mostrar que a acção dos movimentos de produtores de palavras de ordem regionalistas se processa com desvios e retardamentos, e mesmo em oposição, em relação aos intelectuais emissores da ideologia nacionalitária. Será desvalorizar os movimentos regionalistas o tratá-los assim? Não, é somente reconhecer que o que neles está em jogo não é dado por aquilo que deles dizem os militantes, que a sua significação está em outra parte, e que o seu impacto sobre a evolução do sistema social está longe do conteúdo reivindicativo explícito destes movimentos» (R. Dulong, Intervenção em *Deuxième rencontre européenne sur les problèmes régionaux*, (roneotipado) Paris, MSH, 1976). «O problema essencial é pois o dos critérios que nos permitirão que creditemos este tipo de movimento com esta ou aquela significação social» (L. Quéré, *op. cit.* p. 63 — poder-se-ão ler também as páginas 67 e 68, em que o autor toca de passagem na objectivação da alternativa da participação e do objectivismo).

materiais ou simbólicos, ou conservá-las e transformá-las; b) as relações de forças objectivas, materiais e simbólicas, e os esquemas práticos (quer dizer, implícitos, confusos, e mais ou menos contraditórios) graças aos quais os agentes classificam os outros agentes e apreciam a sua posição nestas relações objectivas e, simultaneamente, as estratégias simbólicas de apresentação e de representação de si que eles opõem às classificações e às representações (deles próprios) que os outros lhes impõem.

Em resumo, é com a condição de exorcizar o sonho da «ciência régia» investida da regalia de *regere fines* e de *regere sacra*, do poder nomotético de decretar a união e a separação, que a ciência pode eleger como objecto o próprio jogo em que se disputa o poder de reger as fronteiras sagradas, quer dizer, o poder quase divino sobre a visão do mundo, e em que não há outra escolha para quem pretende jogá-lo (e não resignar-se a ele) a não ser mistificar ou desmistificar¹⁹.

¹⁹ A pesquisa marxista acerca da questão nacional ou regional viu-se bloqueada, sem dúvida desde a origem, pelo efeito conjugado do utopismo internacionalista (sustentado por um evolucionismo ingénuo) e do economismo, sem falar dos efeitos das preocupações estratégicas do momento que frequentemente predeterminaram os veredictos de uma «ciência» voltada para a prática (e desprovida de uma ciência verdadeira quer da ciência quer das relações entre a prática e a ciência). Não há dúvida de que a eficácia do conjunto destes factores se vê particularmente bem na tese, tipicamente performativa, do primado, embora muitas vezes desmentido pelos factos, das solidariedades «étnicas» ou nacionais em relação às solidariedades de classe. Mas a incapacidade de *historicizar este problema* (que, ao mesmo título que o primado das relações espaciais ou das relações sociais e genealógicas, é posto e resolvido na história) e a pretensão teoreticista, incessantemente afirmada, para designar as «nações viáveis» ou para produzir os critérios cientificamente válidos da identidade nacional (cf. G. Haupt, M. Lowry, C. Weill, *Les marxistes et la question nationale*, Paris, Maspero, 1974) parecem depender directamente do grau em que a intenção realenga de reger e de dirigir orienta a ciência régia das fronteiras e dos limites: não é por acaso que Estaline é o autor da «definição» mais dogmática e mais *evencialista* da nação.

Dominação simbólica e lutas regionais

O regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer colectivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto económicas como simbólicas; ou, se se prefere, a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas (objectivas ou intencionais) da identidade social. Nesta luta pelos critérios de avaliação legítima, os agentes empenham interesses poderosos, vitais por vezes, na medida em que é o valor da pessoa enquanto reduzida socialmente à sua identidade social que está em jogo²⁰.

Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso nas interacções da vida quotidiana, não têm outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante da sua identidade ou da busca da *assimilação* a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc.) e que tenha em vista propor, por meio de estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si o menos afastada possível da identidade legítima. Diferente destas estratégias que encerram o reconhecimento da identidade dominante e portanto dos critérios de apreciação apropriados a constituí-la como legítima, a luta colectiva pela subversão das relações de forças simbólicas — que tem em vista não a supressão das características estigmatizadas mas a destruição da tábua dos valores que as constitui como estigmas —,

²⁰ Sabe-se que os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a ideia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem como «nós» por oposição a «eles», aos «outros» e ao qual estão ligados por uma adesão quase corporal. É isto que explica a força mobilizadora excepcional de tudo o que toca à identidade.

que procura impor senão novos princípios de di-visão, pelo menos uma inversão dos sinais atribuídos às classes produzidas segundo os antigos princípios, é um esforço pela autonomia, entendida como poder de definir os princípios de definição do mundo social em conformidade com os seus próprios interesses (*nomos*, a partilha legal, a atribuição legal, a lei, liga-se a *nemo*, partilhar segundo a lei). O que está nela em jogo é o poder de se apropriar, se não de todas as vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima, quer dizer, susceptível de ser publicamente e oficialmente afirmada e reconhecida (identidade nacional), pelo menos as vantagens negativas implicadas no facto de já se não estar sujeito a ser-se avaliado ou a avaliar-se (pondo-se à prova na vergonha ou na timidez ou procurando acabar com o velho homem mediante um esforço incessante de *correção*) em função dos critérios mais desfavoráveis. A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de *intimidação* que ela exerce tem em jogo não, como se diz, a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação colectiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se (e negar os que, entre os seus, não querem ou não podem negar-se) para se fazer reconhecer²¹.

O estigma produz a revolta contra o estigma, que começa pela reivindicação pública do estigma, constituído assim em emblema — segundo o paradigma «black is beautiful» — e que termina na institucionalização do grupo produzido (mais ou menos totalmente) pelos efeitos económicos e sociais da estigmatização. É, com efeito, o estigma que dá à revolta regionalista ou nacionalista, não só as suas determinantes simbólicas mas também os seus fundamentos económicos e sociais, princípios de unificação do grupo e pontos de apoio objectivos da acção de mobilização. Os que julgam poder condenar o sionismo ao condenarem o racismo esquecem que o

²¹ Esta alternativa impõe-se também aos membros das classes dominadas, na medida em que a dominação económica é acompanhada quase inevitavelmente de uma dominação simbólica.

sionismo é, na sua origem, o produto histórico do racismo (e também que, como mostram, por exemplo, as ficções da política que têm em vista reconhecer a «identidade cultural» dos emigrados sem lhes conceder a sanção jurídica deste reconhecimento, se tem o direito de perguntar se uma identidade cultural inicialmente firmada no estigma pode ser realmente assegurada sem a garantia de um Estado independente). É assim, embora se possa deplorar que, por uma espécie de desforra da história, aqueles que foram as primeiras vítimas das ideologias reaccionárias da terra e do sangue tenham sido obrigados a criar inteiramente, para realizarem a sua identidade, a terra e a língua que servem geralmente de justificação «objectiva» à reivindicação da identidade.

A reivindicação regionalista, por muito longínqua que pareça deste nacionalismo sem território, é também uma resposta à estigmatização que produz o território de que, aparentemente, ela é produto. E, de facto, se a região não existisse como espaço estigmatizado, como «província» definida pela distância económica e social (e não geográfica) em relação ao «centro», quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra²², não teria que reivindicar a existência²³: é porque existe como unidade negativamente definida pela dominação simbólica e económica que alguns dos que nela participam podem ser levados a lutar (e com probabilidades objectivas de sucesso e de ganho) para alterarem a sua definição, para inverterem o sentido e o valor

²² O espaço propriamente político de dominação define-se pela relação que se estabelece entre a distribuição dos poderes e dos bens no espaço geográfico e a distribuição dos agentes neste espaço, sendo a distância geográfica em relação aos bens e aos poderes um bom índice de poder.

²³ O argumento mobilizador «viver na região» deve a sua força real — mesmo junto dos «burgueses» — a que, além dos desenraizamentos afectivos, o exílio imposto pela procura de trabalho é acompanhado da experiência da desvalorização simbólica, da desqualificação ligada ao facto de ser-se levado praticamente a oferecer directamente no mercado linguístico dominante produções não conformes (daí, a função que cabe aos submercados protegidos que se reconstituem no coração do mercado dominante, como é o caso do frontão de Paris frequentado por Courrèges ou o da *Amicale* dos Basco-bearnese no que diz respeito aos empregados dos cheques postais).

das características estigmatizadas, e que a revolta contra a dominação em todos os seus aspectos — até mesmo económicos — assume a forma da reivindicação regionalista²⁴.

A fé universalista, que leva a recusar o reconhecimento dos efeitos particulares e particularizantes da reivindicação nacionalista, ainda que aceitando a reivindicação autonomista²⁵, encontra uma justificação no facto de, como mostram entre outros casos o destino do sionismo ou os efeitos paradoxais da autonomização (inacabada) dos cantões jurassianos²⁶, a auto-determinação, que é apenas a negação de uma hetero-determinação, não fazer mais do que reproduzir o estigma, mas em forma invertida. Abolir o estigma realmente (e não magicamente, quer dizer, por uma simples inversão simbólica dos sinais de distinção que pode levar até uma redefinição dos *limites* no interior dos quais a legitimidade da identidade assim definida se acha garantida) implicaria que se destruíssem os próprios fundamentos do jogo que, ao produzir o estigma, gera a procura de uma reabilitação baseada na auto-afirmação exclusiva que está na própria origem do estigma, e que se façam desaparecer os mecanismos por meio dos quais se exerce a dominação simbólica e, ao mesmo tempo, os fundamentos subjectivos e objectivos da reivindicação da diferença por ela gerados.

Ora, o paradoxo está em que, por uma espécie de desafio lançado à combinação de racionalismo universalista e de economismo evolucionista que fazia esperar dos efeitos universalizantes da unificação da economia o desaparecimento das nações e dos nacionalismos, estes mecanismos são, com toda a evidência, produto de um começo de universalização (historicamente encarnada pela tradição jacobina). De modo que o separatismo

²⁴ Pode compreender-se nesta lógica por que razão a oposição entre o Norte e o Sul se encontra na atitude assumida a respeito da região e do regionalismo: as regiões onde a reivindicação económica e a luta contra a dominação tomam a forma regionalista são aquelas onde os efeitos da dominação económica são mais nitidamente acrescidos dos efeitos da dominação simbólica (pronúncia estigmatizada, etc.).

²⁵ E. Hobsbawm, «Some Reflections on The Break-up of Britain», *New Left Review*, 105, Set/Out. 1977, pp. 3-24.

²⁶ A. Charpilliez, *Le Jura irlandais*, Vevey, Bertil Galland, 1976.

aparece bem como o único meio realista de combater ou de anular os efeitos de dominação que estão implícitos, inevitavelmente, na unificação do mercado dos bens culturais e simbólicos, desde que uma categoria de produtores esteja em condições de impor as suas próprias normas de percepção e de apreciação. É o que se vê bem no caso da língua na qual todos os efeitos de dominação estão ligados à *unificação do mercado* que, ao invés de abolir os particularismos, os constituiu em estígmias negativos²⁷. Assim, o verdadeiro suporte objectivo do regionalismo occitânico reside não nos falares locais que, já heterogéneos, foram desnaturados e desenraizados pela confrontação com a língua dominante, mas sim no *francês meridional*, bastante diferente do francês legítimo na sua sintaxe, no seu vocabulário e na sua pronúncia para servir de base a uma depreciação sistemática de todos os seus utilizadores, independentemente da classe a que pertençam (se bem que a propensão e a aptidão para a «correcção» aumente à medida que se sobe na hierarquia social), e a uma forma doce e larvada de racismo (firmada na oposição mítica do Norte e do Sul)²⁸.

²⁷ P. Bourdieu e L. Boltanski, *op. cit.* nota 13.

²⁸ Pode pensar-se que, além dos efeitos da transmissão directa das vantagens sociais que estão ligadas ao capital social, a pronúncia legítima desempenha um papel não descurável no privilégio de que beneficiam, para o acesso à classe dominante, as pessoas nascidas na região parisiense ou que fizeram nela os seus estudos — (privilégio que vai aumentando à medida que se sobe na hierarquia das funções, desde os bispos, os prefeitos ou os generais até aos directores de ministérios, aos inspectores de finanças ou aos PDG* das grandes sociedades, todos colocados no centro do poder central). Esta hipótese acha uma confirmação no facto de a taxa de parisienses (nascidos em Paris ou residentes em Paris no momento da entrada em *Gème*) entre os alunos das escolas superiores crescer segundo o mesmo princípio, quer dizer, segundo a hierarquia seguinte: École des P. et T., Mines de Saint-Etienne e Saint-Cloud, Fontenay, Ulm, Sèvres, Agro, Mines de Nancy, Mines de Paris, Polytechnique e, enfim, HEC, ENA e Ciências PO em que existem mais de 50% dos alunos naquelas condições. Vê-se que as vantagens associadas à pronúncia legítima, elemento do *capital* associado ao nascimento na capital, vêm acrescer às vantagens associadas a uma origem social elevada. É assim que a oposição é ainda mais marcada entre as escolas superiores se se levar em linha de conta ao mesmo tempo o lugar de residência dos pais no momento de entrada em *Gème* e a origem social: têm-se assim, de um lado, as escolas que recrutam uma grande parte dos

Em resumo, o mercado dos bens simbólicos tem as suas leis, que não são as da comunicação universal entre sujeitos universais: a tendência para a partilha indefinida das nações que impressionou todos os observadores compreende-se se se vir que, na lógica propriamente simbólica da distinção — em que existir não é somente ser diferente mas também ser reconhecido legitimamente diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença — qualquer unificação, que *assimile* aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre outra, da negação de uma identidade por outra.

É preciso, pois, romper com o economismo — marxista ou qualquer outro — que reduz o regionalismo à paixão, ou mesmo à patologia, porque, por não reconhecer a contribuição dada à construção do real pela representação que os agentes têm do real, ele não pode compreender a real contribuição que a transformação colectiva da representação colectiva dá à transformação da realidade. Mas sem esquecer por isso que há uma economia do simbólico que é irredutível à economia (em sentido restrito) e que as lutas simbólicas têm fundamentos e efeitos económicos (em sentido restrito) efectivamente reais. É assim que, como bem mostra Eric Hobsbawm²⁹, a mundialização da economia, de que se poderia ter esperado fizesse desaparecer os nacionalismos, poderia ter permitido caminho livre à lógica da diferenciação simbólica, criando assim as condições que tornassem possível um separatismo quase sem

seus alunos na burguesia parisiense, quer dizer, Ciências PO, HEC, ENA e as Mines de Paris, e por outro lado, as escolas que recrutam sobretudo na burguesia de província, quer dizer, ULM, Sèvres, Polytechnique e Agro. Tudo parece pois indicar que o peso crescente no universo das vias de acesso às posições dominantes de Ciências PO, HEC ou ENA, que, sob a aparência de considerar apenas critérios de selecção universais, concede um reconhecimento especialmente marcado às propriedades mais características do *habitus* legítimo, quer dizer, parisiense (como a pronúncia e sem dúvida muitas outras características), tem contribuído para reforçar a inferioridade da burguesia de província.

* PDG — Président directeur général.

²⁹ E. Hobsbawm, *loc. cit.*

limites económicos. Com efeito, o critério do *tamanho* do território a que se referiam os teóricos (marxistas, em especial) para determinarem os «Estados viáveis», quer dizer, capazes de oferecer um mercado suficientemente extenso e diversificado e, secundariamente, capazes de se protegerem contra as agressões exteriores, perde uma grande parte da sua significação desde que se generalize a dependência dos Estados (e das nações) em relação à economia internacional e em relação às empresas transnacionais — e isto na medida em que o equilíbrio das forças entre as grandes potências militares tende a assegurar uma protecção de facto aos pequenos países. A nova divisão internacional do trabalho não só não condena os pequenos Estados isolados, como também se acomoda muito bem a essas unidades oficialmente autónomas e incapazes de impor constrangimentos aos capitais estrangeiros (visto que os poderes locais podem encontrar ganhos evidentes em cederem a sua dependência às grandes potências económicas). Mas, simultaneamente, a redistribuição dos investimentos no espaço, em função apenas da lógica das taxas diferenciais de lucro, e a deslocalização do poder, que daí resulta, tendem a estimular a revolta contra o Estado.

Uma economia das lutas regionalistas deveria assim determinar os princípios segundo os quais as diferentes categorias de agentes activamente ou passivamente envolvidos nas lutas regionalistas se distribuem entre partidários e adversários do poder local. Se todos os observadores estão de acordo em notar que os intelectuais desempenham um papel determinante no trabalho simbólico que é necessário para contrariar as forças tendentes à unificação do mercado dos bens culturais e simbólicos e os efeitos de desconhecimento* por elas imposto aos defensores das línguas e das culturas locais, não se interessam por situar a posição desses intelectuais no campo intelectual nacional que poderia estar na origem das suas tomadas de posição sobre as relações entre o nacional e o regional: tudo parece, com efeito, indicar que, tanto no caso dos romancistas regionalistas, estudados por Rémi Ponton como no caso dos inspiradores dos

* «méconnaissance» (ignorância, não-reconhecimento) (N. T.)

movimentos regionalistas o empenhamento pelo regional, pelo local, pelo provincial, fornece aos detentores de um capital cultural e simbólico, cujos limites são, muitas vezes, objectivamente imputáveis (e quase sempre subjectivamente imputados) ao efeito da estigmatização regional, um meio de obterem um rendimento mais elevado deste capital nacional investindo-o num mercado mais restrito, em que a concorrência é mais fraca³⁰. No caso oposto, segundo uma lógica que se observa no conjunto da classe dominante e, em particular, entre os dirigentes da indústria, os agentes activamente envolvidos na luta parecem tanto mais voltados para o transregional quanto mais ligado está ao poder central, nacional ou internacional o seu capital económico e cultural³¹.

³⁰ Esta lógica observa-se no campo científico em que a fissão* das disciplinas permite que se assegure uma dominação mais completa sobre um domínio mais restrito: é o que descreve, por exemplo, Ernst Kantorowicz que mostra como os juristas de Bolonha conseguiram garantir, no século XII, o monopólio do direito por meio de uma divisão dos poderes, em relação ao rei, e de uma diferenciação funcional das atribuições das diferentes instituições encarregadas de administrar o direito (cf. E. Kantorowicz, «Kinship under the Impact of Scientific Jurisprudence», in *Twelfth-Century Europe and the Foundations of Modern Society*, M. Clagett, G. Post e R. Reynolds eds., Madison, University of Wisconsin Press, 1961, pp. 89-111).

* «fission» no texto original (N.T.).

³¹ Quanto aos que, nesta luta, estão condenados ao papel passivo de *coisas em jogo*, tudo permite supor que, além dos factores ordinários da propensão para aceitar a transformação ou conservação (quer dizer, essencialmente, a posição na estrutura social e a trajectória, ascendente ou descendente, que conduz a esta posição), é o balanço dos ganhos actuais e dos ganhos esperados, quer dizer, dos ganhos proporcionados pelo nacional (salários, reformas, etc.) e dos ganhos prometidos pelo regional, que determina as opções. Ao suspender a eficácia assimiladora da instituição escolar como via privilegiada de ascensão — e de integração — social, a *desclassificação* (cf. P. Bourdieu, «Classement, déclassement, reclassement», *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 24, Nov. 1978, p. 2-22) favorece as atitudes anti-institucionais, dirigidas contra a Escola, o Estado e a Família, e leva a pequena nova burguesia a recusar o papel de correia de transmissão que ela desempenhava na luta de concorrência integradora e a entrar numa contestação (ambígua) do central que é acompanhada por uma reivindicação da participação nos poderes locais.

E reencontraríamos assim o ponto de partida, quer dizer, as determinações que a posição, central ou local, no espaço de jogo faz pesar sobre a visão do jogo, e que só a construção do jogo enquanto tal pode permitir neutralizar, pelo menos durante o tempo de uma análise.

CAPÍTULO VI

Espaço social e génese das «classes»

A construção de uma teoria do espaço social implica uma série de rupturas com a teoria marxista¹. Ruptura com a tendência para privilegiar as substâncias — neste caso, os grupos reais, cujo número, cujos limites, cujos membros, etc. se pretende definir — em detrimento das *relações* e com a ilusão intelectualista que leva a considerar a classe teórica, construída pelo cientista, como uma classe real, um grupo efectivamente mobilizado; ruptura com o economismo que leva a reduzir o campo social, espaço multidimensional, unicamente ao campo económico, às relações de produção económica constituídas assim em coordenadas da posição social; ruptura, por fim, com o objectivismo, que caminha lado a lado com o intelectualismo e que leva a ignorar as lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos e nas quais está em jogo a própria representação do mundo social e, sobretudo, a hierarquia no seio de cada um dos campos e entre os diferentes campos.

O espaço social

Num primeiro tempo, a sociologia apresenta-se como uma *topologia social*. Pode-se assim representar o mundo social em forma de um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que actuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor

¹ Uma versão abreviada deste texto foi pronunciada no quadro das *Vorlesungen zu den Geistes und Sozialwissenschaften*, na Universidade de Francoforte, em Fevereiro de 1984.

delas, força ou poder neste universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas *posições relativas* neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço, e não se pode ocupar realmente duas regiões opostas do espaço — mesmo que tal seja concebível. Na medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir este espaço são propriedades actuantes, ele pode ser descrito também como campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de força objectivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às *interacções directas* entre os agentes².

As propriedades actuantes, tidas em consideração como princípios de construção do espaço social, são as diferentes espécies de poder ou de capital que ocorrem nos diferentes campos. O capital — que pode existir no estado objectivado, em forma de propriedades materiais, ou, no caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido — representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção), logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre um conjunto de rendimentos e de ganhos. As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de facto, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo). Por exemplo, o volume do capital cultural (o mesmo valeria, *mutatis mutandis*, para o capital económico) determina as probabilidades agregadas de ganho em todos os jogos em que o capital cultural é eficiente, contribuindo deste modo para determinar a posição no espaço social (na medida em que esta posição é determinada pelo sucesso no campo cultural).

A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que actuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital económico — nas suas diferentes espécies —, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado

² Pode-se julgar ter-se rompido com o substancialismo e ter-se introduzido um modo de pensamento relacional quando se estudam de facto as interacções e as permutas reais (de facto, as solidariedades práticas, como as rivalidades práticas, ligadas ao contacto directo e à interacção — vizinhança — podem ser um *obstáculo* à construção das solidariedades baseadas na vizinhança no espaço teórico).

prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital. Pode-se assim construir um modelo simplificado do campo social no seu conjunto que permite pensar a posição de cada agente em todos os espaços de jogo possíveis (dando-se por entendido que, se cada campo tem a sua lógica própria e a sua hierarquia própria, a hierarquia que se estabelece entre as espécies do capital e a ligação estatística existente entre os diferentes haveres fazem com que o campo económico tenda a impor a sua estrutura aos outros campos.

Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital — quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses³.

A forma de que se reveste, em cada momento e em cada campo social, o conjunto das distribuições das diferentes espécies de capital (incorporado ou materializado), como instrumentos de apropriação do produto objectivado do trabalho social acumulado, define o estado das relações de força — institucionalizadas em estatutos sociais duradouros, socialmente reconhecidos ou juridicamente garantidos —, entre agentes objectivamente definidos pela sua posição nestas relações. Esta posição determina os poderes actuais ou potenciais nos diferentes campos e as probabilidades de acesso aos ganhos específicos que eles ocasionam⁴.

³ O inquérito estatístico só pode apreender esta relação de forças em forma de *propriedades*, por vezes juridicamente garantidas por meio dos *títulos* de propriedade económica, cultural — títulos escolares — ou social — títulos de nobreza —; é isto que explica o liame entre a pesquisa empírica sobre as classes e as teorias da estrutura social como *estratificação* descrita em termos de distância em relação aos instrumentos de apropriação («distância em relação ao núcleo dos valores culturais» de Halbwachs), como faz o próprio Marx quando fala da «massa privada de propriedade».

⁴ Em certos universos sociais, aos princípios de divisão que, como o volume e a estrutura do capital, determinam a estrutura do espaço social acrescentam princípios de divisão relativamente independentes das propriedades económicas ou culturais, como a filiação étnica ou religiosa. A distribuição dos agentes aparece neste caso como o produto da intersecção de dois espaços que são parcialmente independentes, podendo uma etnia situada em posição inferior no espaço das etnias ocupar posições em todos os campos, ainda os mais altos, mas com taxas de representação inferiores às de uma etnia situada numa posição superior. Cada etnia pode assim ser caracterizada

O conhecimento da posição ocupada neste espaço comporta uma informação sobre as propriedades intrínsecas (condição) e relacionais (posição) dos agentes. Isso vê-se particularmente bem no caso dos ocupantes das posições intermédias ou médias que, além dos valores médios ou medianos das suas propriedades, devem um certo número das suas características mais típicas ao facto de estarem situadas *entre* os dois pólos do campo, no ponto *neutro* do espaço, e de oscilarem entre as duas posições extremas.

Classes no papel

Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar *classes* no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes. Esta classe no papel tem a existência *teórica* que é a das teorias: enquanto produto de uma classificação explicativa, perfeitamente semelhante à dos zoólogos ou dos botânicos, ela permite explicar e prever as práticas e as propriedades das coisas classificadas — e, entre outras, as das condutas de reunião em grupo. Não é realmente uma classe, uma classe actual, no sentido de grupo e de grupo mobilizado para a luta; poder-se-ia dizer, em rigor, que é uma classe *provável*, enquanto conjunto de agentes que oporá menos obstáculos objectivos às acções de mobilização do que qualquer outro conjunto de agentes.

Deste modo, é preciso afirmar, contra o *relativismo nominalista* que anula as diferenças sociais ao reduzi-las a puros artefactos teóricos, a existência de um espaço objectivo que determina compatibilidades e incompatibilidades, proximidades e distâncias. É preciso afirmar, contra o *realismo do inteligível* (ou reificação dos conceitos), que as classes que podemos recortar no espaço social (por exemplo, por exigências da

pelas posições sociais dos seus membros, pela taxa de dispersão dessas posições e, enfim, pelo seu grau de integração social, apesar da dispersão (podendo a solidariedade étnica produzir o efeito de assegurar uma forma de mobilidade colectiva).

análise estatística que é o único meio de revelar a estrutura do espaço social) não existem como grupos reais embora expliquem a probabilidade de se constituírem em grupos práticos, famílias (homogamia), clubes, associações e mesmo «movimentos» sindicais ou políticos. O que existe, é um *espaço de relações* o qual é tão real como um espaço geográfico, no qual as mudanças de lugar se pagam em trabalho, em esforços e sobretudo em tempo (ir de baixo para cima é guindar-se, trepar e trazer as marcas ou os estigmas desse esforço). Também as distâncias se medem nele em tempo (de ascensão ou de reconversão, por exemplo). E a probabilidade da mobilização em movimentos organizados, dotados de um aparelho e de porta-voz (precisamente aquilo que leva a falar de «classe») será inversamente proporcional ao afastamento nesse espaço. Se a probabilidade de reunir realmente ou nominalmente — pelo poder do delegado — um conjunto de agentes é tanto maior quanto maior é a sua proximidade no espaço social e quanto mais restrita, logo mais homogénea, é a classe construída a que eles pertencem, a aproximação dos mais chegados nunca é *necessária*, fatal (pois que os efeitos da concorrência imediata podem fazer barreira) e a aproximação dos mais afastados nunca é *impossível*: se há mais probabilidade de mobilizar no mesmo grupo real o conjunto dos operários do que o conjunto dos patrões e dos operários, pode-se, graças a uma crise internacional, por exemplo, conseguir um agrupamento baseado em liames de identidade nacional (isto em parte porque, pela história que lhe é própria, cada um dos espaços sociais nacionais tem a sua estrutura própria — por exemplo em matéria de desvios hierárquicos no campo económico).

Como o ser segundo Aristóteles, o mundo social pode ser dito e construído de diferentes modos: ele pode ser praticamente percebido, dito, construído, segundo diferentes princípios de visão e de divisão — por exemplo, as divisões étnicas —, dando-se por entendido que os reagrupamentos na estrutura do espaço construído na base da distribuição do capital apresentam maiores probabilidades de serem estáveis e duradouros e que as outras formas de reagrupamento estarão sempre ameaçadas pelas cisões e oposições ligadas às distâncias no

espaço social. Falar de um espaço social, é dizer que se não pode juntar uma pessoa qualquer com outra pessoa qualquer, descurando as diferenças fundamentais, sobretudo económicas e culturais. Mas isso não exclui nunca completamente que se possam organizar os agentes segundo outros princípios de divisão — étnicos, nacionais, etc. É preciso, de resto, notar que estes estão geralmente ligados aos princípios fundamentais, estando os conjuntos étnicos, eles próprios pelo menos grosseiramente, hierarquizados no espaço social, por exemplo, nos E.U.A. (por intermédio do critério de antiguidade na imigração, à excepção dos Negros)⁵.

É isto que marca uma primeira ruptura com a tradição marxista. Com efeito, esta identifica, por vezes, sem outra forma de processo, a classe construída com a classe real, quer dizer, as coisas da lógica com a lógica das coisas, como Marx dizia censurando Hegel; outras vezes, distinguindo-as pela oposição entre a «classe-em-si», definida na base de um conjunto de condições objectivas, e a da «classe-para-si» radicada em factores subjectivos, ela descreve a passagem de uma à outra, sempre celebrada como uma verdadeira promoção ontológica, em termos de uma lógica ora totalmente determinista, ora, pelo contrário, plenamente voluntarista. No primeiro caso, a transição aparece como uma necessidade lógica, mecânica ou orgânica (a transformação do proletariado como *classe-em-si* em *classe-para-si* é aqui apresentada como um efeito inevitável do tempo, da «maturação das condições objectivas»); no segundo caso, ela apresenta-se como o efeito da «tomada de consciência», concebida como «tomada de conhecimento» da teoria operada sob a direcção esclarecida do partido. Em caso algum nada é dito acerca da alquimia misteriosa pela qual um «grupo em luta», colectivo personalizado, agente histórico que determina os seus próprios fins, surge das condições económicas objectivas.

⁵ A mesma coisa se diria acerca das relações entre o espaço geográfico e o espaço social: estes dois espaços nunca coincidem completamente; no entanto muitas diferenças que, geralmente, se associam ao efeito do espaço geográfico, por exemplo, à oposição entre o centro e a periferia, são o efeito da distância no espaço social, quer dizer, da distribuição desigual das diferentes espécies de capital no espaço geográfico.

Por uma espécie de falsificação de escrita, fazem-se desaparecer as questões mais importantes: por um lado, a própria questão do político, a da acção própria dos agentes que, em nome de uma definição teórica da «classe», destinam aos seus membros os fins oficialmente mais conformes com os seus interesses «objectivos», quer dizer, teóricos, e a do trabalho pelo qual eles conseguem produzir, se não a classe mobilizada, pelo menos a crença na existência da classe, fundamento da autoridade dos seus porta-vozes; por outro lado, a questão das relações entre as classificações com ambição à objectividade que o letrado, nisso parecido com o zoólogo, produz, e as classificações continuamente produzidas pelos próprios agentes na existência corrente e por meio das quais tentam modificar a sua posição nas classificações objectivas ou os próprios princípios segundo os quais essas classificações são produzidas.

A percepção do mundo social e a luta política

A teoria mais acentuadamente objectivista tem de integrar não só a representação que os agentes têm do mundo social, mas também, de modo mais preciso, a contribuição que eles dão para a construção da visão desse mundo e, assim, para a própria construção desse mundo, por meio do *trabalho de representação* (em todos os sentidos do termo) que continuamente realizam para imporem a sua visão do mundo ou a visão da sua própria posição nesse mundo, a visão da sua identidade social. A percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação social: do lado «objectivo», ela está socialmente estruturada porque as autoridades ligadas aos agentes ou às instituições não se oferecem à percepção de maneira independente, mas em combinações de probabilidade muito desigual (e tal como há mais probabilidades de que sejam os animais com penas a terem asas do que a tê-las os animais com pêlo, também há mais probabilidades de que os visitantes de museus sejam os que possuem um forte capital cultural do que os que dele estão desprovidos); do lado «subjectivo», ela está estruturada porque os esquemas de percepção e de apreciação susceptí-

veis de serem utilizados no momento considerado, e sobretudo os que estão sedimentados na linguagem, são produto das lutas simbólicas anteriores e exprimem, de forma mais ou menos transformada, o estado das relações de força simbólicas. É certo, em todo o caso, que os objectos do mundo social podem ser percebidos e enunciados de diferentes maneiras porque, como os objectos do mundo natural, eles comportam sempre uma parte de indeterminação e de vago — pois que, por exemplo, as combinações mais constantes de propriedades nunca têm outro fundamento que não sejam as ligações estatísticas entre caracteres substituíveis — e também porque, enquanto objectos históricos, estão sujeitos a variações no tempo, estando a sua significação, na medida em que se acha ligada ao porvir, em suspenso ela própria, em tempo de dilação, expectante e, deste modo, relativamente indeterminada. Esta parte de jogo, de incerteza, é o que dá fundamento à pluralidade das visões do mundo, ela própria ligada à pluralidade dos pontos de vista, como o dá a todas as lutas simbólicas pela produção e imposição da visão do mundo legítima e, mais precisamente, a todas as estratégias cognitivas de *preenchimento* que produzem o sentido dos objectos do mundo social ao irem para além dos atributos directamente visíveis pela referência ao futuro e ao passado — esta referência pode ser implícita e tácita, através do que Husserl chama a *protensão* e a *retenção*, formas práticas de prospecção ou de retrospectão que excluem a posição do futuro e do passado como tais; ela pode ser explícita, como nas lutas políticas, em que o passado, com a reconstrução retrospectiva de um passado ajustado às exigências do presente («La Fayette, aqui estamos!»), e sobretudo o futuro, com a previsão criadora, são continuamente invocados para determinar, delimitar, definir o sentido, sempre em aberto, do presente.

Sustentar que a percepção do mundo social implica um acto de construção não implica, de modo algum, que se aceite uma teoria intelectualista do conhecimento: o que é essencial na experiência do mundo social e no trabalho de construção que ela comporta opera-se, na prática, aquém do nível da representação explícita e da expressão verbal. Mais chegado a um inconsciente de classe que a uma «consciência de classe» no

sentido marxista, o sentido da posição ocupada no espaço social (aquilo a que Goffman chama o «sense of one's place») está no domínio prático da estrutura social no seu conjunto, o qual se descobre através do sentido da posição ocupada nessa estrutura. As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objectivas do espaço social. Em consequência, levam os agentes a tomarem o mundo social tal como ele é, a aceitarem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele, a oporem-lhe possíveis diferentes, e até mesmo antagonistas: o sentido da posição como sentido daquilo que se pode ou se não pode «permitir-se a si mesmo» implica uma aceitação tácita da posição, um sentido dos limites («isso não é para nós») ou, o que é a mesma coisa, um sentido das distâncias, a marcar e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar — e isto, sem dúvida, de modo tanto mais firme quanto mais rigorosas são as condições de existência e quanto mais rigorosa é a imposição do princípio de realidade (daí o profundo realismo que caracteriza frequentemente a visão do mundo dos dominados e que, funcionando como uma espécie de instinto de conservação socialmente constituído, só pode parecer conservador em referência a uma representação exterior, portanto normativa, do «interesse objectivo» daqueles que ele ajuda a viver, ou a sobreviver)⁶.

⁶ Este *sentido das realidades* não implica, de forma alguma, *consciência de classe* no sentido psicossociológico, o menos irreal que se pode dar a este termo, quer dizer, uma *representação explícita* da posição ocupada na estrutura social e dos interesses colectivos que lhe são correlativos; menos ainda uma *teoria das classes sociais*, quer dizer, não só um sistema de classificação firmado em princípios explícitos e logicamente controlados mas também um conhecimento rigoroso dos mecanismos responsáveis pelas distribuições. De facto, para acabar de vez com a metafísica da tomada de consciência e da consciência de classe, espécie de *cogito* revolucionário da consciência colectiva de uma entidade personificada, basta examinar as condições económicas e sociais que possibilitam esta forma de distância em relação ao presente da prática implicada pela concepção e a formulação de uma representação mais ou menos elaborada de um futuro colectivo. (É o que eu tinha esboçado na minha análise das relações entre a consciência temporal — e sobretudo a aptidão para o cálculo económico racional — e a consciência política entre os trabalhadores argelinos).

Se as relações de força objectivas tendem a reproduzir-se nas visões do mundo social que contribuem para a permanência dessas relações, é porque os princípios estruturantes da visão do mundo radicam nas estruturas objectivas do mundo social e porque as relações de força estão sempre presentes nas consciências em forma de categorias de percepção dessas relações. Mas a parte de indeterminação e de vago que os objectos do mundo social comportam é, com o carácter prático, pré-reflexivo e implícito dos esquemas de percepção e de apreciação que lhes são aplicados, o ponto arquimédio que se oferece objectivamente à acção propriamente política. O conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que o tornam possível, são o que está, por excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção 'desse mundo.'

A capacidade de fazer existir em estado explícito, de publicar, de tornar público, quer dizer, objectivado, visível, dizível, e até mesmo oficial, aquilo que, por não ter acedido à existência objectiva e colectiva, permanecia em estado de experiência individual ou serial, mal-estar, ansiedade, expectação, inquietação, representa um considerável poder social, o de constituir os grupos, constituindo o *sensu comum*, o consenso explícito, de qualquer grupo. De facto, este trabalho de categorização, quer dizer, de explicitação e de classificação, faz-se sem interrupção, a cada momento da existência corrente, a propósito das lutas que opõem os agentes acerca do sentido do mundo social e da sua posição nesse mundo, da sua identidade social, por meio de todas as formas do bem dizer e do mal dizer, da benção ou da maldição e da maledicência, elogios, congratulações, louvores, cumprimentos ou insultos, censuras, críticas, acusações, calúnias, etc. Não é por acaso que *katègorein* de que vêm as nossas categorias e os nossos categoremias, significa *acusar publicamente*.

Compreende-se que uma das formas elementares do poder político tenha consistido, em muitas sociedades arcaicas, no poder quase mágico de *nomear* e de fazer existir pela virtude da nomeação. É assim que na Cabila, a função de explicitação e

o trabalho de produção simbólica que os poetas exerciam, sobretudo em situações de crise, em que o sentido do mundo se esquivava, lhes conferiam funções políticas eminentes, como as de chefe de guerra ou de embaixador⁷. Mas com os progressos da diferenciação do mundo social e a constituição de campos relativamente autónomos, o trabalho de produção e de imposição do sentido faz-se tanto no seio das lutas do campo de produção cultural como por meio delas mesmas (e sobretudo no seio do subcampo político): ele é a função própria, o interesse específico dos produtores profissionais de representações objectivadas do mundo social ou, melhor, de métodos de objectivação.

Se o modo de percepção legítimo é objecto de lutas tão importantes, é porque, por um lado, a passagem do implícito ao explícito nada tem de automático, podendo a mesma experiência do social reconhecer-se em expressões muito diferentes, e porque, por outro lado, as diferenças objectivas mais acentuadas podem estar dissimuladas por diferenças mais imediatamente visíveis (como as que separam as etnias, por exemplo). Se é verdade que existem na objectividade das configurações perceptivas, *Gestalten* sociais, e que a proximidade das condições, portanto, das atitudes, tende a retraduzir-se em ligações e em reagrupamentos duradouros das unidades sociais imediatamente perceptíveis, tais como regiões ou bair-

⁷ Neste caso, a produção do senso comum consiste, essencialmente, em reinterpretar ininterruptamente o tesouro comum de discursos sagrados (provérbios, ditados, poemas gnómicos, etc.), em «dar um sentido mais puro às palavras da tribo». Apropriar-se das palavras em que se acha sedimentado tudo o que o grupo reconhece é ter a garantia de uma vantagem considerável nas lutas pelo poder. É o que se vê bem nas lutas pela autoridade religiosa: a palavra mais preciosa é a palavra sagrada e, como nota Gershom Scholem, é por a contestação mística ter de se reapropriar dos símbolos para se fazer reconhecer que ela acaba por ser «recuperada» pela tradição. Objectos de luta, as palavras do léxico político trazem a marca da polémica na forma da *polissemia* que é o vestígio dos usos antagonistas que grupos diferentes delas fizeram e delas fazem. Uma das estratégias mais universais dos profissionais do poder simbólico — poetas nas sociedades arcaicas, profetas, homens políticos — consiste assim em pôr o *senso comum* do seu próprio lado apropriando-se das palavras que estão investidas de valor por todo o grupo, porque são depositárias da crença dele.

ros socialmente distintos (com a segregação espacial), ou dos conjuntos de agentes dotados de propriedades visíveis perfeitamente semelhantes, tais como os *Stände*, também é verdade que só há diferença socialmente conhecida e reconhecida para um sujeito capaz não só de perceber as diferenças, mas também de as reconhecer como significantes, interessantes, quer dizer, para um sujeito dotado da aptidão e da inclinação *para fazer* as diferenças que são tidas por significativas no universo social considerado.

Assim o mundo social, por meio sobretudo das propriedades e das suas distribuições, tem acesso, na própria objectividade, ao estatuto de *sistema simbólico* que, à maneira de um sistema de fonemas, se organiza segundo a lógica da diferença, do desvio diferencial, constituído assim em *distinção* significativa. O espaço social e as diferenças que nele se desenham «espontaneamente» tendem a funcionar simbolicamente como *espaço dos estilos de vida* ou como conjunto de *Stände*, isto é, de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes.

A distinção não implica necessariamente, como frequentemente se crê, na esteira de Veblen e da sua teoria da *conspicuous consumption*, a procura da distinção. Todo o consumo e, mais geralmente, toda a prática, é *conspicuous*, visível, quer tenha sido ou não realizado *a fim de ser visto*; ele é distintivo, quer tenha sido ou não inspirado pela intenção de dar nas vistas, de se singularizar (*to make oneself conspicuous*), de se distinguir ou de agir com distinção. Como tal, está condenado a funcionar como *sinal distintivo* e, quando se trata de uma diferença reconhecida, legítima, aprovada, como *sinal de distinção* (nos diferentes sentidos). No entanto, os agentes sociais, dado que são capazes de perceber como distinções significantes as diferenças «espontâneas» que, a partir das suas categorias de percepção, têm por pertinentes, também são capazes de aumentar intencionalmente estas diferenças espontâneas de estilo de vida por meio daquilo a que Weber chama a «estilização da vida» (*Stilisierung des Lebens*). A procura da distinção — que pode marcar-se nas maneiras de falar ou na recusa a um casamento desigual — produz separações destinadas a serem percébidas ou, melhor, conhecidas e reconhecidas como diferenças legítimas, quer dizer, na maior parte dos casos, como diferenças de natureza (em francês fala-se de distinção natural).

A distinção — no sentido corrente do termo — é a diferença inscrita na própria estrutura do espaço social quando percebida segundo as categorias apropriadas a essa estrutura; e o *Stand* weberiano que muitos gostam de opor à classe marxista, é a classe construída por meio de um recorte ade-

quando do espaço social quando ela é percebida segundo as categorias derivadas da estrutura desse espaço. O capital simbólico — outro nome da distinção — não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio. As distinções, enquanto transfigurações simbólicas das diferenças de facto, e mais geralmente, os níveis, ordens, graus ou quaisquer outras hierarquias simbólicas, são produto da aplicação de esquemas de construção que, como por exemplo os pares de adjectivos empregados para enunciar a maior parte dos juízos sociais, são produto da incorporação das estruturas a que eles se aplicam; e o reconhecimento da legitimidade mais absoluta não é outra coisa senão a apreensão do mundo comum como coisa evidente, natural, que resulta da coincidência quase perfeita das estruturas objectivas e das estruturas incorporadas.

Resulta daqui, entre outras consequências, que o capital simbólico se incorpora no capital simbólico, não só porque a autonomia, real, do campo de produção simbólica não impede que ele permaneça dominado, no seu funcionamento, pelos constrangimentos que dominam o campo social, mas também porque as relações de força objectivas tendem a reproduzir-se nas relações de força simbólicas, nas visões do mundo social que contribuem para garantir a permanência dessas relações de força. Na luta pela imposição da visão legítima do mundo social, em que a própria ciência está inevitavelmente envolvida, os agentes detêm um poder à proporção do seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo. A autoridade que fundamenta a eficácia performativa do discurso sobre o mundo social, a força simbólica das visões e das previsões que têm em vista impor princípios de visão e de divisão desse mundo, é um *percipi*, um ser reconhecido e reconhecido (*nobilis*), que permite impor um *percipere*. Os mais *visíveis* do ponto de vista das categorias de percepção em vigor são os que estão mais bem colocados para mudar a visão mudando as categorias de percepção. Mas, salvo excepção, são também os menos inclinados a fazê-lo.

A ordem simbólica e o poder de nomeação

Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da *nomeação* legítima como imposição oficial — isto é, explícita e pública — da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e sobretudo todo o poder que detêm sobre as taxinomias instituídas, como os títulos. Assim, todas as estratégias simbólicas por meio das quais os agentes procuram impor a sua visão das divisões do mundo social e da sua posição nesse mundo podem situar-se entre dois extremos: o insulto, *ideos logos* pelo qual um simples particular tenta impor o seu ponto de vista correndo o risco da reciprocidade; a *nomeação oficial*, acto de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do colectivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do *monopólio da violência simbólica legítima*. De um lado, está o universo das perspectivas particulares, dos agentes singulares que, a partir do seu ponto de vista particular, da sua posição particular, produzem nomeações — deles mesmos e dos outros — particulares e interessadas (sobrenomes, alcunhas, insultos ou, *no limite*, acusações, calúnias, etc.) — e tanto mais ineficazes em se fazerem reconhecer, portanto, em exercer um efeito propriamente simbólico, quanto menos *autorizados* estão os seus autores, a título pessoal (*auctoritas*) ou institucional (delegação) e quanto mais interessados estão em fazer reconhecer o ponto de vista que se esforçam por impor⁸. Do outro lado, está o ponto de vista autorizado de um agente autorizado, a título pessoal, como certo grande crítico, certo

⁸ Como bem mostrou Leo Spitzer a respeito do *Dom Quixote*, em que a mesma personagem está dotada de vários nomes, a polionomásia, quer dizer, a pluralidade dos nomes, sobrenomes, alcunhas que são atribuídos ao mesmo agente ou à mesma instituição é, com a polissemia das palavras ou das expressões e designam os valores fundamentais dos grupos, o vestígio visível das lutas pelo poder de nomear que se travam no seio de todos os universos sociais (L. Spitzer, «Perspectivism in Don Quijote», in *Linguistics and Literary History*, N. Y., Russell and Russel, 1948).

prefaciador de prestígio ou certo autor consagrado («J'accuse») e, sobretudo, o ponto de vista legítimo do porta-voz autorizado, do mandatário do Estado, «geometral de todas as perspectivas», no dizer de Leibniz, a nomeação oficial, ou o título que, como o título escolar, vale em todos os mercados e que, enquanto definição oficial da identidade oficial, subtrai os seus detentores à luta simbólica de todos contra todos, dando acerca dos agentes sociais a perspectiva autorizada, reconhecida de todos, universal. O Estado, que produz as classificações oficiais é, de certo modo, o Tribunal Supremo a que se referia Kafka quando punha Block a dizer, a respeito do advogado e da pretensão deste a colocar-se entre os «grandes advogados»: «Quem quer que seja pode naturalmente qualificar-se de “grande” se isso lhe agrada, mas na matéria em questão são os usos do tribunal que decidem»⁹. A verdade é que a análise científica não tem que escolher entre o perspectivismo e aquilo a que bem se deve dar o nome de absolutismo: com efeito, a verdade do mundo social é o que está em jogo numa luta entre agentes armados de modo muito desigual para chegarem à visão e à previsão absolutas, quer dizer, autoverificantes.

Poder-se-ia analisar nesta perspectiva o funcionamento de uma instituição como o Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Económicos, instituto do Estado que, produzindo as taxinomias oficiais, investidas de um valor quase jurídico, sobretudo nas relações entre empregadores e empregados — a do título que pode conferir direitos independentes da actividade produtora efectivamente exercida — tende a fixar as hierarquias e, ao fazê-lo, a sancionar e a consagrar uma relação de força entre os agentes a respeito dos nomes de profissão e de ofício, componente essencial da identidade social¹⁰. A gestão dos nomes é um dos instrumentos da gestão

⁹ Franz Kafka, *Le Procès*, Paris, Flammarion, 1983, pp. 219-220.

¹⁰ O dicionário dos ofícios é a forma realizada deste neutralismo social que anula todas as diferenças constitutivas do espaço social tratando uniformemente todas as posições como *profissões*, mediante uma mudança constante do ponto de vista da definição (títulos, natureza da actividade, etc.): quando os anglo-saxónicos chamam aos médicos *professionals*, eles tornam claro que estes agentes são definidos pela sua profissão, que é para eles um *atributo essencial*; pelo contrário, o trabalhador que faz o engate das carruagens é pouco definido por este atributo, que o designa simplesmente como ocupante de um posto de trabalho; quanto ao professor agregado, ele é

da raridade material e os nomes de grupos — sobretudo de grupos profissionais — registam um estado das lutas e das negociações a respeito das designações oficiais e das vantagens materiais e simbólicas que lhes estão associadas. O nome da profissão de que os agentes estão dotados, o título que se lhes dá, é uma das retribuições positivas ou negativas (do mesmo título que o salário) enquanto *marca distintiva* (emblemata ou estigma) que recebe o seu valor da posição que ocupa num sistema de títulos organizado hierarquicamente e que contribui por este modo para a determinação das posições relativas entre os agentes e os grupos. Por esta razão, os agentes recorrem a estratégias práticas ou simbólicas tendo em mira maximizar o ganho simbólico da nomeação: por exemplo, podem renunciar às vantagens económicas garantidas por um posto para ocuparem uma posição de menor retribuição mas à qual está atribuído um nome prestigioso, ou orientarem-se para posições cuja designação é menos precisa, escapando assim aos efeitos da desvalorização simbólica, da mesma forma que, ao declararem a sua identidade pessoal, podem atribuir a si mesmos um nome que os engloba numa classe suficientemente vasta para comportar também agentes que ocupam uma posição superior à deles, como o mestre-escola que se faz passar por «professor». De modo mais geral, eles têm sempre a faculdade de escolher entre vários nomes e podem jogar com as indeterminações e os efeitos de imprecisão que estão ligados à pluralidade das perspectivas para tentarem escapar ao veredicto da taxinomia oficial.

Mas a lógica da nomeação oficial nunca se vê tão bem como no caso do *título* — nobiliário, escolar, profissional —, capital simbólico, social e até mesmo juridicamente, garantido. O nobre não é somente aquele que é conhecido, célebre, e mesmo conhecido como bem, prestigioso, em resumo *nobilis*. Ele é também aquele que é reconhecido por uma instância *oficial*, «universal», quer dizer, conhecido e reconhecido por todos. O título profissional ou escolar é uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser-percebido que é garantido como um direito. É um capital simbólico institucionalizado, legal (e não apenas legítimo). Cada vez mais indissociável do título escolar, visto que o sistema escolar tende cada vez mais a representar a última e única garantia de todos os títulos profissionais, ele tem em si mesmo um valor e, se bem que se trate de um nome comum, funciona à maneira de um grande nome (nome de grande família ou nome próprio), conferindo todas as espécies de ganhos simbólicos (e dos bens que não é

definido, como o que faz o engate das carruagens, por uma tarefa, uma actividade — mas também por um título, como o médico.

possível adquirir directamente com a moeda)¹¹. É a raridade simbólica do título no espaço dos nomes de profissão que tende a comandar a retribuição da profissão (e não a relação entre a oferta e a procura de uma certa forma de trabalho): segue-se daqui que a retribuição do título tende a tornar-se autónoma em relação à retribuição do trabalho. Assim, o mesmo trabalho pode ter remunerações diferentes, conforme os títulos daquele que o exerce (titular/interino; titular/em exercício, etc.). Dado que o título é em si mesmo uma *instituição* (como a língua) mais duradoira que as características intrínsecas do trabalho, a retribuição do título pode manter-se apesar das transformações do trabalho e do seu valor relativo: não é o valor relativo do trabalho que determina o valor do nome mas o valor institucionalizado do título que serve de instrumento o qual permite que se defenda e se mantenha o valor do trabalho¹².

Isto quer dizer que não se pode fazer uma ciência das classificações sem se fazer uma ciência da luta dessas classificações e sem se tomar em linha de conta a posição que, nesta luta pelo poder de conhecimento, pelo poder por meio do conhecimento, pelo monopólio da violência simbólica legítima, ocupa cada um dos agentes ou grupos de agentes que nela se acham envolvidos, quer se trate de simples particulares, condenados aos acasos da luta simbólica quotidiana, quer se trate de profissionais autorizados (e a tempo inteiro) — e entre eles todos os que falam ou escrevem a respeito das classes sociais e que se distinguem conforme as suas classificações envolvem mais ou menos o Estado, detentor do monopólio na *nomeação oficial*, da boa classificação, da boa ordem.

→ Se a estrutura do campo social é definida em cada momento pela estrutura da distribuição do capital e dos ganhos caracte-

¹¹ A entrada na profissão dotada de um título é cada vez mais estreitamente subordinada à posse de um título escolar, e é estreita a relação entre os títulos escolares e a retribuição profissional, diferentemente do que se observa nos ofícios não titulados em que os agentes que fazem o mesmo trabalho podem ter títulos escolares muito diferentes.

¹² Os detentores do mesmo título tendem a constituir-se em grupo e a dotar-se de organizações permanentes — ordens de médicos, associações de antigos alunos, etc. — destinados a assegurar a coesão do grupo — reuniões periódicas, etc. — e a promover os seus interesses materiais e simbólicos.

rísticos dos diferentes campos particulares, é certo em todo o caso que em cada um desses espaços de jogo, a própria definição daquilo que está em jogo e dos vários trunfos pode ser posta em jogo. Todo o campo é lugar de uma luta mais ou menos declarada pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo. A questão da legitimidade surge da própria possibilidade deste pôr-em-causa, desta ruptura com a doxa, que aceita a ordem corrente como coisa evidente. Posto isto, a força simbólica das partes envolvidas nesta luta nunca é completamente independente da sua posição no jogo, mesmo que o poder propriamente simbólico da nomeação constitua uma força relativamente autónoma perante as outras formas de força social. Os constrangimentos da necessidade inscrita na própria estrutura dos diferentes campos pesam ainda nas lutas simbólicas que têm em vista conservar ou transformar esta estrutura: o mundo social é, em grande parte, aquilo que os agentes fazem, em cada momento, contudo eles não têm probabilidades de o desfazer e de o refazer a não ser na base de um conhecimento realista daquilo que ele é e daquilo de que nele são capazes em função da posição nele ocupada.

Em suma, o trabalho científico tem em vista estabelecer um conhecimento adequado não só do espaço das relações objectivas entre as diferentes posições constitutivas do campo mas também das relações necessárias estabelecidas, pela mediação dos *habitus* dos seus ocupantes, entre essas posições e as tomadas de posição correspondentes, quer dizer, entre os pontos ocupados neste espaço e os pontos de vista sobre este mesmo espaço, que participam na realidade e no *dever* deste espaço. Por outras palavras, a delimitação objectiva de classes construídas, quer dizer, de *regiões* do espaço construído das posições, permite compreender o princípio e a eficácia das estratégias classificatórias pelas quais os agentes têm em vista conservar ou modificar este espaço — e em cuja primeira fila é preciso contar a constituição de grupos organizados com o objectivo de assegurarem a defesa dos interesses dos seus membros.

A análise da luta das classificações traz à luz a ambição política que atormenta a ambição gnoscológica de produzir a

boa classificação, ambição que define de modo próprio o *rex*, aquele a quem pertence, segundo Benveniste, *regere fines e regere sacra*, traçar, por meio do dizer, as fronteiras entre os grupos e também entre o sagrado e o profano, o bem e o mal, o vulgar e o distinguido. O cientista, se não quer transformar a ciência social numa maneira de prosseguir a política por outros meios, deve tomar para objecto a intenção de colocar os outros em classes e de lhes dizer por este meio o que eles são e o que têm que ser (é toda a ambiguidade da previsão); ele deve analisar a ambição da visão do mundo criadora — esta espécie de *intuitus originarius* que faria existir as coisas em conformidade com a sua visão (é toda a ambiguidade da classe marxista que é, ao mesmo tempo, ser e dever-ser) — e deve repudiá-la. Ele deve objectivar a ambição de objectivar, de classificar objectivamente, do exterior, agentes que lutam para classificar e para se classificarem. Se, de facto, ele classifica — operando, por exigências da análise estatística, recortes no espaço contínuo das posições sociais — é precisamente para ter a possibilidade de objectivar *todas* as formas de objectivação, do insulto singular à nomeação oficial, sem esquecer a pretensão, característica da ciência na sua definição positivista e burocrática, de arbitrar essas lutas em nome da «neutralidade axiológica». O poder simbólico dos agentes, como poder de fazer ver — *theorein* — e de fazer crer, de produzir e de impor a classificação legítima ou legal, depende com efeito, como o caso do *rex* lembra, da posição ocupada no espaço (e nas classificações que nele estão potencialmente inscritas). Mas objectivar a objectivação é, antes de mais, objectivar o campo de produção das representações objectivadas do mundo social, e em particular das taxinomias legiferantes, em resumo, o campo de produção cultural ou ideológica, jogo em que o próprio cientista está metido, como todos os que discutem acerca das classes sociais.

O campo político e o efeito das homologias

É a este campo de lutas simbólicas, em que os profissionais da representação, — em todos os sentidos do termo — se opõem a respeito de outro campo de lutas simbólicas, que

temos de nos aplicar se queremos compreender, sem nos conformarmos com a mitologia da tomada de consciência, a passagem do sentido prático da posição ocupada, *em si mesma disponível para diferentes explicações*, a manifestações propriamente políticas. Os que ocupam as posições dominadas no espaço social estão também em posições dominadas no campo de produção simbólica e não se vê de onde lhes poderiam vir os instrumentos de produção simbólica de que necessitam para exprimirem o seu próprio ponto de vista sobre o social, se a lógica própria do campo de produção cultural e os interesses específicos que aí se geram não produzisse o efeito de predispor uma fracção dos profissionais envolvidos neste campo a oferecer aos dominados, na base de uma homologia de posição, os instrumentos de ruptura com as representações que se geram na cumplicidade imediata das estruturas sociais e das estruturas mentais e que tendem a garantir a reprodução continuada da distribuição do capital simbólico. O fenómeno que a tradição marxista designa de «a consciência do exterior», quer dizer, a contribuição dada por certos intelectuais para a produção e para a difusão — sobretudo em direcção aos dominados — de uma visão do mundo social em ruptura com a visão dominante, só pode compreender-se sociologicamente se se tiver em conta a homologia entre a posição dominada que é a dos produtores de bens culturais no campo do poder (ou na divisão do trabalho de dominação) e a posição no espaço social dos agentes mais desprovidos dos meios de produção económicos e culturais. Mas a construção do modelo do espaço social que sustenta esta análise supõe uma ruptura bem distinta com a representação unidimensional e unilinear do mundo social que subentende a visão dualista segundo a qual o universo das oposições constitutivas da estrutura social se reduziria à oposição entre os proprietários dos meios de produção e os vendedores de força de trabalho.

As insuficiências da teoria marxista das classes e, sobretudo, a sua incapacidade de explicar o conjunto das diferenças objectivamente provadas, resultam de que, ao reduzir o mundo social unicamente ao campo económico, ela se vê obrigada a definir a posição social em referência unicamente à posição nas

relações de produção económica, ignorando com isso as posições ocupadas nos diferentes campos e subcampos — sobretudo nas relações de produção cultural — da mesma forma que todas as oposições que estruturam o campo social e que são irreduzíveis oposição entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção económica. Ela põe assim um mundo social unidimensional, organizado simplesmente em torno da oposição entre dois blocos (sendo uma das questões mais importantes a do *limite* entre estes dois blocos, com todas as questões anexas, eternamente debatidas, da aristocracia operária, do «emburguesamento» da classe operária, etc.). Na realidade, o espaço social é um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autónomos, quer dizer, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos directo ao campo de produção económica: no interior de cada um dos subespaços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas (sem por isso se constituírem necessariamente em grupos antagonistas).

Mas, o mais importante, do ponto de vista do problema da ruptura do círculo da reprodução simbólica, está em que, na base das homologias de posição no interior de campos diferentes (e do que há de invariante, e até mesmo de universal, na relação entre dominante e dominado) se podem instaurar *alianças* mais ou menos duradouras e sempre com fundamento num mal-entendido mais ou menos consciente. A homologia de posição entre os intelectuais e os operários da indústria — os primeiros ocupam no seio do campo do poder, isto é, em relação aos patrões da indústria e do comércio posições que são homólogas das que são ocupadas pelos operários da indústria no espaço social tomado no seu conjunto — está na origem de uma aliança ambígua, na qual os produtores culturais, dominados entre os dominantes, oferecem aos dominados, mediante uma espécie de desvio do capital cultural acumulado, os meios de constituírem objectivamente a sua visão do mundo e a representação dos seus interesses numa teoria explícita e em instrumentos de representação institucionalizados — organiza-

ções sindicais, partidos, tecnologias sociais de mobilização e de manifestação, etc.¹³.

Mas, há que se abster de tratar a homologia de posição, semelhança na diferença, como uma identidade de condição (como faz, por exemplo, a ideologia dos «três PP» — patrão, pai, professor — desenvolvida pelo movimento esquerdista dos anos 60). Não há dúvida de que a mesma estrutura — entendida como *invariante* das formas das diferentes distribuições — se encontra, ela própria, nos diferentes campos, o que explica a fecundidade do pensamento analógico em sociologia. Mas não deixa de ser verdade que o princípio da diferenciação é, de cada vez, diferente, como a natureza do interesse e do que neste está em jogo, logo, a *economia* das práticas. Importa, com efeito, restabelecer uma justa hierarquização, quer dizer, das espécies de capital. O conhecimento da hierarquia dos princípios de divisão permite definir os limites em que operam os princípios subordinados e, a par disso, os limites das similitudes ligadas à homologia; as relações dos outros campos com o campo de produção económica são ao mesmo tempo relações de homologia estrutural e relações de dependência causal; a forma das determinações causais é definida pelas relações estruturais e a força de dominação é tanto maior quanto mais aproximadas das relações de produção económica estiverem as relações em que ela se exerce.

Seria preciso analisar os interesses específicos que os mandatários devem à sua posição no campo político e no subcampo do partido ou do sindicato e mostrar todos os efeitos «teóricos» por eles determinados. Muitas discussões cultas acerca das

¹³ A mais perfeita ilustração desta análise pode ser encontrada, graças aos belos trabalhos de Robert Darnton, na história dessa espécie de revolução cultural que os dominados no seio do campo intelectual em via de constituição, os Brissot, Mercier, Desmoulins, Hébert, Marat e tantos outros, fizeram em pleno movimento revolucionário (destruição das academias, dispersão dos salões, supressão das pensões, abolição dos privilégios) e que, encontrando o seu princípio no estatuto dos «parias culturais», se apresentou com prioridade contra os fundamentos simbólicos do poder, tendo contribuído, com a «político-pornografia» e os libelos de boa mente escatológicos, para o trabalho de «des-legitimação» que é, sem dúvida, uma das dimensões fundamentais do radicalismo revolucionário (cf. Robert Darnton, «The High Enlightenment and the Low-Life of Literature in Pre-revolutionary France», *Past and Present* (51), 1971, pp. 81-115; tradução francesa in *Bobème littéraire et révolution. Le monde des livres au XVIIIe siècle*, Paris, Gallimard — Le Seuil, 1983, pp. 7-41; sobre «o caso exemplar de Marat, de quem se ignora frequentemente que foi também, ou em primeiro lugar, um mau físico, pode ler-se C.C. Gillispie, *Science and Polity in France at the End of the Old Regime*, Princeton, Princeton University Press, 1980, pp. 290-330).

«classes sociais» — penso, por exemplo, no problema da aristocracia operária» ou dos «quadros» — nada mais fazem que retomar as questões práticas que se impõem aos responsáveis políticos. Estes têm sempre que fazer frente aos imperativos práticos (frequentemente contraditórios) que surgem da lógica da luta no seio do campo político, como é a necessidade de provar a sua representatividade ou a preocupação de mobilizar o maior número possível de votos ou de mandatos sem deixarem de afirmar a irredutibilidade do seu projecto ao dos outros mandatários, vendo-se assim obrigados a pôr o problema do mundo social em termos de lógica tipicamente substancialista das fronteiras entre os grupos e do volume do grupo mobilizado. Eles podem, por isso, tentar resolver o problema que se põe a qualquer grupo preocupado em conhecer e fazer reconhecer a sua força, quer dizer, a sua existência, recorrendo a conceitos de geometria variável como os de «classe operária», de «povo» ou de «trabalhadores». Mas ver-se-ia sobretudo que o efeito dos interesses específicos associados à posição por eles ocupada no campo e na concorrência pela imposição de visões do mundo social, incita os teóricos e os porta-vozes profissionais, quer dizer, todos aqueles a quem a linguagem comum chama *permanentes*, a produzirem produtos diferenciados, distintivos, que, em consequência da homologia entre o campo dos produtores profissionais e o campo dos consumidores de opiniões, são quase automaticamente ajustados às diferentes formas de procura — definindo-se esta, neste caso mais do que em qualquer outro, como uma procura de diferença, de oposição, para cuja produção, de resto, eles contribuem ao permitir-lhe encontrar uma expressão. É a estrutura do campo político, quer dizer, a relação objectiva com os ocupantes das outras posições, e a relação com as tomadas de posição concorrentes por eles propostas que, tanto como a relação com os mandantes, determina as tomadas de posição, quer dizer, a oferta de produtos políticos. Dado que os interesses directamente envolvidos na luta pelo monopólio da expressão legítima da verdade do mundo social tendem a ser o equivalente específico dos interesses dos ocupantes das posições homólogas no campo social, os discursos políticos acham-se tocados de uma espécie de duplicidade

estrutural: na aparência directamente destinados aos mandantes, eles são, na realidade, dirigidos aos concorrentes no campo.

As tomadas de posição políticas num dado tempo (por exemplo, os resultados eleitorais) são também produto de um encontro entre uma oferta política de opiniões políticas objectivadas (programas, plataformas de partidos, declarações, etc.) que está ligada a toda a história anterior do campo de produção e uma procura política ligada, ela própria, à história das relações entre a oferta e a procura. A correlação que se pode observar num dado momento entre as tomadas de posição sobre este ou aquele problema político e as posições no espaço social só se pode compreender perfeitamente se se notar que as classificações utilizadas pelos votantes para fazerem a sua escolha (direita/esquerda, por exemplo) são produto de todas as lutas anteriores e que o mesmo se passa com as classificações utilizadas pelo analista para classificar não só as opiniões, mas também os agentes que as exprimem. Toda a história do campo social está presente, em cada momento, em forma materializada — em instituições tais como os serviços permanentes de partidos ou de sindicatos — e em forma incorporada — nas atitudes dos agentes que fazem funcionar estas instituições ou que as combatem (com os efeitos de histerese ligados à fidelidade). Todas as formas de identidade colectiva reconhecida — a «classe operária» ou a CGT, os «artífices», os «quadros» ou os «adidos», etc. — são produto de uma longa e lenta elaboração colectiva: não sendo completamente artificial, sem o que a operação de constituição não teria sucesso, cada um destes corpos de representação que justificam a existência de corpos representados dotados de uma identidade social conhecida e reconhecida, existe por todo um conjunto de instituições que são outras tantas invenções históricas, uma sigla, *sigillum authenticum*, como diziam os canonistas, um selo ou um carimbo, um escritório ou um secretariado dotado de um monopólio da assinatura e da *plena potentia agendi et loquendi*, etc. Esta representação, produto das lutas que se desenrolaram, no seio do campo político e também no exterior dele, a propósito sobretudo do poder sobre o Estado, deve as suas características específicas à história particular de um campo político e de um Estado específicos (o que

explica, entre outras coisas, as diferenças que separam as representações das divisões sociais, logo, dos grupos representados, conforme os países). Para evitar que se seja iludido pelos efeitos do trabalho de *naturalização*, que todo o grupo tende a produzir em vista de se legitimar, de justificar plenamente a sua existência, é preciso pois reconstruir em cada caso o *trabalho histórico* de que são produto as divisões sociais e a visão social dessas divisões. A posição social adequadamente definida é a que dá a melhor previsão das práticas e das representações; mas, para evitar que se confira àquilo a que outrora se chamava o *estado*, isto é, à identidade social (hoje cada vez mais plenamente identificada com a identidade profissional) o lugar do ser na antiga metafísica, quer dizer, a função de uma essência de que derivariam todos os aspectos da existência histórica — segundo a fórmula *operatio sequitur esse* — é preciso ter em atenção de modo muito claro que este *status*, como o *habitus* que nele se gera são produtos da história, susceptíveis de serem transformados, de modo mais ou menos difícil, pela história.

A classe como representação e como vontade

Mas para estabelecer como se constitui e se institui o poder de constituição e de instituição que o porta-voz autorizado — chefe de partido ou de sindicato, por exemplo — detém, não basta explicar os interesses específicos dos teóricos ou dos porta-vozes e as afinidades estruturais que os ligam aos seus mandantes; é preciso ainda analisar a lógica do processo de instituição, geralmente percebido e descrito como processo de delegação, pelo qual o mandatário recebe do grupo o poder de fazer o grupo. Podemos seguir aqui os historiadores do direito (Kantorowicz, Post, etc.), transpondo as suas análises, quando eles descrevem o mistério do ministério — segundo o jogo de palavras *mysterium/ministerium*, prezado pelos canonistas. O mistério do processo de transubstanciação que faz com que o porta-voz se torne no grupo que ele exprime só pode ser penetrado por uma análise histórica da gênese e do funcionamento da *representação*, pela qual o representante faz o grupo que o faz

a ele: o porta-voz dotado do pleno poder de falar e de agir em nome do grupo e, em primeiro lugar, sobre o grupo pela magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que somente por esta procuração existe; personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, ele faz sair do estado de indivíduos separados os que ele pretende representar, permitindo-lhes agir e falar, através dele, como um só homem. Em contrapartida, ele recebe o direito de se assumir pelo grupo, de falar e de agir como se fosse o grupo feito homem: *Status est magistratus*, «l'État c'est moi», «O Sindicato pensa que...» etc.

O mistério do ministério é um desses casos de magia social em que uma coisa ou uma pessoa se torna uma coisa diferente daquilo que ela é, um homem (ministro, bispo, delegado, deputado, secretário-geral, etc.) que pode identificar-se e ser identificado com um conjunto de homens, o Povo, os Trabalhadores, etc. ou com uma entidade social, a Nação, o Estado, a Igreja, o Partido. O mistério do ministério chega ao cúmulo quando o grupo só pode existir pela delegação num porta-voz que o fará existir falando por ele, quer dizer, a favor dele e no lugar dele. O círculo fica então fechado: o grupo é feito por aquele que fala em nome dele, aparecendo assim como o princípio do poder que ele exerce sobre aqueles que são o verdadeiro princípio dele. Esta relação circular é a raiz da ilusão carismática que faz com que, *no limite*, o porta-voz possa aparecer e apresentar-se como *causa sui*. A alienação política encontra a sua origem no facto de só ser possível aos agentes isolados — sobretudo por estarem mais desprovidos simbolicamente — constituírem-se como grupo, quer dizer, como força capaz de se fazer ouvir no campo político, desapossando-se em proveito de um aparelho, no facto de ser sempre preciso arriscar o desapossamento político para escapar ao desapossamento político. O feiticismo é, segundo Marx, o que advém quando «produtos da cabeça do homem aparecem como dotados de uma vida própria»; o feiticismo político reside precisamente em que o valor da personagem hipostasiada, esse produto da cabeça do homem, aparece como carisma, misteriosa propriedade objectiva da pessoa, encanto inapreensível mistério sem nome. O ministro, ministro do culto ou ministro do Estado,

acha-se numa relação de metonímia com o grupo; sendo parte do grupo, ele funciona como sinal pela totalidade do grupo. É ele quem, enquanto substituto perfeitamente real de um ser perfeitamente simbólico, favorece um «erro de categoria», como diria Ryle, bastante semelhante ao da criança que, após ter visto desfilar os soldados de que se compõe o regimento, pergunta onde está o regimento: unicamente pela sua existência visível, ele constitui a pura diversidade serial dos indivíduos separados em pessoa moral, a *collectio personarum plurium* em *corporatio*, em corpo constituído, e pode mesmo, pelo efeito da mobilização e da manifestação, fazê-la aparecer como um agente social.

A política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, acção que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos. Pelo poder do mais antigo dos efeitos metafísicos ligados à existência de um simbolismo, a saber, aquele que permite que se tenha por existente tudo o que pode ser *significado* (Deus ou o não-ser), a representação política produz e reproduz a cada instante uma forma derivada do argumento do rei calvo de França, que é caro aos lógicos: todo o enunciado predicativo que tenha como sujeito a «classe operária», qualquer que ele seja, dissimula um enunciado existencial (*há* uma classe operária). De modo mais geral, todos os enunciados que têm como sujeito um colectivo, Povo, Classe, Universidade, Escola, Estado, supõem resolvido o problema da existência do grupo em questão e encobrem esta espécie de «falsificação de escrita metafísica» que foi possível denunciar no argumento ontológico. O porta-voz é aquele que, ao falar de um grupo, ao falar em lugar de um grupo, põe, sub-repticiamente, a existência do grupo em questão, institui este grupo, pela operação de magia que é inerente a todo o acto de nomeação. É por isso que é preciso proceder a uma crítica da razão política, intrinsecamente dada a abusos de linguagem que são abusos de poder, se se quer pôr a questão pela qual toda a sociologia deveria começar, a saber, a da existência e do modo de existência dos colectivos.

A classe existe na medida em que — e só na medida em que — os mandatários dotados de *plena potentia agendi* podem

ser e sentir-se autorizados a falar em nome dela — segundo a equação *o Partido é a classe operária*, ou *a classe operária é o Partido*, fórmula que reproduz a equação dos canonistas *a Igreja é o Papa (ou os Bispos)*, *o Papa (ou os Bispos) é a Igreja* — e a fazê-la existir assim como uma força real no seio do campo político. O modo de existência daquilo a que hoje se chama, em muitas sociedades (com variações, evidentemente), «classe operária» é perfeitamente paradoxal: trata-se de uma espécie de *existência em pensamento*, de uma existência no pensamento de uma boa parte daqueles que as taxinomias designam como operários, mas também no pensamento dos ocupantes das posições mais afastadas destes últimos no espaço social. Esta existência reconhecida quase universalmente assenta ela própria na existência de uma *classe operária em representação*, quer dizer, de aparelhos políticos e sindicais e de porta-vozes permanentes, vitalmente interessados em crer que ela existe e em fazê-lo crer tanto àqueles que a ela pertencem como àqueles que a rejeitam, capazes de *fazer falar* a «classe operária» — e de uma só voz —, de a evocar, como se evocam os espíritos, de a invocar, como se invocam os deuses e os santos patronos, e até mesmo de a exhibir simbolicamente através da *manifestação*, espécie de aparato teatral da classe em representação, com o corpo dos representantes permanentes e toda a simbólica constitutiva da sua existência — siglas, emblemas, insígnias — por um lado e, por outro lado, a fracção mais convicta dos crentes que, pela sua presença, permite que os representantes dêem a representação da sua representatividade. Esta classe operária como «vontade e representação» — segundo o famoso título de Schopenhäuer — nada tem da classe em acto, grupo real realmente mobilizado, que a tradição marxista evocava. Mas nem por isso ela é menos real, embora a sua realidade seja aquela realidade mágica que (segundo Durkheim e Mauss) define as instituições como ficções sociais. Esta classe, verdadeiro corpo místico, criada à custa de um imenso trabalho histórico de invenção teórica e prática — a começar pelo do próprio Marx —, incessantemente recriada pelos esforços e dedicações sem número e sem fim que são necessários para produzir e reproduzir a crença e a instituição que garante a

reprodução da crença, existe no corpo de mandatários — e por meio dele —, os quais lhe dão uma palavra e uma presença visíveis, existe na crença na sua existência que este corpo de plenipotenciários consegue impor, pela sua existência e pelas suas representações, na base das afinidades que unem objectivamente os membros da mesma «classe no papel» como grupo provável¹⁴. O sucesso histórico da teoria marxista, a primeira, entre as teorias sociais com pretensões científicas, a ter-se realizado de modo tão completo no mundo social, contribui assim para fazer com que a teoria do mundo social menos capaz de integrar o *feito de teoria* — que ela exerceu mais do que qualquer outra — represente hoje, sem dúvida, o mais poderoso obstáculo ao progresso da teoria adequada do mundo social, progresso para o qual, em outros tempos, ela contribuiu mais do que qualquer outra.

¹⁴ Para uma análise semelhante da relação entre o grupo de parentesco «no papel» e o grupo de parentesco prático como «representação e vontade», ver P. Bourdieu, *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Genève, Droz, 1972, e *Le sens pratique*, Paris, Minuit, 1980.

CAPÍTULO VII

A representação política *Elementos para uma teoria do campo político*

À memória de Georges Haupt

O silêncio acerca das condições que colocam os cidadãos — e de modo tanto mais brutal quanto mais desfavorecidos são económica e culturalmente — perante a alternativa da demissão pela abstenção ou do desapossamento pela delegação é para a «ciência política» o que o silêncio acerca das condições económicas e culturais da conduta económica «racional» é para a ciência económica. Toda a análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes económicas e sociais da divisão do trabalho político¹, para não ser levada a *naturalizar* os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os «agentes politicamente activos» e os «agentes politicamente passivos»² e a constituir em leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado da estrutura da distribuição do capital.

O campo político, entendido ao mesmo tempo como

¹ As teorias neomaquiavelianas só tomam em linha de conta esta divisão para a inscrever na natureza humana. É assim que Michels fala de «incompetência incurável» (R. Michels, *Les partis politiques*, Paris, Flammarion, 1971, p. 299) ou de «incompetência inata das massas» (*op. cit.*, p. 302) e descreve a relação dos profanos com os profissionais em termos de *necessidade* («a necessidade de chefe nas massas», p. 49, «a necessidade de veneração entre as massas», p. 59, etc.) ou de *natureza* («À apatia das multidões e à sua necessidade de serem guiadas corresponde, nos chefes, uma sede ilimitada de poder. E é assim que o desenvolvimento da oligarquia se acha favorecido, acelerado pelas propriedades gerais da natureza humana», p. 151).

² Max Weber, *Wirtschaft und Gesellschaft*, II, Berlim, Colónia, Kiepenheuer und Witsch, 1956, p. 1067.

campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com as suas organizações. O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre o agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de «consumidores», devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.

O monopólio dos profissionais

Sem retomar aqui a análise das condições sociais da constituição da competência social e técnica que a participação activa na «política» exige³, é preciso lembrar ao menos que os efeitos dos obstáculos morfológicos que a dimensão das unidades políticas e o número dos cidadãos opõem a qualquer forma de governo directo são de certo modo aumentados pelos efeitos do desapossamento económico e cultural: a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e portanto tanto mais provável, quanto mais despossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação activa na política estão os simples aderentes — sobretudo, o *tempo livre* e o *capital cultural* (⁴).

³ Em particular, *La distinction*, Paris, Minuit, 1979, pp. 466-542.

⁴ O que implica que a divisão do trabalho político varia em função do volume global do capital económico e cultural acumulado numa formação

Dado que os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social (ou, se assim se quiser, princípios de di-visão) a distribuição das opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos. Quer isto dizer que o campo político exerce de facto um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este modo, o universo daquilo que é pensável politicamente, ao espaço finito dos discursos susceptíveis de serem produzidos ou reproduzidos nos limites da *problemática* política como espaço das tomadas de posição efectivamente realizadas no campo, quer dizer, sociologicamente possíveis dadas as leis que regem a entrada no campo. A fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta classe e a capacidade de expressão desses interesses que a sua posição nas relações de produção cultural e, por este modo, política, lhe assegura. «Uma intenção, nota Wittgenstein, encarna-se numa situação, em costumes e em instituições humanas. Se a técnica do jogo de xadrez não existisse, eu não poderia ter *a intenção* de jogar o xadrez. Se posso ter em vista a construção de uma frase, é porque sei falar a língua em questão»⁵. A intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de acção e de expressão que ele oferece em dado momento. Neste caso, como em outros, a passagem do implícito ao explícito, da impressão subjectiva à expressão objectiva, à manifestação pública num discurso ou num acto público constitui por si um acto de *instituição* e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação: não é por acaso

social determinada (o seu «nível de desenvolvimento») e também em função da estrutura, mais ou menos dissimétrica, da distribuição deste capital, particularmente do cultural. É assim que a generalização do acesso ao ensino secundário esteve na origem de um conjunto de transformações da relação entre os partidos e os seus militantes ou os seus eleitores.

⁵ L. Wittgenstein, *Philosophical Investigations*, New York, Macmillan, 1953, parágrafo 337, p. 108.

que, como nota Benveniste, todas as palavras que têm uma relação com o direito têm uma raiz que significa *dizer*. E a instituição entendida como o que já está instituído, já explicitado, exerce ao mesmo tempo um efeito de assistência e de licitação e um efeito de arrematação e de mudança de posse. Dado que, pelo menos fora dos períodos de crise, a produção das formas de percepção e de expressão politicamente actuaes e legítimas é monopólio dos profissionais e se acha portanto sujeita aos constrangimentos e às limitações inerentes ao funcionamento do campo político, vê-se que os efeitos da lógica censitária, que rege de facto o acesso às escolhas entre os produtos políticos oferecidos, estão acrescidos dos efeitos da lógica oligopolística que rege a oferta dos produtos. Monopólio da produção entregue a um corpo de profissionais, quer dizer, a um pequeno número de unidades de produção, controladas elas mesmas pelos profissionais; constrangimentos que pesam nas opções dos consumidores, que estão tanto mais condenados à *fidelidade* indiscutida às marcas conhecidas e à delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de *competência social* para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou actos políticos: o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem.

Os constrangimentos do mercado pesam em primeiro lugar sobre os membros das classes dominadas que não têm outra escolha a não ser a demissão ou a entrega de si ao partido, organização permanente que deve produzir a *representação* da continuidade da classe, sempre ameaçada de cair na descontinuidade da existência atomizada (com o recolhimento à vida privada e a procura de vias de salvação individual) ou na particularidade das lutas estritamente reivindicativas⁶. Isto faz com que, mais do que os membros das classes dominantes, os quais se podem contentar com associações, grupos de pressão

⁶ A relação entre os profanos e os profissionais assume formas muito diferentes para os dominantes: sendo capazes, quase sempre, de produzir eles mesmos os seus actos e as suas opiniões políticas, nunca se resignam à delegação sem reticências nem ambivalência (delegação imposta pela lógica específica da legitimidade que, baseada no não reconhecimento, condena a tentação de autocelebração).

ou partidos-associações⁷, tenham necessidade de partidos entendidos como organizações *permanentes* orientadas para a conquista do poder e que propõem aos seus militantes e aos seus eleitores não só uma doutrina mas também um *programa* de pensamento e de acção, exigindo por isso uma adesão global e antecipada. Como nota Marx em *Miséria da Filosofia*, pode-se datar o nascimento de um grupo social do momento em que 'os membros das suas organizações representativas não lutam só pela defesa dos interesses económicos dos mandantes mas também pela defesa e o desenvolvimento da própria organização. Mas como não deixar de notar que se a existência de uma organização permanente, relativamente independente dos interesses corporativos e conjunturais, é a condição da *representação* permanente e propriamente política da classe, ela encerra também a ameaça do desapossamento dos membros «insignificantes» da classe? A antinomia do «poder revolucionário estabelecido», como diz Bakounine, é perfeitamente semelhante à da Igreja reformada tal como a descreve Troeltsch. A *fides implicita*, delegação global e total pela qual os mais desfavorecidos concedem em bloco ao partido da sua escolha uma espécie de crédito ilimitado, deixa caminho livre aos mecanismos que tendem a retirar-lhes a posse de qualquer controlo sobre o aparelho. Isto faz com que, por estranha ironia, a concentração do capital político nunca seja tão grande, salvo intervenção deliberada (e improvável) em sentido oposto, como nos partidos que se propõem como objecto a luta contra a concentração do capital económico.

Gramsci evocou frequentemente a propensão para o fideísmo milenarista e para a representação providencialista do partido e dos seus chefes que se

⁷ Pode-se chamar *partido-associação* a uma organização cujo objectivo quase exclusivo é a preparação das eleições e que deve a esta função permanente uma permanência que as associações ordinárias não possuem: próxima da associação pelo carácter limitado e parcial dos seus objectivos e do empenhamento que exige e, ao mesmo tempo, pela composição social fortemente diversificada da sua *clientela* (feita de eleitores e não de militantes), está perto do partido pela permanência que lhe é imposta pela recorrência da função específica, a preparação das eleições. (É de notar que o *partido ideal* tal como o descreve Ostrogorski seja exactamente uma associação, quer dizer, uma organização *temporária*, criada *ad hoc* com vista a uma reivindicação determinada ou a uma causa específica).

observa na clientela dos partidos comunistas: «Um outro aspecto do perigo que houve que lamentar no nosso Partido, é a esterilização de toda a actividade individual, a passividade da massa do Partido, a certeza estúpida de que, de qualquer modo, havia alguém que pensava em tudo e que provia a tudo» (A. Gramsci, *Écrits politiques*, tomo II, Paris, Gallimard, 1974, p. 265). As massas, inquietas com esta sua condição de inferioridade absoluta, abdicaram completamente de toda a soberania e de todo o poder, a organização e a pessoa do organizador tornaram-se para elas numa só e mesma coisa, da mesma forma que, para um exército em campanha, a pessoa do *condottiere* encarna a salvação comum, se torna no garante do sucesso e da vitória» (Ib., *id.*, p. 82). Poder-se-ia também citar, *a contrario*, Rosa Luxemburg, quando descreve (à maneira do *wishful thinking*) um partido como limitando ele mesmo o seu próprio poder por um esforço consciente e constante de chefes que se destituem para agirem como executantes da vontade das massas: «O único papel dos pretensos "dirigentes" da social-democracia consiste em esclarecer a massa acerca da sua missão histórica. A autoridade e a influência dos «chefes» na democracia não aumenta senão em proporção ao trabalho de educação que eles realizam nesse sentido. Por outras palavras, o seu prestígio e a sua influência só aumentam na medida em que os chefes destroem o que até agora tem sido a função dos dirigentes, a cegueira da massa, na medida em que se despojam eles próprios da sua qualidade de chefes, na medida em que eles fazem da massa dirigente e deles próprios os órgãos *executivos* da acção consciente da massa» (R. Luxemburg, *Masses et chefs*, Paris, Spartacus, 1972, p. 37). Seria interessante determinar aquilo que, nas tomadas de posição dos diferentes «teóricos» acerca deste problema (que, como Gramsci, podem oscilar entre o espontaneísmo da *Ordine Nuovo* e o centralismo do artigo sobre o Partido Comunista — *Écrits politiques*, I, pp. 389-403), se prende com factores objectivos (como o nível da formação geral e política das massas) e, em particular, com a experiência directa das atitudes das massas numa conjuntura determinada, e o que se prende com efeitos de campo e com a lógica das oposições internas.

Os que dominam o partido e têm interesses ligados com a existência e a persistência desta instituição e com os ganhos específicos que ela assegura, encontram na liberdade, que o monopólio da produção e da imposição dos *interesses políticos instituídos* lhes deixa, a possibilidade de imporem os seus interesses de mandatários como sendo os interesses dos seus mandantes. E isto passa-se sem que nada permita fazer a prova completa de que os interesses assim universalizados e plebiscitados dos mandatários coincidam com os interesses não expressos dos mandantes, pois os primeiros têm o monopólio

dos instrumentos de produção dos interesses políticos, quer dizer, politicamente expressos e reconhecidos, dos segundos. Nada, a não ser esta forma de abstenção activa, a qual tem raízes na revolta contra uma dupla impotência, impotência perante a política e todas as acções puramente seriais que ela propõe, impotência perante os aparelhos políticos: o apolitismo, que assume por vezes a forma de um antiparlamentarismo e que pode ser desviado para todas as formas de bonapartismo, de boulangismo ou de gaulismo, é fundamentalmente uma contestação do monopólio dos políticos que representa o equivalente político daquilo que foi, em outros tempos, a revolta religiosa contra o monopólio dos clérigos.

*Competência, coisas em jogo
e interesses específicos*

Em matéria de política como em matéria de arte, o desapossamento dos que são em maior número é correlativo, ou mesmo consecutivo, da concentração dos meios de produção propriamente políticos nas mãos de profissionais, que só com a condição de possuírem uma competência específica podem entrar com alguma probabilidade de sucesso no jogo propriamente político. Com efeito, nada é menos natural do que o modo de pensamento e de acção que é exigido pela participação no campo político: como o *habitus* religioso, artístico ou científico, o *habitus* do político supõe uma preparação especial. É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados económicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do *tribuno*, indispensável nas relações com os profanos, ou a do *debater*, necessária nas relações entre profissionais. Mas é também e sobretudo esta espécie de *iniciação*, com as suas provas e os seus ritos de passagem, que tendem a inculcar o *domínio prático* da lógica imanente do campo político e a

impor uma *submissão* de facto aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controlos no seio de cada partido. Isto significa que, para compreender completamente os discursos políticos que são oferecidos no mercado em dado momento e cujo conjunto define o universo do que pode ser dito e pensado politicamente, por oposição ao que é relegado para o indizível e o impensável, seria preciso analisar todo o processo de produção dos profissionais da produção ideológica, desde a *marcação**, operada em função de uma definição frequentemente implícita da competência desejada, que os designa para estas funções e a formação geral ou específica que os prepara para as assumir, até à acção de normalização contínua que os membros mais antigos do grupo lhes impõem com a sua própria cumplicidade, em particular quando, recém-eleitos, têm acesso a uma instância política para onde poderiam levar um falar franco e uma liberdade de maneiras atentatórias das regras do jogo.

O desapossamento correlativo da concentração dos meios de produção de discursos ou de actos socialmente reconhecidos como políticos não deixou de aumentar à medida que o campo de produção ideológica ganhava autonomia com o aparecimento das grandes burocracias políticas de profissionais a tempo inteiro e com o aparecimento de instituições (como, em França, o Instituto de Ciências Políticas e a Escola Nacional de Administração) encarregadas de seleccionar e de formar os produtores profissionais de esquemas de pensamento e de expressão do mundo social, homens políticos, jornalistas políticos, altos funcionários, etc., e, ao mesmo tempo, de codificar as *regras* do funcionamento do campo de produção ideológica e o *corpus* de saberes e de saber-fazer indispensáveis à respectiva acomodação. A «ciência política» que se ensina em instituições especialmente ordenadas à este fim é a *racionalização* da competência que o universo da política exige e que os profissionais possuem no estado prático: ela tem em vista aumentar a

* «*marquage*» no texto original (marcação de animais ou de mercadorias) (N. T.).

eficácia desta mestria prática pondo ao seu serviço técnicas racionais, como a sondagem, as relações públicas ou o «marketing» político, ao mesmo tempo que tende a legitimá-la dando-lhe a aparência da cientificidade e erigindo as questões políticas em casos de especialistas que aos especialistas compete resolver em nome do saber e não do interesse da classe⁸.

A autonomização do campo de produção ideológica é acompanhada, sem dúvida, de uma elevação do direito de entrada no campo e, em particular, de um reforço das exigências em matéria de competência geral ou mesmo específica (o que contribui para explicar o aumento de peso dos profissionais formados nas escolas e mesmo nas escolas especializadas — Ciências PO, ENA — em detrimento dos simples militantes⁹. Mas também é acompanhada, sem dúvida, de um reforço do efeito das leis internas do campo político — e em particular da concorrência entre os profissionais — em relação ao efeito das transacções directas ou indirectas entre os profissionais e os profanos¹⁰. Isto significa que, tratando-se de compreender uma

⁸ É assim por exemplo que a teoria elitista da opinião, que é aplicada na elaboração ou na análise das sondagens de opinião ou nas lamentações rituais acerca da abstenção, se denuncia efectivamente com toda a inocência nos inquéritos sobre os *opinion-makers* que, inspirando-se numa filosofia emanatista da «difusão» entendida como escoamento, têm em vista subir pelos canais de circulação das opiniões até à fonte de onde se pensa que jorram, quer dizer, até à «élite» dos «fabricantes de opiniões», de quem nunca ninguém pensa perguntar o que é que faz a sua opinião (cf. por exemplo, C. Kadushin, «Power, Influence and Social Circles: A New Methodology for Studying Opinion Makers», *American Sociological Review*, XXXIII, 1968, pp. 685-699).

⁹ Não é menos certo que esta evolução poderia achar-se contrariada, em certa medida, pela elevação geral do nível de instrução que, dado o peso determinante do capital escolar no sistema dos factores explicativos das variações da relação com a política, é sem dúvida por natureza própria para entrar em contradição com esta tendência e para reforçar, em diferentes graus segundo os aparelhos, a pressão da base, menos dada a um ligação incondicional.

¹⁰ O debate televisivo em que se acham frente a frente profissionais escolhidos pela sua competência e também pelo seu sentido do decoro e da respeitabilidade política, em presença de um público reduzido ao estatuto de espectador, realizando deste modo a luta de classes em forma de confrontação teatralizada e ritualizada entre dois campeões, simboliza perfei-

tomada de posição política, programa, intervenção, discurso eleitoral, etc., é, pelo menos, tão importante conhecer o universo das tomadas de posição propostas em concorrência no interior do campo como conhecer as pressões* dos laicos de quem os responsáveis por tais tomadas de posição são os mandatários declarados (a «base»): uma tomada de posição, como o nome diz às mil maravilhas, é um acto que só ganha sentido relacionalmente, na diferença e pela diferença, do *desvio distintivo*. O político avisado é o que consegue dominar praticamente o sentido objectivo e o efeito social das suas tomadas de posição graças ao domínio que ele possui do espaço das tomadas de posição actuais e, sobretudo, potenciais ou, melhor, do princípio dessas tomadas de posição a saber, o espaço das posições objectivas no campo e das atitudes dos seus ocupantes: este «sentido prático» das tomadas de posição possíveis e impossíveis, prováveis e improváveis para os diferentes ocupantes das diferentes posições é o que lhe permite «escolher» as tomadas de posição convenientes e convencionadas, e evitar as tomadas de posição «comprometedoras» que fariam com que se encontrasse com os ocupantes de posições opostas no espaço do campo político. Este sentido do jogo político que permite que os políticos prevejam as tomadas de posição dos outros políticos é também o que os torna previsíveis para os outros políticos. Previsíveis, portanto responsáveis, no sentido do inglês *responsible*, quer dizer, competentes, sérios, dignos de confiança, em suma, prontos a desempenhar com constância e sem surpresas nem traições o papel que lhes cabe na estrutura do espaço de jogo.

Nada há que seja exigido de modo mais absoluto pelo jogo político do que esta adesão fundamental ao próprio jogo, *illusio*, *involvement*, *commitment*, investimento no jogo que é produto do jogo ao mesmo tempo que é a condição do funcionamento do jogo: todos os que têm o *privilégio* de investir

tamente o termo de um processo de autonomização do jogo propriamente político, mais do que nunca fechado nas suas técnicas, nas suas hierarquias, nas suas regras internas.

* «demandes» no texto original (entendemos as pressões que a procura exerce no mercado) (N.T.).

no jogo (em vez de serem reduzidos à indiferença e à apatia do apolitismo), para não correrem o risco de se verem excluídos do jogo e dos ganhos que nele se adquirem, quer se trate do simples *prazer* de jogar, quer se trate de todas as vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital simbólico, aceitam o contrato tácito que está implicado no facto de participar no jogo, de o reconhecer deste modo como *valendo a pena* ser jogado, e que os une a todos os outros participantes por uma espécie de *conluio originário* bem mais poderoso do que todos os acordos abertos ou secretos. Esta solidariedade de todos os iniciados, ligados entre si pela mesma adesão fundamental aos jogos e às coisas que estão em jogo, pelo mesmo respeito (*obsequium*) do próprio jogo e das leis não escritas que o definem, pelo mesmo investimento fundamental no jogo de que eles têm o monopólio e que precisam de perpetuar para assegurarem a rentabilidade dos seus investimentos, não se manifesta nunca de modo tão claro como quando o jogo chega a ser ameaçado enquanto tal.

Os grupos unidos por uma forma qualquer de conluio (como os conjuntos de *colegas*) fazem da *discrição* e do *segredo* acerca de tudo o que diz respeito às crenças íntimas do grupo um imperativo fundamental. Eles condenam com a máxima violência certas manifestações de cinismo quando elas se fazem notar no exterior mas que, entre os *iniciados*, são perfeitamente admitidas porque não podem, por definição, tocar na crença fundamental sobre o valor do grupo, sendo a liberdade a respeito dos valores frequentemente vivida como um testemunho suplementar de valor — é conhecida a indignação com que os homens políticos e os jornalistas políticos, geralmente tão solícitos em fazer correr boatos e ditos decepcionantes sobre os homens políticos, acolhem os que, por momentos, mostram vontade de «estragar o jogo» trazendo à existência política o apolitismo popular e pequeno-burguês, que é ao mesmo tempo a condição e o produto do monopólio dos políticos). Mas os grupos não desconfiam menos daqueles que, levando demasiado a sério os valores proclamados, recusam os compromissos e os comprometimentos os quais são a condição da existência real do grupo.

O jogo duplo

A luta que opõe os profissionais é, sem dúvida, a forma por excelência da luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da

transformação da visão do mundo social e dos princípios de di-visão deste mundo: ou, mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou da conservação dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a¹¹. Ela encontra as suas condições sociais de possibilidade na lógica específica segundo a qual se organiza, em cada formação social, o jogo propriamente político em que se jogam, por um lado, o monopólio da elaboração e da difusão do princípio de di-visão legítima do mundo social e, deste modo, da mobilização dos grupos e, por outro lado, o monopólio da utilização dos instrumentos de poder objectivados (capital político objectivado). Ela assume pois a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os «poderes públicos» (as administrações do Estado). Nas democracias parlamentares, a luta para conquistar a adesão dos cidadãos (o seu voto, as suas quotizações, etc.) é também uma luta para manter ou para subverter a *distribuição do poder sobre os poderes públicos* (ou, se se prefere, pelo monopólio do uso legítimo dos recursos políticos objectivados, direito, exército, polícia, finanças públicas, etc.). Os agentes por excelência desta luta são os partidos, organizações de combate especialmente ordenadas em vista a conduzirem esta *forma sublimada de guerra civil*, mobilizando de maneira duradoura, por previsões prescritíveis, o maior número possível de agentes dotados da mesma visão do mundo social e do seu porvir. Para garantirem esta mobilização duradoira, os partidos devem, por um lado, elaborar e impor uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos e, por outro lado, conquistar postos (de poder ou não) capazes de assegurar um poder sobre os seus atributários.

¹¹ Sobre a lógica da luta pela imposição do princípio de di-visão, ver *supra* capítulo V.

Assim, a produção das ideias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada de facto à lógica da conquista do poder, que é a da mobilização do maior número. Daqui, sem dúvida, o privilégio concedido, na elaboração da representação legítima, ao modo de produção *eclesial*, no qual as propostas (moções, plataformas, programas, etc.) são de imediato submetidas à aprovação de um grupo e só podem pois ser impostas por profissionais capazes de manipular ao mesmo tempo ideias e grupos, de produzir ideias capazes de produzir grupos manipulando estas ideias de maneira a garantir-lhes a adesão de um grupo — por exemplo, através da retórica do «meeting» ou do domínio de todo um conjunto de técnicas da palavra, da redacção, de manipulação da assembleia, que permitem o «fazer passar» de uma «moção», sem falar do domínio dos procedimentos e dos processos que, como o jogo do número dos *mandatos*, controlam directamente a própria produção do grupo.

Seria um erro subestimar a autonomia e a eficácia específica de tudo o que acontece no campo político e reduzir a história propriamente política a uma espécie de manifestação epifenoménica das forças económicas e sociais de que os actores políticos seriam, de certo modo, os títeres. Além de que isso seria ignorar a eficácia propriamente simbólica da representação e da crença mobilizadora que ela suscita pela força da objectivação, equivaleria ainda a esquecer o poder propriamente político de *governo* que, por muito dependente que seja das forças económicas e sociais, pode garantir uma eficácia real sobre essas forças por meio da acção sobre os instrumentos de administração das coisas e das pessoas.

A vida política só pode ser comparada com um teatro se se pensar verdadeiramente a relação entre o partido e a classe, entre a luta das organizações políticas e a luta das classes, como uma relação propriamente simbólica entre um significante e um significado ou, melhor, entre *representantes* dando uma *representação* e agentes, acções e situações representadas. A concordância entre o significante e o significado, entre o representante e o representado, resulta sem dúvida menos da procura consciente do ajustamento à procura da clientela ou do

constrangimento mecânico exercido pelas pressões externas do que da homologia entre a estrutura do teatro político e a estrutura do mundo representado, entre a luta das classes e a forma sublimada desta luta que se desenrola no campo político¹². É esta homologia que faz com que os profissionais, ao prosseguirem na satisfação dos interesses específicos que lhes impõe a concorrência no interior do campo, dêem ainda satisfação aos interesses dos seus mandantes e que as lutas dos representantes possam ser descritas como uma *mimesis* política das lutas dos grupos ou das classes de que eles se assumem como campeões; ou, inversamente, que, nas suas tomadas de posição mais adequadas ao interesse dos seus mandantes, eles prossigam ainda na satisfação dos seus próprios interesses — sem necessariamente o confessarem a si mesmos —, tais como lhes são determinados pela estrutura das posições e das oposições constitutivas do espaço interno do campo político.

A dedicação, por obrigação, aos interesses dos mandantes faz esquecer os interesses dos mandatários. Por outras palavras, a relação, aparente, entre os representantes e os representados, concebidos como causa determinante («grupos de pressão», etc.) ou causa final («causas» a defender, interesses a «servir», etc.) dissimula a relação de concorrência entre os representantes e, ao mesmo tempo, a relação de orquestração (ou de harmonia pré-estabelecida) entre os representantes e os representados. Não há dúvida de que Max Weber tem razão em lembrar, com uma sã brutalidade materialista, que «pode-se viver *para* a política e *da* política»¹³. Para se ser perfeitamente rigoroso, seria preferível dizer que se pode viver da política com a condição de se viver para a política: é, com efeito, na relação entre os profissionais que se define a espécie particular de

¹² Como prova, estão as diferenças que as necessidades ligadas à história e à lógica próprias de cada campo político nacional fazem surgir entre as representações que as organizações «representativas» de classes sociais colocadas em posições equivalentes — como as classes operárias dos diferentes países europeus — dão dos interesses dessas classes — e isto apesar de todos os defeitos homogeneizantes (como a «bolchevização» dos partidos comunistas).

¹³ Max Weber, *op. cit.*, II, p. 1052.

interesse pela política que determina cada categoria de mandatários a consagrar-se à política e, por este meio, aos seus mandantes. Mais precisamente, a relação que os vendedores profissionais dos serviços políticos (homens políticos, jornalistas políticos, etc.) mantêm com os seus clientes é sempre mediatizada, e determinada de modo mais ou menos completo, pela relação que eles mantêm com os seus concorrentes¹⁴. Eles servem os interesses dos seus clientes na medida em que (e só nessa medida) se servem *também* ao servi-los, quer dizer, *de modo tanto mais exacto quanto mais exacta é a coincidência da sua posição na estrutura do campo político com a posição dos seus mandantes na estrutura do campo social*. (O rigor da correspondência entre os dois espaços depende, sem dúvida, em grande parte, da intensidade da concorrência, quer dizer, antes de mais do *número* dos partidos ou das tendências que comanda a diversidade e a renovação dos produtos oferecidos obrigando por exemplo os diferentes partidos a modificar os seus programas para conquistarem as novas clientelas). Em consequência, os discursos políticos produzidos pelos profissionais são sempre duplamente determinados e afectados de uma duplicidade que nada tem de intencional visto que resulta da dualidade dos campos de referência e da necessidade de servir ao mesmo tempo os fins esotéricos das lutas internas e os fins exotéricos das lutas externas¹⁵.

¹⁴ «Os oportunistas de todos os campos, que defendem os interesses bem estabelecidos dos diversos conventículos, interesses materiais, sem dúvida, e para mais interesses que se prendem com a dominação política das massas, são um obstáculo à unidade proletária» (A. Gramsci, *Écrits politiques*, tomo I, Paris, Gallimard, 1974, p. 327).

¹⁵ A forma paradigmática desta duplicidade estrutural é sem dúvida representada por aquilo a que a tradição revolucionária da URSS chama a «língua de Esopo», quer dizer, a linguagem secreta, codificada, indirecta, a que os revolucionários recorriam para escaparem à censura czarista e que reapareceu no partido bolchevique, quando do conflito entre os partidários de Estaline e os de Boukharine, quer dizer, quando se tratou de evitar, por «patriotismo de partido» que os conflitos no interior do Politburo ou do Comité Central passassem para fora do partido. Esta linguagem dissimula, numa aparência anódina, uma verdade oculta que «todo o militante suficientemente cultivado» sabe decifrar e pode ser objecto, segundo os destinatários, de duas leituras diferentes (cf. S. Cohen, *Nicolas Boukharine, la vie d'un bolchevik*, Paris, Maspero, 1979, pp. 330 e 435).

Um sistema de desvios

Deste modo, é a estrutura do campo político que, subjectivamente indissociável da relação directa — e sempre proclamada — com os mandantes, determina as tomadas de posição, por intermédio dos constrangimentos e dos interesses associados a uma posição determinada nesse campo. Concretamente, a produção de tomadas de posição depende do sistema das tomadas de posição propostas em concorrência pelo conjunto dos partidos antagonistas, quer dizer, da *problemática política* como campo de possibilidades estratégicas objectivamente oferecidas à escolha dos agentes em forma de posições efectivamente ocupadas e das tomadas de posição efectivamente propostas no campo. Os partidos, como as tendências no seio dos partidos, só têm existência relacional e seria vão tentar definir o que eles são e o que eles professam independentemente daquilo que são e professam os seus concorrentes no seio do mesmo campo¹⁶.

Não há manifestação mais evidente deste efeito de campo do que esta espécie de *cultura esotérica*, feita de problemas completamente estranhos ou inacessíveis ao comum, de conceitos e de discursos sem referente na experiência do cidadão comum e, sobretudo talvez, de *distinguos*, de matizes, de subtilidades, de agudezas, que passam despercebidos aos olhos dos não-iniciados e que não têm outra razão de ser que não sejam as relações de conflito ou de concorrência entre as diferentes organizações ou entre as «tendências» ou as «correntes» de uma mesma organização. Pode-se ainda citar o testemunho de Gramsci: «Nós outros; afastamo-nos da massa: entre nós e a massa forma-se uma barreira de *quiproquos*, de mal-entendidos, de jogo verbal complicado. Acabaremos por aparecer como pessoas que querem, a todo o custo, conservar o seu lugar»¹⁷. Na realidade, o que faz com que esta cultura propriamente política permaneça inacessível à maioria das

¹⁶ Daí o fracasso de todos os que, como tantos historiadores da Alemanha na esteira de Rosenberg, tentaram definir o «conservadorismo» de modo absoluto, sem verem que ele devia mudar incessantemente de conteúdo substancial a fim de conservar o seu *valor* relacional.

¹⁷ A. Gramsci, *op. cit.*, tomo II, p. 225.

pessoas é, sem dúvida, menos a complexidade da linguagem em que ela se exprime do que a complexidade das relações sociais que constituem o campo político que nela se reexprime: esta criação artificial das lutas de Cúria afigura-se menos inteligível do que desprovida de razão de ser aos que, não participando no jogo, «não vêem nele interesse» e não podem compreender que este ou aquele *distinguo* entre duas palavras ou entre dois rodeios de frase de um discurso-jogo, de um programa, de uma plataforma, de uma moção ou resolução, dê lugar a tais debates, visto que não aderem ao princípio das oposições que suscitam os debates geradores desses *distinguos*¹⁸.

O facto de todo o campo político tender a organizar-se em torno da oposição entre dois pólos (que, como os partidos no sistema americano, podem eles próprios ser constituídos por verdadeiros campos, organizados segundo divisões análogas) não deve fazer esquecer que as propriedades recorrentes das doutrinas ou dos grupos situados nas posições polares, «partido do movimento» e «partido da ordem», «progressistas» e «conservadores», esquerda» e «direita», são *invariantes* que só se realizam na relação com um campo determinado e por meio dessa relação. Assim as propriedades dos partidos que as tipologias realistas registam compreendem-se, de modo imediato, se as relacionarmos com a força relativa dos dois pólos, com a distância que os separa e que comanda as propriedades dos seus ocupantes, partidos ou homens políticos (e, em particular, a sua propensão para a divergência para os extremos ou à convergência para o centro) e, ao mesmo tempo, a probabilidade de que seja ocupada a posição central, intermédia, o lugar neutro. O campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvios de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos actos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções. É assim, por exemplo, que a oposição entre a «direita» e a «esquerda» se pode manter

¹⁸ Entre os factores deste efeito de «hermetismo»* e da forma particularíssima de esoterismo que ela gera, é preciso contar com a tendência, frequentemente observada, que têm os membros permanentes dos aparelhos políticos para só conviverem com outros membros permanentes.

numa estrutura transformada mediante uma permuta parcial dos papéis entre os que ocupam estas posições em dois momentos diferentes (ou em dois lugares diferentes): o racionalismo, a fé no progresso e na ciência que, entre as duas guerras, em França como na Alemanha, constituíam o ideário da esquerda enquanto que a direita nacionalista e conservadora se dava mais ao irracionalismo e ao culto da natureza, tornaram-se hoje, nestes dois países, no coração do novo credo conservador, fundamentado na confiança no progresso, na técnica e na tecnocracia, enquanto que a esquerda se vê recambiada para temas ideológicos ou práticas que pertenciam exclusivamente ao pólo oposto, como o culto (ecológico) da natureza, o regionalismo e um certo nacionalismo, a denúncia do mito do progresso absoluto, a defesa da «pessoa», tudo isto banhado de irracionalismo.

A mesma estrutura diádica ou triádica que organiza o campo no seu conjunto pode reproduzir-se em cada um dos seus pontos, quer dizer, no seio do partido ou do grupúsculo, segundo a mesma lógica dupla, ao mesmo tempo interna e externa, que põe em relação os interesses específicos dos profissionais e os interesses reais ou presumíveis dos seus mandantes, reais ou presumíveis. É, sem dúvida, no seio dos partidos cujos mandantes são os mais desprovidos e, por isso, os mais dados a confiar no partido, que a lógica das oposições internas se pode manifestar de modo mais claro. De modo que nada dá melhor conta das tomadas de posição do que uma *topologia* das posições a partir das quais elas se enunçiam: «No que diz respeito à Rússia, eu sempre soube que na *topografia* das fracções e das tendências, Radek, Trotsky e Boukharine tinham uma posição de esquerda; Zinoviev, Kamenev e Estaline uma posição de direita, enquanto que Lénine estava no *centro* e tinha função de árbitro no conjunto da situação, isto naturalmente na linguagem política corrente. O núcleo que se chama leninista sustenta, como bem se sabe, que estas posições «topográficas» são absolutamente ilusórias e falazes»¹⁹. Tudo se passa com efeito como se a distribuição das posições no

¹⁹ A. Gramsci, *op. cit.*, tomo II, p. 258, sublinhado por mim.

campo implicasse uma distribuição dos papéis; como se cada um dos protagonistas fosse levado ou remetido às suas tomadas de posição tanto pela concorrência com os ocupantes das posições mais afastadas ou das mais chegadas, que ameaçam, de diferentes maneiras, a sua existência, como pela *contradição lógica* entre as tomadas de posição²⁰.

Assim, certas oposições recorrentes, como a que se estabelece entre a tradição libertária e a tradição autoritária são tão-só a transcrição no plano das lutas ideológicas da contradição fundamental do movimento revolucionário, coagido a recorrer à disciplina e à autoridade, e até mesmo à violência, para combater a autoridade e a violência. Contestação herética da igreja herética, revolução contra «o poder revolucionário estabelecido», a crítica «esquerdista» na sua forma espontânea esforça-se por explorar, contra os que dominam o partido, a contradição entre as estratégias «autoritárias» no seio do partido e as estratégias «anti-autoritárias» do partido no seio do campo político no seu conjunto. E encontramos até no movimento anarquista, que censura ao marxismo o seu autoritarismo²¹, uma oposição do mesmo tipo entre o pensamento «plataformista» o qual, preocupado em apresentar os fundamentos de uma organização anarquista poderosa, relega para segundo

²⁰ Se se ignorar o que os conceitos devem à história, fica-se privado da única possibilidade real de os libertar da história. Sendo armas da análise e também do anátema, instrumentos de conhecimento e também instrumentos de poder, todos os conceitos em -ismo que a tradição marxológica eterniza ao tratá-los como puras construções conceptuais, livres de qualquer contexto e desligadas de qualquer função estratégica, estão «frequentemente ligados às circunstâncias, maculados de generalizações prematuras, marcados por polémicas acerbas» e gerados «na divergência, nas confrontações violentas entre representantes das diversas correntes» (G. Haupt, «Les marxistes face à la question nationale: l'histoire du problème», in G. Haupt, M. Lowy e C. Weill, *Les marxistes et la question nationale, 1848-1914*, Paris, Maspero, 1974, p. 11).

²¹ É sabido que Bakounine, que impõe a submissão absoluta aos órgãos dirigentes nos movimentos que ele constitui (por exemplo, a Fraternidade Nacional) e que é no fundo partidário da ideia «blanquista» das «minorias actuantes», é levado na sua polémica contra Marx a denunciar o autoritarismo e a enaltecer a espontaneidade das massas e a autonomia das federações.

plano a reivindicação da liberdade ilimitada dos indivíduos e dos pequenos grupos, e o pensamento «sintesista» que quer deixar aos indivíduos a sua plena independência²².

Mas, ainda aqui, os conflitos internos sobrepõem-se aos conflitos externos. Assim, é na medida (e só nesta medida) em que cada tendência é levada a valer-se da fracção correspondente da sua clientela, graças às homologias entre as posições ocupadas pelos «leaders» no campo político e as posições ocupadas no campo das classes populares pelos seus mandantes reais ou presumíveis, que as divisões e as contradições reais da classe operária podem achar o seu correspondente nas contradições e nas divisões dos partidos operários: os interesses do subproletariado inorganizado só têm probabilidade de acesso à representação política (sobretudo se é composto de estrangeiros, desprovidos do direito de voto, ou de etnias estigmatizadas) na medida em que se tornem numa arma e numa coisa em jogo na luta que, em certos estados do campo político, opõe o espontaneísmo ou, *no limite*, o voluntarismo ultra-revolucionário — sempre dados a privilegiar as fracções menos organizadas do proletariado cuja acção espontânea procede ou excede a organização — e o centralismo (qualificado pelos seus adversários como «burocrático-mecanicista») para o qual a organização, quer dizer, o partido, precede e condiciona a classe e a luta²³.

²² J. Maitron, *Le mouvement anarchiste en France*, tomo II, Paris, Maspero, 1975, pp. 82-83.

²³ A posição, mais ou menos central e dominante, no aparelho do partido e o capital cultural possuído estão na origem das visões diferentes, e até mesmo opostas, da acção revolucionária, do porvir do capitalismo, das relações entre o partido e as massas, etc., que se defrontam no seio do movimento operário. É certo, por exemplo, que o economismo e a propensão para acentuar o pendor determinista, objectivo, científico, do marxismo é mais próprio dos «cientistas» e dos «teóricos» (por exemplo, Tugan-Baranowski ou os «economistas» no seio do partido social-democrata) do que dos «militantes» ou dos «agitadores», sobretudo se são autodidactas em matéria de teoria ou de economia (está aí, sem dúvida, um dos princípios da oposição entre Marx e Bakounine). A oposição entre o centralismo e o espontaneísmo ou, se se quiser, entre o socialismo autoritário e o socialismo libertário parece variar de maneira perfeitamente paralela, levando a propensão para o cientismo e o economismo a confiar aos detentores do conhecimento o direito de definir autoritariamente as orientações (a biografia de

Palavras de ordem e ideias-força

A tendência para a autonomização e a divisão indefinida em minúsculas seitas antagonistas que está inscrita, em estado de potencialidade objectiva, na constituição de corpos de especialistas dotados de interesses específicos e colocados em concorrência pelo poder no campo político (ou neste ou naquele sector do campo — por exemplo, um aparelho de partido) é contrabalançada em diferentes graus pelo facto de o desfecho das lutas internas depender da força que os agentes e as instituições envolvidos nesta luta podem mobilizar fora do campo. Em outros termos, a tendência para a fissão* tem o seu limite no facto de a força de um discurso depender menos das suas propriedades intrínsecas do que da força mobilizadora que ele exerce, quer dizer, ao menos em parte, do grau em que ele é reconhecido por um grupo numeroso e poderoso que se reconhece nele e de que ele exprime os interesses (em forma mais ou menos transfigurada e irreconhecível).

A simples «corrente de ideias» não se torna num movimento político senão quando as ideias propostas são reconhecidas no exterior do círculo dos profissionais. As estratégias que a lógica da luta interna impõe aos profissionais, e que podem ter como fundamento objectivo, para além das diferenças professadas, diferenças de *habitus* e de interesses (ou, mais precisamente, de capital económico e escolar e de trajectória social), ligadas a posições diferentes no campo, só podem ser bem sucedidas na medida em que encontrarem as estratégias (por vezes inconscientes) de grupos exteriores ao campo (toda a diferença entre o utopismo e o realismo situa-se aí). Assim, as tendências para a cisão sectária acham-se contrabalançadas de modo contínuo pelas necessidades da concorrência que levam os profissionais, para triunfarem nas suas lutas internas, a ter de fazer apelo a forças que nem sempre são totalmente internas (é diferente o que se passa no campo científico ou artístico em que a

Marx é percorrida por estas oposições que se resolvem, à medida que o tempo vai passando, a favor do «sábio»).

* «fission» no texto original (N.T.).

invocação dos profanos desacredita). Os grupúsculos de vanguarda só podem importar para o campo político a lógica característica do campo intelectual porque estão desprovidos de base, logo, de constrangimentos, mas também de força. Funcionando como *seitas* nascidas da cisão e condenadas à cissiparidade, portanto fundados sobre uma renúncia à universalidade, esses grupúsculos pagam com uma perda de poder e de eficácia a afirmação da plena qualificação técnica e étnica que define a *ecclesia pura* (os Puritanos), o universo dos «puros» e dos «puristas», capazes de manifestar a sua excelência de virtuosos políticos no seu apego às tradições mais puras e mais radicais («a revolução permanente», «a ditadura do proletariado», etc.). Ao contrário, o partido, se não quer ver-se excluído do jogo político e da ambição de participar senão do poder, pelo menos do poder de ter influência na distribuição do poder, não pode consagrar-se a virtudes tão exclusivas. Com efeito, do mesmo modo que a Igreja se consagra à missão de espalhar a sua graça de instituição por todos os fiéis, justos ou injustos, e de sujeitar os pecadores sem distinção à disciplina do mandamento divino, também o partido elege como fim trazer para a sua causa o maior número possível de refractários (é o caso sempre que o partido comunista se dirige, em período eleitoral, a «todos os republicanos do progresso»), não hesitando, para alargar a sua base e atrair a clientela dos partidos concorrentes, em transigir com a «pureza» da sua linha e em tirar proveito de modo mais ou menos consciente, das ambiguidades do seu programa. Segue-se daqui que, entre as lutas que têm lugar em cada partido, uma das mais constantes é a que se estabelece entre os que denunciam os compromissos necessários ao aumento da *força* do partido (portanto daqueles que o dominam) mas em detrimento da sua *originalidade*, quer dizer, mediante o abandono das tomadas de posição distintivas, originais, nativas, e que reclamam por um regresso às raízes, por uma restauração da pureza original e, do outro lado, os que propendem a procurar o reforço do partido, quer dizer, o alargamento da clientela, nem que seja à custa de transacções e de concessões ou mesmo de uma baralha metódica de tudo o que as tomadas de posição originais do partido podem ter de demasiado

«exclusivo». Os primeiros puxam o partido para a lógica do campo intelectual que, levada até ao limite, pode retirar-lhe toda a força temporal; os segundos têm a seu favor a lógica da *Realpolitik* que é a condição do acesso à realidade política²⁴.

O campo político é pois o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político. A força das ideias que ele propõe mede-se, não como no terreno da ciência, pelo seu valor de verdade (mesmo que elas devam uma parte da sua força à sua capacidade para convencer que ele detém a verdade), mas sim pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silêncio ou pela ausência de desmentido, e que ele pode manifestar recolhendo as suas vozes ou reunindo-as no espaço. É o que faz com que o campo da política — onde se procuraria em vão uma instância capaz de legitimar as instâncias de legitimidade e um fundamento da competência diferente do interesse de classe bem compreendido — oscile sempre entre dois critérios de validação, a ciência e o plebiscito²⁵.

Em política, «dizer é fazer», quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz e, em particular, dar a conhecer e fazer reconhecer os princípios de di-visão do mundo social, as *palavras de ordem* que produzem a sua própria verificação ao

²⁴ As estratégias de voto defrontam-se também com a alternativa da representação adequada mais desprovida de força e da representação imperfeita mas, por isso mesmo, poderosa. Quer dizer que a própria lógica que identifica isolamento e impotência obriga a *escolhas de compromisso* e confere uma vantagem decisiva às tomadas de posição já confirmadas em relação às opiniões originais.

²⁵ Não é por acaso que a sondagem de opinião manifesta a contradição entre dois princípios de legitimidade antagonistas, a ciência tecnocrática e a vontade democrática, alternando as questões que convidam ao juízo de perito ou ao desejo de militante.

produzirem grupos e, deste modo, uma ordem social. A palavra política — é o que a define de modo próprio — empenha totalmente o seu autor porque ela constitui um empenhamento em fazer que só é verdadeiramente político se estiver na maneira de ser de um agente ou de um grupo de agentes *responsáveis politicamente*, quer dizer, à altura de conseguirem o empenhamento de um grupo e de um grupo capaz de a realizar: é só com esta condição que ele equivale a um acto. A verdade da promessa ou do prognóstico depende da veracidade e também da autoridade daquele que os pronuncia, quer dizer, da sua capacidade de fazer crer na sua veracidade e na sua autoridade. Quando se admite que o porvir que está em discussão depende da vontade e da acção colectivas, as ideias-forças do porta-voz capaz de suscitar esta acção são infalsificáveis, pois têm o poder de fazer com que o porvir que elas anunciam se torne verdadeiro. Isto, sem dúvida, faz com que, para toda a tradição revolucionária, a questão da verdade seja indissociável da questão da liberdade ou da necessidade histórica: se se admite que o porvir, quer dizer, a verdade política, depende da acção dos responsáveis políticos e das massas — seria preciso ainda determinar em que grau — Rosa Luxembourg teve razão contra Kautsky que contribuiu para fazer advir o que era provável e que ele anunciava, não fazendo o que havia que fazer segundo Rosa Luxembourg; no caso contrário, Rosa Luxembourg não teve razão pois não soube prever o porvir mais provável.

O que seria um «discurso irresponsável» na boca de qualquer um é uma previsão razoável na boca de qualquer outro. As expressões políticas, programas, promessas, previsões ou prognósticos («Ganharemos as eleições») nunca são verificáveis ou falsificáveis logicamente; elas não são verdadeiras senão na medida em que aquele que as enuncia (por sua própria conta ou em nome de um grupo) é capaz de as tornar historicamente verdadeiras, fazendo-as advir na história — e isto depende ao mesmo tempo da sua aptidão para apreciar de maneira realista as probabilidades de êxito da acção destinadas a pô-las em acto e das suas capacidades para mobilizar as forças necessárias para o fazer, ao conseguir inspirar a confiança na sua própria

veracidade e, portanto, nas suas probabilidades de êxito. Por outras palavras, a palavra do *porta-voz*, deve uma parte da sua «força de elocução» * à força (ao número) do grupo para cuja produção como tal ele contribui pelo acto de simbolização, de representação; ela tem o seu princípio no acto de força pelo qual o locutor investe no seu enunciado toda a força para cuja produção o seu enunciado contribui ao mobilizar o grupo a que ele se dirige. É o que se vê bem na lógica tão tipicamente política da promessa ou, melhor, da predição: verdadeiro *self-fulfilling prophecy*, a palavra pela qual o porta-voz anuncia uma vontade, um projecto, uma esperança ou, muito simplesmente, um porvir a um grupo, *faz o que ela diz* na medida em que os destinatários se reconhecem nela, conferindo-lhe a força simbólica e também material (em forma de votos e também de subvenções, de quotizações ou de força de trabalho ou de combate, etc.) que lhe permite realizar-se. É porque basta que as ideias sejam professadas por *responsáveis políticos*, para se tornarem em ideias-forças capazes de se imporem à crença ou mesmo em palavras de ordem capazes de mobilizar ou de desmobilizar, que os erros são *faltas* ou, na linguagem nativa, «traições» ²⁶.

Crédito e crença

O capital político é uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a

* «force illocutionnaire» no texto original (N.T.).

²⁶ A violência da polémica política e o recurso constante ao pôr-em-causa ético armados frequentemente de argumentos *ad hominem*, explica-se também pelo facto de as ideias-força deverem uma parte do seu crédito ao crédito da pessoa que as professa e que não há somente que refutar, mas que desacreditar desacreditando o seu autor. A lógica do campo político, dado que permite combater as ideias e as pessoas dos adversários, fornece um terreno altamente favorável às estratégias do ressentimento: é assim que ele oferece a qualquer indivíduo um meio de atingir, frequentemente por meio de uma forma rudimentar de sociologia do conhecimento, teorias ou ideias que ele seria incapaz de submeter à crítica científica.

uma pessoa — ou a um objecto — os próprios poderes que eles lhes reconhecem. É a ambiguidade da *fides*, analisada por Benveniste²⁷: força objectiva que pode ser objectivada nas coisas (e, em particular, em tudo o que faz a simbólica do poder, tronos, ceptros e coroas), produto de actos subjectivos de reconhecimento e que, enquanto crédito e credibilidade, só existe na representação e pela representação, na confiança e pela confiança, na crença e pela crença, na obediência e pela obediência. O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. *Credere*, diz Benveniste, «é literalmente colocar o *kred*, quer dizer, a potência mágica, num ser de que se espera protecção, por consêguinte, crer nele»²⁸. O *kred*, o crédito, o carisma, esse não-sei-quê pelo qual se tem aqueles de quem isso se tem, é o produto do *credo*, da crença da obediência, que parece produzir o *credo*, a crença, a obediência.

Como o campeão divino ou humano que, segundo Benveniste, tem necessidade que se creia nele, que se lhe confie o *kred*, com a condição de ele espalhar os seus benefícios sobre os que assim o apoiaram»²⁹, o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele. Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com os outros grupos. Mandatário unido aos seus mandantes por uma espécie de contrato racional — o programa —, ele é também campeão, unido por uma relação mágica de identificação àqueles que, como se diz, «põem nele todas as esperanças». E, devido ao seu capital específico ser um puro *valor fiduciário* que depende da representação, da opinião, da crença, da *fides*, o homem político, como homem de honra, é especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo

²⁷ E. Benveniste, *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*, Tomo I, Paris, Minuit, 1969, pp. 115-121.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ *Ibidem*, p. 177.

lo, em resumo, a tudo o que ameaça a crença, a confiança, fazendo aparecer à luz do dia os actos e os ditos secretos, escondidos, do presente e do passado, os quais são próprios para desmentir os actos e os ditos presentes e para desacreditar o seu autor — e isto, como se verá, de modo tanto mais completo quanto o seu capital deve menos à delegação³⁰. Este capital supremamente *lável* só pode ser conservado mediante o trabalho constante que é necessário não só para acumular o crédito como também para evitar o descrédito: daí, toda a prudência, todos os silêncios, todas as dissimulações, impostos a personagens públicas incessantemente colocadas perante o tribunal da opinião, pela preocupação constante de nada dizer ou fazer que possa ser lembrado pelos adversários, princípio impiedoso da irreversibilidade, de nada revelar que possa contradizer as profissões de fé presentes ou passadas ou desmentir-lhes a constância no decurso do tempo. E a atenção especial que os homens políticos devem dar a tudo o que contribui para produzir a representação da sua *sinceridade* ou do seu *desinteresse* explica-se se se imaginar que estas atitudes aparecem como a garantia última da representação do mundo social, a qual eles se esforçam por impor, dos «ideais» e das «ideias», que eles têm a missão de fazer aceitar³¹.

³⁰ A prudência extrema que define o político consumado e que se mede de modo particular pelo alto grau de eufemização do seu discurso explica-se, sem dúvida, pela vulnerabilidade extrema do capital político que faz do ofício de homem político uma profissão de alto risco, sobretudo em períodos de crise nos quais, como se vê em relação a De Gaulle e a Pétain, pequenas diferenças nas atitudes e nos valores assumidos podem estar na origem de escolhas totalmente exclusivas (pelo facto de ser próprio das situações extra-ordinárias aniquilar a possibilidade dos compromissos, das ambiguidades, dos jogos duplos, das filiações múltiplas, etc., autorizadas pelo recurso comum a critérios de classificação múltiplos e parcialmente integrados, pela imposição de um sistema de classificação organizado em torno de um único critério).

³¹ É o que faz com que o homem político esteja comprometido com o jornalista, detentor de um poder sobre os instrumentos de grande difusão que lhe dá um poder sobre toda a espécie de capital simbólico (o poder de «fazer ou desfazer reputações», de que o caso Watergate deu uma medida). Capaz, pelo menos em certas conjunturas políticas, de controlar o acesso de um homem político ou de um movimento ao estatuto de força política que

As espécies de capital político

«Banqueiro de homens em regime de monopólio»³², como diz Gramsci a respeito dos funcionários sindicais, o homem político deve a sua autoridade específica no campo político — aquilo a que a linguagem nativa chama o seu «peso específico» — à força de mobilização que ele detém quer a título pessoal, quer por delegação, como mandatário de uma organização (partido, sindicato) detentora de um capital político acumulado no decurso das lutas passadas, e primeiro em forma de postos — no aparelho ou fora do aparelho — e de militantes *ligados* a esses postos³³. O capital pessoal de «notoriedade» e de «popularidade» — firmado no facto de *ser conhecido e reconhecido* na sua pessoa (de ter um «nome», uma «reputa-

conte, o jornalista está condenado, como crítico, ao papel de *dar a apreciar*, incapaz de fazer para ele mesmo o que ele faz para os outros (e as tentativas que pode fazer para mobilizar a favor da sua pessoa ou da sua obra as autoridades intelectuais ou políticas, que devem alguma coisa à sua acção de valorizar, estão antecipadamente condenadas). Por isso liga-se àqueles que ele contribuiu para fazer (na proporção do seu valor como fazer-valer), por uma relação de profunda ambivalência que o leva a oscilar entre a submissão admirativa ou servil e o ressentimento pérfido, pronto a exprimir-se ao primeiro passo em falso dado pelo ídolo para cuja produção contribuiu.

³² «Estes chefes tornaram-se banqueiros de homens em regime de monopólio, e a menor alusão a uma concorrência torna-os loucos de terror e de desespero» (A. Gramsci, *op. cit.*, tomo II, p. 85). «Em muitos aspectos, os chefes sindicais representam um tipo social semelhante ao banqueiro: um banqueiro experimentado, que conhece os negócios com um olhar, que sabe prever com alguma exactidão as cotações da bolsa e a vida dos contratos, dá crédito à sua casa, atrai as poupanças e os clientes; um chefe sindical que, em plena confrontação das forças sociais em luta, sabe prever os resultados possíveis, atrai as massas à sua organização, torna-se num *banqueiro de homens*» (*op. cit.*, p. 181).

³³ A oposição entre as duas espécies de capital político está na origem de uma das diferenças fundamentais entre os eleitos do PC e os do PS: «Enquanto que a grande maioria dos presidentes de câmara socialistas evocam a sua “notoriedade”, quer ela radique no prestígio familiar, na competência profissional, quer radique nos serviços prestados a título de uma actividade qualquer, os dois terços dos comunistas consideram-se, primeiro e sobretudo, delegados do seu partido» (D. Lacorne, *Les notables rouges*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980, p. 67).

ção», etc.) e também no facto de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma «boa reputação» — é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência. Enquanto este capital pessoal de *notável* é produto de uma acumulação lenta e contínua, a qual leva em geral toda uma vida, o capital pessoal a que se pode chamar heróico ou profético e no qual pensa Max Weber quando fala de «carisma» é produto de uma acção inaugural, realizada em situação de crise, no vazio e no silêncio deixados pelas instituições e os aparelhos: acção profética de doação de sentido, que se fundamenta e se legitima ela própria, retrospectivamente, pela confirmação conferida pelo seu próprio sucesso à linguagem de crise e à acumulação inicial de força de mobilização que ele realizou³⁴.

Ao contrário do capital pessoal que desaparece com a pessoa do seu portador (embora possa originar querelas de herança), o capital delegado da autoridade política é, como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do *funcionário*, produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela³⁵: é o partido que, por meio da acção dos seus quadros e dos seus militantes, acumulou no decurso da história um capital simbólico de *reconhecimento* e de *fidelidade* e que a si mesmo se dotou, pela luta política e para ela, de uma organização permanente de membros permanentes capazes de

³⁴ Pensar-se-á, sem dúvida, na aventura gaulista. Mas também se achará o equivalente numa região perfeitamente oposta do espaço social e político. É assim que Denis Lacorne observa que os eleitos comunistas que gozam de uma notoriedade pessoal devem quase sempre o seu estatuto de «personalidade local» a um «acto de natureza heróica» realizado durante a segunda guerra mundial (D. Lacorne, *op. cit.*, p. 69).

³⁵ Dito isto, a missão política distingue-se, mesmo neste caso, de uma simples função burocrática visto que é sempre, como se viu, uma missão pessoal, em que a pessoa toda se empenha.

mobilizar os militantes, os aderentes e os simpatizantes e de organizar o trabalho de propaganda necessário à obtenção dos votos e, por este meio, dos postos que permitem que se mantenham duradouramente os membros permanentes. Este aparelho de mobilização, que distingue o partido ou o sindicato tanto do clube aristocrático como do grupo intelectual, assenta *ao mesmo tempo* em estruturas objectivas como a burocracia da organização propriamente dita, os postos que ela oferece, com todas as vantagens correlativas, nela própria ou nas administrações públicas, as tradições de recrutamento, de formação e de selecção que a caracterizam, etc., e em atitudes, quer se trate da fidelidade ao partido, quer se trate dos princípios incorporados de di-visão do mundo social que os dirigentes, os membros permanentes ou os militantes põem em prática no dia-a-dia e na sua acção propriamente política.

A aquisição de um capital delegado obedece a uma lógica muito particular: a *investidura* — acto propriamente mágico de *instituição* pelo qual o partido *consagra* oficialmente o candidato oficial a uma eleição e que marca a transmissão de um capital político, tal como a investidura medieval solenizava a «tradição» de um feudo ou de bens de raiz — não pode ser senão a contrapartida de um longo *investimento* de tempo, de trabalho, de dedicação, de devoção à instituição. Não é por acaso que as igrejas, como os partidos, põem frequentemente oblatos à sua testa³⁶. A lei que rege as permutas entre os agentes e as instituições pode enunciar-se assim: a instituição dá tudo, a começar pelo poder sobre a instituição, àqueles que tudo deram à instituição, mas porque fora da instituição e sem a instituição eles nada seriam, e porque não podem negar a instituição sem se negarem a si mesmos pura e simplesmente privando-se de tudo o que eles são pela instituição e para a instituição à qual tudo devem³⁷. Em resumo, a instituição investe aqueles que

³⁶ Não é a única característica que sugere o facto do movimento operário desempenhar para a classe operária uma função homóloga àquela que a Igreja desempenha para os camponeses e para certas fracções da pequena burguesia.

³⁷ Pode-se citar aqui Michels: «Os conservadores mais tenazes de um partido são os que mais dele dependem» (R. Michels, *op. cit.*, p. 101).

investiram na instituição: o investimento consiste não só em serviços prestados, frequentemente tanto mais raros e preciosos quanto mais custosos são psicologicamente (como todas as «provas» iniciáticas), ou mesmo em obediência às instruções ou na conformidade às exigências da instituição, mas também em investimentos psicológicos que fazem com que a exclusão, como o retirar o capital de autoridade da instituição, assuma frequentemente a forma de uma *falência*, de uma *bancarrota* ao mesmo tempo social e psicológica (e isso ainda mais na medida em que, como a excomunhão e a exclusão do sacrifício divino, ela é acompanhada de uma «áspera boicotagem social como forma de recusa de relações com o excluído») ³⁸. Aquele que é investido de um *capital de função*, equivalente à «graça institucional» ou ao «carisma de função» do sacerdote, pode não possuir qualquer outra «qualificação» a não ser a que a instituição lhe outorga pelo acto de investidura. E é ainda a instituição que controla o acesso à *notoriedade pessoal*, controlando por exemplo o acesso às posições *mais em vista* (a de secretário-geral ou de porta-voz) ou aos lugares de publicidade (como actualmente a televisão ou as conferências de imprensa), embora o detentor de um capital delegado possa sempre obter capital pessoal por meio de uma estratégia subtil, a qual consiste em tomar, em relação à instituição, o máximo de distância compatível com a manutenção da pertença e da conservação das vantagens correlativas. Segue-se daqui que o eleito de aparelho depende pelo menos tanto do aparelho como dos seus eleitores — que ele deve ao aparelho e que ele perde em caso de ruptura

E mais além: «Um partido que dispõe de uma caixa bem provida pode não só renunciar ao apoio material dos seus membros mais afortunados e eliminar assim a preponderância deles nos negócios internos, como também pode constituir um corpo de funcionários fiéis e devotados, pois que tiram do partido os seus únicos meios de existência» (Ib., *id.*, p. 105). Também se pode citar Gramsci: «Hoje, os representantes dos interesses constituídos, quer dizer, os representantes das cooperativas, das agências de emprego, das habitações operárias, das municipalidades, das caixas de previdência, ainda que em minoria no partido, prevalecem sobre os tribunos, os jornalistas, os professores, os advogados, que prosseguem em inacessíveis e vão planos ideológicos» (A. Gramsci, *op. cit.*, tomo II, p. 193).

³⁸ Max Weber, *op. cit.*, tomo II, p. 880 e 916.

com o aparelho. Segue-se também que, à medida que a política se «profissionaliza» e que os partidos se «burocratizam», a luta pelo poder político de mobilização tende cada vez mais a tornar-se numa competição a dois níveis: é do resultado da concorrência pelo poder sobre o aparelho a qual se desenrola no seio do aparelho só entre profissionais, que depende a escolha daqueles que poderão entrar na luta pela conquista dos simples laicos — o mesmo é dizer que a luta pelo monopólio da elaboração e da difusão dos princípios de di-visão do mundo social está cada vez mais estreitamente reservada aos profissionais e às grandes unidades de produção e de difusão, excluindo de facto os pequenos produtores independentes (a começar pelos «intelectuais livres»).

A institucionalização do capital político

A delegação do capital político pressupõe a objectivação desta espécie de capital em instituições permanentes, a sua materialização em «máquinas» políticas, em postos e instrumentos de mobilização e a sua reprodução contínua por mecanismos e estratégias. Ela é própria de empreendimentos políticos* já com muitos anos, que acumularam um importante capital político objectivado, em forma de postos no seio do próprio partido, em todas as organizações mais ou menos subordinadas ao partido e também nos organismos do poder local ou central e em toda a rede de empresas industriais ou comerciais que vivem em simbiose com esses organismos. A objectivação do capital político garante uma independência relativa perante a sanção eleitoral, substituindo a dominação directa sobre as pessoas e as estratégias de investimento pessoal («pagar com a sua pessoa»), pela dominação imediata, a qual permite que se mantenham duradouramente os detentores dos postos mantendo os postos³⁹. Compreende-se assim que a esta

* «entreprises politiques» no texto original (N. T.).

³⁹ Estas análises aplicam-se também ao caso da Igreja: à medida que o capital político da Igreja se objectiva em instituições e, como é o caso no período recente, em postos controlados pela Igreja (no ensino, na imprensa:

nova definição das posições correspondam características novas nas atitudes dos seus ocupantes. Com efeito, quanto mais o capital político se institucionaliza em forma de postos a tomar, maiores são as vantagens em entrar no aparelho, ao contrário do que se passa nas fases iniciais ou nos tempos de crise — em período revolucionário, por exemplo — em que os riscos são grandes e as vantagens reduzidas. O processo frequentemente designado pelo termo vago de «burocratização» compreende-se se se vir que, à medida que se avança no ciclo da vida do empreendimento político, os efeitos exercidos pela oferta de postos estáveis de permanência sobre o recrutamento vêm aumentar os efeitos, frequentemente observados⁴⁰, que são exercidos pelo acesso às posições de permanência (e o acesso aos privilégios, relativos, que tais posições garantem aos militantes saídos da classe operária). Quanto mais avançado é o processo de institucionalização do capital político, tanto mais tende a conquista do «espírito» a subordinar-se à conquista dos postos e tanto mais os militantes, ligados apenas pela sua dedicação à «causa», recuam em proveito dos «prebendados», como lhes chama Weber — essa espécie de *clientes*, ligados ao aparelho de modo duradouro pelos benefícios e os ganhos que ele lhes garante, dedicados ao aparelho na medida em que este os mantenha com a redistribuição de uma parte do espólio material ou simbólico que conquista graças a eles (por exemplo, os *spoils* dos partidos americanos)⁴¹. Por outras palavras, à medida que

no movimento de jovens, etc.), o poder da Igreja tende a assentar cada vez menos na inculcação e na «cura das almas», de tal modo que ele se mede sem dúvida melhor pelo número de postos e de agentes controlados de forma mediata pela Igreja do que pelo número dos «missalizantes» ou dos «pascalizantes».

⁴⁰ «O desenvolvimento normal da organização sindical gera resultados inteiramente opostos aos que tinham sido previstos pelo sindicalismo: os operários que se tornaram dirigentes sindicais perderam completamente a vocação do trabalho e o espírito de classe e adquiriram todas as características do funcionário pequeno-burguês, intelectualmente preguiçoso, moralmente pervertido ou fácil de perverter. Quanto mais o movimento sindical se alarga, ao abarcar grandes massas, tanto mais o funcionalismo se espalha» (A. Gramsci, *op. cit.*, tomo III, pg. 206-207).

⁴¹ «Os presidentes de câmaras, são para o Partido Socialista o essencial dos meios, dos homens, das influências (...). Enquanto os mantiver, o

o processo de institucionalização avança e o aparelho de mobilização cresce, o peso dos imperativos ligados à reprodução do aparelho e dos postos que ele oferece, vinculando os seus ocupantes por todas as espécies de interesses materiais ou simbólicos, não deixa de aumentar, tanto na realidade como nos cérebros, em relação àqueles que a realização dos fins proclamados imporia: e compreende-se que os partidos possam ser assim levados a sacrificar o seu programa para se manterem no poder ou simplesmente na existência.

Campos e aparelhos

Se não há empreendimento político que, por muito monolítico que possa parecer, não deixe de ser lugar de defrontações entre tendências e interesses divergentes⁴², não é menos verdade que os partidos estão tanto mais condenados a funcionarem segundo a lógica do aparelho capaz de responder instantaneamente às exigências estratégicas inscritas na lógica do campo político quanto mais desprovidos culturalmente e mais presos aos valores de fidelidade, logo, mais dados à delegação incondicional e duradoura estão os seus mandantes; e também quanto mais antigos e mais ricos eles são em capital político objectiva-

partido durará, manter-se-á, aconteça o que acontecer. Compreende-se que as municipalidades sejam a grande preocupação dos socialistas. *No limite*, a única preocupação séria. A ideologia, as declarações de princípio, os planos de acção, os programas, os debates, as discussões, os diálogos, são importantes, decerto (...). Mas ao nível local o partido está no poder, ou pelo menos tem a ilusão disso. É por isso que já se não brinca quando se trata de eleições municipais. Entra-se no concreto. A defesa é feita no terreno, sem tagarelices teóricas, asperamente, duramente, até ao fim» (P. Guidoni, *Histoire du nouveau Parti Socialiste*, Paris, Tema-Action, 1973, p. 120).

⁴² É o que se observa no caso aparentemente mais desfavorável, o do partido bolchevique: «Por detrás da fachada de uma unidade política e organizacional proclamada, conhecida pelo nome de «centralismo democrático», não havia em 1917, nem mesmo alguns anos depois, uma filosofia ou ideologia políticas bolcheviques uniformes. Pelo contrário, o partido oferecia uma notável variedade de pontos de vista: as diferenças iam das questões de palavras aos conflitos acerca das opções fundamentais» (S. Cohen, *op. cit.*, 1979, p. 19).

do, quanto mais fortemente determinados estão nas suas estratégias pela preocupação de «defender as suas conquistas»*; ou ainda, quanto mais expressamente ordenados para a luta, quanto mais organizados eles estão segundo o modelo militar do aparelho de mobilização; ou enfim, quanto mais desprovidos de capital económico e cultural, mais dependentes em relação ao partido estão os seus quadros e os seus membros permanentes.

A combinação da fidelidade intergeracional e intrageracional — que garante aos partidos uma clientela relativamente estável, retirando à sanção eleitoral uma grande parte da sua eficácia — e da *fides implicita* — que põe os dirigentes a coberto do controlo dos profanos — faz com que, paradoxalmente, não haja empreendimentos políticos que sejam mais independentes dos constrangimentos e dos controlos da procura e mais livres de obedecer apenas à lógica da concorrência entre os profissionais (por vezes mediante as mais repentinas e paradoxais reviravoltas) do que os dos partidos que mais claramente reivindicam para eles mesmos a defesa das massas populares⁴³. É assim na medida em que eles tendem a aceitar o dogma bolchevique segundo o qual fazer intervir os profanos nas lutas internas do partido, apelar para eles ou, muito simplesmente, deixar passar para fora os desacordos internos, tem qualquer coisa de ilegítimo.

Do mesmo modo, os membros permanentes não dependem nunca tanto do partido como quando a sua profissão lhes não permite participar na vida política a não ser à custa de um sacrifício de tempo e de dinheiro: só do partido podem então

* «défendre les acquis» no texto original (N. T.).

⁴³ Se é conhecido o lugar que o sistema de valores popular concede a virtudes como a integridade («ser inteiro», «de uma só peça», etc.), a fidelidade à palavra dada, a lealdade para com os seus, a constância para consigo mesmo («eu cá sou assim», «ninguém me fará mudar», etc.), atitudes estas que, em outros universos, apareceriam como uma forma de rigidez, e até mesmo de estupidez, compreende-se que o efeito de fidelidade às opções originais — que tende a transformar a filiação política numa propriedade quase hereditária e capaz de sobreviver às mudanças de condição intrageracionais ou intergeracionais — se exerça com força especial no caso das classes populares e aproveite particularmente aos partidos de esquerda.

esperar o *tempo livre* que os notáveis devem aos seus rendimentos ou à maneira como eles os adquirem, quer dizer, sem trabalho ou por um trabalho intermitente⁴⁴. E a sua dependência é tanto mais completa quando mais fraco for o capital económico e cultural que eles possuíam antes da sua entrada no partido. Compreende-se que os membros permanentes saídos da classe operária tenham o sentimento de tudo dever ao partido, não só a sua posição, que os liberta das servidões da sua antiga condição, mas também a sua cultura, em suma, tudo o que faz o seu ser actual: «É que aquele que vive a vida de um partido como o nosso nada mais faz do que guindar-se. Parti com a bagagem da instrução primária e o partido obrigou-me a que me educasse. É preciso trabalhar, é preciso lidar com os livros, é preciso ler, é preciso empenhar-se na coisa... É uma obrigação! Senão... ainda hoje seria o mesmo burrico de há cinquenta anos! Eu cá digo: *Um militante deve tudo*

⁴⁴ Ainda que apresente características invariantes, a oposição entre os *membros permanentes* e os simples aderentes (ou, com mais razão, os votantes ocasionais) reveste-se de sentidos muito diferentes segundo os partidos. Isto, por intermédio da distribuição do capital e, sobretudo talvez, do *tempo livre*, entre as classes. (É sabido que se a democracia directa não resiste à diferenciação económica e social, é porque, por intermédio da desigual distribuição do tempo livre que daí resulta, se introduz a concentração dos cargos administrativos em proveito daqueles que dispõem do tempo necessário para cumprir as funções graciosamente ou mediante uma fraca remuneração). Este princípio simples poderia também contribuir para explicar a participação diferencial das diferentes profissões (ou ainda dos diferentes estatutos numa mesma profissão) na vida política ou sindical e, mais geralmente, em todas as responsabilidades semipolíticas: Max Weber observa assim que os directores dos grandes institutos de medicina e de ciências da natureza são pouco dados e aptos a ocupar os postos de reitor (M. Weber, *op. cit.*, tomo II, p. 698) e Robert Michels indica que os cientistas que tiveram parte activa na vida política «viram as suas aptidões científicas sofrerem uma baixa lenta, mas progressiva» (R. Michels, *op. cit.*, p. 155). Se a isto se juntar que as condições sociais que favorecem ou permitem a recusa de dar o seu tempo à vida política ou à administração estimulam também, frequentemente, o desdém aristocrático ou profético pelos ganhos *temporais* que as actividades podem prometer ou fornecer, compreende-se melhor algumas das invariantes estruturais da relação entre os intelectuais do aparelho (político, administrativo ou outro) e os intelectuais «livres», entre teólogos e bispos, ou entre investigadores e decanos universitários, reitores ou administradores científicos, etc.

ao seu partido⁴⁵. Também se compreende que, como Denis Lacorne estabeleceu, «o espírito de partido» e o «orgulho partidário» sejam claramente mais marcados entre os membros permanentes do partido comunista do que entre os membros permanentes do partido socialista os quais, por serem frequentemente oriundos das classes médias e superiores — e especialmente do corpo docente — estão menos dependentes do partido.

Vê-se que a disciplina e o amestramento*, tão frequentemente sobrestimados pelos analistas, permaneceriam ineficazes sem a cumplicidade encontrada nas atitudes de submissão forçada ou electiva que os agentes introduzem no aparelho e que são elas próprias reforçadas de modo contínuo pela confrontação com atitudes afins e pelos interesses inscritos nos postos de aparelho. Pode-se dizer, indiferentemente, que certos *habitus* acham as condições da sua realização, e até mesmo do seu desenvolvimento, na lógica do aparelho; ou, inversamente, que a lógica do aparelho «explora» em seu proveito as tendências inscritas nos *habitus*. Por um lado, poder-se-iam invocar todos os processos, comuns a todas as instituições totais, pelos quais o aparelho, ou os que o dominam, impõem a disciplina e põem no bom caminho os heréticos e os dissidentes ou os mecanismos que, com a cumplicidade daqueles cujos interesses servem, tendem a assegurar a reprodução das instituições e das suas hierarquias. Por outro lado, seria um nunca mais acabar com a enumeração e a análise das atitudes que oferecem à mecanização militarista a sua força e os seus instrumentos: quer se trate da relação dominada com a cultura que predispõe os membros permanentes saídos da classe operária a uma forma de anti-intelectualismo próprio para servir de justificação ou de alibi a uma espécie de idanovismo espontâneo e de corporatismo obreirista, quer se trate do ressentimento que se satisfaz na visão estaliniana — no sentido histórico — quer dizer, policial, das «fracções» e na propensão para pensar a história em termos de lógica da conspiração, quer se trate ainda da culpabi-

⁴⁵ D. Lacorne, *op. cit.*, p. 114.

* «dressage» no texto original (N. T.).

lidade que, inscrita na posição de equilíbrio instável do intelectual, atinge a sua intensidade máxima no intelectual saído das classes dominadas, trânsfuga frequentemente filho de trânsfuga que Sartre evocou de forma magnífica no prefácio a *Aden Arabie*. E não se compreenderiam certos «êxitos» extremos da manipulação do aparelho se se não visse até que ponto estas atitudes são objectivamente orquestradas, vindo as diferentes formas de miserabilismo, que predispõem os intelectuais ao obreirismo, por exemplo, ajustar-se ao idanovismo espontâneo para favorecerem a instauração de relações sociais nas quais o perseguido se torna cúmplice do perseguidor.

Não deixa contudo de ser verdade que o modelo organizacional de tipo bolchevique, o qual se impôs à maior parte dos partidos comunistas, permite que se realizem até às suas últimas consequências as tendências inscritas na relação entre as classes populares e os partidos. O partido comunista, aparelho (ou instituição total) ordenado com vista à luta, real ou representada, e firmado na *disciplina* que permite fazer agir um conjunto de agentes (neste caso militantes) «como um só homem» com vista a uma causa comum, encontra as condições do seu funcionamento na luta permanente que tem lugar no campo político e que pode ser reactivada ou intensificada sem restrições. Com efeito, já que a disciplina, como observa Weber, «garante a uniformidade racional da obediência de uma pluralidade de homens»⁴⁶ e tem a sua justificação, se não o seu fundamento, na luta, basta invocar a luta real ou potencial, e até mesmo reavivá-la de modo mais ou menos artificial, para restaurar a legitimidade da disciplina⁴⁷. Segue-se daqui que,

⁴⁶ Max Weber, *op. cit.* tomo II, p. 867.

⁴⁷ Robert Michels, que assinala a estreita correspondência entre a organização do «partido democrático de combate» e a organização militar e os vocábulos sem número (em especial em Engels e Bebel) da terminologia socialista retirados da gíria militar, observa que os dirigentes, que, como ele lembra, têm que ver com a disciplina e a centralização (R. Michels, *op. cit.*, pp. 129 e 144), não deixam de apelar à magia do interesse comum e aos «argumentos de ordem militar» sempre que a sua posição está ameaçada: «Sustenta-se sobretudo que, quando só por razões de ordem táctica e a fim de manter a coesão necessária frente ao inimigo, os aderentes do partido não deverão em caso algum recusar a sua confiança aos chefes que livremente

como diz pouco mais ou menos Weber, a situação de luta reforça a posição dos dominantes no seio do aparelho de luta e faz passar os militantes do papel de tribunos, encarregados de exprimir a vontade da base que eles podem reivindicar por vezes em nome da definição oficial da sua função, para a função de simples «quadros» encarregados de fazer *executar* as ordens e as palavras de ordem da direcção central, condenados pelos «camaradas competentes» à «democracia da ratificação»⁴⁸. E nada exprime melhor a lógica desta organização de combate do que o processo do «Quem é contra?» como o descreve Boukharine: convocam-se os membros da organização, explica ele, e pergunta-se-lhes «Quem é contra?»; e como eles têm todos mais ou menos medo de ser contra, o indivíduo designado é nomeado secretário, a resolução proposta é adoptada, e sempre por unanimidade⁴⁹. O processo a que se chama «militarização»

escolheram» (R. Michels, *op. cit.*, p. 163). Mas, é sem dúvida com Estaline que a estratégia da militarização — a qual, como nota Stephen Cohen, é decerto a única contribuição original de Estaline para o pensamento bolchevique, portanto, a característica principal do estalinismo — tem a sua realização: os sectores de intervenção tornam-se em «frentes» (frente do grão, frente da filosofia, frente da literatura, etc.); os objectivos ou os problemas são «fortalezas» que as «brigadas teóricas» devem «tomar de assalto», etc. Este pensamento «militar» é evidentemente maniqueu, pois que celebra um grupo, uma escola de pensamento ou uma concepção constituída em ortodoxia para melhor aniquilar todos os outros (cf. S. Cohen, *op. cit.*, pp. 367-368 e 388).

⁴⁸ Vê-se que as lutas conduzidas no interior do partido comunista contra o autoritarismo dos dirigentes e contra a prioridade que eles dão aos interesses de aparelho em relação aos interesses dos mandantes nada mais fazem do que reforçar as próprias tendências por elas combatidas: basta efectivamente que os dirigentes invoquem, ou mesmo suscitem, a luta política, em especial contra os concorrentes mais imediatos, para permitir o chamamento à disciplina, quer dizer, à submissão aos dirigentes, que se impõe em tempo de luta. (Neste sentido, a denúncia do anticomunismo é uma arma absoluta nas mãos dos que dominam o aparelho, pois que ela desqualifica a crítica, e até mesmo a objectivação, e impõe a unidade contra o exterior).

⁴⁹ Cf. S. Cohen, *op. cit.*, p. 185. Uma etnografia das práticas de assembleia forneceria inúmeras ilustrações dos processos de imposição autoritária que se apoiam na impossibilidade prática de romper, *sem inconveniência*, a unanimidade unanimemente cultivada (abstenção num voto de braço levantado, eliminação de um nome numa lista pré-estabelecida, etc.).

consiste em basear a autoridade na situação de «guerra» com que se defronta a organização e que pode ser produzida por um trabalho sobre a *representação* da situação, a fim de produzir e de reproduzir continuamente o *medo de ser contra*, fundamento último de todas as disciplinas militantes ou militares. Se o anticomunismo não existisse, o «comunismo de guerra» não deixaria de o inventar. Toda a oposição do interior, dado que está condenada a aparecer como conluio com o inimigo, reforça a militarização por ela combatida ao reforçar a unanimidade do «nós» ameaçado que predispõe à obediência militar: a dinâmica histórica do campo de lutas entre ortodoxos e heréticos, defensores do *por* e defendentes do *contra*, dá o lugar à mecânica do aparelho que anula qualquer possibilidade prática de ser contra por meio de uma exploração semi-racional dos efeitos psicossomáticos da exaltação da unanimidade das adesões e das aversões ou, inversamente, da angústia da exclusão e da excomunhão, fazendo do «espírito de partido» um verdadeiro *espírito de corpo*.

Assim, a própria ambiguidade da luta política, esse combate por «ideias» e «ideais» que é ao mesmo tempo um combate por poderes e, quer se queira quer não, por privilégios, está na origem da contradição que obsidia todos os empreendimentos políticos ordenados com vista à subversão da ordem estabelecida: todas as necessidades que pesam sobre o mundo social concorrem para fazer com que a função de mobilização, que necessita da lógica mecânica do aparelho, tenda a preceder a função de expressão e de representação, que todas as ideologias profissionais dos homens de aparelho reivindicam (a do «intellectual orgânico» como a do partido «parteiro» da classe) e que só pode ser realmente assegurada pela lógica dialéctica do campo. A «revolução por cima», projecto de aparelho que supõe e produz o aparelho, tem o efeito de interromper esta dialéctica, a qual é a própria história, primeiro no campo político — esse campo de lutas a respeito de um campo de lutas e da representação legítima dessas lutas —, depois no próprio seio do empreendimento político, partido, sindicato, associação, que só pode funcionar como um só homem se sacrificar os interesses de uma parte, quando não da totalidade, dos seus mandantes.

Apêndice

Um descuido interessado

A candidatura de Coluche à Presidência da República foi, logo de início, condenada pela quase totalidade dos profissionais da política com a acusação de *poujadismo*. No entanto, em vão se procuraria na temática do cómico parisiense os tópicos mais típicos do livreiro de Saint-Céré tal como os arrola o estudo clássico de Stanley Hoffman¹: nacionalismo, anti-intelectualismo, antiparisianismo, xenofobia racista e fascizante, exaltação das classes médias, moralismo, etc. E custa a compreender como «observadores avisados» puderam confundir o «candidato das minorias», de todos os «que nunca são representados pelos partidos políticos», «pederastas, aprendizes, Negros, Árabes», etc. com o defensor dos pequenos comerciantes em luta contra «os metecos» e «a mafia apátrida de traficantes e de pederastas»².

Embora se conheçam mal as bases sociais do movimento poujadista, é incontestável que ele achou as suas primeiras tropas e os seus mais fiéis apoios na pequena burguesia dos artífices e dos comerciantes de província, mais idosos e ameaçados pelas transformações económicas e sociais. Ora, dois inquéritos, perfeitamente convergentes, um do IFRES, outro do IFOP, estabelecem que os que deram a sua simpatia à *candidatura* de Coluche apresentam características em todos os pontos opostas. A propensão para aprovar a candidatura de Coluche varia na razão inversa da idade: ela atinge a sua intensidade máxima entre os jovens (e, entre estes, sobretudo nos homens), e é somente aos olhos de uma parte (um terço aproximadamente) das pessoas de mais de 65 anos que ela parece escândalo. Do mesmo modo, ela tende a aumentar com a dimensão da terra de residência: muito fraca nas comunas rurais e nas pequenas cidades, ela culmina nas grandes cidades e na aglomeração parisiense. Se bem que as categorias utilizadas pelos dois institutos de sondagem sejam igualmente imprecisas e pouco comparáveis, tudo parece indicar serem os operários e os empregados e também os intelectuais e os artistas, que se declaram mais claramente a favor do candidato anómico enquanto que as rejeições mais marcadas se encontram entre os patrões da indústria e do comércio. O que se compreende facilmente se se souber que os votos assim desviados são retirados principalmente à esquerda (claramente mais ao PS que ao PC) e também ganhos aos

¹ S. Hoffmann, *Le mouvement Poujade*, Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Paris, A. Colin, 1956, pp. 209-260.

² *Ibidem*, *id.*, p. 246.

ecologistas e aos abstencionistas. A parte das pessoas interrogadas que, na ausência de uma candidatura de Coluche, votariam pela direita é fraca (muito especialmente entre os operários) e é sobretudo para o partido socialista que iriam os votos (sendo a parte daqueles que optariam pela abstenção certamente muito forte em todas as categorias). O facto de a parte dos partidários de Coluche ser claramente mais elevada entre os homens do que entre as mulheres permite a suposição de que esta escolha é a expressão de um abstencionismo activo, muito diferente da simples indiferença ligada à incompetência estatutária.

Assim, os profissionais, homens políticos e jornalistas, tentam recusar ao «furador do jogo» o direito de entrada que os profanos lhe concedem maciçamente (eles são favoráveis, em dois terços, ao *princípio* da sua candidatura). Sem dúvida porque ao entrar no jogo sem o levar a sério, sem se tomar a sério, este jogador *extra-ordinário* ameaça o fundamento mesmo do jogo, quer dizer, a crença e a credibilidade dos jogadores *ordinários*. Os procuradores são apanhados em flagrante delito de abuso de poder: ainda que, como de costume, eles se apresentem como porta-voz da «opinião pública», caução de todas as palavras autorizadas, eles fornecem não a verdade do mundo social, mas sim a verdade da sua relação com esse mundo, obrigando a que se pergunte se não é assim das outras vezes.

«Para mim, é-se comunista ou não se é»

«Quando me dizem: A gente não vos compreende, entre vocês, os comunistas, não há tendências: não há comunistas de direita, não há comunistas de esquerda, não há centristas, então a liberdade não existe! A esses, respondo: A que é que você chama um comunista de direita, a que é que você chama um comunista de esquerda, a que é que você chama um comunista centrista? Para mim, é-se comunista ou não se é, e no seio da organização comunista, quando se discute, cada um dá o seu ponto de vista sobre a ordem do dia, e depois, quando é importante, há um voto. É a maioria que decide. A que é que você chama a democracia? Para mim, a democracia é 50 vezes mais uma, é compreensível! É a maioria que decide. Se você vem ao partido comunista para combater as directivas que foram livremente discutidas e debatidas numa sessão de congresso, para fazer predominar o seu ponto de vista reformista sem reformas, porque isso corresponde naturalmente ao seu estado de espírito (você tem as nádegas sensíveis, necessita de uma poltrona bem estofada para não aquecê-las) então uma vez na sua poltrona, você dirá: Ah! não estou de acordo com a direcção do partido, eu cá sou um comunista à direita, eu estou... ao centro. Se você é um eleitoralista, digo de imediato: Vá para outro lado, aqui não temos necessidade de si, porque você tem talvez uma grande cabeça, você é talvez muito inteligente, mas você tem uma má argumentação possui sobretudo uma má documentação. Então apesar de toda essa inteligência é essa

«garganta», pode ser que os operários que estão na sua secção não o designem nunca, para levar a bandeira da organização. Eles preferem naturalmente um operário que deu provas, eles preferem um comunista, mesmo que seja um intelectual, porque os há bons e maus... Como na classe operária há os bons e os maus, isso é facto certo!»

(Ferreiro-ajudante, mineiro e depois operário em correntes de ferro, nascido em 1892 em Saint-Amand-les-Eaux, foi secretário da secção de Saint-Nazaire do PCF em 1928, responsável da CGTU da região de Saint-Nazaire).

Autobiografias de militantes CGTU-CGT, apresentadas por Jean Penef, *Les Cahiers du LERSCO*, 1, Dez. 1979, p. 28-29.

A visão da união e da divisão

A luta entre os aparelhos de produção e de imposição dos princípios da di-visão do mundo social implica a luta pela imposição da visão dos aparelhos (concorrentes) de produção dos princípios de di-visão, quer dizer, no caso particular, pela imposição da visão das responsabilidades que incumbem a estes aparelhos na divisão. Dando-se por entendido que os aparelhos divididos acerca das razões da divisão se aliarão certamente para combaterem a visão segundo a qual o princípio da divisão poderia residir nos interesses dos aparelhos divididos os quais, sem prejuízo de anexar o seu concorrente ou a sua clientela — por uma estratégia de «união na base» —, têm de comum só poderem reproduzir-se *sem mudança* reproduzindo a divisão.

«O Bureau político do PCF adoptou ontem a seguinte declaração:

Está actualmente em curso uma campanha conduzida por diferentes organizações *trotskyistas* — entre as quais a OCI, estreitamente ligada ao Partido Socialista — e também pelo grupo abusivamente designado «União nas Lutas» a favor de um acordo imediato PC-PS com vista à segunda volta das eleições presidenciais, e mesmo à designação de um candidato único.

Especulando acerca da legítima aspiração à união de milhões de francesas e de franceses, esta campanha, abertamente apoiada e directamente organizada pelos dirigentes socialistas, tem em vista, de facto, enganar os trabalhadores e voltar as costas aos interesses reais da união e da mudança que eles esperam.

A sua característica principal é, com efeito, a de escamotear completamente a inteira responsabilidade de François Mitterrand e dos outros dirigentes socialistas na ruptura da união e da derrota de 1978, e de passar em silêncio total a sua política actual.

Falar de um acordo imediato sem dizer uma palavra acerca do abandono pelo Partido Socialista da defesa das reivindicações dos trabalhadores, das

justificações da austeridade e do encerramento de empresas em nome da crise, do petróleo e da Europa, da sua aprovação ao alargamento do Mercado Comum, dos seus apelos ao reforço da Aliança Atlântica sob o comando americano, do seu apoio a uma aceleração da corrida às armas nucleares, é muito simplesmente querer levar os trabalhadores a reboque de uma política de gestão da crise em proveito do capital.

Falar de união nas lutas sem notar que François Mitterrand condena as lutas, que as considera ultrapassadas e prejudiciais e que os responsáveis socialistas — incluindo os que dirigem certas centrais sindicais — tudo farão para as impedir, é cobrir com belas palavras o apelo a uma combinação eleitoralista sem conteúdo e sem princípio (...)

L'Humanité, de 18 de Dezembro de 1980, p. 5.

«O Senhor Marchais lança um apelo aos eleitores socialistas para «unirem as suas forças» com os comunistas

O senhor Georges Marchais declarou, na quinta-feira 10 de Dezembro, no decurso de uma reunião pública em Chelles (Seine-et-Marne) que «só há uma força política que luta com lealdade, coragem e lucidez pela realização das esperanças de mudança dos trabalhadores: é o Partido Comunista Francês.

Dirigindo «em especial àqueles que votaram ou votam no socialismo tendo no coração a vontade de ver as coisas mudar», o secretário-geral do PCF declarou: «Alguns de vós pensaram que o congresso de Épinay e a assinatura do Programa Comum tinha mudado o Partido Socialista. Ora, há que aceitar hoje que a vossa vontade foi desviada da sua intenção. François Mitterrand meteu-se pelos trilhos da velha SFIO. Ele consagra os seus discursos à exaltação de Léon Blum. Ele volta à peregrinação a Washington. Ele manobra com a direita como no tempo da Frente Revolucionária de 1956. Ele ataca-nos, prosseguindo no seu objectivo fundamental: enfraquecer o Partido Comunista. Vós que quereis sinceramente a união e a mudança, não podeis aprovar e apoiar esta orientação. Ela é perigosa. Digo-vos com toda a franqueza: muita coisa depende daquilo que decidirdes. Unamos as nossas forças, mesmo que não tenhamos a mesma opinião sobre todas as questões, e poderemos afastar o regresso a um passado detestável.

O senhor Marchais afirmou que «um elo se estabeleceu (...) que vai do Partido Socialista ao R.P.R. e dos dois à U.D.F.» enquanto que o Partido Comunista quer «a união». «Nós queremos — disse — construir um grande reagrupamento maioritário, realizar a união de todas as forças populares, a união da esquerda para a mudança, e torná-la irreversível. O que nós queremos é a mudança. Queremos vencer a direita, vencer Giscard d'Estaing. Queremos pôr em prática as grandes reformas anticapitalistas e democráticas sem as quais não pode haver mudança real. Nós queremos tomar todas as nossas responsabilidades neste esforço de renovação. Até à governação. Estamos prontos.»

Le Monde, de 20 de Dezembro de 1980, p. 10.

CAPÍTULO VIII

A força do direito

Elementos para uma sociologia do campo jurídico

Da mihi factum, dabo tibi jus

Uma ciência rigorosa do direito distingue-se daquilo a que se chama geralmente «a ciência jurídica» pela razão de tomar esta última como objecto. Ao fazê-lo, ela evita, desde logo, a alternativa que domina o debate científico a respeito do direito, a do *formalismo*, que afirma a autonomia absoluta da forma jurídica em relação ao mundo social, e do *instrumentalismo*, que concebe o direito como um *reflexo* ou um *utensílio* ao serviço dos dominantes. A «ciência jurídica tal como a concebem os juristas e, sobretudo, os historiadores do direito, que identificam a história do direito com a história do desenvolvimento interno dos seus conceitos e dos seus métodos, apreende o direito como um sistema fechado e autónomo, cujo desenvolvimento só pode ser compreendido segundo a sua «dinâmica interna»¹. A reivindicação da autonomia absoluta do pensamento e da acção jurídicos afirma-se na constituição em teoria de um modo de pensamento específico, totalmente liberto do peso social, e a tentativa de Kelsen para criar uma «teoria pura do direito» não passa do limite ultra-consequente do esforço de todo o corpo dos juristas para construir um corpo de doutrinas e de regras completamente independentes dos constrangimentos e das pressões sociais, tendo nele mesmo o seu próprio fundamento².

¹ Cf., por exemplo, J. Bonnecase, *La pensée juridique française, de 1804 à l'heure présente, les variations et les traits essentiels*, 2 vols., Bordéus, Delmas, 1933.

² A tentativa de Kelsen, firmada no postulado da autolimitação da pesquisa tão-só no enunciado das normas jurídicas, com exclusão de qual-

Quando se toma a direcção oposta a este espécie de ideologia profissional do corpo dos doutores constituída em corpo de «doutrina», é para se ver no direito e na jurisprudência um *reflexo directo* das relações de força existentes, em que se exprimem as determinações económicas e, em particular, os interesses dos dominantes, ou então, um instrumento de dominação, como bem o diz a linguagem do *Aparelho*, reactivada por Louis Althusser³. Vítimas de uma tradição que julga ter explicado as «ideologias» pela designação das suas funções («o ópio do povo»), os marxistas ditos estruturalistas ignoraram paradoxalmente a *estrutura* dos sistemas simbólicos e, neste caso particular, a *forma* específica do discurso jurídico. Isto porque, tendo reiterado a afirmação ritual da autonomia relativa das «ideologias», eles passaram em claro a questão dos fundamentos sociais desta autonomia, quer dizer, mais precisamente, a questão das condições históricas que se devem verificar para poder emergir, mediante lutas no seio do campo do poder, um universo social autónomo, capaz de produzir e de reproduzir, pela lógica do seu funcionamento específico, um *corpus* jurídico relativamente independente dos constrangimentos externos. Deste modo, absteram-se de determinar a contribuição específica que, pela própria eficácia da sua forma, o direito pode dar ao cumprimento das suas presumidas funções. E a metáfora arquitectural da infra-estrutura e da superestrutura, que sustenta os usos comuns da noção de autonomia relativa, continua a guiar os que, como Edward P. Thompson, julgam romper com o economismo quando, para restituírem ao direito toda a sua eficácia histórica, se contentam com afirmar que ele está «profundamente imbricado na

quer dado histórico, psicológico ou social e de qualquer referência às funções sociais que a aplicação prática destas normas pode garantir, é perfeitamente semelhante à de Saussure que fundamenta a sua teoria pura da língua na distinção entre a linguística interna e a linguística externa, quer dizer, na exclusão de qualquer referência às condições históricas, geográficas e sociológicas do funcionamento da língua ou das suas transformações.

³ Encontra-se uma visão de conjunto dos trabalhos marxistas em matéria de sociologia do direito e uma excelente bibliografia in S. Spitzer, «Marxist Perspectives in the Sociology of Law», *Annual Review of Sociology*, 9, 1983, pp. 103-124.

própria base das relações produtivas»⁴: a preocupação de situar o direito no lugar profundo das forças históricas impede, mais uma vez, que se apreenda na sua especificidade o universo social específico em que ele se produz e se exerce.

Para romper com a ideologia da independência do direito e do corpo judicial, sem se cair na visão oposta, é preciso levar em linha de conta aquilo que as duas visões antagonistas, internalista e externalista, ignoram uma e outra, quer dizer, a existência de um universo social relativamente independente em relação às pressões externas, no interior do qual se produz e se exerce a autoridade jurídica, forma por excelência da violência simbólica legítima cujo monopólio pertence ao Estado e que se pode combinar com o exercício da força física. As práticas e os discursos jurídicos são, com efeito, produto do funcionamento de um campo cuja lógica específica está duplamente determinada: por um lado, pelas relações de força específicas que lhe conferem a sua estrutura e que orientam as lutas de concorrência ou, mais precisamente, os conflitos de competência que nele têm lugar e, por outro lado, pela lógica interna das obras jurídicas que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis e, deste modo, o universo das soluções propriamente jurídicas.

Seria preciso examinar aqui tudo o que separa a noção de campo jurídico como espaço social da noção de *sistema* tal como a desenvolve Luhmann, por exemplo: em nome da recusa, perfeitamente legítima, do reducionismo, a teoria dos sistemas põe «a auto-referência» das «estruturas legais», confundindo neste conceito as estruturas simbólicas (o direito propriamente dito) e as instituições sociais que as produzem; compreende-se que, na medida em que a teoria dos sistemas apresenta com um nome novo a velha teoria do sistema jurídico que se transforma segundo as suas próprias leis, ela forneça hoje um quadro ideal à representação formal e abstracta do sistema jurídico⁵. Por se não distinguir a ordem propriamente simbólica das normas e das doutrinas — (quer dizer, o campo das tomadas de posição ou espaço dos possíveis), a qual, como sugerem Nonet e Selznick, encerra potencialidades objectivas de desenvolvimento e até mesmo de direcções de mudança, mas

⁴ E. P. Thompson, *Whigs and Hunters, The Origin of the Black Act*, Nova Iorque, 1975, p. 261.

⁵ N. Luhmann, *Soziale Systeme. Grundriss einer allgemeinen Theorie*, Francforte, 1984; «Die Einheit des Rechtssystems» in *Rechtstheorie*, 14, 1983, pp. 129-154.

que não contém nela mesma o princípio da sua própria dinâmica — e a ordem das relações objectivas entre os agentes e as instituições em concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, não se pode compreender que o campo jurídico, embora receba do espaço das tomadas de posição a *linguagem* em que os seus conflitos se exprimem, encontre nele mesmo, quer dizer, nas lutas ligadas aos interesses associados às diferentes posições, o princípio da sua transformação.

A divisão do trabalho jurídico

O campo jurídico é o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (*nomos*) ou a boa ordem, na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de *interpretar* (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um *corpus* de textos que consagram a visão legítima, justa*, do mundo social. É com esta condição que se podem dar as razões quer da autonomia relativa do direito, quer do efeito propriamente simbólico de desconhecimento**, que resulta da ilusão da sua autonomia absoluta em relação às pressões externas.

A concorrência pelo monopólio do acesso aos meios jurídicos herdados do passado contribui para fundamentar a cisão social entre os profanos e os profissionais favorecendo um trabalho contínuo de racionalização próprio para aumentar cada vez mais o desvio entre os veredictos armados do direito e as intuições ingénuas da equidade e para fazer com que o sistema das normas jurídicas apareça aos que o impõem e mesmo, em maior ou menor medida, aos que a ele estão sujeitos, como *totalmente independente* das relações de força que ele sanciona e consagra.

É claro que, como mostra bem a história do direito social, o *corpus* jurídico regista em cada momento um estado de relação de forças, e sanciona as conquistas dos dominados convertidas deste modo em saber

* «droite» (recta, justa) no texto; parece haver jogo de palavras com «droit» (direito).

** «méconnaissance» (ignorância, não reconhecimento), no texto original. (N. T.).

adquirido e reconhecido (o que tem o efeito de inscrever na sua estrutura uma ambiguidade que contribui sem dúvida para a sua eficácia simbólica). Já se mostrou, por exemplo, como os sindicatos americanos têm visto o seu estatuto legal evoluir à medida que ganham em poder: enquanto que, em começos do século XIX, a acção colectiva dos assalariados era condenada como «criminal conspiracy» em nome da protecção do mercado livre, os sindicatos foram pouco a pouco tendo acesso ao reconhecimento legal^{5*}.

A lógica paradoxal de uma divisão do trabalho que se determina, fora de qualquer concertação consciente, na concorrência estruturalmente regulada entre os agentes e as instituições envolvidas no campo, constitui o verdadeiro princípio de um sistema de normas e de práticas que aparece como fundamento *a priori* na equidade dos seus princípios, na coerência das suas formulações e no rigor das suas aplicações, quer dizer, como participando ao mesmo tempo da lógica positiva da ciência e da lógica normativa da moral, portanto, como podendo impôr-se universalmente ao reconhecimento por uma necessidade simultaneamente lógica e ética.

De modo diferente da hermenêutica literária ou filosófica, a prática teórica de interpretação de textos jurídicos não tem nela própria a sua finalidade; directamente orientada para fins práticos, e adequada à determinação de efeitos práticos, ela mantém a sua eficácia à custa de uma restrição da sua autonomia. Assim as divergências entre os «intérpretes autorizados» são necessariamente limitadas e a coexistência de uma pluralidade de normas jurídicas concorrentes está excluída por definição da ordem jurídica⁶. Como no texto religioso, filosófico ou literário, no texto jurídico estão em jogo lutas, pois a leitura é uma maneira de apropriação da força simbólica que nele se encontra em estado potencial. Mas, por mais que os juristas possam opor-se a respeito de textos cujo sentido nunca se impõe de maneira absolutamente imperativa, eles permanecem

^{5*} A. W. Blumrosen, «Legal Process and Labor Law», in W. M. Evan, ed., *Law and Sociology*, New York, The Free Press of Glencoe, 1962, pp. 185-225.

⁶ A.-J. Arnaud, *Critique de la raison juridique*, Paris, LGDJ, 1981, pp. 28-29; e J.-M. Scholz, «La raison juridique à l'oeuvre: les krausistes espagnols», *Historische Soziologie der Rechtswissenschaft*, hrsg. von Erk Volkmar Heyen, Francforte, Klosterman, 1986, pp. 37-77.

inseridos num corpo fortemente integrado de instâncias hierarquizadas que estão à altura de resolver os conflitos entre os intérpretes e as interpretações. E a concorrência entre os intérpretes está limitada pelo facto de as decisões judiciais só poderem distinguir-se de simples actos de força políticos na medida em que se apresentem como resultado necessário de uma interpretação regulada de textos unanimemente reconhecidos: como a Igreja e a Escola, a Justiça organiza segundo uma estrita hierarquia não só as instâncias judiciais e os seus poderes, portanto, as suas decisões e as interpretações em que elas se apoiam, mas também as normas e as fontes que conferem a sua autoridade a essas decisões⁷. É pois um campo que, pelo menos em período de equilíbrio, tende a funcionar como um aparelho na medida em que a coesão dos *habitus* espontaneamente orquestrados dos intérpretes é aumentada pela disciplina de um corpo hierarquizado o qual põe em prática procedimentos codificados de resolução de conflitos entre os profissionais da resolução regulada dos conflitos. É tanto menos difícil ao corpo de juristas convencer-se de que o direito tem o seu fundamento nele próprio, quer dizer, numa norma fundamental tal como a Constituição como *norma normarum* de que se deduzem todas as normas de ordem inferior, quanto a *communis opinio doctorum*, com raízes na coesão social do corpo dos intérpretes, tenda a conferir a aparência de um fundamento transcendental às formas históricas da razão jurídica e à crença na visão ordenada da ordem social por eles produzida⁸.

A tendência para apreender como experiência universal de um sujeito transcendental a visão comum de uma comunidade histórica observa-se em todos os campos de produção cultural, que são assim postos à prova como lugar de actualização de uma razão universal que nada deve às condições

⁷ A autoridade neste domínio reconhece-se, entre outras coisas, pela arte de respeitar a ordem reconhecida como legítima na enumeração das autoridades (cf. J. M. Scholz, *loc. cit.*).

⁸ Segundo Andrew Fraser, a moralidade cívica do corpo judicial assentava não em um código de regras expressas mas sim num «sentido da honra tradicional», quer dizer num sistema de atitudes para o qual o essencial daquilo que contava na aquisição das virtudes associadas ao exercício da profissão *era tido como evidente*. (A. Fraser, *Telos*, 60, Verão, 1984, pp. 15-52).

sociais em que se manifesta. Mas, no caso das «faculdades superiores», teologia, direito ou medicina que, como nota Kant em *O Conflito das Faculdades*, estão claramente investidas de uma função social, é preciso uma crise relativamente grave deste contrato de *delegação* para que a questão do *fundamento*, que certos autores, como Kelsen, transferindo para o direito, uma questão tradicional da filosofia, tinham posto, mas de maneira muito teórica, venha a tomar a forma de uma questão real da prática social, como é hoje o caso. Pelo contrário, a questão do fundamento do conhecimento científico acha-se posta, na própria realidade da existência social, a partir do momento em que a «faculdade inferior» (filosofia, matemática, história, etc.) se constitui como tal, sem outro suporte que não seja «a razão do povo instruído»*; e é a recusa em aceitar (com Wittgenstein ou Bachelard, por exemplo) que a *constituição* do «povo instruído», quer dizer, a estrutura histórica do campo científico, constitua o único fundamento possível da razão científica, que condena tantos filósofos a estratégias autofundadoras dignas do Barão de Münchhausen ou a contestações niilistas da ciência inspiradas numa nostalgia propriamente metafísica do «fundamento», princípio não des-construído da «des-construção».

O efeito de *apriorização*, que está inscrito na lógica do funcionamento do campo jurídico, revela-se com toda a clareza na língua jurídica que, combinando elementos directamente retirados da língua comum e elementos estranhos ao seu sistema, acusa todos os sinais de uma retórica da impersonalidade e da neutralidade. A maior parte dos processos linguísticos característicos da linguagem jurídica concorrem com efeito para produzir dois efeitos maiores. O efeito de *neutralização* é obtido por um conjunto de características sintáticas tais como o predomínio das construções passivas e das frases impessoais, próprias para marcar a impersonalidade do enunciado normativo e para constituir o enunciador em sujeito universal, ao mesmo tempo imparcial e objectivo. O efeito de *universalização* é obtido por meio de vários processos convergentes: o recurso sistemático ao indicativo para enunciar normas⁹, o emprego,

⁹ Os filósofos do direito da tendência jusnaturalista apoiaram-se nesta característica há muito observada para sustentarem que os textos jurídicos não enunciam normas, mas sim «atestações», e que o legislador é alguém que enuncia o ser e não o dever-ser, que diz o justo ou a justa proporção inscrita nas próprias coisas a título de propriedade objectiva: «O legislador prefere descrever as instituições jurídicas do que pôr directamente as regras» (G. Kalinowski, *Introduction à la logique juridique*, Paris, LGDJ, 1964, p. 55).

* «peuple savant» no texto original (N.T.).

próprio da retórica da atestação oficial e do auto, de verbos atestivos na terceira pessoa do singular do presente ou do passado composto que exprimem o aspecto realizado («aceita», «confessa», «compromete-se», «declarou», etc.); o uso de indefinidos («todo o condenado») e do presente intemporal — ou do futuro jurídico — próprios para exprimirem a generalidade e a omnitemporalidade da regra do direito: a referência a valores transsubjectivos que pressupõem a existência de um consenso ético (por exemplo, «como bom pai de família»); o recurso a fórmulas lapidares e a formas fixas, deixando pouco lugar às variações individuais¹⁰.

Esta retórica da autonomia, da neutralidade e da universalidade, que pode ser o princípio de uma autonomia real dos pensamentos e das práticas, está longe de ser uma simples máscara ideológica. Ela é a própria expressão de todo o funcionamento do campo jurídico e, em especial, do trabalho de racionalização, no duplo sentido de Freud e de Weber, a que o sistema das normas jurídicas está continuamente sujeito, e isto desde há séculos. Com efeito, aquilo a que se chama «o espírito jurídico» ou «o sentido jurídico» e que constitui o verdadeiro direito de entrada no campo (evidentemente, com uma mestria mínima dos meios jurídicos acumulados pelas sucessivas gerações, quer dizer, do *corpus* de textos canónicos e do modo de pensamento, de expressão e de acção, em que ele se reproduz e que o reproduz) consiste precisamente nesta *postura universalizante*. Esta pretensão estatutária a uma forma específica de juízo, irredutível às intuições frequentemente inconstantes do sentido da equidade, pois que se baseia na dedução consequente a partir de um corpo de regras sustentado pela sua coerência interna, é um dos fundamentos da cumplicidade, geradora de convergência e de cumulatividade, que une, na concorrência pelas coisas em jogo e por meio dessa concorrência, o conjunto, todavia muito diferenciado, dos agentes que vivem da produção e da venda de bens e de serviços jurídicos.

A elaboração de um corpo de regras e de procedimentos

¹⁰ Cf. J.L. Souriaux e P. Lerat, *Le langage du droit*, Paris, PUF, 1975.

com pretensão universal é produto de uma divisão do trabalho que resulta da lógica espontânea da concorrência entre diferentes formas de competência ao mesmo tempo antagonistas e complementares que funcionam como outras tantas espécies de capital específico e que estão associadas a posições diferentes no campo. Não há dúvida de que a história comparada do direito permite observar que, conforme as tradições jurídicas e conforme as conjunturas no seio da mesma tradição, as hierarquias variam entre as grandes classes de agentes jurídicos — as quais variam elas próprias consideravelmente segundo as épocas e as tradições nacionais e ainda segundo a especialidade: direito público ou direito privado, por exemplo. Mas não é menos certo que o antagonismo estrutural que, nos mais diferentes sistemas, opõe as posições de «teórico» condenadas à pura construção doutrinal, e as posições de «prático», limitadas à aplicação, está na origem de uma luta simbólica permanente na qual se defrontam definições diferentes do trabalho jurídico enquanto interpretação autorizada dos textos canónicos. As diferentes categorias de intérpretes autorizados tendem sempre a distribuir-se entre dois pólos extremos: de um lado, a interpretação voltada para a elaboração puramente teórica da doutrina, monopólio dos professores que estão encarregados de ensinar, em forma normalizada e formalizada, as regras em vigor; do outro lado, a interpretação voltada para a avaliação prática de um caso particular, apanágio de magistrados que realizam actos de jurisprudência e que podem, deste modo, — pelo menos alguns deles — contribuir também para a construção jurídica. De facto, os produtores de leis, de regras e de regulamentos devem contar sempre com as reacções e, por vezes, com as resistências, de toda a corporação jurídica e, sobretudo, de todos os peritos judiciais (advogados, notários, etc.) os quais, como bem se vê, por exemplo, no caso do direito das sucessões, podem pôr a sua competência jurídica ao serviço dos interesses de algumas categorias da sua clientela e tecer as inúmeras estratégias graças às quais as famílias ou as empresas podem anular os efeitos da lei. A significação prática da lei não se determina realmente senão na confrontação entre diferentes corpos animados de interesses específicos divergentes

(magistrados, advogados, notários, etc.), eles próprios divididos em grupos diferentes animados de interesses divergentes, e até mesmo opostos, em função sobretudo da sua posição na hierarquia interna do corpo, que corresponde sempre de maneira bastante estrita à posição da sua clientela na hierarquia social.

Segue-se daqui que uma história social comparada da produção jurídica e do discurso jurídico sobre esta produção deveria esforçar-se por pôr metodicamente em relação as tomadas de posição nesta luta simbólica e as posições na divisão do trabalho jurídico: tudo leva a supor que a tendência para insistir na sintaxe do direito é mais própria dos teóricos e dos professores, enquanto que a atenção à pragmática é, pelo contrário, mais provável entre os juizes. Tal história deveria também considerar a relação entre as variações, segundo o lugar e o momento, da força relativa das tomadas de posição a favor de uma ou outra das orientações do trabalho jurídico e as variações da força relativa dos dois campos nas relações de força que constituem a estrutura do campo.

A própria forma do *corpus* jurídico, sobretudo o seu grau de formalização e de normalização, depende sem dúvida muito estreitamente da força relativa dos «teóricos» e dos «práticos», dos professores e dos juizes, dos exegetas e dos peritos, nas relações de força características de um estado do campo (em dado momento numa tradição determinada) e da capacidade respectiva de imporem a sua visão do direito e da sua interpretação. Podem-se compreender assim as diferenças sistemáticas que separam as tradições nacionais e, sobretudo, a grande divisão entre a tradição dita romano-germânica e a tradição anglo-americana. Na tradição alemã e francesa, o direito (sobretudo o privado), verdadeiro «direito de professores» (*Professorenrecht*), ligado ao primado da *Wissenschaft*, da doutrina, sobre o procedimento e tudo o que diz respeito à prova ou à execução da decisão, retraduz e reforça o domínio da alta magistratura, intimamente ligada aos professores, sobre os juizes que, por terem passado pela universidade, são mais dados a reconhecer a legitimidade das suas construções do que os *lawyers* formados de certo modo na «tarimba». Na tradição anglo-americana, pelo contrário, o direito é um direito jurisprudencial (*case-law*), assente quase exclusivamente nos acórdãos dos tribunais e na regra do precedente e fracamente codificado; ele dá o primado aos procedimentos, que devem ser leais (*fair trial*) e cuja mestria se adquire sobretudo pela prática ou por técnicas pedagógicas que têm em vista aproximarem-se ao máximo da prática profissional — por exemplo, com o «método dos casos» em uso nessas verdadeiras escolas profissionais que são as escolas de direito.

o estatuto da regra de direito, que não se afirma fundado numa teoria moral ou numa ciência racional e que, tendo em mira apenas dar uma solução a um litígio, se situa deliberadamente ao nível da casuística das aplicações particulares, compreende-se se se souber que neste caso o grande jurista é o *juiz* saído da fila dos práticos.

De facto, a força relativa das diferentes espécies de capital jurídico nas diferentes tradições tem, sem dúvida, que ser posta em relação com a posição global do campo jurídico no campo do poder que, por meio do peso relativo que cabe ao «reino da lei» (*the rule of law*) ou à regulamentação burocrática, determina os seus limites estruturais pela eficácia da acção propriamente jurídica. No caso da França, a acção jurídica acha-se hoje limitada pela dominação que o Estado e os tecnocratas saídos da Escola Nacional de Administração exercem em vastos sectores da administração pública e privada. Nos EUA, pelo contrário, os *lawyers* saídos das escolas superiores de direito (Harvard, Yale, Chicago, Stanford) podem ocupar posições para além dos limites do campo propriamente dito, na política, na administração, na finança ou na indústria. Daqui resultam diferenças sistemáticas, frequentemente evocadas depois de Tocqueville, nos usos sociais do direito e, mais precisamente, no lugar que cabe ao recurso jurídico no universo das acções possíveis, sobretudo em matéria de lutas reivindicativas.

O antagonismo entre os detentores de espécies diferentes de capital jurídico, que investem interesses e visões do mundo muito diferentes no seu trabalho específico de interpretação, não exclui a complementaridade das funções e serve, de facto, de base a uma forma subtil de *divisão do trabalho de dominação simbólica* na qual os adversários, objectivamente cúmplices, se servem uns aos outros. O cânone jurídico é como que o reservatório de autoridade que garante, à maneira de um banco central, a autoridade dos actos jurídicos singulares. É isto que explica a fraca inclinação do *habitus* jurídico para as posturas proféticas e, pelo contrário, a propensão, visível sobretudo nos juizes, para o papel de *lector*, de intérprete que se refugia na aparência ao menos de uma simples aplicação da lei e que, quando faz obra de criação jurídica, tende a dissimulá-la¹¹. Da mesma forma que o economista mais directamente envolvido nos problemas práticos de gestão, permanece ligado, como numa «grande cadeia do Ser» à Lovejoy, ao teórico puro que

¹¹ Cf. *Travaux de l'Association Henri Capitant*, Tomo V, 1949, pp. 74-76, citado por R. David, *Les grands courants du droit contemporain*, 5.^a ed., Paris, Dalloz, 1973 pp. 124-132.

produz alguns teoremas matemáticos pouco mais ou menos desprovidos de referente no mundo económico real mas que se distingue ele mesmo de um puro matemático pelo reconhecimento que economistas mais impuros são obrigados a conceder às suas construções, também o simples juiz de instância (ou, para ir até aos últimos elos da corrente, o polícia ou o guarda prisional) está ligado ao teórico do direito puro e ao especialista do direito constitucional por uma *cadeia de legitimidade* que subtrai os seus actos ao estatuto de violência arbitrária¹².

É difícil, com efeito, não ver o princípio de uma complementaridade funcional dinâmica no conflito permanente entre as pretensões concorrentes ao monopólio do exercício legítimo da competência jurídica: os juristas e outros teóricos do direito tendem a puxar o direito no sentido da teoria pura, quer dizer, ordenada em sistema autónomo e auto-suficiente, e expurgado, por uma reflexão firmada em considerações de coerência e de justiça, de todas as incertezas ou lacunas ligadas à sua génese prática; os juízes ordinários e outros práticos, mais atentos às aplicações que dele podem ser feitas em situações concretas, orientam-no para uma espécie de casuística das situações concretas e opõem, aos tratados teóricos do direito puro instrumentos de trabalho adaptados às exigências e à *urgência* da prática, repertórios de jurisprudência, formulários de actos, dicionários de direito (e amanhã, bancos de dados)¹³. É claro que os magistrados, por meio da sua prática, que os põe directamente perante a gestão dos conflitos e uma procura jurídica incessantemente renovada, tendem a assegurar a função de adaptação ao real num sistema que, entregue só à professo-

¹² Achar-se-ia uma cadeia da mesma forma, entre os teóricos e os «homens do terreno», nos aparelhos políticos ou, pelo menos, nos que por tradição invocam a caução de uma teoria económica ou política.

¹³ É um belo exemplo de trabalho jurídico de codificação que produz o jurídico a partir do judicial, a edição das decisões da «Cour de Cassation» e o processo de selecção, de normalização e de difusão que, a partir de um conjunto de decisões seleccionadas pelos Presidentes de Câmara pelo seu interesse jurídico, produz um corpo de regras racionalizadas e normalizadas (cf. E. Serverin, «Une production communautaire de la jurisprudence: l'édition juridique des arrêts», *Annales de Vaucresson*, 23, 2.^o semestre, 1985, pp. 73-89).

res, correria o risco de se fechar na rigidez de um rigorismo racional: por meio da liberdade maior ou menor de apreciação que lhes é permitida na aplicação das regras, eles introduzem as mudanças e as inovações indispensáveis à sobrevivência do sistema que os teóricos deverão integrar no sistema. Por seu lado, os juristas, pelo trabalho de racionalização e de formalização a que submetem o corpo de regras, representam a função de assimilação, própria para assegurar a coerência e a constância ao longo do tempo de um conjunto sistemático de princípios e de regras irreduzíveis à série por vezes contraditória, complexa e, a longo prazo, impossível de dominar dos actos de jurisprudência sucessivos; e ao mesmo tempo, oferecem aos juizes — sempre inclinados, pela sua posição e pelas suas atitudes, a confiar apenas no seu sentido jurídico — o meio de subtraírem os seus veredictos ao arbitrário demasiado visível de uma *Kadijustiz*. Pertence aos juristas, pelo menos na tradição dita romano-germânica, não o descrever das práticas existentes ou das condições de aplicação prática das regras declaradas conformes, mas sim o *pôr-em-forma* dos princípios e das regras envolvidas nessas práticas, elaborando um corpo sistemático de regras assente em princípios racionais e destinado a ter uma aplicação universal. Participando ao mesmo tempo de um modo de pensamento teológico — pois procuram a revelação do justo na letra da lei, e do modo de pensamento lógico pois pretendem pôr em prática o método dedutivo para produzirem as aplicações da lei ao caso particular —, eles desejam criar uma «ciência nomológica» que enuncie o dever-ser cientificamente; como se quisessem reunir os dois sentidos separados da ideia de «lei natural», eles praticam uma exegese que tem por fim racionalizar o direito positivo por meio de trabalho de controle lógico necessário para garantir a coerência do corpo jurídico e para deduzir dos textos e das suas combinações consequências não previstas, preenchendo assim as famosas «lacunas» do direito.

Se é preciso evidentemente ter cuidado em não subestimar a eficácia histórica deste trabalho de codificação que, ao incorporar-se no seu objecto, se torna num dos factores principais da sua transformação, é preciso também não se deixar levar pela representação exaltada da actividade jurídica que os teóri-

cos nativos* propõem — como Motulsky que procura mostrar ser a «ciência jurídica» definida por um método próprio e propriamente dedutivo de tratamento dos dados, o «silogismo jurídico», que permite subsumir o caso particular numa regra geral¹⁴. Para quem não participe da adesão imediata aos pressupostos inscritos no próprio fundamento do funcionamento do campo que a pertença ao campo implica (*illusio*), é difícil crer que as construções mais puras do jurista, sem mesmo falar dos actos de jurisprudência do juiz ordinário, obedeçam à lógica dedutivista que é o «ponto de honra espiritualista» do jurista profissional. Como os «realistas» bem mostraram, é completamente vão procurar isolar uma metodologia jurídica perfeitamente racional: a aplicação necessária de uma regra de direito a um caso particular é na realidade uma confrontação de direitos antagonistas entre os quais o Tribunal deve escolher; a «regra» tirada de um caso precedente nunca pode ser pura e simplesmente aplicada a um novo caso, porque não há nunca dois casos perfeitamente idênticos, devendo o juiz determinar se a regra aplicada ao primeiro caso pode ou não ser estendida de maneira a incluir o novo caso¹⁵. Em resumo, o juiz, ao invés de ser sempre um simples executante que deduzisse da lei as conclusões directamente aplicáveis ao caso particular, dispõe antes de uma parte de autonomia que constitui sem dúvida a melhor medida da sua posição na estrutura da distribuição do capital específico de autoridade jurídica¹⁶; os seus juízos, que se

* «indigènes» no texto original. (N. T.).

¹⁴ H. Motulsky, *Principes d'une réalisation méthodique du droit privé, La théorie des éléments générateurs de droits subjectifs*, tese, Paris, Sirey, 1948, sobretudo pp. 47-48 à maneira destes epistemólogos que dão para a prática real do investigador uma reconstrução *ex post* do procedimento científico tal como ele deveria ser, Motulsky reconstrói o que seria (ou deveria ser) o «método de realização» conveniente do direito, distinguindo uma fase de pesquisa da «regra possível»; espécie de exploração metódica do universo das regras do direito, e uma fase de aplicação, com a passagem à regra directamente aplicada ao caso considerado.

¹⁵ F. Cohen, «Transcendental Nonsense and the Functional Approach», *Columbia Law Review*, vol. 35, 1935, pp. 808-819.

¹⁶ A liberdade de interpretação varia consideravelmente quando se passa da «Cour de Cassation» (que pode anular a «força da lei», por

inspiram numa lógica e em valores muito próximos dos que estão nos textos submetidos à sua interpretação, têm uma verdadeira função de *invenção*. Se a existência de regras escritas tende sem qualquer dúvida a reduzir a variabilidade comportamental, não há dúvida também de que as condutas dos agentes jurídicos podem referir-se e sujeitar-se mais ou menos estritamente às exigências da lei, ficando sempre uma parte de arbitrário, imputável a variáveis organizacionais como a composição do grupo de decisão ou os atributos dos que estão sujeitos a uma jurisdição, nas decisões judiciais — há também uma parte de arbitrário no conjunto dos actos que os precedem e os predeterminam, caso das decisões da política que dizem respeito à prisão.

A interpretação opera a *historicização da norma*, adaptando as fontes a circunstâncias novas, descobrindo nelas possibilidades inéditas, deixando de lado o que está ultrapassado ou o que é caduco. Dada a extraordinária elasticidade dos textos, que vão por vezes até à indeterminação ou ao equívoco, a operação hermenêutica de *declaratio* dispõe de uma imensa liberdade. Não é raro, decerto, que o direito, instrumento dócil, adaptá-

exemplo ao propor uma interpretação estreita dela — como foi o caso com a lei de 5 de Abril de 1910 sobre «as reformas de operários e camponeses») aos juízes dos tribunais de instância, os quais, pela sua formação escolar e pela sua «deformação» profissional, são dados a abdicar da liberdade de interpretação de que dispõem teoricamente e a aplicar a situações codificadas, interpretações codificadas (exposições dos motivos da lei, doutrina e comentários dos juristas, professores ou juízes doutos, e decisões da «Cour de Cassation»). Pode-se citar, a partir das observações de Rémi Lenoir, o exemplo de um tribunal de um bairro de Paris onde, todas as sextas-feiras de manhã, a sessão é especialmente consagrada a um contencioso, sempre o mesmo, sobre a ruptura de contratos de venda ou aluguer, que é designado pelo nome de uma empresa de aluguer e de venda a crédito de aparelhos domésticos e de televisão: os julgamentos, completamente predeterminados, são muito breves, e nem mesmo os advogados, quando os há — o que é raro — neles tomam a palavra. (Se a presença de um advogado se mostra útil, provando deste modo que há, mesmo a este nível, um poder de interpretação, é sem dúvida porque é percebida como uma manifestação de reverência para com o juiz e a instituição que, a este título, merece alguma consideração — a lei não é aplicada com todo o seu rigor —; e é também porque ela constitui uma indicação acerca da importância dada ao julgamento e sobre a possibilidade de apelação).

vel, flexível, polimorfo, seja de facto chamado a contribuir para racionalizar *ex post* decisões em que não teve qualquer participação. Os juristas e os juizes dispõem todos, embora em graus muito diferentes, do poder de explorar a polissemia ou a anfibologia das fórmulas jurídicas recorrendo quer à *restrictio*, processo necessário para se não aplicar uma lei que, entendida literalmente, o deveria ser, quer à *extensio*, processo que permite que se aplique uma lei que, tomada à letra, não o deveria ser, quer ainda a todas as técnicas que, como a analogia, tendem a tirar o máximo partido da elasticidade da lei e mesmo das suas contradições, das suas ambiguidades ou das suas lacunas¹⁷. De facto, a interpretação da lei nunca é o acto solitário de um magistrado ocupado em fundamentar na razão jurídica uma decisão mais ou menos estranha, pelo menos na sua génese, à razão e ao direito, e que agiria como hermeneuta preocupado em produzir uma aplicação fiel da regra, como julga Gadamer, ou que actuaria como lógico agarrado ao rigor dedutivo do seu «método de realização», como queria Motulsky. Com efeito, o conteúdo prático da lei que se revela no veredicto é o resultado de uma luta simbólica entre profissionais dotados de competências técnicas e sociais desiguais, portanto, capazes de mobilizar, embora de modo desigual, os meios ou recursos jurídicos disponíveis, pela exploração das «regras possíveis», e de os utilizar eficazmente, quer dizer, como armas simbólicas, para fazerem triunfar a sua causa; o efeito jurídico da regra, quer dizer, a sua *significação* real, determina-se na relação de força específica entre os profissio-

¹⁷ Mario Sbriccoli propõe um inventário dos processos codificados que permitiam aos juristas (advogados, magistrados, peritos, conselheiros políticos, etc.) das pequenas comunidades italianas da Idade Média, «manipularem» o *corpus* jurídico: por exemplo, a *declaratio* pode apoiar-se na rubrica, na matéria da norma, no uso e na significação corrente dos termos, na sua etimologia, instrumentos que por sua vez se subdividem, e pode jogar com as contradições entre a rubrica e o texto, partindo de uma para compreender o outro ou vice-versa. (cf. M. Sbriccoli, *L'interpretazione dello statuto, Contributo allo studio della funzione dei giuristi nell'età comunale*, Milano, A. Giuffrè, 1969, e «Politique et interprétation juridiques dans les villes italiennes du Moyen-Âge», *Archives de Philosophie du Droit*, xvii, 1972, pp. 99-113).

nais, podendo-se pensar que essa relação tende a corresponder (tudo o mais sendo igual do ponto de vista do valor na equidade pura das causas em questão) à relação de força entre os que estão sujeitos à jurisdição respectiva.

O trabalho de racionalização, ao fazer aceder ao estatuto de veredicto uma decisão judicial que deve, sem dúvida, mais às atitudes éticas dos agentes do que às normas puras do direito, confere-lhe a *eficácia simbólica* exercida por toda a acção quando, ignorada no que têm de arbitrário, é reconhecida como legítima. O princípio desta eficácia reside, pelo menos em parte, em que, salvo vigilância especial, a impressão de necessidade lógica sugerida pela forma tende a contaminar o conteúdo. O formalismo racional ou racionalizante do direito racional, que se tende a opor, com Weber, ao formalismo mágico dos rituais e dos procedimentos arcaicos de julgamento (como o juramento individual ou colectivo), participa na eficácia simbólica do direito mais racional¹⁸. E o ritual destinado a enaltecer a autoridade do acto de interpretação — leitura dos textos, análise e proclamação das conclusões, etc. — ao qual, desde Pascal, a análise se agarra, não faz mais do que acompanhar todo o trabalho colectivo de sublimação destinado a atestar que a decisão exprime não a vontade e a visão do mundo do juiz mas sim a *voluntas legis* ou *legislatoris*.

A instituição do monopólio

Na realidade, a instituição de um «espaço judicial» implica a imposição de uma fronteira entre os que estão preparados para entrar no jogo e os que, quando nele se acham lançados, permanecem de facto dele excluídos, por não poderem operar a conversão de todo o espaço mental — e, em particular, de toda a postura linguística — que supõe a entrada neste espaço social. A constituição de uma competência propriamente jurí-

¹⁸ Cf. P. Bourdieu, *Ce que parler veut dire*, Paris, Fayard, 1982, sobre o efeito de «pôr-em-forma», pp. 20-21, e sobre o efeito de instituição, pp. 125 e segs.

dica, mestria técnica de um saber científico frequentemente antinómico das simples recomendações do senso comum, leva à desqualificação do sentido de equidade dos não-especialistas e à revogação da sua construção espontânea dos factos, da sua «visão do caso». O desvio entre a visão vulgar daquele que se vai tornar num «*justiciável*», quer dizer, num cliente, e a visão científica do perito, juiz, advogado, conselheiro jurídico, etc., nada tem de accidental; ele é constitutivo de uma relação de poder, que fundamenta dois sistemas diferentes de pressupostos, de intenções expressivas, numa palavra, duas visões do mundo. Este desvio, que é o fundamento de um desapossamento, resulta do facto de, através da própria estrutura do campo e do sistema de princípios de visão e de divisão que está inscrito na sua lei fundamental, na sua *constituição*, se impor um sistema de exigências cujo coração é a adopção de uma postura global, visível sobretudo em matéria de linguagem.

Se há acordo para notar que, como toda a linguagem doutra (a linguagem filosófica por exemplo), a linguagem jurídica consiste num uso particular da linguagem vulgar, os analistas têm muita dificuldade em descobrir o verdadeiro princípio desta «mistura de dependência e de independência»¹⁹. É possível, com efeito, contentar-se com invocar o efeito de contexto ou de «rede», no sentido de Wittgenstein, que subtrai as palavras e as locuções vulgares ao seu sentido corrente. A transmutação que afecta o conjunto das características linguísticas está ligada à adopção de uma postura global que não passa da forma incorporada do sistema de princípios de visão e de divisão, constitutivo de um campo ele próprio caracterizado pela independência na dependência e por ela. Austin admirava-se de que nunca se tenha seriamente perguntado por que razão nós «nomeamos coisas diferentes com o mesmo nome»; e por que razão, poderíamos nós acrescentar, não há grande inconveniente em fazê-lo. Se a linguagem jurídica pode consentir a si mesma o emprego de uma palavra para nomear coisas completamente diferentes

¹⁹ Ph. Vissert Hooft, «La philosophie du langage ordinaire et le droit», *Archives de Philosophie du Droit*, xvii, 1972, pp. 261-284.

daquilo por si designado no uso vulgar, é que os dois usos estão associados a posturas linguísticas que são tão radicalmente exclusivas uma da outra como a consciência perceptiva e a consciência imaginária segundo a fenomenologia, de tal modo que a «colisão homonímica» (ou o mal-entendido) resultante do encontro no mesmo espaço dos dois significados é perfeitamente improvável. O princípio do desvio entre os dois significados, que é geralmente procurado num efeito de contexto, não é mais do que a dualidade dos espaços mentais, solidários de espaços sociais diferentes, que os sustentam. Esta *discordância postural* é o fundamento *estrutural* de todos os mal-entendidos que podem produzir-se entre os utilizadores de um código erudito (médicos, juizes, etc.) e os simples profanos, tanto ao nível sintático como ao nível lexicológico, sendo os mais significativos os que surgem quando as palavras da linguagem vulgar, desviadas do seu sentido comum pelo uso erudito, funcionam para o profano como «falsos amigos»²⁰.

A situação judicial funciona como *lugar neutro*, que opera uma verdadeira *neutralização* das coisas em jogo por meio da «des-realização» e da distanciação implicadas na transformação da defrontação directa dos interessados em diálogo entre mediadores. Os agentes especializados, enquanto terceiros — indiferentes ao que está directamente em jogo (o que não quer dizer desinteressados) e preparados para apreenderem as realidades escaldantes do presente atendo-se a textos antigos e a precedentes confirmados — introduzem, mesmo sem querer nem saber, uma distância neutralizante a qual, no caso dos magistrados pelo menos, é uma espécie de imperativo da função que está inscrita no âmago dos *habitus*: as atitudes ao mesmo tempo ascéticas e aristocráticas que são a realização incorporada do dever de reserva são constantemente lembradas e reforçadas pelo grupo dos pares, sempre pronto a condenar e a censurar os que se comprometeriam de modo demasiado aberto com questões de dinheiro ou de política. Em resumo, a transformação

²⁰ É o caso, por exemplo, da palavra *causa* que não tem, de forma alguma, no uso comum, o sentido que lhe dá o direito (cf. Ph. Vissert Hooft, *art. cit.*).

dos conflitos inconciliáveis de interesses em permutas reguladas de argumentos racionais entre sujeitos iguais está inscrita na própria existência de um pessoal especializado, independente dos grupos sociais em conflito e encarregado de organizar, segundo formas codificadas, a *manifestação pública* dos conflitos sociais e de lhes dar soluções socialmente reconhecidas como imparciais, pois que são definidas segundo as regras formais e logicamente coerentes de uma doutrina percebida como independente dos antagonismos imediatos²¹. Neste sentido, a representação nativa* que descreve o tribunal como um espaço separado e delimitado em que o conflito se converte em diálogo de peritos e o processo, como um progresso ordenado com vista à verdade²², é uma boa evocação de uma das dimensões do efeito simbólico do acto jurídico como aplicação prática, livre e racional de uma norma universal e cientificamente fundamentada²³: O veredicto judicial, compromisso político entre exigências inconciliáveis que se apresenta como uma síntese lógica entre teses antagonistas, condensa toda a ambiguidade do campo jurídico. Ele deve a sua eficácia específica ao facto de participar ao mesmo tempo da lógica do campo político, que se organiza em torno da oposição entre os amigos ou os aliados e os inimigos e que tende a excluir a intervenção arbitral de um terceiro, e da lógica do campo científico que, logo que chega a um alto grau de autonomia, tende a conferir um primado

²¹ O recurso legal implica, em muitos casos, o reconhecimento de uma definição das formas de reivindicação ou de luta que privilegia lutas individuais (e legais) em detrimento de outras formas de luta.

²² «Assim, o direito nasce do processo, diálogo regulado cujo método é a dialéctica» (M. Villey, *Philosophie du Droit*, II, Paris, Dalloz, 1979, p. 53).

²³ Tudo nas representações da prática jurídica (concebida como decisão racional ou como aplicação dedutiva de uma regra de direito) e na própria doutrina jurídica que tende a conceber o mundo social como simples agregado de acções realizadas por *sujeitos de direito* racionais, iguais e livres, predisponha os juristas, em outros tempos fascinados por Kant ou Gadamer, a procurarem na Rational Action Theory os instrumentos de um *aggiornamento* das justificações tradicionais do direito (eterna renovação das técnicas de eternização...)

* «indigènes», no texto original (N. T.).

prático à oposição entre o verdadeiro e o falso, conferindo um poder arbitral de facto à concorrência entre os pares²⁴.

O campo judicial é o espaço social organizado no qual e pelo qual se opera a transmutação de um conflito directo entre partes directamente interessadas no debate juridicamente regulado entre profissionais que actuam por procuração e que têm de comum o conhecer e o reconhecer da regra do jogo jurídico, quer dizer, as leis escritas e não escritas do campo — mesmo quando se trata daquelas que é preciso conhecer para vencer a letra da lei (em Kafka, o advogado é tão inquietante como o juiz). Na definição que frequentemente tem sido dada, de Aristóteles a Kojève, do jurista como «terceiro mediador», o essencial está na ideia de *mediação* (e não de arbitragem) e no que ela implica, quer dizer, a perda da relação de apropriação directa e imediata da sua própria causa: perante o pleiteante ergue-se um poder transcendente, irreduzível à defrontação das visões do mundo privadas, que não é outra coisa senão a estrutura e o funcionamento do espaço socialmente instituído desta defrontação.

A entrada no universo jurídico, por implicar a aceitação tácita da lei fundamental do campo jurídico, tautologia constitutiva que quer que os conflitos só possam nele ser resolvidos juridicamente — quer dizer, segundo as regras e as convenções do campo jurídico —, é acompanhada de uma redefinição completa da experiência corrente e da própria situação que está em jogo no litígio. A constituição do campo jurídico é um princípio de constituição da realidade (isto é, verdadeiro em relação a todo o campo). Entrar no jogo, conformar-se com o direito para resolver o conflito, é aceitar tacitamente a adopção de um modo de expressão e de discussão que implica a renúncia à violência física e às formas elementares da violência simbólica, como a injúria. É também, e sobretudo, reconhecer as exigências específicas da construção jurídica do objecto: dado

²⁴ A tradição filosófica — e sobretudo Aristóteles nos *Tópicos* — evoca de maneira quase explícita a constituição do campo social que é o princípio da constituição da permuta verbal como *discussão heurística* explicitamente orientada, em oposição ao *debate erístico*, para a procura de proposições válidas para um auditório universal.

que os factos jurídicos são produto da construção jurídica (e não o inverso), uma verdadeira retradução de todos os aspectos do «caso» é necessária para *ponere causam*, como diziam os Romanos, para constituir o objecto de controvérsia enquanto *causa*, quer dizer, enquanto problema jurídico próprio para ser objecto de debates juridicamente regulados e para reter tudo o que, do ponto de vista de um princípio de pertinência jurídica, mereça ser formulado, e apenas isso, como tudo o que pode valer como facto, como argumento favorável ou desfavorável, etc.

Entre as exigências que estão implicitamente inscritas no contrato que define a entrada no campo jurídico, podem-se, seguindo Austin, mencionar três: a primeira, é o facto de se dever chegar a uma decisão, e a uma decisão «relativamente branca ou preta, culpado ou não culpado, para o queixoso ou para o acusado»*; a segunda, é o facto de a acusação e a defesa deverem ordenar-se numa das categorias reconhecidas do procedimento que se impuseram no decurso da história e que, não obstante o seu número, permanecem muito limitadas e muito estereotipadas em relação às acusações e às defesas da vida quotidiana — o que faz com que conflitos e argumentos de toda a espécie permaneçam aquém da lei como demasiado triviais, ou fora da lei como exclusivamente morais —; a terceira, é o facto de se dever recorrer a precedentes e de se conformar com eles, o que pode levar a distorções das crenças e das expressões correntes²⁵.

A regra que impede ir-se para além das decisões jurídicas anteriores, *stare decisis*, para se decidir juridicamente é para o pensamento jurídico o que o preceito durkheimiano de «explicar o social pelo social» é para o pensamento sociológico: apenas um modo diferente de afirmar a autonomia e a

* «defenseur» no texto original. (N. T.).

²⁵ Deste conjunto de exigências constitutivas da visão do mundo jurídico deriva, segundo Austin, o facto de os juristas não darem às expressões correntes o seu sentido corrente e de, além de inventarem termos técnicos ou sentidos técnicos para termos correntes, manterem uma relação especial com a linguagem que os leva a procederem a extensões e restrições de sentido insólitas (cf. J.-L. Austin, *Philosophical Papers*, Oxford, Clarendon Press, 1961, p. 136).

especificidade do raciocínio e do juízo jurídicos. A referência a um *corpus* de precedentes reconhecidos, que funcionam como um espaço de possíveis em cujo interior a solução pode ser procurada, é o que fundamenta racionalmente uma decisão que pode inspirar-se, na realidade, em princípios diversos, mas que ela faz aparecer como produto de uma aplicação neutra e objectiva de uma competência especificamente jurídica. Todavia, porque, entre outras coisas, os precedentes são, pelo menos, utilizados ora como instrumentos de racionalização ora como razões determinantes e porque o mesmo precedente, construído de maneiras diferentes, pode ser invocado para justificar teses opostas e ainda porque a tradição jurídica oferece uma grande diversidade de precedentes e de interpretações em que se pode escolher os que melhor se adaptam ao caso em questão²⁶, é preciso evidentemente ter cuidado em não fazer do *stare decisis* uma espécie de postulado racional próprio para garantir a constância e a previsibilidade, e ainda a objectividade das decisões judiciais (enquanto limitação posta ao arbitrário das decisões subjectivas). A previsibilidade e a calculabilidade que Weber empresta ao «direito racional» assentam, sem dúvida, antes de mais, na constância e na homogeneidade dos *habitus* jurídicos: as atitudes comuns, afeiçoadas, na base de experiências familiares semelhantes, por meio de estudos de direito e da prática das profissões jurídicas, funcionam como categorias de percepção e de apreciação que estruturam a percepção e a apreciação dos conflitos correntes e que orientam o trabalho destinado a transformá-los em confrontações jurídicas²⁷.

Podemos apoiar-nos na tradição dita da «dispute theory» (sem lhe aceitar todos os pressupostos) para fazermos uma descrição do trabalho colectivo de «categorização» que tende a transformar um agravo percebido, e até mesmo despercebido, em agravo explicitamente imputado, e a transformar uma simples disputa em processo. Nada é menos natural do que a «necessidade jurídica» ou, o que significa o mesmo, o sentimento de injustiça que pode levar a recorrer aos serviços de um profissional: é sabido,

²⁶ Cf. D. Kayris, «Legal Reasoning» in D. Kayris (ed.), *The Politics of Law*, Nova Iorque, Pantheon Books, 1982, pp. 11-17.

²⁷ Alguns *legal realists*, recusando à regra toda a eficácia específica, chegaram a reduzir o direito à simples regularidade estatística, garante da previsibilidade do funcionamento das instâncias jurídicas.

com efeito, que a sensibilidade à injustiça ou a capacidade de perceber uma experiência como injusta não está uniformemente espalhada e que depende estreitamente da posição ocupada no espaço social. Quer isto dizer que a passagem do agravo despercebido ao agravo percebido e nomeado, e sobretudo imputado, supõe um trabalho de construção da realidade social que incumbe, em grande parte, aos profissionais: a descoberta da injustiça como tal assenta no sentimento de ter direitos (*entitlement*) e o poder específico dos profissionais consiste na capacidade de *revelar* os direitos e, simultaneamente, as injustiças ou, pelo contrário, de condenar o sentimento de injustiça firmado apenas no sentido da equidade e, deste modo, de dissuadir da defesa judicial dos direitos subjectivos, em resumo, de manipular as aspirações jurídicas, de as criar em certos casos, de as aumentar ou de as deduzir em outros casos. (Um dos poderes mais significativos dos *lawyers* é constituído pelo trabalho de *expansão*, de amplificação das *disputas*: este trabalho propriamente político consiste em transformar as definições admitidas transformando as palavras ou os rótulos atribuídos às pessoas ou às coisas, quer dizer, frequentemente, recorrendo às categorias da linguagem legal, para fazer entrar a pessoa, a acção, a relação de que se trata numa classe mais larga)²⁸. São também os profissionais quem produz a necessidade dos seus próprios serviços ao constituírem em problemas jurídicos, traduzindo-os na linguagem do direito, problemas que se exprimem na linguagem vulgar e ao proporem uma avaliação antecipada das probabilidades de êxito e das consequências das diferentes estratégias; e não há dúvida de que eles são guiados no seu trabalho de construção das *disputas* pelos seus interesses financeiros, e também pelas suas atitudes éticas ou políticas, princípio de afinidades socialmente fundamentadas com os seus clientes (sabe-se, por exemplo, que inúmeros *lawyers* desaconselham as reivindicações legítimas dos clientes contra as grandes empresas, principalmente em matéria de consumo) e, enfim e sobretudo, pelos seus interesses mais específicos, aqueles que se definem nas suas relações objectivas com os outros especialistas e que se actualizam, por exemplo, no próprio recinto do tribunal (dando lugar a negociações explícitas ou implícitas). O efeito de hermetismo* que o próprio funcionamento do campo tende a exercer manifesta-se no facto de as instituições judiciais tenderem a produzir verdadeiras tradições específicas e, em particular, categorias de percepção e de apreciação perfeitamente irredutíveis às dos não-especialistas, gerando os seus problemas e as suas soluções segundo uma lógica totalmente hermética e inacessível aos profanos²⁹.

²⁸ Sobre este trabalho de *expansão* ver L. Mather e B. Yngvesson, «Language, Audience and the Transformation of Disputes», *Law and Society Review*, vol. 15, 3-4, 1980-81, pp. 776-821.

²⁹ Cf. sobre todos estes pontos, W. L. Felstiner, R. L. Abel, A. Sarat, «The Emergence and Transformation of Disputes: Names, Blaming, Claiming», *Law and Society Review* vol. 15, 3-4, 1980-81, pp. 631-654;

* «l'effet de fermeture» no texto original (N. T.).

A mudança de espaço mental que está lógica e praticamente associada à mudança de espaço social garante o *domínio da situação* aos detentores da competência jurídica, os únicos capazes de adoptar a postura que permite constituir esta situação em conformidade com a lei fundamental do campo. O campo jurídico reduz aqueles que, ao aceitarem entrar nele, renunciam tacitamente a gerir eles próprios o seu conflito (pelo recurso à força ou a um árbitro não oficial ou pela procura directa de uma solução amigável), ao estado de clientes dos profissionais; ele constitui os interesses pré-jurídicos dos agentes em causas judiciais e transforma em capital a competência que garante o domínio dos meios e recursos jurídicos exigidos pela lógica do campo.

A constituição do campo jurídico é inseparável da instauração do monopólio dos profissionais sobre a produção e a comercialização desta categoria particular de produtos que são os serviços jurídicos. A competência jurídica é um poder específico que permite que se controle o acesso ao campo jurídico, determinando os conflitos que merecem entrar nele e a *forma* específica de que se devem revestir para se constituírem em debates propriamente jurídicos: só ela pode fornecer os recursos necessários para fazer o trabalho de construção que, mediante uma selecção das propriedades pertinentes, permite reduzir a realidade à sua definição jurídica, essa ficção eficaz. O corpo dos profissionais define-se pelo monopólio dos instrumentos necessários à construção jurídica que é, por si, apropriação; a importância dos ganhos que o monopólio do mercado dos serviços jurídicos assegura a cada um dos seus membros depende do grau em que ele pode controlar a produção dos produtores, quer dizer, a formação e, sobretudo, a consagração pela instituição escolar dos agentes juridicamente autorizados a vender serviços jurídicos e, deste modo, a oferta dos serviços jurídicos.

A melhor verificação destas proposições é constituída pelos efeitos determinados, tanto na Europa como nos Estados Unidos, pela crise do modo de acesso tradicional às profissões judiciais — assim como aos corpos de médicos, de arquitectos e de outros detentores de diferentes espécies de capital cultural. Tais efeitos são, por exemplo, os esforços para limitar a oferta e os efeitos da intensificação da concorrência (a baixa nos rendimentos, por exemplo) por medidas que têm em vista reforçar as barreiras postas à entrada na profissão (*numerus clausus*); ou ainda os esforços para aumentar a procura, pelas vias mais diversas, que vão da publicidade — mais frequente nos EUA — até às acções militantes que têm o efeito (o que não quer dizer o fim) de abrir aos serviços jurídicos novos mercados, promovendo os direitos das minorias desfavorecidas ou incitando as minorias a fazerem valer os seus direitos e, de modo mais lato, procurando levar os poderes públicos a contribuírem de maneira directa ou indirecta para

sustentar a procura jurídica³⁰. É assim que a evolução recente do campo jurídico permite que se observe directamente o processo de constituição apropriativa — acompanhado do desapossamento correlativo dos simples profanos — que tende a criar uma procura ao fazer entrar na ordem jurídica um domínio da prática até então deixado a formas pré-jurídicas de solução dos conflitos: a justiça «prud'homale»* que oferecia até então um asilo a uma espécie de arbitragem firmada no sentido da equidade e exercida por homens de experiência, segundo procedimentos simples, foi objecto de tal processo de anexação³¹. Como efeito de uma cumplicidade objectiva entre representantes sindicais culturalmente mais providos e certos juristas que, graças a uma solicitude generosa pelos interesses dos mais desfavorecidos, alargam o mercado que se abre ao serviço deles, esta ilhora de autoconsumo jurídico achou-se pouco a pouco integrada no mercado controlado pelos profissionais: os conselheiros são cada vez mais obrigados a apelar ao direito para produzirem e para justificarem as suas decisões, sobretudo porque os litigantes e os demandados tendem cada vez mais a colocar-se no terreno jurídico e a recorrer aos serviços de advogados, e também porque a multiplicação das apelações obriga os «prud'hommes» a recorrerem às decisões do Tribunal de Alta Justiça — efeito de que tiram proveito as revistas de jurisprudência e os profissionais que são cada vez mais consultados pelos patrões ou pelos sindicatos³². Em resumo, à medida que um campo (neste caso, um subcampo) se constitui, um processo de *reforço circular* põe-se em movimento: cada «progresso» no sentido da «jurisdicização» de uma dimensão da prática gera novas «necessidades jurídicas», portanto, novos interesses jurídicos entre aqueles que, estando de posse da competência especificamente exigida (na ocorrência, o direito do trabalho), encontram aí um novo mercado; estes, pela sua intervenção, determinam um aumento do formalismo jurídico dos procedimentos e contribuem assim para reforçar a necessidade dos seus próprios serviços e dos seus próprios produtos e para determinar a exclusão de facto dos simples profanos, forçados

* cf. *supra* nota ** da p. 104.

³⁰ Sobre os efeitos do aumento da população dos *lawyers* nos EUA, ver R. L. Abel, «Toward a Political Economy of Lawyers», *Wisconsin Law Review*, vol. 5, 1981, pp. 1117-1187.

³¹ Cf. P. Cam, «Juges rouges et droit du travail», *Actes de la recherche en sciences sociales*, 19, Janeiro 1978, pp. 2-27 e *Les Prud'hommes, juges et arbitres*, Paris, FNSP, 1981, e sobretudo, J.-P. Bonafé-Schmitt, «Pour une sociologie du juge prud'homal», *Annales de Vaucresson*, n.º 23, 2.º semestre de 1985, pp. 27-50.

³² Cf. Y. Dezalay, «De la médiation au droit pur: pratiques et représentations savantes dans le champ du droit», *Annales de Vaucresson*, n.º 21, Outubro de 1984, pp. 118-148.

a recorrer aos conselhos de profissionais, que acabarão pouco a pouco por tomar o lugar dos litigantes e dos demandados, convertidos deste modo em simples «justiciáveis»³³.

Dentro da mesma lógica, já se pôde mostrar que a vulgarização militante do direito do trabalho, que assegura a um número importante de não-profissionais um bom conhecimento das regras e dos procedimentos jurídicos, não produz o efeito de garantir uma reapropriação do direito pelos utilizadores em detrimento do monopólio dos profissionais, nem tão pouco o efeito de determinar uma deslocação da fronteira entre os profanos e os profissionais os quais, impelidos pela lógica da concorrência no seio do campo, têm de aumentar em cientificidade para conservarem o monopólio da interpretação legítima e escaparem à desvalorização associada a uma disciplina que ocupa uma posição inferior no campo jurídico.^{33*} Observam-se muitas outras manifestações desta tensão entre a procura do alargamento do mercado pela conquista de um sector entregue ao autoconsumo jurídico (procura que pode ser talvez tanto mais eficaz, como no caso dos «prud'hommes», quanto mais inconsciente ou inocente é) e o reforço da autonomia, quer dizer, a separação entre os profissionais e os profanos: no quadro, por exemplo, do funcionamento das jurisdições disciplinares no seio das empresas privadas, a preocupação de manter, em relação aos profanos, a distância que define a pertença ao campo e que impede uma defesa demasiado directa dos interesses dos mandantes leva os mediadores semi-profissionais a aumentar a tecnicidade das suas intervenções para melhor marcarem a separação daqueles cujos interesses eles defendem e darem assim mais autoridade e neutralidade à sua defesa, embora com o perigo de desmentirem com isso aquilo que constitui a própria lógica da situação de negociação amigável.^{33**}

Temos aí um exemplo típico de um desses processos que, quando não são descritos na linguagem ingénua da «recuperação», são feitos para predispor ao funcionalismo de má qualidade, incitando a pensar que toda a forma de oposição aos interesses preenche uma função útil para a perpetuação da ordem constitutiva do campo, e que a heresia tende a reforçar a própria ordem que, ao combatê-la, a acolhe e a absorve, saindo reforçada desta confrontação.

^{33*} Cf. R. Dhoquois, «La vulgarisation du droit du travail. Réappropriation par les intéressés ou développement d'un nouveau marché pour les professionnels?» *Annales de Vauresson*, n.º 23, 2.º semestre, 1985, pp. 15-26.

^{33**} Cf. Y. Dezaley, «Des affaires disciplinaires au droit disciplinaire: la juridictionnalisation des affaires disciplinaires comme enjeu social et professionnel», *Annales de Vauresson*, *ib.*, *id.*, pp. 51-71.

O poder de nomeação

Confrontação de pontos de vista singulares, ao mesmo tempo cognitivos e avaliativos, que é resolvida pelo veredicto solenemente enunciado de uma «autoridade» socialmente mandatada, o pleito representa uma encenação paradigmática da luta simbólica que tem lugar no mundo social: nesta luta em que se defrontam visões do mundo diferentes, e até mesmo antagonistas, que, à medida da sua autoridade, pretendem impor-se ao reconhecimento e, deste modo, realizar-se, está em jogo o monopólio do poder de impor o princípio universalmente reconhecido de conhecimento do mundo social, o *nomos* como princípio universal de visão e de divisão (*nemo* significa separar, dividir, distribuir), portanto, de *distribuição* legítima³⁴. Nesta luta, o poder judicial, por meio dos veredictos acompanhados de sanções que podem consistir em actos de coerção física, tais como retirar a vida, a liberdade ou a propriedade, manifesta esse ponto de vista transcendente às perspectivas particulares que é a visão soberana do Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima.

O veredicto do juiz, que resolve os conflitos ou as negociações a respeito de coisas ou de pessoas ao proclamar publicamente o que elas são na verdade, em última instância, pertence à classe dos *actos de nomeação* ou de *instituição*, diferindo assim do insulto lançado por um simples particular que, enquanto discurso privado — *idios logos* —, que só compromete o seu autor, não tem qualquer eficácia simbólica; ele representa a forma por excelência da palavra autorizada, palavra pública, oficial, enunciada em nome de todos e perante todos: estes enunciados performativos, enquanto juízos de atribuição formulados publicamente por agentes que actuam como mandatários autorizados de uma colectividade e constituídos assim em modelos de todos os actos de categorização (*katègorein* como

³⁴ O *rex* arcaico detém o poder de marcar os limites (*regere fines*), de «fixar as regras, de determinar, no sentido próprio, o que é direito». (E. Benveniste, *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*, II, Paris, Minuit, 1969, p. 15.

se sabe, significa acusar publicamente)*, são actos mágicos que são bem sucedidos porque estão à altura de se fazerem reconhecer universalmente, portanto, de conseguir que ninguém possa recusar ou ignorar o ponto de vista, a visão, que eles impõem.

O direito consagra a ordem estabelecida ao consagrar uma visão desta ordem que é uma visão do Estado, garantida pelo Estado. Ele atribui aos agentes uma identidade garantida, um estado civil, e sobretudo poderes (ou capacidades) socialmente reconhecidos, portanto, produtivos, mediante a distribuição dos direitos de utilizar esses poderes, títulos (escolares, profissionais, etc.), certificados (de aptidão, de doença, de invalidez, etc.), e sanciona todos os processos ligados à aquisição, ao aumento, à transferência ou à retirada desses poderes. Os veredictos por meio dos quais ele distribui diferentes volumes de diferentes espécies de capital aos diferentes agentes (ou instituições) põem um termo ou, pelo menos, um limite à luta, ao regateio ou à negociação acerca das qualidades das pessoas ou dos grupos, acerca da pertença das pessoas aos grupos, portanto, acerca da justa atribuição dos nomes, próprios ou comuns, como os títulos, acerca da união ou da separação, em resumo, sobre todo o trabalho prático de *worldmaking*, casamentos, divórcios, cooptações, associações, dissoluções, etc., que está na origem da constituição dos grupos. O direito é, sem dúvida, a forma por excelência do poder simbólico de nomeação que cria as coisas nomeadas e, em particular, os grupos; ele confere a estas realidades surgidas das suas operações de classificação toda a permanência, a das coisas, que uma instituição histórica é capaz de conferir a instituições históricas.

O direito é a forma por excelência do discurso actuante, capaz, por sua própria força, de produzir efeitos. Não é demais dizer que ele *faz* o mundo social, mas com a condição de se não esquecer que ele é feito por este. Convém, com efeito, que nos interroguemos acerca das condições sociais — e dos limites — desta eficácia quase mágica, sob pena de cairmos no nominalismo radical (que certas análises de Michel Foucault sugerem) e

* cf. *supra* p. 142.

de estabelecermos que produzimos as categorias segundo as quais construímos o mundo social e que estas categorias produzem este mundo. De facto, os esquemas de percepção e de apreciação que estão na origem da nossa construção do mundo social são produzidos por um trabalho histórico colectivo, mas a partir das próprias estruturas deste mundo: estruturas estruturadas, historicamente construídas, as nossas categorias de pensamento *contribuem* para produzir o mundo, mas dentro dos limites da sua correspondência com estruturas preexistentes. É na medida e só na medida em que os actos simbólicos de nomeação propõem princípios de visão e de divisão objectivamente ajustados às divisões preexistentes de que são produto, que tais actos têm toda a sua eficácia de enunciação criadora que, ao consagrar aquilo que enuncia, o coloca num grau de existência superior, plenamente realizado, que é o da instituição instituída. Por outras palavras, o efeito próprio, quer dizer, propriamente simbólico, das representações geradas segundo esquemas adequados às estruturas do mundo de que são produto, é o de consagrar a ordem estabelecida: a representação justa* sanciona e santifica a visão dóxica das divisões, manifestando-a na objectividade de uma ortodoxia por um verdadeiro acto de criação que, proclamando-a à vista de todos e em nome de todos, lhe confere a universalidade prática do oficial.

O imperativo do ajustamento realista às estruturas objectivas não se impõe menos ao poder simbólico na sua forma profética, herética, anti-institucional, subversiva. Se o poder criador da representação nunca se manifesta tão claramente, em ciência, em arte ou em política, como nos períodos de crise revolucionária, e não é menos verdade que a vontade de transformar o mundo transformando as palavras para o nomear, ao produzir novas categorias de percepção e de apreciação e ao impor uma nova visão das divisões e das distribuições, só tem probabilidades de êxito se as profecias, evocações criadoras, forem também, pelo menos em parte, previsões bem fundamentadas, descrições antecipadas: elas só fazem advir aquilo

* «droite» no texto original (N.T.).

que anunciam, novas práticas, novos costumes e, sobretudo, novos grupos, porque elas anunciam aquilo que está em vias de advir, o que se anuncia; elas são mais oficiais do registo civil do que parteiras da história. Ao concederem às realidades e às virtualidades históricas o pleno reconhecimento que a proclamação profética encerra, oferecem-lhes, pelo efeito de licitação, e até mesmo de consagração, associado à publicação e à oficialização, a possibilidade real de aceder à existência plena, quer dizer, conhecida e reconhecida, oficial — por oposição à existência ignominiosa, bastarda, oficiosa. Assim, só um nominalismo realista (ou firmado na realidade) permite explicar o efeito mágico da nomeação, acto de força simbólico que só é bem sucedido porque está bem fundado na realidade. A eficácia de todos os actos da magia social cuja forma canónica está representada pela sanção jurídica só pode operar na medida em que a força propriamente simbólica de legitimação ou, melhor, de naturalização (o natural é o que não põe a questão da sua legitimidade) recobre e aumenta a força histórica imanente que a sua autoridade e a sua autorização reforçam ou libertam.

Estas análises, que podem parecer muito afastadas da realidade da prática jurídica, são indispensáveis para se compreender de maneira exacta o princípio deste poder simbólico. Se está na própria vocação da sociologia lembrar que, segundo o dito de Montesquieu, não se transforma a sociedade por decreto, também é verdade que a consciência das condições sociais da eficácia dos actos jurídicos não deve levar a ignorar ou negar aquilo que faz a eficácia própria da regra, do regulamento e da lei: a justa reacção contra o juridismo, que leva a restituir ao seu lugar, na explicação das práticas, as disposições constitutivas do *habitus*, não implica de forma alguma pôr entre parênteses o efeito próprio da regra explicitamente enunciada, sobretudo quando, como é o caso da regra jurídica, ela está associada a sanções. E inversamente, se não há dúvida de que o direito exerce uma eficácia específica, imputável sobretudo ao trabalho de *codificação*, de pôr em forma e em fórmula, de neutralização e de sistematização, que os profissionais do trabalho simbólico realizam segundo as leis próprias do seu universo, também não há dúvida de que esta eficácia,

definida pela oposição à inaplicação pura e simples ou à aplicação firmada no constrangimento puro, se exerce na medida e só na medida em que o direito é socialmente reconhecido e depara com um acordo, mesmo tácito e parcial, porque responde, pelo menos na aparência, a necessidades e interesses reais³⁵

A força da forma

Como a prática religiosa, a prática jurídica define-se na relação entre o campo jurídico, princípio da oferta jurídica que se gera na concorrência entre os profissionais, e a procura dos profanos que são sempre em parte determinados pelo efeito da oferta. Há confrontação constante entre as normas jurídicas oferecidas as quais, pelo menos na sua forma, têm a aparência da universalidade e a procura social, necessariamente diversa, e até mesmo conflitual e contraditória, que está objectivamente inscrita nas próprias práticas, em estado actual ou em estado potencial (em forma de transgressão ou de inovação da vanguarda ética ou política). A legitimidade, que se acha praticamente conferida ao direito e aos agentes jurídicos pela rotina dos usos que dela se fazem, não pode ser compreendida nem como efeito do reconhecimento universalmente concedido pelos «justiciáveis» a uma jurisdição que, como quer a ideologia profissional do corpo dos juristas, seria o enunciado de valores universais e eternos, portanto, transcendentais aos interesses particulares, nem, pelo contrário, como efeito da adesão inevitavelmente obtida por aquilo que não passaria de um registo do estado dos costumes, das relações de força ou, mais precisamente, dos interesses dos dominantes³⁶. Deixando de se perguntar

³⁵ A relação dos *habitus* com a regra ou a doutrina é a mesma no caso da religião em que é tão falso imputar as práticas ao efeito da liturgia ou do dogma (por meio de sobreavaliação do juridismo) como ignorar este efeito imputando-as completamente ao efeito das atitudes e ignorando ao mesmo tempo a eficácia própria da acção do corpo de clérigos.

³⁶ A propensão para apreender sistemas de relações complexas de maneira unilateral (à maneira dos linguistas que procuram neste ou naquele sector do espaço social o princípio da mudança linguística) conduz alguns a

se o poder vem de cima ou de baixo, se a elaboração do direito e a sua transformação são produto de um «movimento» dos costumes em direcção à regra, das práticas colectivas em direcção às codificações jurídicas ou, inversamente, das formas e das fórmulas jurídicas em direcção às práticas que elas informam, é preciso ter em linha de conta *o conjunto das relações objectivas* entre o campo jurídico, lugar de relações complexas que obedece a uma lógica relativamente autónoma, e o campo do poder e, por meio dele, o campo social no seu conjunto. É no interior deste universo de relações que se definem os meios, os fins e os efeitos específicos que são atribuídos à acção jurídica.

Para explicar o que é o direito, na sua estrutura e no seu efeito social, será preciso retomar, além do estado da procura social, actual ou potencial, e das condições sociais de possibilidade — essencialmente negativas — que ela oferece à «criação jurídica», a lógica própria do trabalho jurídico no que ele tem de mais específico, quer dizer, a actividade de formalização, e os interesses sociais dos agentes formalizadores, tal como se definem na concorrência no seio do campo jurídico e na relação entre este campo e o campo do poder no seu conjunto³⁷.

É certo que a prática dos agentes encarregados de produzir o direito ou de o aplicar deve muito às afinidades que unem os

inverterem pura e simplesmente, em nome da sociologia, o velho modelo idealista da criação jurídica pura (que pôde ser, simultânea ou sucessivamente situada, no decurso das lutas no interior do campo, na acção dos legisladores ou dos juristas ou, com os publicistas e os civilistas, nas decisões da jurisprudência): «O centro de gravidade do desenvolvimento do direito, na nossa época (...), como em todo o tempo, não deve ser procurado nem na legislação, nem na doutrina, nem na jurisprudência, mas sim na sociedade ela própria» (Eugen Ehrlich), citado por J. Carbonnier, *Flexible droit, Textes pour une sociologie du droit sans rigueur*, 5.^a edição, Paris, LGDJ, 1983, p. 21.

³⁷ Max Weber que via nas propriedades de lógica *formal* do direito racional o verdadeiro fundamento da sua *eficácia* (por meio sobretudo da sua capacidade de generalização, princípio da sua aplicabilidade universal) ligava ao desenvolvimento das burocracias e das relações impessoais que elas favorecem o desenvolvimento de corpos de especialistas do direito e de uma pesquisa jurídica própria para fazer do direito um discurso abstracto e logicamente coerente.

detentores por excelência da forma do poder simbólico aos detentores do poder temporal, político ou económico, e isto não obstante os conflitos de competência que os podem opor. A proximidade dos interesses e, sobretudo, a afinidade dos *habitus*, ligada a formações familiares e escolares semelhantes, favorecem o parentesco das visões do mundo. Segue-se daqui que as escolhas que o corpo deve fazer, em cada momento, entre interesses, valores e visões do mundo diferentes ou antagonistas têm poucas probabilidades de desfavorecer os dominantes, de tal modo o *etos* dos agentes jurídicos que está na sua origem e a lógica imanente dos textos jurídicos que são invocados tanto para os justificar como para os inspirar estão adequados aos interesses, aos valores e à visão do mundo dos dominantes.

A pertença dos magistrados à classe dominante está atestada em toda a parte. Assim, Mario Sbriccoli mostra que nas pequenas comunidades da Itália da Idade Média, a posse desta espécie particularmente rara de capital cultural que é o capital jurídico bastava para garantir posições de poder. Do mesmo modo, em França, durante o Antigo Regime, a nobreza de toga, embora menos prestigiosa do que a nobreza de espada, pertencia, frequentemente por nascimento, à aristocracia. Do mesmo modo ainda, o inquérito de Sauvageot sobre a origem social dos magistrados que entraram para o corpo antes de 1959 estabelece que os magistrados, em forte proporção, saíram das profissões judiciais e, de modo mais lato, da burguesia. Como mostra bem Jean-Pierre Mounier^{38*}, o facto de, pelo menos até um período recente, a fortuna garantida por uma origem rica ser a condição da independência económica e mesmo do *etos* ascético que são constituídos, de certo modo, pelos atributos estatutários de uma profissão consagrada ao serviço do Estado, contribui para explicar, com os efeitos próprios da formação profissional, que a neutralidade proclamada e a aversão altamente professada a respeito da política não excluem, pelo contrário, a adesão à ordem estabelecida. (Pode-se ver um bom índice dos valores do corpo de magistrados no facto de terem sido eles, ainda que pouco inclinados a intervir nos negócios políticos, entre todas as profissões jurídicas — e sobretudo os advogados — os mais numerosos, relativamente, a assinarem as petições contra a lei de liberalização do aborto). Mas nunca se mede, sem

³⁸ Estas afinidades foram sem dúvida reforçadas, no caso da França, com a criação da ENA, que assegura um mínimo de formação jurídica aos altos funcionários e a uma boa parte dos dirigentes das empresas públicas ou privadas.

^{38*} Jean-Pierre Mounier, *La définition judiciaire de la politique*, tese, Paris I, 1975.

dúvida, melhor a amplitude e os efeitos desta unanimidade na cumplicidade tácita, do que quando, através de uma crise económica e social do corpo, ligada à redefinição do modo de reprodução das posições dominantes, ela chega a romper-se. As lutas travadas por alguns dos recém-chegados, cuja posição e cujas atitudes não lhes permitem aceitar os pressupostos da definição tradicional do posto, fazem vir à luz do dia uma parte do fundamento recalçado do corpo, quer dizer, o pacto de não-agressão que unia o corpo aos dominantes. A diferenciação interna que conduz um corpo, até então integrado numa hierarquização e por uma hierarquização de todos aceite e num consenso total sobre a missão, a funcionar como campo de lutas, leva alguns a enunciarem este pacto, atacando mais ou menos abertamente aqueles que continuam a tê-lo por norma absoluta da sua prática³⁹.

Mas a eficácia do direito tem a particularidade de se exercer para além do círculo daqueles que estão antecipadamente convertidos, em consequência da afinidade prática que os liga aos interesses e aos valores inscritos nos textos jurídicos e nas atitudes éticas e políticas dos que estão encarregados de os aplicar. E não há dúvida de que a pretensão da doutrina jurídica e do procedimento judicial à universalidade, que se realiza no trabalho de formalização, contribui para fundamentar a sua «universalidade» prática. É próprio da eficácia simbólica, como se sabe, não poder exercer-se senão com a cumplicidade — tanto mais certa quanto mais inconsciente, e até mesmo mais subtilmente extorquida — daqueles que a suportam. Forma por excelência do discurso legítimo, o direito só pode exercer a sua eficácia específica na medida em que obtém o reconhecimento, quer dizer, na medida em que permanece desconhecida * a parte maior ou menor de arbitrário que está na origem do seu funcionamento. A *crença* que é tacitamente concedida à ordem jurídica deve ser reproduzida sem interrup-

³⁹ O resultado das eleições profissionais (realizadas por correspondência de 12 a 21 de Maio de 1986) mostra uma polarização política muito marcada do corpo dos magistrados que, até o aparecimento do Sindicato da Magistratura, em 1968, estavam todos reunidos (pelo menos, quando sindicalizados) numa única associação — a Union Fédérale des Magistrats, antepassado da USM: Union Syndicale des Magistrats, moderada, que declina de maneira acentuada, enquanto que o Syndicat de la Magistrature, mais propriamente à esquerda, progride e a Association Professionnelle des Magistrats, mais à direita e recentemente constituída, afirma a sua existência (mais de 10% dos votos).

* «méconnue» (ignorada, não reconhecida) (N. T.).

ção e uma das funções do trabalho propriamente jurídico de codificação das representações e das práticas éticas é a de contribuir para fundamentar a adesão dos profanos aos próprios fundamentos da ideologia profissional do corpo dos juristas, a saber, a crença na neutralidade e na autonomia do direito e dos juristas⁴⁰. «A emergência do direito, escreve Jacques Ellul, situa-se no ponto em que o imperativo formulado por um dos grupos que compõem a sociedade global tende a tomar um valor universal pela sua formalização jurídica»⁴¹. É preciso com efeito ligar a universalização e a prática de pôr em forma e em fórmula.

Se a regra de direito supõe a conjunção da adesão a valores comuns (marcada, ao nível do costume, pela presença de sanções espontâneas colectivas como a reprovação moral) e da existência de regras e de sanções explícitas e de procedimentos regularizados, é certo que este último factor, inseparável da escrita, desempenha um papel decisivo: com o escrito aparece a possibilidade do comentário universalizante que põe em evidência as regras e sobretudo os princípios «universais», da transmissão objectiva (por meio de uma aprendizagem metódica) e generalizada, para além das fronteiras espaciais (entre os territórios) e temporais (entre as gerações)⁴². Enquanto a tradição oral impede a elaboração científica, na medida em que se prende à experiência singular de um lugar e de um meio, o direito escrito favorece a autonomização do texto, que se comenta e que se interpõe entre os comentadores e a realidade; desde logo, torna-se possível aquilo que a ideologia nativa* descreve como «ciência jurídica», quer dizer, uma forma particular de conhecimento científico, dotada das suas normas e da sua lógica próprias, e que pode produzir todos os sinais exteriores da coerência racional, essa racionalidade «formal» que Weber tem o cuidado de distinguir sempre da racionalidade «substancial», e que diz respeito aos próprios fins da prática deste modo formalmente racionalizada.

⁴⁰ Alain Bancaud e Yves Dezaly mostram bem que mesmo os mais heréticos dos juristas críticos, que invocam a caução da sociologia e do marxismo para fazerem avançar os direitos dos detentores de formas dominadas da competência jurídica, como o direito social, continuam a reivindicar o monopólio da «ciência jurídica» (cf. A. Bancaud e Y. Dezalay, *L'économie du droit. Impérialisme des économistes et résurgence d'un juridisme*, Comunicação ao «Colloque sur le Modèle Économique dans les Sciences», Dezembro de 1980, p. 19 em especial).

⁴¹ J. Ellul, «Le problème de l'émergence du droit», *Annales de Bordeaux*, I, 1, 1976, pp. 6-15.

⁴² Cf. J. Ellul, «Deux Problèmes Préalables», *Annales de Bordeaux*, I, 2, 1978, pp. 61-70.

* «indigène» no texto original (N.T.).

O trabalho jurídico exerce efeitos múltiplos: pela própria força da codificação, que subtrai as normas à contingência de uma ocasião particular, ao fixar uma decisão exemplar (um decreto, por exemplo) numa forma destinada, ela própria, a servir de modelo a decisões ulteriores, e que autoriza e favorece ao mesmo tempo a lógica do precedente, fundamento do modo de pensamento e de acção propriamente jurídico, ele liga continuamente o presente ao passado e dá a garantia de que, salvo revolução capaz de pôr em causa os próprios fundamentos da ordem jurídica, o porvir será à imagem do passado e de que as transformações e as adaptações inevitáveis serão pensadas e ditas na linguagem da conformidade com o passado. O trabalho jurídico, assim inscrito na lógica da conservação, constitui um dos fundamentos maiores da manutenção da ordem simbólica também por outra característica do seu funcionamento⁴³: pela sistematização e pela racionalização a que ele submete as decisões jurídicas e as regras invocadas para as fundamentar ou as justificar, ele confere *o selo da universalidade*, factor por excelência da eficácia simbólica, a um ponto de vista sobre o mundo social que, como se viu, em nada de decisivo se opõe ao ponto de vista dos dominantes. E, deste modo, ele pode conduzir à *universalização prática*, quer dizer, à generalização nas práticas, de um modo de acção e de expressão até então próprio de uma região do espaço geográfico ou do espaço social. É certo com efeito que, como indica Jacques Ellul, «as leis, inicialmente alheias e aplicadas do exterior, podem, pouco a pouco, ser reconhecidas como úteis pelo uso e, a longo prazo, acabam por fazer parte do património da colectividade: esta foi progressivamente informada pelo direito e aquelas só se tornaram verdadeiramente em «direito» quando a sociedade consentiu em deixar-se informar (...). Mesmo um conjunto de regras aplicadas por coerção um certo tempo nunca deixa o corpo social intacto, pois que criou um certo número de hábitos jurídicos ou morais»⁴⁴.

⁴³ Compreende-se assim que o liame entre a pertença às faculdades de Direito e a orientação política para a direita, verificado empiricamente, nada tem de accidental. Cf. P. Bourdieu, *Homo academicus*, Paris, Minuit, 1984, pp. 93-96.

⁴⁴ J. Ellul, «Le Problème de l'Émergence du Droit», *art. cit.*

Compreende-se que, numa sociedade diferenciada, o efeito de universalização é um dos mecanismos, e sem dúvida dos mais poderosos, por meio dos quais se exerce a dominação simbólica ou, se se prefere, a imposição da legitimidade de uma ordem social. A norma jurídica, quando consagra em forma de um conjunto formalmente coerente regras oficiais e, por definição, sociais, «universais», os princípios práticos do estilo de vida simbolicamente dominante, tende a *informar* realmente as práticas do conjunto dos agentes, para além das diferenças de condição e de estilo de vida: o efeito de universalização, a que se poderia também chamar *efeito de normalização*, vem aumentar o efeito da autoridade social que a cultura legítima e os seus detentores já exercem para dar toda a sua eficácia prática à coerção jurídica⁴⁵. Pela promoção ontológica que ela opera ao transformar a regularidade (aquilo que se faz regularmente) em regra (aquilo que é de regra fazer), a norma-

⁴⁵ Entre os efeitos propriamente simbólicos do direito, há que dar um lugar especial ao efeito de oficialização como reconhecimento público de normalidade que torna dizível, pensável, confessável, uma conduta até então considerada tabu (é o caso, por exemplo, das medidas que dizem respeito à homossexualidade). E também ao efeito de imposição simbólica que a regra explicitamente publicada e as possibilidades que ela designa, pode exercer, ao abrir o espaço dos possíveis (ou, mais simplesmente, ao «dar ideias»). É assim que os camponeses mais agarrados ao morgadio, na longa resistência que opuseram ao Código Civil, adquiriram o conhecimento dos procedimentos, violentamente recusados, que a imaginação jurídica lhes oferecia. E se muitas destas medidas (frequentemente registadas nas escrituras dos tabeliães em que os historiadores do Direito se apoiam para reconstituírem o «costume») são totalmente desprovidas de realidade, como a restituição do dote em caso de divórcio — quando, de facto, o divórcio está excluído — não é menos verdade que a oferta jurídica não deixa de exercer efeitos reais sobre as representações e, neste universo como em outros (em matéria de direito do trabalho, por exemplo), as representações constitutivas daquilo a que se poderia chamar o «direito vivido» devem muito ao efeito, mais ou menos deformado, do direito codificado: o universo dos possíveis que este faz existir, no próprio trabalho que é necessário para os neutralizar, tende, verosimilmente, a preparar os espíritos para as mudanças aparentemente brutais que surgirão quando forem dadas as condições de realização desses possíveis teóricos (pode-se supor que há aí um efeito muito geral da imaginação jurídica, o qual, por exemplo, ao prever, por uma espécie de pessimismo metódico, todos os casos de transgressão à regra, contribui para os fazer existir, numa fracção maior ou menor do espaço social).

lidade de facto em normalidade de direito, a simples *fides* familiar, que assenta em todo um trabalho de manutenção do reconhecimento e do sentimento, em direito da família, provido de um arsenal de instituições e de constrangimentos, segurança social, abonos de família, etc., a instituição jurídica contribui, sem dúvida, *universalmente* para impor uma representação da normalidade em relação à qual todas as práticas *diferentes* tendem a aparecer como *desviantes*, anômicas, e até mesmo anormais, patológicas (especialmente quando a «medicalização» vem justificar a «jurisdicização»). É assim que o direito de família — ao ratificar e ao canonizar em forma de normas «universais» as práticas familiares que pouco a pouco se foram inventando, sob o impulso da vanguarda ética da classe dominante, no seio de um conjunto de instituições socialmente mandatadas para gerirem as relações sociais no interior da unidade doméstica, e em particular as relações entre as gerações — contribuiu sem dúvida muito, como mostrou Remi Lenoir, para fazer avançar a generalização de um modelo da unidade familiar e da sua reprodução que, em certas regiões do espaço social — e geográfico — e, em particular, entre os camponeses e os artífices, esbarrava em obstáculos económicos e sociais ligados sobretudo à lógica específica da pequena empresa e da sua reprodução⁴⁶.

Vê-se que a tendência para universalizar o seu próprio estilo de vida, vivido e largamente reconhecido como exemplar, o qual é um dos efeitos do etnocentrismo dos dominantes, fundamentador da crença na universalidade do direito, está também na origem da ideologia que tende a fazer do direito um instrumento de transformação das relações sociais e de que as análises precedentes permitem compreender que ela encontre a aparência de um fundamento na realidade: não é em qualquer região do espaço social que emergem os princípios práticos ou as reivindicações éticas submetidas pelos juristas à formalização e à generalização. Do mesmo modo que o verdadeiro responsável pela aplicação do direito não é este ou aquele magistrado

⁴⁶ R. Lenoir, *La Sécurité Sociale et l'Évolution des Formes de Codification des Structures familiales*, tese, Paris. 1985.

singular, mas todo o conjunto dos agentes, frequentemente postos em concorrência que procedem à detecção e à marcação do delinquente e do delito, assim também o verdadeiro legislador não é o redactor da lei mas sim o conjunto dos agentes que, determinados pelos interesses e os constrangimentos específicos associados às suas posições em campos diferentes (campo jurídico, e também campo religioso, campo político, etc.), elaboram aspirações ou reivindicações privadas e officiosas, as fazem aceder ao estado de «problemas sociais», organizam as expressões (artigos de imprensa, obras, plataformas de associações ou de partidos, etc.) e as pressões (manifestações, petições, diligências etc.) destinadas a «fazê-las avançar». É todo este trabalho de construção e de formulação das representações que o trabalho jurídico consagra, juntando-lhe o efeito de generalização e de universalização contido na técnica jurídica e nos meios de coerção cuja mobilização esta permite.

Há pois um efeito próprio da oferta jurídica, quer dizer, da «criação jurídica», relativamente autónomo que torna possível a existência de um campo de produção especializado e que consagra o esforço dos grupos dominantes ou em ascensão para imporem, sobretudo graças a situações críticas ou revolucionárias, uma *representação oficial* do mundo social que esteja em conformidade com a sua visão do mundo e seja favorável aos seus interesses⁴⁷. E é de surpreender que a reflexão acerca das

⁴⁷ A análise dos «livros de costumes» e dos registos de deliberação comunais de um certo número de «comunidades» bearnesas (Arudy, Bescat, Denguin, Lacommande, Lasseube) permitiu-me ver como normas «universais» respeitantes aos procedimentos de tomadas de decisão colectivas, como o voto em maioria, se puderam impor, durante a Revolução, em detrimento do costume antigo que exigia a unanimidade dos «chefes de família», em virtude da autoridade que lhes conferia o próprio facto da sua objectivação, próprio para dissipar, como a luz dissipa as trevas, as obscuridades do «isso é evidente» (é sabido, com efeito, que uma das propriedades essenciais dos «costumes», na Cabila como no Béarn, e em muitas outras partes, está em que os princípios mais fundamentais nunca são enunciados e que a análise deve destacar estas «leis não escritas» da enumeração das sanções associadas aos casos de transgressão prática desses princípios). Tudo permite, efectivamente, supor que a regra explícita, escrita, codificada, dotada de evidência social que a sua aplicação translocal lhe confere, venceu pouco a pouco as resistências, porque ela apareceu, por um efeito de alodoxia, como a justa

relações entre o normal e o patológico dê tão escasso lugar ao efeito próprio do direito: instrumento de normalização por excelência, o direito, enquanto discurso intrinsecamente poderoso e provido dos meios físicos com que se faz respeitar, acha-se em condições de passar, *com o tempo*, do estado de ortodoxia, crença correcta* explicitamente enunciada como deve-ser, ao estado de doxa, adesão imediata ao que é evidente, ao normal, como realização da norma que se anula enquanto tal na sua realização.

Mas não se explicaria completamente este efeito de *naturalização* se se não levasse a análise por diante até ao efeito mais específico do acto de pôr em forma jurídica, essa *vis formae*, força da forma, de que falavam os antigos. Com efeito, se é verdade que a informação das práticas pelo acto de pôr em forma jurídica só pode ser bem sucedida na medida em que a organização jurídica dê uma forma explícita a uma tendência imanente das práticas e que as regras bem sucedidas sejam aquelas que, como se diz, *regularizam* situações de facto conformes com a regra, a passagem da regularidade estatística à regra jurídica representa uma verdadeira mudança de natureza social: ao fazer desaparecer as excepções e o carácter vago dos conjuntos nebulosos, ao impor descontinuidades nítidas e fronteiras estreitas no *continuum* dos limites estatísticos, a codificação introduz nas relações sociais uma nitidez, uma previsibilidade e, por este modo, uma racionalidade que nunca é completamente garantida pelos princípios práticos do *habitus* ou pelas sanções do costume que são produto da aplicação directa ao caso particular desses princípios não formulados.

Há que conceder uma realidade social à eficácia simbólica

formulação, ainda mais económica e rigorosa, dos princípios que regulavam na prática as condutas — e isto, quando era, sem dúvida, a negação destas: com efeito, um princípio como o da unanimidade das decisões tendia a excluir o reconhecimento institucional da possibilidade da divisão (sobretudo duradoira) em campos antagonistas e também, mais profundamente, a delegação da decisão num corpo de eleitos. (É, de resto, de notar que a instituição de um «conselho municipal» é acompanhado do desaparecimento de toda a participação do conjunto dos agentes interessados na elaboração das decisões e que o papel dos próprios eleitos se limita, durante todo o século XIX, a ratificar propostas das autoridades municipais).

* «droite» no texto original (N.T.).

que o direito «formalmente racional», para falar como Weber, deve ao efeito próprio da formalização — sem por isso cairmos na concessão à ideia verdadeira da «força intrínseca» que lhe conferia o filósofo. A codificação — ao instituir na objectividade de uma regra ou de um regulamento escrito, expressamente apresentado, os esquemas que governavam as condutas no estado prático e aquém do discurso — permite que se exerça aquilo a que se pode chamar um efeito de *homologação* (*homologein* significa dizer a mesma coisa ou falar a mesma linguagem): à maneira da objectivação em forma de um *código explícito* do código prático que permite aos diferentes locutores associar o mesmo sentido ao mesmo som percebido e o mesmo som ao mesmo sentido concebido, a explicitação dos princípios torna possível a verificação explícita do consenso acerca dos princípios do consenso (ou do «dissenso»). Embora o trabalho de codificação não possa ser assimilado a uma axiomatização por o direito encerrar zonas de obscuridade que dão a sua razão de ser ao comentário jurídico, a homologação torna possível uma forma de racionalização, entendida, segundo Max Weber, como previsibilidade e calculabilidade: de modo diferente do de dois jogadores que, por não terem discutido a regra do jogo, estão condenados a acusarem-se reciprocamente de batota sempre que uma discordância surgir na ideia que dela fazem, os agentes envolvidos num trabalho codificado sabem que podem *contar com* uma norma coerente e sem escapatória, logo que podem calcular e prever tanto as consequências da obediência à regra como os efeitos da transgressão. Mas os poderes da homologação só são exercidos plenamente por aqueles que estão ao mesmo nível no universo regulado do formalismo jurídico: as lutas altamente racionalizadas que ela consente estão reservadas, de facto, aos detentores de uma forte competência jurídica, à qual está associada — sobretudo entre os advogados — uma competência específica de profissionais da luta jurídica, exercitadas na utilização das formas e das fórmulas como armas. Quanto aos outros, estão condenados a suportar a força da forma, quer dizer, a violência simbólica que conseguem exercer aqueles que — graças à sua arte de pôr em forma e de pôr formas — sabem, como se diz, pôr o direito do seu lado e,

dado o caso, pôr o mais completo rigor formal, *summum jus*, ao serviço dos fins menos irrepreensíveis, *summa injuria*.

Os efeitos da homologia

Mas não se poderia explicar completamente a eficácia simbólica do direito sem tomar em linha de conta os efeitos do ajustamento da oferta jurídica à procura jurídica que deve ser imputada menos a transacções conscientes do que a mecanismos estruturais tais como a homologia entre as diferentes categorias de produtores ou de vendedores de serviços jurídicos e as diferentes categorias de clientes: os ocupantes das posições dominadas no campo (como o direito social) tendem a ser mais propriamente destinados às clientelas de dominados que contribuem para aumentar a inferioridade dessas posições (o que explica terem os seus manejos subversivos menos probabilidades de inverter as relações de força no seio do campo do que de contribuir para a adaptação do *corpus* jurídico e, deste modo, para a perpetuação da estrutura do campo).

O campo jurídico, em consequência do papel determinante que desempenha na reprodução social, dispõe de uma autonomia menor do que certos campos que, como o campo artístico ou literário ou mesmo o campo científico, contribuem também para a manutenção da ordem simbólica e, deste modo, para a manutenção da ordem social. Quer isto dizer que as mudanças externas nele se retraduzem mais directamente e que os conflitos internos nele são mais directamente resolvidos pelas forças externas. Assim, a hierarquia na divisão do trabalho jurídico tal como se apresenta mediante a hierarquia dos especialistas varia no decurso do tempo, ainda que em medida muito limitada (como é disso testemunho o estatuto de excelência que é sempre dado ao direito civil), em função sobretudo das variações das relações de força no seio do campo social, como se a posição dos diferentes especialistas nas relações de força internas do campo dependesse do lugar ocupado no campo político pelos grupos cujos interesses estão mais directamente ligados às formas de direito correspondentes.

É claro, por exemplo, que, à medida que aumenta a força dos dominados no campo social e a dos seus representantes (partidos ou sindicatos) no campo jurídico, a diferenciação do campo jurídico tende a aumentar, como sucedeu, por exemplo, na segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento do direito comercial, e também com o do direito do trabalho e, mais geralmente, com o do direito social. As lutas internas, entre os privatistas e os publicistas sobretudo, devem a sua ambiguidade ao facto de ser como guardiães do direito de propriedade e do respeito pela liberdade das convenções que os primeiros se tornam os defensores da autonomia do direito e dos juristas contra todas as intrusões do político e dos grupos de pressão económicos e sociais e, em particular, contra o desenvolvimento do direito administrativo, contra as reformas penais e contra todas as inovações em matéria social, comercial ou na legislação do trabalho. Estas lutas, nas quais estão frequentemente em jogo coisas bem definidas nos próprios limites do campo jurídico — e universitário —, como a definição dos programas, a abertura de títulos nas revistas especializadas ou a criação de cadeiras e, deste modo, o poder sobre o corpo de especialistas e sobre a sua reprodução, respeitantes a todos os aspectos da prática jurídica, são ao mesmo tempo sobredeterminadas e ambíguas na medida em que os defensores da autonomia e da lei como entidade abstracta e transcendente são, de facto, os defensores de uma *ortodoxia*: o culto do texto, o primado da doutrina e da exegese, quer dizer, ao mesmo tempo da teoria e do passado, caminham a par da recusa em reconhecer à jurisprudência o menor valor criador, portanto, a par de uma denegação prática da realidade económica e social e de uma recusa de toda a apreensão científica desta realidade.

Compreende-se que, segundo uma lógica observada em todos os campos, os dominados só possam encontrar no exterior, nos campos científico e político, os princípios de uma argumentação crítica que tem em vista fazer do direito uma «ciência» dotada da sua metodologia própria e firmada na realidade histórica, por intermédio, entre outras coisas, da análise da jurisprudência. Assim, segundo uma divisão que

se encontra em todos os debates teológicos, filosóficos ou literários a respeito da interpretação dos textos sagrados, os partidários da mudança situam-se do lado da ciência, da historicização da leitura (segundo o modelo desenvolvido algures por Schleiermacher) e da atenção à jurisprudência, quer dizer, aos novos problemas e às novas formas do direito que estes problemas exigem (direito comercial, direito do trabalho, direito penal). Quanto à sociologia, indissolúvelmente ligada, na percepção dos guardiães da ordem jurídica, ao socialismo, ela encarna a reconciliação maléfica da ciência e da realidade social contra a qual a exegese da teoria pura representava a melhor protecção.

Paradoxalmente, neste caso, a autonomização passa, não por um reforço do fechar-se em si de um corpo exclusivamente devotado à leitura interna dos textos sagrados, mas sim por uma intensificação da confrontação dos textos e dos procedimentos com as realidades sociais de que tais procedimentos são tidos por expressão e regulação. É o regresso às realidades que favorecem o aumento da diferenciação do campo e a intensificação da concorrência interna ao mesmo tempo que o reforço dos dominados no seio do campo jurídico, em ligação com o reforço dos seus homólogos no seio do campo social (ou dos seus representantes). Não é por acaso que as tomadas de posição acerca da exegese e da jurisprudência, acerca da fidelidade à doutrina e acerca da adaptação necessária às realidades, parecem corresponder de maneira bastante estrita às posições ocupadas no campo, tendo, de um lado, actualmente, o direito privado e, especialmente, o direito civil, que a tradição neoliberal, apoiada na economia, vem reactivar e, do outro lado, disciplinas como o direito público ou o direito do trabalho, que se constituíram contra o direito civil, por meio do desenvolvimento das burocracias e do reforço dos movimentos de emancipação política, ou ainda o direito social, definido pelos seus defensores como a «ciência» que, ao apoiar-se na sociologia, permite adaptar o direito à evolução social.

O facto de a produção jurídica, como as outras formas de produção cultural, se realizar num campo está na origem de

um efeito ideológico de desconhecimento* que os analistas em geral, ao relacionarem directamente as «ideologias» com funções colectivas, e até mesmo com intenções individuais, deixam inevitavelmente escapar. Os efeitos que se geram no seio dos campos não são nem a soma puramente aditiva de acções anárquicas, nem o produto integrado de um plano concreto. A concorrência de que eles são produto exerce-se no seio de um espaço que pode imprimir-lhe tendências gerais, ligadas aos pressupostos inscritos na própria estrutura do jogo de que eles constituem a lei fundamental, como, neste caso particular, a relação entre o campo jurídico e o campo do poder. A função de manutenção da ordem simbólica que é assegurada pela contribuição do campo jurídico é — como a função de reprodução do próprio campo jurídico, das suas divisões e das suas hierarquias, e do princípio de visão e de divisão que está no seu fundamento — produto de inúmeras acções que não têm como fim a realização desta função e que podem mesmo inspirar-se em intenções opostas, como os trabalhos subversivos das vanguardas, os quais contribuem, definitivamente, para determinar a adaptação do direito e do campo jurídico ao novo estado das relações sociais e para garantir assim a legitimação da forma estabelecida dessas relações. É a *estrutura* do jogo e não um simples efeito de *agregação* mecânica, que está na origem da transcendência, revelada pelos casos de inversão das instituições, do efeito objectivo e colectivo das acções acumuladas.

* «méconnaissance» (N. T.).

CAPÍTULO IX

A institucionalização da anomia

Só se pode compreender a pintura moderna que nasce em França à volta dos anos 1870-1880, se se analisar a situação na qual e contra a qual ela se realizou, quer dizer, a instituição académica e a pintura convencional* que é a expressão dela — e isto, evitando decididamente a alternativa da depreciação ou da reabilitação que comanda a maior parte das discussões actuais.

O texto que aqui se propõe representa o primeiro momento de uma análise da revolução simbólica operada por Manet e, depois dele, pelos Impressionistas: o desabamento das estruturas sociais do aparelho académico («ateliers», Salões, etc.) e das estruturas mentais que lhe estavam associadas encontrou condições favoráveis nas contradições introduzidas pelo aumento numérico da população dos pintores oficiais. Esta explosão morfológica favoreceu a emergência de um meio artístico e literário fortemente diferenciado e preparado para estimular o trabalho de subversão ética e estética que Manet teve de operar.

Para compreender a conversão colectiva dos modos de pensamento que levou à invenção do escritor e do artista por meio da constituição de universos relativamente autónomos, em que as necessidades económicas se acham (parcialmente) suspensas, é preciso sair dos limites que a divisão das especialidades e das competências impõe: o essencial permanece ininteligível enquanto se ficar circunscrito aos limites de uma única tradição, literária ou artística. Dado que os avanços em direcção à autonomia se fizeram em momentos diferentes nos dois universos, em ligação com mudanças económicas ou morfológicas diferentes e em referência a poderes diferentes — como a

* «Peinture pompier» no texto original (N.T.).

Academia ou o mercado — os escritores puderam tirar partido das conquistas dos artistas, e reciprocamente, para aumentarem a sua independência.

O obstáculo maior à compreensão está em que se trata de compreender uma revolução simbólica, revolução análoga na sua ordem às grandes revoluções religiosas, e também uma revolução simbólica bem sucedida: desta revolução da visão do mundo saíram as nossas próprias categorias de percepção e de apreciação, aquelas precisamente que empregamos geralmente para produzirmos e compreendermos as representações. A ilusão que faz aparecer a representação do mundo saída desta revolução simbólica como evidente — tão evidente que, por uma inversão surpreendente, é o escândalo suscitado pelas obras de Manet que se tornou em objecto de surpresa — impede que se veja e se compreenda o trabalho de *conversão colectiva* que foi necessário para criar o mundo novo de que o nosso próprio *olhar* é produto. A construção social de um campo de produção autónomo, quer dizer, de um universo social capaz de definir e de impor os princípios específicos de percepção e de apreciação do mundo natural e social e das representações literárias ou artísticas desse mundo, caminha a par da construção de um modo de percepção propriamente estético que situa o princípio da «criação» artística na representação e não na coisa representada e que nunca se afirma tão plenamente como na sua capacidade de constituir esteticamente os objectos baixos ou vulgares do mundo moderno. A história social da génese deste mundo social, tão particular, no qual se produzem e se reproduzem estas duas «realidades» que se sustentam uma à outra na existência — a obra de arte como objecto de crença e o discurso crítico sobre a obra de arte — permite que se dê aos conceitos comumente usados para discernir ou designar géneros, escolas, estilos, e que certa estética teórica tenta desesperadamente constituir em essências an-históricas ou trans-históricas, o único fundamento possível: a historicidade historicamente necessitada sem ser historicamente necessária de uma estrutura histórica.

O olhar académico

Pode-se, para se explicar a arte académica adoptar como se faz geralmente, uma perspectiva histórica e ligar as suas características maiores às condições da sua génese. A arte académica, nascida durante a Revolução, com David — que a aprendera na Academia de Roma¹ — e adequada ao gosto das novas camadas de notáveis saídas da Revolução e do Império, definiu-se pela recusa à arte aristocrática do século XVIII, suspeita por razões a maior parte das vezes «morais», pela reacção contra o Romantismo, quer dizer, contra as primeiras afirmações da autonomia da arte e sobretudo do enaltecimento da pessoa do artista e da absolutização do seu ponto de vista.

A pintura do século XVIII, cujo gosto se tinha espalhado durante a Revolução por razões tanto históricas como estéticas, só é procurada, em começos do século, após a restauração das normas clássicas durante a Revolução e o Império, por alguns coleccionadores excêntricos (entre os quais se conta o Primo Pons cujo presente, um leque pintado por Watteau, é aceite com indiferença por burgueses que até nem sabem o nome do pintor). Como mostra Francis Haskell, a cota de Watteau sobe durante a Monarquia de Julho, aparecendo este suposto antepassado de Delacroix e dos Românticos aos olhos dos guardiães da ordem académica como uma ameaça aos princípios de David e à ordem religiosa e política. O renascimento paradoxal do gosto pela Escola Francesa do século XVIII durante a Segunda República só pode ser compreendido na sua relação com o

¹ Sobre a génese do estilo de David, poderá ler-se R. Rösenblum, «La peinture sous le Consulat et l'Empire», in *De David à Delacroix, la Peinture française de 1774 a 1830*, Paris, Musées Nationaux, 1974, p. 165. Pode-se também citar Frederick Cummings que evoca deste modo o magistério de David: «Ele recomendava aos seus discípulos que utilizassem de preferência uma *larga* composição em que as figuras em tamanho natural fossem modeladas em relevo e agrupadas em *um mesmo plano*; estas composições *simplificadas* só deveriam conservar *os elementos essenciais*; cada objecto devia ser definido por um *domínio colorido que lhe fosse apropriado* (...) devendo os seus *contornos* ser respeitados na sua integralidade. A busca da *exactidão* histórica era também tida por necessidade primordial» (*De David à Delacroix, op. cit.*, p. 41 sublinhado por mim).

nacionalismo dos republicanos, preocupados em restaurar o prestígio da tradição francesa. Parece, contudo, que estes gostos heterodoxos eram mais frequentes entre os aristocratas do que entre os novos-ricos, como os irmãos Pereire que tinham sido aconselhados para a composição da sua colecção por Théodore Thoré, um dos primeiros historiadores-comerciantes (o que permite notar, de passagem, que o poder dos banqueiros e dos homens de negócio como o das altas personagens do Estado se exercia sobre o Salão, onde os seus gostos eram conhecidos — os quadros por eles adquiridos eram nele expostos com os seus próprios nomes — e antecipadamente reconhecidos pela própria orientação dos expositores e pelas escolhas do júri). Mas, de modo geral, os cânones clássicos eram tão poderosos que mesmo a arte holandesa que gozava de grande prestígio continuava a ser vista através das normas de percepção académica que impediam que se apreendesse a continuidade entre Ruysdael e Théodore Rousseau ou Corot². E como não ver que nada se opõe mais radicalmente ao olhar interior de que fala Michael Fried a respeito da pintura do século XVIII³ do que a exterioridade enfática dos quadros históricos do século XIX? Além disso, é bastante claro que a valorização da arte académica se inscreve na obra de restauração cultural pela qual, após as crises da Revolução e do Império, regimes políticos em busca de legitimidade têm em mira refazer o consenso em torno de uma cultura ecléctica de «justa medida». Mas também se pode explicar esta arte, ligando-a às condições institucionais da sua produção, sem que esta explicação estrutural em nada exclua a precedente: a sua estética está inscrita na lógica do funcionamento de uma instituição académica paralisada — e de tal modo nela inscrita que se pode praticamente deduzir dela.

Todo o funcionamento do sistema está dominado pela existência de uma sequência ininterrupta de *concursos* coroados por recompensas honoríficas, entre os quais o mais importante

² Cf. F. Haskell, *Rediscoveries in Art, Some Aspects of Taste Fashion and Collections in England and France*, Londres, Phaidon Press, 1976, pp. 61-83.

³ Cf. M. Fried, *Absorption and Theatricality, Painting and Beholder in the Ages of Diderot*, Berkeley, University of California Press, 1980.

é o concurso anual do Grande Prémio, que garante ao laureado uma estada na Villa Médicis. Nada há de surpreendente, pois, quando se encontram no sistema todas as características das instituições sujeitas a esta lógica, como as classes preparatórias para as escolas superiores⁴: a docilidade extraordinária que ele supõe e reforça entre os alunos, mantidos por longo tempo numa dependência infantilizante pela lógica da competição e as expectativas insensatas que ela suscita (a abertura do Salão dava azo a cenas patéticas); a normalização operada pela formação colectiva em «atelier», por meio dos seus ritos de iniciação, das suas hierarquias ligadas tanto à antiguidade como à competência, os seus cursos por etapas e por programas estritamente definidos.

Foi para mim motivo de regozijo ter voltado a ver a analogia entre os «ateliers» e as classes preparatórias em escrito de um especialista tão avisado como Jacques Thuillier: «E essas espécies de «cagnes» * artísticas que foram os «ateliers» de Léon Cogniet, de Ingres ou de Gleyre, simples classes preparatórias sem liame administrativo com a Escola, tiveram talvez mais importância no destino da arte francesa do que o ensino da própria Escola, e os laureados do Grande Prémio»⁵. Não posso, no entanto, aceitar que Jacques Thuillier, por não ter submetido à análise a sua representação das classes preparatórias, lhe faça desempenhar certa função no *processo de reabilitação* pelo qual ele tem em vista anular a inversão da tábua de valores operada por Manet e pelo Impressionismo. O ponto de vista «compreensivo», que convém quando se trata de *defender* uma instituição, mesmo que tenha o mérito de conceder uma *razão*

* Classes que preparam nos liceus franceses para a entrada na Escola Normal Superior; o termo é usado por antífrase, pois que etimologicamente se liga a «preguiça», quando em tais classes o trabalho é intenso.

⁴ Cf. P. Bourdieu, «Epreuve scolaire et consécration sociale, les classes préparatoires aux grandes écoles», in *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 39, Setembro de 1981, pp. 3-70.

⁵ Cf. J. Thuillier, «L'artiste et l'institution: l'Ecole des Beaux-Arts et le Prix de Rome», in Philippe Grundec, *Le Grand Prix de Peinture, les Concours du Prix de Rome de 1797 à 1863*, Paris, Ecole Nationale Supérieure des Beaux-Arts, 1983, pp. 55-85; «Peut-on parler d'une peinture pompier?», Paris, PUF, *Essais et conférences du Collège de France*, 1984.

de ser em lugar de condenar sem exame, não vale mais, quando se trata de *compreender*, do que o olhar hostil ou polémico: a relação não analisada com o objecto de análise (estou a falar da homologia de posição entre o analisante e o analisado, o mestre académico) está na origem de uma compreensão essencialmente anacrónica deste objecto que tem todas as probabilidades de reter apenas as características da instituição mais directamente opostas à representação recusada — por exemplo, o recrutamento relativamente democrático da Escola de Belas-Artes ou o interesse dos pintores convencionais pelos problemas sociais — e de, pelo contrário, deixar escapar todas as características que permitiriam compreender as obras na verdade da sua génese social.

Puros produtos da Escola, os pintores saídos desta formação não são nem artífices, como em outros tempos, nem artistas, como os que tentam impor-se contra aqueles: são, em sentido lato, *mestres*. A diferença maior em relação ao artista no sentido moderno do termo está em que eles não têm uma «vida» digna de ser contada e celebrada, mas sim uma *carreira*, uma sucessão bem definida de honras, da Escola de Belas-Artes ao Instituto, passando pela hierarquia de recompensas atribuídas na época das exposições no Salão. Como todo o concurso que forma os candidatos pelo revés, de preferência repetido, tanto como pelo sucesso, o Prémio de Roma era por si mesmo uma conquista progressiva: alcançava-se o 2.º prémio, depois, um ano mais tarde (como Alexandre-Charles Guillemot em 1808, Alexandre-Denis-Joseph Abel em 1811, etc.) e até mesmo dois (como François-Edouard Picot em 1813) ou mesmo três (como L. V. L. Pallière em 1812), o 1.º prémio. E o mesmo se passava com as recompensas atribuídas na época do Salão: assim Meissonier obteve uma medalha de terceira classe em 1840, no ano seguinte uma medalha de segunda classe, dois anos mais tarde uma medalha de primeira classe, em 1855 a grande medalha, em 1867, a medalha de honra⁶. Compreende-se assim o dito de Degas diante de um quadro de Meissonier que representa

⁶ J. Lethève, *La vie quotidienne des artistes français au XIXe siècle*, Paris, Hachette, 1968, p. 132.

um soldado a apontar uma espingarda: «Adivinhei o que ele tem na mira: a medalha do Salão» E ver-se-á melhor tudo o que está implicado na participação contínua na corrida escolar se se souber que mesmo um pintor tão consagrado como Ingres foi severamente julgado quando se recusou a expôr obras no Salão, depois de 1834, porque um dos seus quadros tinha sido recusado.

Os pintores académicos, frequentemente originários (muito mais, em todo o caso, do que os Impressionistas) de famílias ligadas a profissões artísticas, têm assim de suportar e de vencer toda a longa sequência de provas preparadas pela Escola, «ateliers» de preparação para concursos⁷, concursos, Escola das Belas-Artes, Escola de Roma. Os mais consagrados passaram toda a sua vida a concorrer aos louros da Escola para cuja atribuição, aliás, eles próprios contribuíram com a sua actividade de professores e a sua participação em júris: Delaroche manteve durante toda a sua vida um dos «ateliers» mais importantes da época; Gérôme teve «atelier», desde 1865 na Escola de Belas-Artes, durante mais de trinta e nova anos e nele ensinou, sem se desmentir, a tradição académica⁸. Formados na imitação dos seus mestres e ocupados em formar mestres à sua própria imagem⁹, eles jamais escaparam completamente à dominação da Escola, cuja necessidade interiorizaram profundamente por meio de disciplinas na aparência puramente técnicas

⁷ Os «ateliers» como instituições totais que impõem disciplinas, provas e mesmo «partidas» vulgares e brutais segundo todos os testemunhos, exigem dos recém-chegados atitudes particulares e, em especial, uma forma particular de docilidade. Isto contribui sem dúvida para explicar que, como já foi por várias vezes assinalado, os filhos de família evitam a carreira académica, como Géricault, Delacroix, Degas, Gustave Moreau ou Manet.

⁸ É digno de nota que Courbet, pelo contrário, tenha tentado durante dois meses manter um «atelier», ainda que recusando-se a dar cursos, e que o tenha depois abandonado, como também é de assinalar que nenhum dos Impressionistas tenha sido professor (cf. J. Harding, *Les peintres pompiers. La peinture académique en France de 1830 à 1880*, Paris, Flammarion, 1980, p. 22).

⁹ «Cada envio ao Salão de 1842 (...) deve ser acompanhado de um boletim com o nome, apelido, morada, lugar e data de nascimento do artista, indicando também quem é ou foi o seu mestre» (J. Lethève, *op. cit.*, p. 54).

ou estéticas, mas tendo todas por princípio a submissão à instituição escolar.

A Escola, quer dizer, o Estado, garante o valor desses pintores, garantindo — como em relação a uma moeda fiduciária — o valor dos seus títulos e dos títulos que eles concedem. E ela garante também o valor dos seus produtos, assegurando-lhes o quase-monopólio do único mercado existente, o Salão — e de tal modo que a revolução simbólica, que quebra esta relação privilegiada com o mercado, terá efeitos muito reais, determinando a derrocada dos cursos. É neste sentido que se pode dizer, com Eugène d'Ors, que a arte clássica ou, pelo menos, a arte académica, é uma arte estatal¹⁰. Há inteira coincidência entre o sucesso oficial e a consagração específica, entre as hierarquias temporais e as hierarquias artísticas e, por esta razão, a sanção das instâncias oficiais, em que as mais altas autoridades artísticas vão lado a lado com os representantes do poder político, é a medida exclusiva do valor. O pintor é formado para a sentir como tal por meio de toda a sua aprendizagem e ele apreende a admissão ao salão, os prémios, a entrada na Academia, as encomendas oficiais não como simples meios de «se dar a conhecer», mas como atestações do seu valor, verdadeiros certificados de qualidade artística. É assim que Ingres, acabado de ser eleito para a Academia, «quer tornar-se digno da sua alta e nova carreira de artista, indo para além das suas antigas obras, superando-se a si mesmo. Ele procura o tema que personalizasse os princípios, a seus olhos

¹⁰ A verdade desta arte de escola, que é também uma arte de Estado, exprime-se plenamente no domínio da arquitectura: a arquitectura pública é considerada como a mais nobre e a mais universal, e os programas do Grande Prémio dizem sempre respeito a edifícios para a administração pública — como se os edifícios privados não tivessem envergadura suficiente para pôr à prova as aptidões dos candidatos. Os Académicos são assalariados do estado que assumem a responsabilidade da concepção dos edifícios públicos. «Os membros da Academia, sobretudo através da sua influência na Escola das Belas-Artes e a sua intervenção no concurso do Grande Prémio, procuram garantir o monopólio sobre toda a arquitectura nacional e pública em França, para além da sua prática privada» (D. D. Egbert, *The Beaux-Arts Tradition in French Architecture, illustrated by the Grand Prix de Rome*, Princeton, Princeton University Press, 1980, p. 140)

indissolúveis, do Verdadeiro, do Belo, do Bem. Uma composição que retraçasse, ilustrasse, divinizasse a grandeza humana»¹¹. O artista é um alto funcionário da Arte que troca muito naturalmente a sua acção de consagração simbólica por um reconhecimento temporal sem equivalente (pois que, pela primeira vez, a arte do tempo está em paridade com as obras mais consagradas do passado: 57% das pinturas francesas vendidas entre 1838 e 1857 estavam assinadas por artistas vivos, contra 11% entre 1737 e 1756¹². Como nota Sloane, «a ideia da grandeza moral que está associada ao governo monárquico desde o século XVII estende-se à arte que o celebra. O nacionalismo e o respeito à autoridade, o desejo de enraizar a arte na grandeza de um passado glorioso não são estranhos à vitalidade do sistema académico»¹³.

Das características da instituição académica, detentora do monopólio da produção dos pintores e da avaliação dos seus produtos, podem deduzir-se as propriedades da pintura académica: a arte convencional é uma arte de escola, que representa sem dúvida a quinta-essência histórica das produções típicas do *homo academicus*¹⁴. Esta arte de professores que, enquanto tais,

¹¹ P. Angrand, *Monsieur Ingres et son époque*, Paris, La Bibliothèque des Arts, 1967 p. 69.

¹² H. C. and C. A. White, *Canvases and Careers, Institutional Change in the French Painting World*, New York — Sydney, John Wiley and Sons, 1965, p. 43.

¹³ J. C. Sloane, *French Painting between the Past and the Present, Artists, Critics and Traditions, from 1848 to 1870*, Princeton, Princeton University Press, 1951, p. 43. Ainda que a instituição académica esteja dotada de uma autonomia relativa perante o governo, ela é vista como parte da autoridade das instâncias oficiais. Assim, todos (à excepção de Louis Peisse, da *Revue des deux mondes*) estão de acordo em censurar Ingress quando, em 1841, ele se recusou a expor no Salão: «Recusar-se a expor entre os seus contemporâneos, é separar-se da arte nacional» (A. Tabarant, *La vie artistique au temps de Baudelaire*, Paris, Mercure de France, 1963, p. 55).

¹⁴ A procura das invariantes estilísticas associadas ao modo de produção académico, que poderia ser aplicado também aos escritores, historiadores ou filósofos mais marcados pela Escola (penso, por exemplo, ao «escrever bem» um pouco ostentatório dos Giraudoux, Alain ou Lucien Febvre de ontem e de hoje) não teria dificuldade em encontrar perfeitos equivalentes dos Gérôme e dos Bouguereau nesses músicos insignificantes de carreira sem

são os detentores de uma autoridade estatutária garantida pela instituição (à maneira do sacerdócio numa outra ordem), é antes de mais, uma arte de execução que — na medida em que põe em prática um modelo de realização estabelecido antecipadamente a partir de uma análise das obras-primas do passado — só pode e deve manifestar a sua virtuosidade no terreno da técnica e da cultura histórica mobilizada. Os pintores académicos — formados na escola da cópia, instruídos no respeito pelos mestres do presente e do passado, convencidos de que a arte nasce da obediência a cânones, às regras que definem os objectos legítimos e a maneira legítima de os tratar — fazem incidir o seu trabalho sobre o conteúdo literário, quando a escolha lhes é permitida, mais do que sobre o terreno da invenção propriamente pictórica.

É significativo que eles próprios produzam cópias ou variantes pouco diferentes das suas obras mais bem sucedidas (trinta e duas no caso da *Femme fellah* de Landelle, que tivera grande sucesso no Salão de 1866)¹⁵, e as boas cópias são quase tão apreciadas como o original¹⁶, como testemunha o lugar importante que elas ocupam nas colecções particulares, nos museus e nas igrejas de província. O papel de executantes que lhes cabe vê-se pelo carácter de precisão das encomendas que lhes são feitas. «Horace Vernet, ainda que cumulado de favores régios, teve de aceitar a cada passo, exigências minuciosas.

história, Hérold ou Ambroise Thomas: sobre este, «aluno de Lesueur, sucessor de A. Adam no Instituto, poder-se-ia dizer que foi um *sábio*, aplicando-lhe tudo o que a palavra comporta de *grande prudência*, de *autoridade*, de *saber útil* e de *moderação*. Ainda vivo, era já homem do passado, enquanto que em volta dele, a arte se renovava com belos arrosos (...). Acerca dos seus envios de Roma, o Instituto formulou um juízo ao qual nada haveria a mudar se fosse aplicado ao conjunto da sua obra: uma *melodia nova sem extravagância*, e *expressiva sem exagero*; uma *harmonia sempre correcta*, uma *instrumentação escrita com elegância e pureza*» (J. Combarieu e R. Dumesnil, *Histoire de la Musique*, tomo III, Paris, A. Colin, 1955, pp. 467-468). Não se pode conceber mais bela definição da *academica mediocritas*. E deve-se ler, na mesma obra (pp. 244-245) a descrição das cantatas coroadas nos concursos de composição musical que são brilhantes sobretudo pela sua extraordinária discrição.

¹⁵ Cf. J. Harding, *op. cit.*, p. 9.

¹⁶ J. Lethève, *op. cit.*, p. 184.

Couder, encarregado de representar a Festa da Federação, foi obrigado a refazer completamente o seu quadro para ter em conta os reparos de Luis Filipe, testemunha do acontecimento e preocupado com a verdade histórica»¹⁷. E Jacques Lethève reproduz o programa extraordinariamente preciso de uma estátua que devia ser erigida em Toulon para celebrar o *Génio da Navegação*: «Ela tem a mão direita na cana do leme que dirige a concha marítima sobre a qual a estátua está colocada. O braço esquerdo dobrado para diante segura um sextante, etc.». Do mesmo modo, Landelle, um dos pintores mais famosos e mais venerados do século XIX, encarregado em 1859 de representar a visita da Imperatriz à Manufatura de Saint-Gobain, não conseguiu que a maior parte das pessoas aceitasse ser modelo e, por fim, teve de se sujeitar às alterações que a Imperatriz lhe impôs¹⁸.

O culto da técnica tratada como fim em si está inscrito no exercício escolar como resolução de um problema de escola ou de um tema imposto que, criado inteiramente a partir de uma cultura de escola, apenas existe para ser resolvido, frequentemente mediante um enorme trabalho (Bouguereau era apelidado de Sísifo). Ele é responsável por aquilo a que Gombrich chama «o erro do demasiado bem feito»: a perfeição glacial e a irrealdade indiferente de obras demasiado hábeis, ao mesmo tempo brilhantes e insignificantes à força de serem impessoais¹⁹, caracterizam essas pinturas acabadas de concurso, as quais procuram menos dizer alguma coisa do que mostrar o bem dizer, conduzindo assim a uma espécie de «expressionismo da execução», como diz Joseph Levenson a respeito da pintura chinesa²⁰. O cunho da instituição está inscrito em todas as

¹⁷ Ibid, *id.*, p. 145.

¹⁸ Ibid, *id.*, p. 146-149.

¹⁹ Estas características encontram-se no campo da decoração ou do mobiliário, por exemplo, com todos os objectos apresentados ao Crystal Palace em 1851, um tapete, sobretudo, que combinava o ilusionismo do modelado, feito para criar a profundidade, e a estilização, em vez de respeitar o plano liso da superfície (N. Pevsner, *Pioneers of Modern Design, from William Morris to Walter Gropius*, Harmondsworth, Middlesex, Penguin Books, 1960 (1.^a ed. Londres, Faber and Faber, 1936).

²⁰ Cf. J. R. Levenson, *Modern China and its Confucian Past*, Nova

obras, mesmo naquelas que podem aparecer como as mais bem sucedidas (como o *Thésée reconnu par son père*, de Flandrin ou a *Reconnaissance d'Ulysses par Eryclée*, de Boulanger) em forma de concessões ou de proezas conseguidas pela preocupação de agradar a um júri conhecido pela sua hostilidade a toda a originalidade e desejoso de achar provas visíveis da mestria das técnicas ensinadas pela Escola. Mas a técnica, mesmo que seja valorizada como proeza, permanece sempre subordinada à intenção expressiva e àquilo a que se chama o efeito. A própria dignidade do mestre, termo de um longo esforço da Academia para promover o estatuto social dos pintores fazendo deles homens instruídos, humanistas, é identificada com o momento intelectual do trabalho: «Ver a natureza é uma fórmula que o mais pequeno exame reduz quase às proporções de uma ninharia. Se se trata apenas de abrir os olhos, qualquer recém-chegado pode fazê-lo: também os cães vêem. Os olhos são sem dúvida o alambique cujo recipiente é o cérebro, mas é preciso sabermos servir-nos deles (...). É preciso aprender a ver»²¹. Este primado dado ao conteúdo e à exibição de uma cultura letrada, adequa-se perfeitamente à estética do conteúdo, logo, da *lisibilidade*, que confere ao quadro uma função transitiva, puramente referencial, a de «um enunciado histórico que exige uma exposição clara»²², como diz Boime. A obra deve comunicar qualquer coisa, um sentido transcendente ao jogo puro das formas e das cores que têm em si mesmas o seu significado, e deve dizê-lo claramente: a invenção expressiva orienta-se para a procura dos gestos mais significativos, apropriados à valorização dos sentimentos das personagens e para a produção dos efeitos que melhor podem prender o olhar. Para os pintores como para os críticos conservadores, «os valores literários são um elemento essencial da grande arte e a função principal do estilo é a de tornar estes valores claros e actuates para o

Iorque, Doubleday and C.e 1964, (1.^a ed. Berkeley, University of California Press, 1958).

²¹ Decamps, citado por G. Cougny, «Le dessin à l'école maternelle», n.º 1, pp. 30-31.

²² A. Boime, *The Academy and French painting in the Nineteenth Century*, Londres, Phaidon, 1971.

espectador»²³. Consequência estilística do primado conferido deste modo ao «tema», privilegiam-se, tanto na execução como na leitura, as regiões mais «falantes» do quadro, onde se concentra o interesse dramático, deixando de lado «essas regiões sombrias» onde, como dizia Fénéon, «o tédio (do pintor) teria feito melhor não se demorar» — mas que Manet reabilitará.

Em resumo, esta pintura de *lector* é feita para ser *lida* mais propriamente do que para ser vista²⁴. Ela exige uma decifração erudita, armada de uma cultura literária, precisamente aquela que, antes da Revolução, se ensinava nos colégios dos jesuítas, e depois, nos liceus, e que era dominada pelas línguas e pelas literaturas antigas²⁵. Deste modo se acha minimizada a distância que a pintura pura cavará, entre o artista e o «burguês que, em relação ao conteúdo, pode apoiar-se nas humanidades, e em relação à técnica, na familiaridade adquirida nos Salões sucessivos desde 1816. Esta leitura letrada, atenta às alusões históricas e literárias e nisso muito chegada às interpretações escolares de textos clássicos, procura a história na obra mas sem procurar re-situar a própria obra na história, à maneira da percepção que a pintura moderna exige. Ela arma-se de uma cultura histórica para ler a obra como uma história historicamente situada, mas desconhece a percepção que se arma de um conhecimento específico da história dos estilos e dos processos para situar cada pintura, pelo jogo das comparações e das distinções propriamente pictóricas, na história específica da pintura. A eternidade em que se move o humanismo académico, consagrado ao

²³ J. C. Sloane, *op. cit.*, p. 4.

²⁴ A metáfora da leitura, que voltou a estar em moda no mundo universitário com a semiologia, corresponde perfeitamente à visão académica do professor como *lector*. Ela representa a antítese absoluta do ponto de vista dos Impressionistas e, em especial, de Monet, para quem a percepção artística é sensação e emoção.

²⁵ Os «ateliers» recomendavam a prática do livro clássico de Pierre Chompré, *Dictionnaire abrégé de la fable pour l'intelligence des poètes et la connaissance des tableaux et des statues dont les sujets sont tirés de la fable*, reeditado 28 vezes entre 1727 e 1855; o pintor não podia trabalhar sem reunir previamente uma verdadeira documentação, rivalizando em precisão e em escrupulo, como Paul Baudry ou Meissonier, com os historiadores (J. Lethève, *op. cit.* p. 20).

culto de objectos e de géneros intemporais, faz com que a ideia de raridade ligada à antiguidade esteja ausente do universo académico, podendo um quadro de Horace Vernet atingir um valor superior ao de um Ticiano.

A história é um dos meios mais eficazes para pôr a realidade à distância e para produzir um efeito de idealização e de espiritualização e, deste modo, paradoxalmente, de eternização²⁶. A historicização que sacraliza e des-realiza contribui, com o formalismo técnico que impõe as gradações entre as cores e o modelo contínuo das formas, para produzir a impressão de *exterioridade* fria que as pinturas académicas dão: ela está, com efeito, associada, por um lado, àquilo a que Schlegel chamava a «pantomima», quer dizer, o carácter teatral das personagens ligado à preocupação de representar o irrepresentável, «a alma», os sentimentos nobres e tudo o que entra na «moral» e, por outro lado, àquilo a que o mesmo Schlegel chamava «a capelista», quer dizer, a reconstrução desajeitada e demasiado visível do traje e dos acessórios da época²⁷. Os cenários irreais das civilizações antigas podem deste modo consentir, pelos poderes combinados do exotismo e da consagração cultural, numa forma de erotismo tipicamente académica (uma cena de bordel de Gérôme torna-se, pela força da neutralização estilística e do título, num *Interior grego*)²⁸. O Oriente, que desconhece as formas mais agressivas da civilização urbana, permite que se descubra o passado no presente — e além disso, fornece um meio de evitar o tabu do vestuário moderno, como aliás o mundo camponês tradicional

²⁶ A respeito de um quadro de Robert Fleury, «Varsovie, 18 avril 1861», episódio dos massacres dos Polacos pelos Russos, Théophile Gautier objecta: «Trata-se de um tema difícil de tratar pela sua actualidade. É preciso que os acontecimentos tenham o recuo da história para entrarem facilmente na esfera da arte» (A. Tabarant, *op. cit.*, p. 380).

²⁷ M. Baxandall, *Jacques-Louis David et les Romantiques allemands*, comunicação inédita, Paris, 1985.

²⁸ Acerca da perversão erudita do *eros* académico, ver a análise de Luc Boltanski, «Pouvoir et impuissance: project intellectuel et sexualité dans le journal d'Amiel», *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 5-6, Novembro de 1975, pp. 80-108 (sobretudo p. 97 e segs.).

com os seus trajos tão intemporais como os seus costumes²⁹. Vê-se, de passagem, que a afinidade ou a cumplicidade entre esta pintura de ordem, hierática, calma, serena, de cores modestas e doces, de nobres contornos e de figuras hirtas e idealizadas, e a ordem moral e social que se trata de manter ou de restaurar, está longe de ser produto de uma dependência e de uma submissão directas, nascendo, antes, da lógica específica da ordem académica e da relação de dependência na independência — e por meio desta — que a liga à ordem política³⁰.

A preocupação da lisibilidade e a busca da virtuosidade técnica conjugam-se para favorecerem a estética do «acabado» que, como atestação de probidade e de discrição, preenche ainda todas as exigências e todas as expectativas éticas inscritas na posição académica. Este gosto do acabado nunca se exprime tão claramente como em presença de obras que, por não respeitarem o imperativo maior do rigor académico, como *La Liberté* de Delacroix, *Les Baigneuses* de Courbet ou a *Olympia* de Manet, têm de comum parecerem imundas fisicamente ou moralmente, quer dizer, ao mesmo tempo, sujas e impúdicas, mas também fáceis, portanto, pouco honestas na sua intenção — pois que probidade e limpeza são uma e a mesma coisa —, por uma espécie de contaminação, no seu tema. Assim, Delécluze, lamentando que o nível da arte tenha descido, escreve: «A substituição do desenho pelo colorido tornou a carreira mais fácil de percorrer»³¹. Propriedades propriamente estilísticas (o acabado, o limpo, o primado do desenho e da linha) carregam-se de implicações éticas por intermédio sobretudo do esquema da *facilidade* que leva a apreender certos estilos pictóricos como inspirados pela busca do sucesso rápido e com o menor custo, propendendo assim a que se projecte na própria coisa pintada as

²⁹ O orientalismo aparece assim não só como uma solução estética de um problema estético mas também como produto de um interesse específico pelos países orientais (interesse que em todo o caso muito deve à tradição literária da viagem pelo Oriente).

³⁰ Os ingristas serão os grandes beneficiários do maná que cai a partir de 1841 sobre a pintura «santa», votada à glorificação da casa reinante e das virtudes cristãs (P. Angrand, *op. cit.*, p. 201).

³¹ Citado por A. Tabarant, *op. cit.*, pp. 145-302.

conotações sexuais de todas as condenações estéticas do «fácil». E é, sem dúvida, esta atitude ética que faz com que se ultrapasse ou se ignore a *antinomia desta estética*. Com efeito, a virtuosidade técnica que é, com a exibição de cultura, a única manifestação admitida da mestria, só pode realizar-se negando-se: o acabado é o que faz desaparecer todo o vestígio do trabalho, da *manifattura* (como a pincelada que, segundo Ingres, não deve ser visível, ou o toque, «qualquer que seja a maneira como é dirigido ou empregado, é sempre um sinal de inferioridade em pintura», como escreve Delécluze em *Les Débats*), ou mesmo da matéria pictória (é conhecido o privilégio conferido à linha em relação à cor que se torna suspeita pela sua sedução quase carnal), em suma, de todas as manifestações da especificidade do ofício; é ele que faz com que, no termo desta espécie de realização autodestrutiva, a pintura seja uma obra letrada como as outras (*ut pictura poesis*), passível da mesma decifração que a de uma poesia.

Podemos, para aprofundar esta análise dos princípios fundamentais da arte académica, valer-mo-nos das primeiras críticas suscitadas pela obra de Manet que, na sua novidade revolucionária, funciona como um analisador, obrigando os críticos a explicitar as exigências e os pressupostos, quase sempre tácitos, da visão académica. Há, em primeiro lugar, tudo o que diz respeito à técnica: os críticos, convencidos de que Manet ignora tudo da arte de pintar, comprazem-se em realçar as falhas, falando por exemplo de «ignorância infantil das bases do desenho»³²; eles percebem como *sem vida* uma pintura que elimina os valores intermédios (o que valeu ao autor do *Balcon* o ser comparado com um pintor de pare-

³² G. H. Hamilton, *Manet and his Critics*, New Haven, Yale University Press, 1954, p. 72. Não se têm aqui em linha de conta as diferenças entre as reacções dos críticos, que haveria que relacionar com as diferenças nas posições ocupadas no seio do campo da crítica (como se mostram por meio das características dos lugares de publicação — jornais ou hebdomadários — e dos próprios críticos). Tudo leva a pensar e, em particular, a composição dos grupos que reúnem artistas e críticos com as mesmas convicções, que a homologia é quase perfeita entre o espaço dos críticos e o espaço dos artistas (cf. J. C. Sloane, *op. cit.*).

des)³³ e, sobretudo, eles lamentam incansavelmente que nela falte o acabado. Manet julga fazer pinturas, quando o que ele faz é pincelar esboços, diz Albert Wolff em 1869³⁴; Manet, diz um outro crítico em 1875, zomba do júri enviando esboços mal delineados³⁵; segundo um outro, em 1876, por simples incompetência, Manet não acaba o que começou³⁶; um outro ainda, no mesmo ano, exproba-o por nada acabar³⁷ — e Mallarmé, em 1874, defende-o desta acusação indefinidamente repetida³⁸. Se não se pode estar de acordo com Albert Boime quando, ao retomar o argumento dos críticos do Salão, formula a hipótese (já sugerida por Sloane³⁹) que tem em vista negar a revolução impressionista mostrando que ela teria essencialmente consistido em constituir como obras acabadas os esboços dos pintores académicos⁴⁰, pode-se no entanto tomar por base as suas análises para descrever a significação de que, aos olhos dos críticos do tempo, a mudança operada se pôde revestir. Para a tradição académica, o esboço distinguia-se do quadro como *a impressão* que convém à fase primeira, privada, do trabalho artístico, se distingue da *invenção*, trabalho de reflexão e de inteligência feito na obediência às regras e apoiado na busca erudita, sobretudo histórica. Conhecendo-se todos os valores morais que se prendiam ao ensino do desenho, e sobretudo o apreço em que era tido o trabalho paciente e minucioso que conduzia a «uma exposição pictórica de aplicação laboriosa e diligente»⁴¹ — «Ensinavam-nos a acabar, diz Charles Blanc, antes de nos ensinarem a construir»⁴² —

³³ J. Lethève, *Impressionistes et Symbolistes devant la presse*, Paris, A. Colin, 1959, p. 53.

³⁴ G. H. Hamilton, *op. cit.*, p. 139.

³⁵ *Ibid. id.*, p. 191 — Cf. também J. Lethève, *Impressionistes...* p. 73.

³⁶ G. H. Hamilton, *op. cit.*, p. 196.

³⁷ *Ibid. id.*, p. 198.

³⁸ S. Mallarmé, «Le jury de peinture pour 1874 et M. Manet, *Oeuvres Complètes*, Paris, Gallimard, (La Pléiade), 1974, p. 698.

³⁹ J. C. Sloane, *op. cit.*, p. 103.

⁴⁰ A. Boime, *op. cit.*, pp. 166 segs. («The Aesthetics of the Sketch»).

⁴¹ *Ibid. id.*, p. 24.

⁴² C. Blanc, «Les artistes de mon temps», p. 108, citado por J. Lethève, *La Vie...* p. 20.

compreende-se que os membros da Academia não possam ter visto no estilo mais directo e mais imediato dos artistas independentes mais do que o sinal de uma educação inacabada, um subterfúgio para se darem ares de originalidade poupando-se à longa aprendizagem dada e sancionada pela Academia⁴³. De facto, a liberdade de exprimir na obra final, pública, a impressão directa, até então reservada ao esboço, momento privado, e até mesmo íntimo, aparece como uma transgressão ética, uma forma de facilidade e de deixar-passar, uma falta à discrição e à atitude de reserva que se impõem ao mestre académico. O acabado é com efeito aquilo que, ao idealizar, torna impessoal e universal, quer dizer, universalmente apresentável — assim, a orgia dos *Romains de la Décadence*, pintura austera e muito censurada, condenada a suscitar o deleite ascético da decifração erudita e cuja forma, por força da frieza técnica, anula de certo modo a substância. A ruptura com o estilo académico implica a ruptura com o *estilo de vida* que ele supõe e exprime. Compreende-se o dito de Couture a Manet, a respeito do *Buveur d'Absinthe* que este último queria apresentar no Salão de 1851, onde foi recusado: «Um bebedor de absinto! Pode-se acaso fazer tal horror? Mas, meu pobre amigo, o bebedor de absinto é você. Foi você quem perdeu o senso moral!»⁴⁴.

⁴³ Couture, que pela sua relativa liberdade em relação à Academia era levado frequentemente a pesquisas próximas das dos artistas independentes, sobretudo no que diz respeito à atenção conferida à impressão — especialmente em matéria de paisagem ou de retrato — nunca foi capaz de «se entregar inteiramente à improvisação nas suas obras definitivas, tendo sido sempre retido por uma necessidade de moralizar» (A. Boime, *Thomas Couture and the Eclectic Vision*, New Have — Londres, Yale University Press, 1980, p. 76). Prisioneiro da estética do acabado que se lhe impunha quando chegava à fase final do seu trabalho «ele identificava a liberdade com o primeiro esboço, mas ficava desorientado quando era preciso projectá-lo em grande escala para fazer dele a obra pública, oficial» (A. Boime, *op. cit.*, p. 277); e a atenção prestada aos pormenores realistas que se vê nos retratos pitorescos dos esboços, muito próximos de Courbet, apaga-se nos quadros diante da preocupação de elevação e de idealização pela alegoria que convém aos «grandes temas».

⁴⁴ J. Lethève, *La vie quotidienne...*, p. 66. Duranty começava o seu artigo de 5 de Maio de 1870 no *Paris-Journal* contando que, enquanto estava parado diante do quadro *La Leçon de musique*, um outro visitante que

Manet, ao impor à sua obra uma construção cuja intenção não é a de ajudar à «leitura» de um sentido, condena a uma segunda decepção, sem dúvida mais fundamental, um olhar académico acostumado a perceber a pintura como uma narrativa, uma representação dramática de uma «história»⁴⁵. Assim, para o crítico da *Gazeta des Beaux-Arts* de Julho de 1869, Paul Mantz, Manet tem indiscutivelmente qualquer coisa para dizer, mas, como se quisesse deixar o espectador na expectativa, ele recusa-se ainda a dizê-la.⁴⁶ A censura que foi feita tanta vez a Manet (como a Courbet), de apresentar temas «baixos» e, sobretudo, de os tratar de maneira objectiva, fria, sem fazer com que signifiquem alguma coisa, revela que se espera que o pintor exprima senão uma mensagem, pelo menos um sentimento, elevado de preferência, e que a decência estética participe numa espécie de decência moral, pois que a hierarquia dos temas, como bem mostrou Joseph Sloane, assenta numa avaliação da sua importância moral e espiritual «para a humanidade em geral» («um herói era superior a um banqueiro ou a um varredor, e tal facto supunha-se que o artista devia tê-lo presente no seu espírito durante o trabalho»).

Ora, encontra-se aqui a terceira censura, que faz ver o liame entre a abolição das hierarquias e a atenção dispensada à forma: a origem de todos os erros de Manet, diz Thoré em 1868, está numa espécie de panteísmo que não estabelece diferença entre uma cabeça e uma chinela e que dá por vezes mais importância a um ramo de flores do que a um rosto de mulher (como Degas, em *La Femme et le Bouquet*). Todas as «falhas» realçadas pelos críticos têm por princípio a diferença

também olhava para o mesmo quadro, abriu o catálogo, viu o nome de Manet, encolheu os ombros e foi-se embora, murmurando: «Que grande pouca-vergonha!» (G. H. Hamilton, *op. cit.*, p. 148).

⁴⁵ Esta função de comunicação ou de narração pode ser posta ao serviço das significações políticas ou morais mais variadas. Compreende-se assim que os vencedores do concurso aberto em 1848 para fazer a estátua da República tenham sido artistas académicos, preparados para produzirem obras portadoras de um sentido, qualquer que ele fosse (cf. T. J. Clark, *The Absolute Bourgeois, Artists and Politics in France, 1848-1851*, Londres, Thames and Hudson, 1973, p. 67).

⁴⁶ G. H. Hamilton, *op. cit.*, p. 135.

entre o olhar académico, atento às significações, e a pintura pura, atenta às formas. Assim, Thoré observava que, no retrato de Zola, a cabeça atraía pouco a atenção, perdida como estava nas modulações coloridas⁴⁷. Da mesma forma, Odilon Redon censura Manet, em 1869, por renunciar ao homem e às ideias em proveito da técnica pura: uma vez que ele só se interessa pelo jogo das cores, as suas personagens são desprovidas de «vitalidade moral» e o retrato de Zola é mais uma natureza morta do que a expressão de um ser humano. A perturbação chega ao auge perante quadros que, como *L'Exécution de Maximilien*, suprimem toda a forma de drama e fazem desaparecer toda a espécie de relação narrativa, psicológica ou histórica, entre os objectos e, sobretudo, as personagens, ligados assim apenas por relações de cores e de valores. A insuportável insignificância conduz quer à condenação indignada, quando é percebida como produto de uma intenção, quer à projecção arbitrária de um sentido diferente⁴⁸. Assim, Castagnary, não obstante ser conhecido pela sua acção em prol das obras novas e dos jovens artistas, quis ver em *La Dame Blanche* de Whistler «o amanhecer da noiva», «o momento perturbante em que a jovem se interroga e se admira por já não reconhecer em si mesma a virgindade da noite precedente», acabando por comparar esta obra a *La Cruche Cassée* de Greuze e interpretando-a como uma alegoria — e tudo isto por não querer acreditar no pintor, que lhe dissera ter querido fazer «uma proeza com a sua arte de pintor, pincelando brancos sobre brancos»⁴⁹. Do mesmo modo, a respeito do *Balcon* de Manet, o mesmo crítico pergunta se as duas mulheres representadas são duas irmãs, ou se se trata da mãe e da filha, achando que é uma contradição que uma esteja sentada a olhar para a rua enquanto a outra enfia as luvas como se estivesse para sair⁵⁰. E vemos

⁴⁷ Ibid., *id.* p. 124.

⁴⁸ Estas duas reacções podem ser observadas quando se apresentam a pessoas pouco cultas fotografias que reúnem personagens sem ligação social declarada ou que figuram objectos insignificantes.

⁴⁹ Castagnary, *Salons 1857-1870*, Paris, Bibliothèque Charpentier, 1892, p. 179.

⁵⁰ Ibid., *id.*, p. 365.

assim os críticos e os escritores mais abertos à nova pintura teimarem em julgá-la como literatos atentos ao tema.

O modelo: do nomos à institucionalização da anomia

Assim, a arte académica, essa arte de professores acostumados a associar a sua dignidade e a sua actividade tanto à afirmação da sua cultura histórica e literária como à manifestação da sua virtuosidade técnica, está inteiramente organizada tendo em vista a comunicação de um sentido, e de um sentido moralmente, isto é, socialmente edificante, portanto, hierárquico; ela está sujeita a regras explícitas, a princípios codificados que foram retirados *ex post*, pelo ensino e para o ensino, de um *corpus* academicamente definido de obras do passado (as que o famoso quadro de Delaroche destinado ao Hemiciclo da Escola de Belas-Artes de Paris arrola e enaltece). Preocupada acima de tudo com a legibilidade, ela institui como *língua oficial* o código ao mesmo tempo jurídico e comunicativo que se impõe tanto à concepção como à recepção. Gestos codificados: braços levantados, mão aberta com os dedos crispados para exprimir o desespero, o dedo indicador ameaçando para significar a condenação, a palma da mão aberta para dizer a surpresa ou a admiração, etc. Símbolos convencionais: o céu é azul, as estradas cinzentas, os campos verdes, a pele cor de «carne», etc. Composição de uma rígida perspectiva. Definição estereotipada da beleza, através do ideal da regularidade das feições, por exemplo.

Através da Academia e dos seus mestres, o Estado impõe o princípio de visão e de divisão legítimo em matéria de representação figurada do mundo, o *nomos* artístico que rege a produção das imagens legítimas (por meio da produção de produtores legitimados para produzirem estas figurações). Este princípio é, ele próprio, uma dimensão do princípio fundamental de visão e de divisão legítimo que o Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima, tem o poder de impor universalmente nos limites da sua alçada. O monopólio da *nomeação* — acto de designação criadora que faz existir

aquilo que ela designa em conformidade com a sua designação — toma, ao aplicar-se ao universo da arte, a forma do monopólio estatal da produção dos produtores e das obras legítimas ou, se se quiser, do poder de dizer quem é pintor e quem o não é, o que é pintura e o que a não é. Concretamente, a produção dos produtores de que o Estado, por meio das instituições encarregadas de controlar o acesso ao corpo, detém o monopólio, toma a forma de um processo de certificação ou, se se preferir, de consagração pelo qual os produtores são instruídos, aos seus próprios olhos e aos olhos de todos os consumidores legítimos, como produtores legítimos, conhecidos e reconhecidos por todos. Deste modo, o Estado, à maneira de um banco central, cria os criadores garantindo o crédito ou a moeda fiduciária que representa o título do pintor autorizado.

No trabalho simbólico, que a Academia deve realizar de modo contínuo para impor o reconhecimento do seu próprio valor e do valor simbólico e económico dos produtos que ela garante e para instaurar a crença de que a grande pintura é a do presente, ela dispõe de uma vantagem considerável em relação a instituições como o *Art Journal* em Inglaterra. Com efeito, a Academia pode — quando se trata de conjurar a ameaça que faria pesar sobre o seu monopólio (e, por este meio, sobre os preços extraordinários atingidos pelos pintores académicos) toda a espécie de arte ou de cânone artístico diferentes e sobretudo a pintura romântica a qual, como nota Francis Haskell, retoma um certo estilo do século XVIII, Watteau sobretudo, e professa a mesma indiferença pela Antiguidade — controlar a produção dos produtores legítimos e excluir os modelos heréticos, por meio da Escola de Belas-Artes, onde os seus membros ensinam, e dos concursos como o Prémio de Roma, por ela organizados; ela pode em qualquer caso impedir-lhes o acesso ao mercado, por meio do júri por ela designado, visto que tem o poder de decidir sobre a admissão ao Salão que torna o pintor acreditado e lhe assegura uma clientela. Esta lógica da defesa do corpo é a de todos os corpos (juristas, médicos, professores de ensino superior, etc.) cuja permanência no privilégio depende da sua capacidade de manter o controle sobre os mecanismos apropriados a assumir a sua reprodução,

quer dizer, a reconhecer, no duplo sentido de marcar e de consagrar, os membros legítimos do corpo.

Para tais corpos, cujo capital simbólico e, em consequência, cujo capital económico não podem acomodar-se a uma grande afluência e a uma grande dispersão, a ameaça vem do número — quer o *numerus clausus* de direito ou de facto venha a desaparecer, substituindo a concorrência limitada a um pequeno número de eleitos (por exemplo, as encomendas do Estado vão para uma escassa minoria de pintores) por uma concorrência sem limites; quer os produtores em excesso — quer dizer, todos aqueles que as instâncias que controlam a entrada no corpo (por meio do concurso) excluem do estatuto de produtor e, por este meio, da produção — consigam produzir o seu próprio mercado e, pouco a pouco, as suas próprias instâncias de consagração.

De facto, o monopólio académico assenta em toda uma rede de crenças que se reforçam mutuamente: crença dos pintores na legitimidade do júri e dos seus veredictos, crença do Estado na eficácia do júri, crença do público no valor da marca académica (análoga, na sua ordem, ao efeito da chancela do costureiro) para cujos efeitos ela contribui (sobretudo em matéria de preços). São crenças cruzadas que se desmoronam pouco a pouco, arrastando para a ruína o capital simbólico que elas fundamentam. Não é fácil determinar quais foram os mecanismos decisivos que levaram a esta espécie de bancarrota do banco central do capital simbólico em matéria de arte. Pode-se suspeitar que as exposições isoladas ou colectivas, as críticas incansáveis dos artistas e dos críticos contra o júri ou as modificações da sua composição tenham dado, como diz Jacques Lethève, «golpes sem remédio na confiança da opinião». Tratando-se de uma instituição que, em última instância, retira a sua autoridade da garantia do Estado, o «golpe» fatal é, em todo o caso, aquele que lhe é dado pelo Estado: a criação, em 1863, do Salão dos recusados que surgiu como uma desaprovação do júri de admissão e da Academia de Belas-Artes, «ferida na sua dignidade de guardiã dos verdadeiros, dos únicos princípios do belo»⁵¹, e, em Junho do mesmo ano, a concen-

⁵¹ J. Lethève, *Impressionistes...*, p.º 29.

tração nas mãos da administração (quer dizer, do Ministério da Casa do Imperador e das Belas-Artes) de todos os poderes sobre a organização da vida artística, e, enfim, em Novembro de 1884, o decreto que retirou à Academia o poder de dirigir o ensino na Escola de Belas-Artes e na vila Médicis.

Sabendo-se que toda a lógica da instituição académica supunha a organização da concorrência, compreende-se que o afluxo dos pretendentes cada vez mais numerosos — que o seu próprio sucesso tinha contribuído para atrair a ela entre os produtos de um ensino secundário em rápida expansão —, tenha criado as condições próprias para favorecer o sucesso de uma contestação* revolucionária⁵²: a proliferação dos produtores em excesso favorece o desenvolvimento, fora da instituição, depois contra ela, de um meio artístico negativamente livre — a boémia —, que será ao mesmo tempo o laboratório social do modo de pensamento e do estilo de vida característicos do artista moderno e o mercado em que as audácias inovadoras em matéria de arte e arte de viver encontrarão o mínimo indispensável de gratificações simbólicas. Este processo, cujo ponto de partida está sem dúvida no efeito numérico, conduz à instauração de um estado crítico da instituição favorável à ruptura crítica com a instituição e, sobretudo, com a institucionalização bem sucedida desta ruptura. O universo de produtores de obras de arte, deixando de funcionar como *aparelho* hierarquizado controlado por um corpo, institui-se pouco a pouco como *campo* de concorrência pelo monopólio da legitimidade artística: ninguém pode, para o futuro, arvorar-se em detentor absoluto do *nomos*, mesmo que todos tenham pretensões a tal título. A constituição de um campo é, no verdadeiro sentido, uma *institucionalização da anomia*. Revolução de grande alcance que,

* «Mise en question» no texto original (N.T.).

⁵² É preciso ter cuidado em não esquecer, como frequentemente acontece, que a eficácia real dos factores morfológicos só se define em relação com os constrangimentos específicos de um universo social determinado, e que, por consequência, sob pena de se constituírem estes factores (como em outros casos os factores técnicos ou económicos) em causas quase naturais, na sua génese e na sua operação estranhas à história, é preciso em cada caso proceder, como se faz aqui, à análise prévia do espaço social no qual eles intervêm.

pelo menos na ordem da arte que se vai fazendo, elimina qualquer referência a uma autoridade suprema, capaz de resolver, em última instância: o monoteísmo do nomoteta central cede o lugar à pluralidade dos cultos concorrentes dos múltiplos deuses incertos⁵³.

Para aproximar da intuição este modelo muito geral e para fazer sentir quanta dificuldade podia apresentar a conversão colectiva que esta revolução simbólica supunha, bastará lembrar o discurso pronunciado pelo Conde Walewski, ministro de Estado, na cerimónia da distribuição dos prémios do Salão de 1861:

«Ouvi invocar as liberdades da arte, os direitos da invenção e do génio desconhecidos. A exposição, tal como é, não é bastante importante? Escrevamos, por um momento, por cima da porta deste Palácio da Indústria: Todo o pintor, todo o escultor, todo o gravador, tem o direito de ser admitido... Mas, onde começa o pintor, o gravador, o estatuário? Se cada um for livre de o decidir à sua vontade, todas as falsas vocações a si mesmas passarão, de imediato, diploma, todos os erros do novato e do homem experiente virão a público... É um dever daqueles que têm por missão velar pelo movimento das letras e das artes lutar contra os falsos deuses, mesmo quando estão apoiados numa popularidade efémera e são adulados por um público enganado...»⁵⁴.

⁵³ A abolição de todo o lugar central de certificação torna, em certo sentido, mais difícil o trabalho revolucionário e a tomada do Hotel Massa, em Maio de 1968, por um grupo de escritores, foi vista, de imediato, como ridícula ou patética, como manifestação deslocada de uma intenção «revolucionária» capaz de trilhar as vias específicas da sua realização.

⁵⁴ A. Tabarant, *op. cit.* p. 285.

CAPÍTULO X

Génesis histórica de uma estética pura

Começamos com um paradoxo: acontece que alguns filósofos se interrogam sobre aquilo que permite distinguir as obras de arte das simples coisas (penso em Arthur Danto) e não hesitam em sugerir, com uma audácia sociologista que nunca permitiriam a um sociólogo, que o princípio dessa diferença ontológica deve ser procurado na instituição ou, por outras palavras, que o objecto de arte é um artefacto cujo fundamento só pode ser achado num *artworld*, quer dizer, num universo social que lhe confere o estatuto de candidato à apreciação estética¹. Mas nunca aconteceu (embora um ou outro dos nossos pós-modernos não tardará a fazê-lo) que um filósofo verdadeiramente «digno desse nome» se interrogue sobre aquilo que permite distinguir um discurso filosófico de um discurso vulgar. Esta questão surge com particular acuidade quando, como neste caso, o filósofo, ou seja, aquele que certo *philosophical world* designa e reconhece como tal, concede a si próprio um discurso que ele recusaria, pondo-lhe o rótulo de sociologismo, a todo aquele que, tal como o sociólogo, não faz parte da instituição filosófica². A dissimetria radical que a filosofia institui assim na sua relação com as ciências do homem fornece-lhe, entre outras coisas, um meio infalível de disfarçar aquilo que ela lhes vai pedir. Com efeito, penso que a filosofia dita pós-moderna (por um efeito de rotulagem até agora reservado ao *artworld*), não faz mais que retomar em forma de negação (refiro-me à maneira da *Verneinung* freudiana) não só

¹ A. Danto, «The Artworld», *Journal of Philosophy*, vol. 61, 1964, pp. 571-584; G. Dickie, *Art and the Aesthetic*, Ithaca, 1974.

² Cf. P. Bourdieu, *The Philosophical Establishment*, in: *Philosophy in France Today*, A. Montefiore, ed., Cambridge, Cambridge University Press, 1983, pp. 1-8.

certos saberes adquiridos das ciências sociais, mas também a filosofia historicista inscrita na prática dessas ciências. A apropriação disfarçada pela negação do que se retira às ciências sociais é uma das mais poderosas estratégias que a filosofia jamais utilizou contra aquelas ciências e contra a ameaça de relativização que impedia sobre ela. O modelo dessa apropriação é indiscutivelmente a ontologização do historicismo que Heidegger efectuou³. É esta mesma estratégia de jogo duplo quē permite a Derrida ir buscar à ciência social, contra a qual ele se insurge, alguns dos seus instrumentos mais típicos de des-construção. Assim, ao mesmo tempo que opõe ao estruturalismo, e à noção «estática» de estrutura, uma variante «pós-modernizada» da crítica bergsoniana dos efeitos redutores da inteligência científica, Derrida pode dar-se ares de radicalismo ao virar contra a crítica literária tradicional uma crítica das oposições binárias que, através de Levi-Strauss, remonta à mais clássica análise das «formas de classificação» caras a Durkheim e Mauss⁴. Mas não se pode verdadeiramente ganhar em todas as frentes e a sociologia da instituição artística, que o «des-construtor» pode realizar unicamente em forma de negação, nunca vai até ao termo da sua lógica: a crítica da instituição que essa sociologia implica é uma meia-crítica, própria para provocar as deliciosas comoções de uma revolução em branco⁵. Além disso, ao fazer crer numa ruptura radical com a ambição de apreender essências a-históricas e ontologicamente fundamentadas, essa crítica pode levar a que se desanime

³ Cf. P. Bourdieu, «L'ontologie politique de Martin Heidegger», *Actes de la recherche en sciences sociales*, 5-6, Novembro 1975, pp. 183-190 e *Die politische Ontologie Martin Heideggers*, Francforte, Syndikat, 1976.

⁴ Seria necessário mostrar, pela mesma lógica, como Nietzsche forneceu a Foucault os conceitos-chave (estou a pensar por exemplo na noção de genealogia funcionando como substituto eufemístico da história social) que permitiram que ele aceitasse e fizesse aceitar em forma de negação modos de pensamento típicos de uma sociologia genética, e, portanto, sacrificasse sem infringir as práticas das ciências sociais.

⁵ Já mostrei anteriormente, a propósito da análise que Derrida consagra à crítica da faculdade de julgar, como e porquê a «des-construção» fica a meio caminho (cf. P. Bourdieu, «Elements pour une critique 'vulgaire' des critiques 'pures'», in *La distinction*, Paris, Minuit, 1979, espec. pp. 578-583).

de procurar o fundamento da atitude estética e da obra de arte onde ele realmente se encontra, quer dizer, na história da instituição artística.

A análise da essência e a ilusão do absoluto

O que é digno de nota na diversidade das respostas que os filósofos têm dado à questão da especificidade da obra de arte, é mais a ambição que lhes é comum (à excepção talvez de Wittgenstein) de apreender uma essência trans-histórica ou an-histórica, do que estarem de acordo quase sempre em insistirem na ausência de função, no desapego, na gratuidade, etc[^]. O pensador puro de uma experiência pura da obra de arte — ao tomar como objecto de reflexão a sua própria experiência, que é a de um homem culto de uma determinada sociedade, sem tomar como objecto a historicidade da sua reflexão e a do objecto a que ela se aplica — constitui, sem saber, uma experiência particular em norma trans-histórica de qualquer percepção artística. Ora, esta experiência, no que ela tem aparentemente de mais singular (e esse sentimento de unicidade contribui, sem dúvida, em muito para lhe dar valor), é uma instituição que é produto da invenção histórica e cuja necessidade e razão de ser só podem ser realmente apreendidas mediante uma análise propriamente histórica, a única capaz de explicar ao mesmo tempo a sua natureza e a aparência de

[^] Sem evocar todas as definições que são apenas variantes da análise kantiana (como a que Strawson propõe — a obra de arte tem como função o não ter função. — cf. «Aesthetic Appraisal and Works of Art» in *Freedom and Resentment*, Londres, 1974, pp. 178-188), podemos contentar-nos com lembrar um exemplo de *idealtipus* da constituição em essência, por meio de uma enumeração das suas características, de uma experiência da obra de arte situada de forma muito evidente no espaço social e no tempo histórico: segundo Harold Osborne, a atitude estética caracteriza-se pela concentração da atenção (ela separa — frames apart — o objecto percebido do seu meio envolvente), pelo pôr em suspenso as actividades discursivas e analíticas (ela ignora o contexto sociológico e histórico), pelo desinteresse e desapego (ela põe de parte as preocupações passadas e futuras), pela indiferença para com a existência do objecto (cf. H. Osborne, *The art of Appreciation*, Londres, Oxford University Press, 1970).

universalidade que ela dá àqueles que a vivem ingenuamente, a começar pelos filósofos que a submetem à sua reflexão, ignorando as suas *condições sociais de possibilidade*.

A compreensão desta forma especial de relação com a obra de arte que é a compreensão imediata da familiaridade implica uma compreensão do analista por ele próprio: este não pode consagrar-se nem à simples análise fenomenológica da experiência vivida da obra — na medida em que esta experiência assenta no esquecimento activo da história que a produz —, nem à análise da linguagem correntemente utilizada para a exprimir — na medida em que essa linguagem também é produto da des-historicização. Onde Durkheim dizia «o inconsciente é a história», poder-se-ia escrever «o *a priori* é a história». Só mobilizando todos os recursos das ciências sociais se pode levar a bom termo esta espécie de realização historicista do projecto transcendental que consiste na reapropriação, por meio da anamnese histórica, do produto de todo o trabalho histórico cuja consciência ele produz a cada passo, quer dizer, neste caso especial, as atitudes e os esquemas classificatórios que são a condição da experiência estética tal como é descrita ingenuamente pela análise de essência.

Com efeito, o que a análise reflexiva esquece é que o olhar do amator de arte do século XX é um produto da história, embora surja a si próprio sobre a aparência de dom da natureza. Assim, pelo lado da filogénese, o olhar puro, capaz de apreender a obra de arte como ela exige que seja apreendida, em si mesma e por si mesma, enquanto forma e não enquanto função, é inseparável do aparecimento de produtores animados de uma intenção artística pura, ela própria indissociável da emergência de um campo artístico autónomo, capaz de pôr e de impor os seus próprios fins contra as exigências externas. Mas, pelo lado da ontogénese, esse olhar está associado às condições de aquisição extremamente particulares, como a frequência desde cedo dos museus e a exposição aberta ao ensino escolar e à *skolé* que ela implica — o que significa, diga-se de passagem, que a análise de essência quando omite essas condições, universalizando dessa forma o caso particular, institui tacitamente em norma universal de qualquer prática que pretende ser estética

as propriedades bem específicas de uma experiência que é produto do privilégio, quer dizer, de condições de aquisição excepcionais.

Aquilo que a análise an-histórica da obra de arte e da experiência estética apreende na realidade é uma instituição que, como tal, existe por assim dizer duas vezes, nas coisas e nos cérebros. Nas coisas, em forma de um campo artístico, universo social relativamente autónomo que é produto de um lento processo de constituição; nos cérebros, em forma de atitudes que se foram inventando no próprio movimento pelo qual se inventou o campo a que elas imediatamente se ajustaram. Quando as coisas e os cérebros (ou as consciências) são concordantes, quer dizer, quando o olhar é produto do campo a que ele se refere, este, com todos os produtos que propõe, aparece-lhe de imediato dotado de sentido e de valor. De tal modo que, para que venha a ser posta a questão absolutamente extraordinária do fundamento do valor da obra de arte, geralmente admitida como evidente (*taken for granted*), é necessária uma experiência a qual, para um homem culto, é absolutamente excepcional, embora seja, pelo contrário, absolutamente vulgar, como prova a investigação empírica⁷, para todos aqueles que não tiveram o ensejo nem a oportunidade de adquirir as atitudes objectivamente exigidas pela obra de arte. Está neste caso Danto, ao descobrir, após a visita à exposição das caixas Brillo de Varhol na Stable Gallery, o carácter arbitrário, *ex instituto*, como diria Leibniz, da imposição do valor feita pelo campo por meio da exposição num local consagrado e consagrante.

A experiência da obra de arte como imediatamente dotada de sentido e de valor é um efeito da concordância entre as duas

⁷ Acerca do desconcerto, do embaraço até, que a falta do mínimo domínio dos instrumentos de percepção e de apreciação, e em particular dos rólulos e das referências como nomes de géneros, de escolas, de épocas, de artistas, etc., provoca nos visitantes de museus culturalmente mais desprovidos, poderá consultar-se P. Bourdieu e A. Darbel, *L'Amour de l'art. Les musées d'art européens et leur public*, Paris, Minuit, 1966; P. Bourdieu, «Elements d'une théorie sociologique de la perception artistique», *Revue internationale des sciences sociales*, XX, 4, 1968, pp. 640-664.

faces da mesma instituição histórica, o *habitus* culto e o campo artístico, que se fundem mutuamente: dado que a obra de arte só existe enquanto tal, quer dizer, enquanto objecto simbólico dotado de sentido e de valor, se for apreendida por espectadores dotados da atitude e da competência estéticas tacitamente exigidas, pode dizer-se que é o olhar do esteta que constitui a obra de arte como tal, mas com a condição de ter de imediato presente no espírito que só pode fazê-lo na medida em que é ele próprio o produto de uma longa convivência com a obra de arte⁸. Este círculo, que é o círculo da crença e do sagrado, é também o de qualquer instituição que só pode funcionar se for instituída ao mesmo tempo na objectividade de um jogo social e nas atitudes que levam a entrar no jogo, a interessar-se por ele. Os museus poderiam escrever no seu frontão — mas não há que o fazer de tal forma isso é evidente: «Que ninguém entre aqui se não for amador de arte». O jogo cria a *illusio*, o investimento no jogo do jogador avisado, dotado do sentido do jogo, que habituado ao jogo, pois que é feito pelo jogo, joga o jogo e, por esse meio, o faz existir. O campo artístico, pelo seu próprio funcionamento, cria a atitude estética sem a qual o campo não poderia funcionar. Em especial, por meio sobretudo da concorrência que opõe todos os agentes investidos no jogo, ele reproduz incessantemente o interesse pelo jogo, a crença no valor daquilo que está em jogo. Para dar uma ideia desse trabalho colectivo e dos inúmeros actos de delegação de poder simbólico, de reconhecimento voluntário ou forçado através dos quais se gera esse reservatório de crédito onde bebem os criadores de feitiços, bastará evocar a relação entre os diferentes críticos de vanguarda que se consagram como tais consagrando obras cujo valor sagrado é dificilmente apreendido pelos amadores cultos ou até pelos seus concorrentes mais avançados.

⁸ A análise sociológica permite escapar à alternativa do subjectivismo e do objectivismo, rejeitar o subjectivismo das teorias de consciência estética (*ästhetisches Bewusstsein*) que reduzem a qualidade estética de uma coisa natural ou de uma obra humana a um simples correlato de uma atitude deliberada da consciência, que se coloca diante da coisa numa atitude que não é teórica nem prática, mas puramente contemplativa sem cair, como o Gadamer de *Wahrheit und Methode*, numa ontologia da obra de arte.

Em suma, a questão do sentido e do valor da obra de arte, tal como a questão da especificidade do juízo estético e todos os grandes problemas da estética filosófica só podem achar a sua solução numa história social do campo associada a uma sociologia das condições da constituição da atitude estética especial que o campo exige em cada um dos seus estados.

A génese do campo artístico e a invenção do olhar puro

O que é que faz com que a obra de arte seja uma obra de arte e não uma coisa do mundo ou um simples utensílio? O que é que faz de um artista um artista, em oposição a um artífice ou a um pintor de domingo? O que é que faz com que um bacio ou uma garrafeira expostos num museu sejam obras de arte? Será o facto de estarem assinados por Duchamp, artista reconhecido (e antes de mais como artista), e não por um comerciante de vinhos ou um latoeiro? Ora não será simplesmente passar da obra de arte como feitiço para o «feitiço do nome do mestre», como dizia Benjamin? Por outras palavras, quem criou o «criador» como produtor reconhecido de feitiços? E o que é que confere a sua eficácia mágica ou, se se preferir, ontológica, ao seu nome, cuja celebridade está na medida da sua pretensão em existir como artista, e à imposição desse nome o qual, como a marca do grande costureiro, multiplica o valor do objecto em que está posto (que é tudo o que está em jogo nas querelas de atribuição e faz o poder dos peritos)? Onde reside o princípio último do efeito de rótulo, ou de nomeação, ou de teoria — palavra esta particularmente adequada visto que se trata de ver, *theorein*, e de fazer crer — que, ao introduzir a diferença, a divisão, a separação, produz o sagrado?

Estas questões são absolutamente análogas, na sua ordem, às que Mauss punha quando, no seu *Essai sur la magie*, ao interrogar-se acerca do princípio da eficácia mágica, se viu obrigado a passar dos instrumentos utilizados pelo feiticeiro para o próprio feiticeiro, e deste para a crença dos seus clientes e, gradualmente, para todo o universo social no interior do qual se elabora e se exerce a magia. Deste modo, nessa

regressão para a causa primeira e para o fundamento último do valor da obra de arte, é necessário parar. E, para explicar esta espécie de milagre da transubstanciação que está na origem da existência da obra de arte e que, comumente esquecido, é brutalmente trazido à mente pelas manifestações de força à maneira de Duchamp, é necessário substituir a questão ontológica pela questão histórica da gênese do universo em cujo seio se produz e se reproduz incessantemente, numa verdadeira criação contínua, o valor da obra de arte, quer dizer, o campo artístico.

A análise de essência do filósofo apenas regista o produto da análise de essência real que a própria história realiza na objectividade, através do processo de autonomização no qual — e, também, pelo qual — se institui progressivamente o campo artístico e se criam os agentes (artistas, críticos, historiógrafos, conservadores, etc.), os técnicos, as categorias e os conceitos (géneros, maneiras, épocas, estilos, etc.) característicos desse universo. Noções que se tornaram tão evidentes e tão banais como as de artista e de «criador», assim como as próprias palavras que as designam e as constituem são produto de um longo e lento trabalho histórico. É isto que, muitas vezes, os próprios historiadores da arte esquecem quando se interrogam acerca da emergência do artista no sentido moderno do termo, sem por isso escaparem à armadilha do «pensamento essencial» inscrita no uso, constantemente ameaçado pelo anacronismo, de palavras historicamente inventadas, por conseguinte datadas. Por não se pôr em causa tudo aquilo que se encontra tacitamente envolvido na noção moderna de artista, particularmente a ideologia profissional do «criador» incriado que se foi elaborando ao longo do século XIX, e por não se romper com o objecto aparente, quer dizer, o artista (ou, por outro lado, o escritor, o filósofo, o letrado), para considerar o campo de produção de que é produto o artista, socialmente instituído como «criador», os historiadores da arte não podem substituir a interrogação ritual acerca do local e do momento do aparecimento da personagem do artista (em oposição ao artífice) pela questão das condições económicas e sociais da constituição de um campo artístico baseado na crença nos poderes quase

mágicos reconhecidos ao artista moderno nos estados mais avançados do campo.

Não se trata apenas de exorcizar aquilo a que Benjamin chamava o «feitiço do nome do mestre» por meio de uma simples inversão sacrílega e um tanto pueril — quer se queira quer não, o nome do mestre é bem um feitiço. Trata-se, sobretudo, de descrever a emergência progressiva do conjunto das condições sociais que possibilitam a personagem do artista como produtor desse feitiço que é a obra de arte, isto é, descrever a constituição do campo artístico (no qual estão incluídos os analistas, a começar pelos historiadores da arte, mesmo os mais críticos) como o lugar em que se produz e se reproduz incessantemente a crença no valor da arte e no poder de criação do valor que é próprio do artista. O que leva a arrolar não só os índices de autonomia do artista (aqueles que a análise dos contratos revela, como o aparecimento da assinatura, da competência específica do artista ou do recurso, em caso de conflito, à arbitragem dos pares, etc.), mas também os índices de autonomia do campo tais como a emergência do conjunto das instituições específicas que condicionam o funcionamento da economia dos bens culturais: locais de exposição (galerias, museus, etc.), instâncias de consagração (academias, salões, etc.), instâncias de reprodução dos produtores e dos consumidores (escolas de Belas-Artes, etc.), agentes especializados (comerciantes, críticos, historiadores da arte, colecionadores, etc.), dotados das atitudes objectivamente exigidas pelo campo e de categorias de percepção e da apreciação específicas, irreduzíveis às que têm curso normal na existência corrente e que são capazes de impor uma medida específica do valor do artista e dos seus produtos. Enquanto a pintura for medida em unidades de superfície ou em campos de trabalho, ou pela quantidade e pelo preço dos materiais utilizados, ouro ou silicato, o artista pintor não difere radicalmente de um pintor de paredes. Por isso, entre todas as invenções que acompanham a emergência do campo de produção, uma das mais importantes é, sem dúvida, a elaboração de uma linguagem artística: antes de mais, uma maneira de nomear o pintor, de falar dele, da natureza do seu trabalho e do modo de remuneração desse

trabalho, através da qual se elabora uma definição autónoma do valor propriamente artístico, irreductível, enquanto tal, ao valor estritamente económico; e também, pela mesma lógica, uma maneira de falar da própria pintura, da técnica pictórica, com palavras apropriadas, muitas vezes pares de adjectivos, que permitem que se exprima a arte pictórica, a *manifattura*, e até mesmo o cunho próprio de um pintor, para cuja existência social ela contribui ao nomeá-la. Nesta lógica, o discurso de celebração, nomeadamente a biografia, desempenha um papel determinante, menos, sem dúvida, pelo que ela diz acerca do pintor e da sua obra, do que pelo facto de o constituir em personagem memorável, digna do relato histórico, à maneira dos homens de Estado e dos poetas (é sabido que a analogia nobilitante — *ut pictura poesis* — contribui, pelo menos algum tempo, e até se tornar um obstáculo, para a afirmação da irreductibilidade, da arte pictórica). Uma sociologia genética deveria também introduzir no seu modelo a acção dos próprios produtores, a sua reivindicação do direito de serem os únicos juizes da produção pictórica, de produzirem eles próprios os critérios de percepção e de apreciação dos seus produtos; ela deveria igualmente levar em linha de conta o efeito que pode produzir neles e na imagem que têm de si próprios e da sua produção e, deste modo, sobre a sua própria produção, a imagem que têm deles e da sua produção os outros agentes envolvidos no campo, os outros artistas e também os críticos, os clientes, os coleccionadores, etc. (Podemos, pois, supor que o interesse manifestado, desde o *Quattrocento*, por certos coleccionadores em relação aos esboços e aos desenhos, tenha contribuído para elevar o sentimento que o artista podia ter da sua dignidade).

* Deste modo, à medida que o campo se vai constituindo como tal, o «sujeito» da produção da obra de arte, do seu valor e também do seu sentido, não é o produtor do objecto na sua materialidade, mas sim o conjunto dos agentes, produtores de obras classificadas como artísticas, grandes ou pequenos, célebres, quer dizer, celebrados, ou desconhecidos, críticos de todas as bandas, eles próprios organizados em campo, coleccionadores, intermediários, conservadores, etc., que têm interesses na arte, que vivem para a arte e também da arte (em graus

diferentes), que se opõem em lutas nas quais está em jogo a imposição de uma visão do mundo, e também do mundo da arte, e que colaboram por meio dessas lutas na produção do valor da arte e do artista.

Se é esta a lógica do campo, então compreende-se que os conceitos utilizados para pensar as obras de arte e, em particular, para as classificar, se caracterizem, como observava Wittgenstein, por uma extrema indeterminação, quer se trate de géneros (tragédia, comédia, drama ou romance), de formas (balada, rondó, soneto ou sonata), de períodos ou de estilos (gótico, barroco ou clássico) ou de movimentos (impressionista, simbolista, realista, naturalista). Compreende-se igualmente que não seja menor a confusão entre os conceitos utilizados para caracterizar a própria obra de arte, para a perceber e a apreciar, como os pares de adjectivos, por exemplo: belo ou feio, requintado ou grosseiro, leve ou pesado, etc., que estruturam a expressão e a experiência da obra de arte. Se estas categorias do juízo do gosto, por estarem inscritas na língua comum e serem utilizadas, na sua maior parte, para além da esfera propriamente estética, são comuns a todos os locutores de uma mesma língua e permitem, pois, uma forma aparente de comunicação, elas permanecem sempre marcadas, mesmo no uso que delas fazem os profissionais, por uma incerteza e uma flexibilidade extremas que, como observa ainda Wittgenstein, as torna totalmente refractárias à definição essencial⁹. Isto acontece, sem dúvida, porque a utilização que se faz dessas categorias e o sentido que se lhes dá dependem dos pontos de vista individuais, situados social e historicamente e, muitas vezes, perfeitamente irreconciliáveis, dos seus utilizadores¹⁰. Em suma,

⁹ Cf. R. Shusterman, «Wittgenstein and Critical Reasoning», *Philosophy Phenomenological Research*, 47, 1986, pp. 91-110.

¹⁰ Uma consciência aguda da situação em que está colocado o analista pode conduzi-lo a aporias quase insuportáveis. Isto nomeadamente porque a linguagem mais neutra está destinada a aparecer, assim que a leitura ingénua o leva a entrar no jogo social, como uma tomada de posição no próprio debate que ele tenta apenas objectivar. Assim por exemplo, mesmo quando se substitui um conceito mais neutro, o de periferia, por uma palavra nativa como «província», demasiado carregada de conotações pejorativas, a verdade é que a oposição do centro e da periferia que utilizamos para

embora se possa sempre discutir a propósito dos gostos — e, como se sabe, a confrontação das preferências ocupa efectivamente um lugar importante nas conversas quotidianas —, o certo é que a comunicação nestas matérias só se realiza com um elevado grau de equívoco, porque os lugares comuns que a tornam possível são também aquilo que praticamente a torna ineficaz, quando os utilizadores desses tópicos dão aos termos que eles opõem sentidos diferentes, por vezes estritamente inversos. Assim, indivíduos que ocupam posições opostas no espaço social podem dar sentidos a valores totalmente opostos aos adjectivos vulgarmente utilizados para caracterizar as obras de arte ou os objectos da existência quotidiana (estou a pensar, por exemplo, no adjectivo «cuidado», frequentemente excluído do gosto «burguês» sem dúvida por encarnar o gosto pequeno-burguês)¹¹. E não ficaria por aqui o arrolamento, numa dimensão histórica, das noções que, a começar pela ideia de beleza, tomaram, em épocas diferentes, sentidos diferentes, até radicalmente opostos, na sequência de revoluções artísticas, como, por exemplo, a noção de «acabado» que, após ter condensado ao mesmo tempo o ideal ético e estético do pintor académico, viu-se excluída da arte por Manet e os impressionistas.

Desta forma, as categorias utilizadas para perceber e apreciar a obra de arte estão duplamente ligadas ao contexto histórico: associadas a um universo social situado e datado, elas são

analisar efeitos de dominação simbólica está em jogo na luta dentro do campo analisado; por exemplo, com a vontade dos «centrais» quer dizer dos dominantes, de descrever as tomadas de posição dos ocupantes de posições periféricas como um efeito do atraso e do outro lado a resistência dos «periféricos» contra a desclassificação implicada nesta classificação, e o seu esforço para converter uma posição periférica em posição central ou, pelo menos, em afastamento electivo: o exemplo de Avignon ilustra o facto de o artista só poder-se produzir como tal — neste caso como alternativa adequada a uma concorrência eficaz à posição dominante —, na relação com os clientes (cf. E. Castelnuovo e C. Ginsburg, «Domination symbolique et géographie artistique dans l'histoire de l'art italien», *Actes de la recherche en sciences sociales*, 40, Novembro, 1981, pp. 51-73). [Estudo que será publicado na colecção Memória e Sociedade].

¹¹ Cf. P. Bourdieu, *La distinction*, *op. cit.*, p. 216.

objecto de usos também eles marcados socialmente pela posição social dos utilizadores que envolvem, nas opções estéticas por elas permitidas, as atitudes constitutivas do seu *habitus*.

A maior parte das noções que os artistas e os críticos empregam para se definirem ou para definirem os seus adversários são armas e objectivos de lutas e muitas das categorias que os historiadores da arte utilizam para pensar o seu objecto são apenas categorias nativas* mais ou menos sabiamente disfarçadas ou transfiguradas. Estes conceitos de combate, inicialmente concebidos, a maior parte das vezes, como insultos ou condenações (as nossas categorias vêm do grego *katègorein*, acusar publicamente), tornam-se pouco a pouco em categorias técnicas a que, graças à amnésia da génese, as dissecações da crítica e as dissertações ou as teses académicas conferem um ar de eternidade. Entre todas as maneiras de entrar em lutas que devem ser apreendidas como lutas, do exterior, para serem objectivadas, a mais tentadora e irrepreensível é, sem dúvida, a que consiste em se arvorar em árbitro ou juiz, em resolver conflitos que não estão resolvidos na realidade, em ter, por exemplo, a satisfação de anunciar veredictos, de dizer o que é verdadeiramente o realismo, ou ainda, muito simplesmente, de decretar — e por actos aparentemente tão inocentes como o de incluir ou não este ou aquele produtor na amostra ou no *corpus* — quem é artista e quem o não é... (decisão ainda mais grave, sob a aparência da inocência positivista, pois o que mais está em jogo nas lutas artísticas é sempre e em toda a parte a questão dos limites do mundo da arte, e porque a validade das inferências, nomeadamente estatísticas, que se podem tirar a respeito de um universo, depende da validade da classe acerca da qual elas foram estabelecidas).

Se há uma verdade é que a verdade está em jogo nas lutas; embora as classificações ou os juízos divergentes ou antagonistas dos agentes envolvidos no campo artístico sejam indiscutivelmente determinados ou orientados pelas atitudes e pelos interesses específicos associados a uma posição no campo, a um ponto de vista, o certo é que eles são formulados em nome de

* «indigènes» no texto original (N.T.).

uma pretensão à universalidade, ao juízo absoluto, que é a própria negação da relatividade dos pontos de vista¹². O «pensamento essencial» opera em todos os universos sociais e, muito especialmente, nos campos de produção cultural, campo religioso, campo científico, campo jurídico, etc., onde se jogam jogos em que está em jogo o universal. Mas, nesse caso, é evidente que as «essências» são normas. Era o que relembra Austin, quando analisava as implicações do adjetivo «verdadeiro» em expressões como um «verdadeiro» homem, uma «verdadeira» coragem ou, como neste caso, um «verdadeiro» artista ou uma «verdadeira» obra-prima: em todos os exemplos, a palavra «verdadeiro» opõe tacitamente o caso considerado a todos os casos da mesma classe a que os outros locutores atribuem também, indevidamente, quer dizer, de uma maneira que não está «verdadeiramente» justificada, este predicado, simbolicamente muito poderoso, como qualquer reivindicação do universal.

A ciência nada mais pode fazer senão tentar estabelecer a verdade dessas lutas pela verdade, apreender a lógica objectiva segundo a qual se determinam as coisas em jogo e os campos, as estratégias e as vitórias, produzir representações e instrumentos de pensamento que, com desiguais probabilidades de êxito, aspiram à universalidade, às condições sociais da sua produção e da sua utilização, quer dizer, à estrutura histórica do campo em que se geram e funcionam. Em conformidade com o postulado metodológico, constantemente validado pela análise empírica da homologia entre o espaço das tomadas de posição (formas literárias ou artísticas, conceitos e instrumentos de análise, etc.) e o espaço das posições ocupadas no campo, somos levados a historicizar esses produtos culturais que têm de comum a aspiração à universalidade. Mas historicizá-los não é somente, como se pensa, relativizá-los tendo em conta que eles apenas têm sentido quando referidos a um determinado estado

¹² Quer dizer, quando o filósofo propõe uma definição de essência do juízo de gosto ou concede a uma definição que, como a de Kant, se aplica às suas atitudes éticas, a universalidade que ela reivindica, ele afasta-se menos do que pensa do modo de pensamento comum e da propensão para a absolutização do relativo que a caracteriza.

do campo de lutas; é também restituir-lhes a sua necessidade, subtraindo-os à indeterminação resultante de uma falsa eternização, para os pôr em relação com as condições sociais da sua génese, verdadeira definição geradora¹³. Em vez de conduzir a um relativismo historicista, a historicização das formas do pensamento que nós aplicamos ao objecto histórico, as quais podem ser produto desse objecto, oferece a única oportunidade real de escapar um pouco à história.

Da mesma forma que as oposições que estruturam a percepção estética não são dadas *a priori* mas sim historicamente produzidas e reproduzidas e são indissociáveis das condições históricas da sua aplicação, assim também a atitude estética — que constitui em obra de arte os objectos socialmente designados para a sua aplicação, estabelecendo ao mesmo tempo que é da sua alçada a competência estética, com as suas categorias, os seus conceitos, as suas taxinomias — é um produto de toda a história do campo que deve ser reproduzido, em cada potencial consumidor da obra de arte, por uma aprendizagem específica. Basta observar a sua distribuição quer ao longo da história (com esses críticos que, até aos finais do séc. XIX, defenderam uma arte subordinada aos valores morais e às funções didácticas) quer, hoje, no seio de uma mesma sociedade, para nos convenceremos que não há nada menos natural que a atitude a adoptar perante uma obra de arte e, mais ainda, perante um objecto, qualquer que seja a postura estética tal como ela é descrita pela análise de essência.

A invenção do olhar puro produz-se no próprio movimento do campo para a autonomia. De facto, não podendo relembrar aqui a demonstração, podemos dizer que a afirmação da auto-

¹³ Contrariamente à representação dominante a qual pretende que a análise sociológica, relacionando cada forma de gosto com as suas condições sociais de produção, reduza e relativize as práticas e as representações a que diz respeito, podemos considerar que ela as subtrai ao arbitrário e as absolutiza, tornando-as ao mesmo tempo necessárias e incomparáveis, justificadas, pois, para existirem como existem. Com efeito, podemos admitir que duas pessoas dotadas de *habitus* diferentes que não estão expostas à mesma situação nem aos mesmos estímulos, porque os constroem de outra maneira, não ouvem as mesmas músicas nem vêem os mesmos quadros e, por esse facto, não podem formar o mesmo juízo de valor.

nomia dos princípios de produção e de avaliação da obra de arte é inseparável da afirmação da autonomia do produtor, quer dizer, do campo de produção. Tal como a pintura pura de que o olhar puro é o correlato obrigatório — feita, como escreveu Zola a propósito de Manet, para ser olhada em si mesma e por si mesma, enquanto pintura, enquanto jogo de formas, de valores e de cores e não como um discurso (*ut poesis*), quer dizer, independentemente de qualquer referência a significações transcendententes —, o olhar puro é o resultado de um processo de depuração, verdadeira análise de essência operada pela história, ao longo das sucessivas revoluções que, tal como no campo religioso, conduzem de cada vez a nova vanguarda a opor em nome do regresso ao rigor das origens, à ortodoxia, uma definição mais pura do género. Vimos desta forma a poesia depurar-se de todas as propriedades acessórias — formas a destruir: o soneto, o alexandrino; figuras de retórica a demolir: a comparação, a metáfora; conteúdos e sentimentos a banir: o lirismo, a efusão, a psicologia —, para se reduzir pouco a pouco, no termo de uma espécie de análise histórica, aos efeitos mais especificamente poéticos, como a ruptura do paralelismo fono-semântico.

De uma maneira mais geral, a evolução dos diferentes campos de produção cultural para uma maior autonomia é acompanhada por uma espécie de retorno reflexivo e crítico dos produtores sobre a sua própria produção, que os leva a retirar dela o princípio próprio e os pressupostos específicos. E isto, primeiro, porque o artista, doravante em condições de recusar qualquer constrangimento ou exigência externa, pode afirmar a sua mestria sobre aquilo que o define e que lhe pertence em particular, quer dizer, a forma, a técnica, a arte, em suma, instituída desta forma como fim exclusivo da arte. Flaubert, no domínio da escrita, Manet, no domínio da pintura, foram, sem dúvida, os primeiros a tentar impor, à custa de extraordinárias dificuldades subjectivas e objectivas, a afirmação consciente e radical da onipotência do olhar criador, capaz de se aplicar não só, por simples inversão, aos objectos baixos e vulgares, como pretendia o realismo de Champfleury e Courbet, mas também aos objectos insignificantes, perante os quais o «criador» pode afirmar o seu poder quase divino de transmutação.

«Escrever bem o medíocre»: esta fórmula de Flaubert, que também é válida para Manet, afirma a autonomia da forma em relação ao tema, conferindo ao mesmo tempo à percepção culta a sua norma fundamental. Como podemos verificar empiricamente, não existe homem culto (quero dizer, segundo os cânones da escola, com títulos de ensino superior) que não saiba hoje que uma realidade, qualquer que ela seja, uma corda, uma pedra, um mendigo esfarrapado, pode ser objecto de uma obra de arte, como pretende a definição do juízo estético geralmente mais aceite entre os filósofos¹⁴; e que não saiba, pelo menos, que é bom dizer que assim é, como nos dizia um pintor de vanguarda, especialista na arte de confundir a nova *doxa* estética. (Com efeito, para despertar este esteta de limitada boa vontade e ressuscitar nele a admiração artística, e até filosófica, é necessário aplicar-lhe um tratamento de choque à maneira de Duchamp ou de Varhol que, ao exporem tal qual objectos do mundo, de certo modo fazem ver claramente ao artista, tal como é definido desde Manet, a onipotência criadora que a atitude pura concede sem pensar.

A segunda razão desse retorno reflexivo e crítico da arte sobre si própria está em que, à medida que o campo se fecha sobre si, o domínio prático dos conhecimentos específicos inscritos nas obras passadas e registadas, codificadas, canonizadas por um corpo de profissionais da conservação e da celebração, historiadores da arte e da literatura, exegetas, analistas, faz parte das condições do acesso ao campo de protecção. Daí resulta que, contrariamente àquilo que um relativismo ingénuo ensina, o tempo da história da arte é realmente irreversível e que ela apresenta uma forma de *cumulatividade*. Ninguém está mais ligado ao passado específico do campo, mesmo até na intenção subversiva, ela própria também ligada a um estado do campo, do que os artistas de vanguarda que, sob pena de surgirem como «naifs» (à maneira do guarda de alfândega Rousseau ou de Brisset), têm inevitavelmente de se situar em relação a todas as tentativas anteriores de ir mais além das que se efectuaram na história do campo e no espaço dos possíveis

¹⁴ Cf. P. Bourdieu, *La distinction, op. cit.*, pp. 45 e segs.

que o mesmo campo impõe aos recém-vegados. O que acontece no campo está cada vez mais ligado à história específica do campo, e só a ela, e é, pois, cada vez mais difícil de deduzir a partir do estado do mundo social no momento considerado (como pretende fazer certa «sociologia» que ignora a lógica específica do campo). A percepção adequada de obras que, como as caixas Brillo de Varhol ou as pinturas monóchromas de Klein, devem as suas propriedades formais e o seu valor unicamente à estrutura do campo, à sua história portanto, é uma percepção diferencial, diacrítica, quer dizer, atenta aos desvios em relação a outras obras contemporâneas e também do passado. De tal modo que, como a produção, o consumo de obras provenientes de uma longa história de rupturas com a história, com a tradição, tende a tornar-se de parte a parte histórica, e, não obstante, cada vez mais totalmente des-historicizado; com efeito, a história que a decifração e a apreciação praticamente põem em jogo reduz-se cada vez mais à história pura das formas, ocultando completamente a história social das lutas a respeito das formas, história essa que faz a vida e o movimento do campo artístico.

Desta forma fica também resolvido o problema aparentemente insolúvel que a estética formalista, que só quer conhecer a forma, tanto na recepção como na produção, opõe à análise sociológica como um verdadeiro desafio: com efeito, as obras provenientes de uma preocupação pura pela forma parecem feitas para consagrar a validade exclusiva da leitura interna, atenta unicamente às propriedades formais, e para frustrar ou desrespeitar todos os esforços que têm em vista reduzi-las a um contexto social contra o qual elas se constituíram. E, no entanto, para inverter a situação, basta observar que a recusa que a ambição formalista opõe a qualquer espécie de historicização assenta na ignorância das suas próprias condições sociais de possibilidade, exactamente como a estética filosófica que regista e ratifica esta ambição... Em ambos os casos, é esquecido o processo histórico no decurso do qual se estabeleceram as condições sociais de liberdade em relação às determinações externas, quer dizer, o campo de produção relativamente autónomo e a estética ou o pensamento puro que ele torna possível.

Capítulo I — Conferência na Universidade de Chicago em Abril de 1973, «Sur le pouvoir symbolique», *Annales. E.S.C.*, 3, Maio-Junho 1977, pp. 405-411.

Capítulo II — Introdução ao seminário da École des Hautes Études en Sciences Sociales, Outubro de 1987: *Introduction a une sociologie reflexive*, pp. 67

Capítulo III — Versão original do artigo intitulado «The Genesis of the Concepts of Habitus and Field», *Sociocriticism* (Pittsburgh, Montpellier), *Theories and Perspectives*, II, n.º 2, Dezembro 1985, pp. 11-24.

Capítulo IV — «Le mort saisit le vif. Les relations entre l'histoire réifiée et l'histoire incorporée», *Actes de la recherche en sciences sociales*, 32-33, Abril-Junho 1980, pp. 3-14.

Capítulo V — «L'identité et la représentation. Eléments pour une réflexion critique sur l'idée de région», *Actes de la recherche en sciences sociales*, 35, Novembro 1980, pp. 63-72.

Capítulo VI — Texto apresentado na Universidade de Frankfurt, em Fevereiro de 1984, «Espace social et genèse des 'classes'», *Actes de la recherche en sciences sociales*, 52-53, Junho 1984, pp. 3-15.

Capítulo VII — «La représentation politique. Eléments pour une théorie du champ politique», *Actes de la recherche en sciences sociales*, 64, Setembro 1986, pp. 5-19.

Capítulo IX — «L'institutionnalisation de l'anomie», *Les Cahiers du Musée National d'Art Moderne*, 19-20, Junho 1987, pp. 6-19.

Capítulo X — «Genèse historique d'une esthétique pure», *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*.

NOTA BIBLIOGRÁFICA

Traduções portuguesas de Pierre Bourdieu

1. Títulos publicados em Portugal

«O sentimento de honra na sociedade cábilica», in *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânicas*, J.G. Peristiany ed., tradução e prefácio de José Cutileiro, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, pp. 157-195. Tradução do original inglês *Honour and Shame. The Values of Mediterranean Society*, J.G. Peristiany ed., Londres, Weidenfeld and Nicholson, 1965, pp. 191-241. Este texto foi integrado, com o título «Le sens de l'honneur», na obra do autor intitulada *Théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle*, Genève, Droz, 1972, pp. 13-44.

«A desvalorização escolar do escolar», in *Sociologia da educação*, II — *Antologia, A construção social das práticas educativas*, Sérgio Grácio e Stephen Stoer eds., tradução de Sérgio Grácio e outros, Lisboa, Livros Horizonte, 1982, pp. 43-50. Tradução de P. Bourdieu e J.C. Passeron, *Les héritiers. Les étudiants et la culture*, Paris, Minuit, 1964, pp. 27-40.

«O poder simbólico», in *Sociologia da educação*, II, *cit.*, pp. 101-109. Traduzido — esquecendo o esquema — a partir da tradução inglesa, «Symbolic power», in *Identity and Structure*, D. Gleeson ed., Driffield, Nafferton Books, 1977, pp. 112-119. Versão original: «Sur le pouvoir symbolique», *Annales, E.S.C.*, 3, Maio-Junho, 1977, pp. 405-411.

(Com J.C. Passeron), *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*, tradução C. Perdigão Gomes da Silva, supervisão Manuel Ramos Ribeiro, nota «Ao leitor da versão portuguesa» de M.R. Ribeiro, Lisboa, Vega (Colecção Universidade, dir. Luís Soczka, n.º 1), [1978]. Tradução integral de *La reproduction. Eléments pour une théorie du système d'enseignement*, Paris, Minuit, 1970.

«Os 'herdeiros': o ensino superior e as desigualdades sociais», in *Escola e classes sociais — introdução a uma problemática da sociologia da educação*, antologia, prefácio, introdução e notas de Maria Filomena Mónica, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1981, pp. 86-95. Tradução de P. Bourdieu e J.C. Passeron, *Les héritiers, cit.*.

2. Livros publicados no Brasil

(referidos em Yvette Delsaut, *Bibliographie des travaux de Pierre Bourdieu*, Paris, Centre de sociologie européenne, 1986)

A economia das trocas simbólicas, São Paulo, Editora Perspectiva, 1974. Tradução de pp. 3-25, «Condition de classe et position de classe», *Archives européennes de sociologie*, VII, 2, 1966, pp. 201-223; pp. 27-78, «Genèse et structure du champ religieux», *Revue française de sociologie*, XII, 3, 1971, pp. 295-334; pp. 79-98, «Une interprétation de la théorie de la religion selon Max Weber», *Archives européennes de sociologie*, XII, 1, 1971, pp. 3-21; pp. 99-181, *Le marché des biens symboliques*, Paris, Centre de sociologie européenne, 1970; pp. 183-202, «Champ du pouvoir, champ intellectuel et habitus de classe», *Scolies*, 1, 1971, pp. 7-26; pp. 203-229, «Systèmes d'enseignement et systèmes de pensée», *Revue internationale des sciences sociales*, XIX, 3, 1967, pp. 367-388; pp. 231-267, «L'excellence scolaire et les valeurs du système d'enseignement français», *Annales*, XXV, 1, Janeiro-Fevereiro 1970, pp. 147-175 (com M. de Saint Martin); pp. 269-294, «Disposition esthétique et compétence artistique», *Les temps modernes*, 295, 1971, pp. 1345-1378; pp. 295-336, «Reproduction culturelle et reproduction sociale», *Information sur les sciences sociales*, X, 2, Abril 1971, pp. 45-79; pp. 337-361, posfácio a E. Panofsky, *Architecture gothique et pensée scolastique*, Paris, Minuit, 1967, pp. 133-167.

A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1975. Tradução de *La reproduction*, cit.

O desencantamento do mundo: estruturas económicas e estruturas temporais, São Paulo, Editora Perspectiva S.A., 1979. Tradução de *Algérie 60*, Paris, Minuit, 1977.

Sociologia, Renato Ortiz ed., São Paulo, Editora Ática, 1983. Tradução de pp. 38-45, *Travaux et projets*, Paris, Centre de sociologie européenne, 1980; pp. 46-81, *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Genève, Droz, 1972, pp. 162-189; pp. 82-121, «Anatomie du goût», *Actes de la recherche en sciences sociales*, 5, Outubro 1976, pp. 18-43 (com M. de Saint Martin); pp. 122-155, «Le champ scientifique», *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 2-3, Junho 1976, pp. 88-104; pp. 156-183, «L'économie des échanges linguistiques», *Langue française*, 34, Maio 1977.

ÍNDICE DE AUTORES

- ABEL (A.-D.-J.), 260
ABEL (R.L.), 232, 234
ALAIN, 263
ALEXANDRE, 24
ALTHUSSER, 77, 210
althusseriano, 61
ANGRAND, 263, 269
ARISTÓTELES, 61, 137, 229
ARNAUD, 213
AUERBACH, 67-68
AUSTIN, 226, 230, 294
- BACHELARD, 32, 215
BAKOUKINE, 167, 181, 182
BANCAUD, 244
BAUDELAIRE, 65
BAUDRY, 267
BAXANDALL, 268
BEBEL, 200
BENJAMIN, 287, 289
BENVENISTE, 113-114, 151, 166, 188,
236
BENVENUTO, 78
BERGER, 10
bergsoniano, 282
BLANC, 271
BLUMROSEN, 213
BOIME, 266, 271, 272
BOIS, 81, 115
BOLTANSKI, 117, 268
BONAFÉ-SCHMITT, 234
BONNECASE, 209
- BOUDEVILLE, 110
BOUGUEREAU, 263, 265
BOUKHARINE, 201
BOULANGER, 266
BRISSET, 297
BRUNETIÈRE, 72
BÜRGER, 72
- CAM, 104, 234
CASSIRER, 8, 27, 65
CASTAGNARY, 274
CASTELNUOVO, 107, 292
CELLINI, 78
CHAMBOREDON, 92
CHAMPFLEURY, 296
CHARPILLOZ, 127
CHOMPRÉ, 267
CHOMSKY, 61
chomskyano, 68
CÍCERO, 79
CICOUREL, 46
CLARK, 273
COATES, 233
COHEN (F.), 223
COHEN (S.), 177, 196, 201
COMBARIÉU, 264
COROT, 258
COUDER, 265
COUGNY, 266
COURBET, 261, 269, 272, 273, 296
COURNOT, 77
COUTURE, 19, 272
CUMMINGS, 257

- DANTO, 281, 285
 DARBEL, 285
 DARNTON, 154
 DAVID (J. L.), 257
 DAVID (R.), 219
 DECAMPS, 266
 DEGAS, 260, 261, 273
 DELACROIX, 257, 261, 269
 DELAROCHE, 261, 275
 DELÉCLUZE, 269, 270
 DERRIDA, 282
 DÉSCARTES, 23, 39
 DEZALAY, 234, 235, 244
 DHOQUOIS, 235
 DICKIE, 281
 DUBOST, 90, 99
 DUCHAMP, 287, 288, 297
 DULONG, 122
 DUMESNIL, 264
 DUMÉZIL, 119
 DURANTY, 272
 DURKHEIM, 8, 9-10, 22, 24, 46, 121, 160,
 282, 284
durkheimiano, 230

 EGBERT, 262
 EHLICH, 241
 ELIAS, 65, 84-85, 86
 ELLUL, 244, 245
 ENGELS, 10, 200

 FABIANI, 107
 FAULKNER, 67
 FEBVRE, 263
 FELSTINER, 232
 FÉNEON, 267
 FICHTE, 61
 FLANDRIN, 266
 FLAUBERT, 20, 296, 297
 FLEURY, 268
 FOUCAULT, 237, 282
 FRASER, 214
 FREUD, 216
freudiano, 281
 FRIED, 258

 GADAMER, 224, 228
 GAUTIER, 268
 GENDARME, 109
 GÉRICHAULT, 261
 GÉRÔME, 261, 263, 268

 GILLISPIE, 154
 GINZBURG, 107, 292
 GIRAUDOUX, 263
 GOFFMAN, 95, 96, 141
 GOLDMANN, 64
 GOMBRICH, 265
 GRAMSCI, 167-168, 177, 178, 180, 190
 193, 195
 GREUZE, 274
 GUIDONI, 195-196
 GUILLEMOT, 260

 HALBWACHS, 135
 HAMILTON, 270, 271, 273, 274
 HARDING, 261, 264
 HARTMANN, 83
 HASKELL, 257, 258, 276
 HAUPT, 123, 181
 HEGEL, 28, 62
hegeliano, 7
 HEIDEGGER, 8, 62, 83, 282
 HEINICH, 79
 HÉROLD, 264
 HOBBSAWM, 127, 129
 HOFFMAN, 203
 HOOFT, 226, 227
 HUMBOLDT, 8
 HUSSERL, 10, 62, 140

 INGRES, 261, 262, 263, 270

 JAKOBSON, 70
 JOYCE, 67
 JUILLARD, 110

 KADUSHIN, 171
 KAFKA, 147, 229
 KALINOWSKI, 215
 KANT, 62, 80, 215, 228, 294
kantismo, 8, 283
 KANTOROWICZ, 131, 157
 KAUTSKY, 186
 KAYRIS, 231
 KELSEN, 209, 215
 KLEIN, 298
 KOJÉVE, 229

 LACORNE, 190, 191, 199
 LAGARDE, 110
 LANDEILLE, 264, 265
 LAZARSFELD, 24

- LE LANNOU, 108-109
 LEIBNIZ, 17, 23, 147, 285
 LENOIR, 223, 247
 LEROST, 216
 LETHÈVE, 260, 261, 264, 265, 267, 271,
 272, 277
 LEVENSON, 265
 LÉVY-STRAUSS, 61, 282
 LEWIN (K.), 64, 65
 LEWIN (M.), 103
 LOWRY, 123
 LUHMANN, 211
 LUKACS, 64
 LUXEMBOURG, 168, 186

 MAITRON, 182
 MALLARMÉ, 53, 271
 MANET, 19-20, 255-256, 259, 261, 267,
 269, 270-274, 292, 296-297
 MANTZ, 273
 MAQUIAVEL, 39
 MARX, 7-8, 46, 48, 61, 84, 87, 92, 97-98-
 -99, 135, 158, 160, 167, 181-182
 MATHER, 232
 MAUSS, 62, 160, 282, 287
 MEISSONIER, 260, 267
 MERLEAU-PONTY, 62, 83
 MERTON, 24
 MICHELET, 78
 MICHELS, 163, 192, 198, 200
 MONTAIGNE, 78, 105
 MONTESQUIEU, 239
 MOREAU, 261
 MOTULSKY, 222, 224
 MOUNIER, 242
 MÜLLER, 78

 NIETZSCHE, 41, 282
 NONET, 211

 OSBORNE, 283
 OSTROGORSKI, 167
 ORS, 262

 PALLIÈRE, 260
 PANOFSKY, 8-9, 60-61, 82
 PARETO, 24
 PARSONS, 24, 40
 PASCAL, 225
 PASSERON, 93
 PATTERSON, 112

 PENROD, 233
 PETRARCA, 79
 PEUSNER, 265
 PICOT, 260
 PLATÃO, 79
 PONGE, 71
 PONTON, 107, 130
 POST, 157

 QUÉRÉ, 122
 QUINE, 67

 RADCLIFFE-BROWN, 9-10
 REBOUL, 115
 REDON, 274
 ROSENBLUM, 257
 ROUSSEAU (II), 297
 ROUSSEAU (J. J.), 78
 ROUSSEAU (T.), 258
 RUYSDAEL, 258
 RYLE, 159

 S. AGOSTINHO, 78-79
 SAPIR, 8
 SARAT, 232
 SARTRE, 40, 88, 89, 200
 SAUSSURE, 9, 210
saussuriano, 68
 SAUVAGEOT, 242
 SAYAD, 99
 SBRICCOLI, 224, 242
 SCHELLING, 9
 SCHLEGEL, 268
 SCHLEIERMACHER, 253
 SCHOLEM, 143
 SCHOLZ, 213-214
 SCHOPENHAÜER, 160
 SCHORSKE, 88
 SCHUTZ, 10
 SELZNICK, 211
 SERVERIN, 220
 SHUSTERMAN, 291
 SLOANE, 263, 266-267, 270-271, 273
 SOURIAUX, 216
 SPITZER (L.), 146
 SPITZER (S.), 210
 STEINER, 65
 STRAWSON, 283

 TABARANT, 263, 268-269, 279
 TAVARÈS, 93

- THOMAS, 264
THOMPSON, 210
THORÉ, 273, 274
THUILLIER, 259
TICIANO, 268
TOCQUEVILLE, 219
TRIER, 64
TROELTSCH, 167
TYNIA NOV, 65
- VARHOL, 285, 297, 298
VEBLEN, 144
VERDÈS-LEROUX, 95
VERNET, 264, 268
VILLEY, 228
- WATTEAU, 257, 276
- WEBER, 24, 46, 66, 68-69, 144, 163, 176,
191, 193, 195, 198, 200-201, 216,
225, 231, 241, 244, 250
- WEILL, 123
WHISTLER, 274
WHITE (C. A.), 263
WHITE (H. C.), 263
WHORF, 8
WITTGENSTEIN, 69, 165, 215, 226, 283,
291
WOLFF, 271
WOOLF, 67
- YNGVESSON, 232
- ZOLA, 296

ÍNDICE TEMÁTICO

- AGENTES**, 55, 77, 82, 144, 145, 146-147, 150, 248; atitudes dos –, 94-95, 156, 199-200; condutas dos –, 223; acção dos –, 85-86, 130-131; posição dos – no espaço social, 134-136; concordância entre a vocação subjectiva e a missão objectiva dos –, 87, 90; adequação dos – aos postos, 87-90.
- ANTROPOLOGIA**, 28, 65.
- APROPRIAÇÃO**, – da tradição científica, 62-65; – da história pelo sujeito e do sujeito pela história, 83-84; – (incorporação) da história pelo agente, 88; – (percepção) da obra de arte, 267, 284, 285-286, 292-293; *interpretação* (dos textos jurídicos), 213-214, 223-224.
- ARTE**, 19, 63-64, 68, 70-73, 255-256; obra de –, 72-73, 283-287, 287-288, 298; – legitimada pelo Estado, 262, 275-276; – académica, 257-279; – romântica, 257; – revolucionária de Manet, 270-274; ruptura(s) artística(s) e estética(s), 72, 255-256, 278; campo artístico, 70, 71-73, 285-287, 288-298; constituição de um campo artístico, 278-279; atitude estética, 286, 295-296; linguagem artística, 289-290, 291-292 (vd. *apropriação, história*).
- CAMPO**, noção de –, 27, 64-73; noção de – e pensamento (sociologia) relacional, 27-34; teoria geral dos – s., 68-70; limites do –, 31, 41-42; leis invariantes dos – s., 66-68; autonomia dos – s., 70-71; homologias estruturais e funcionais entre – s., 33, 67, 69 n., 154, 155; intersecção entre – s., 55-57; – da produção simbólica, 11-15, 145; – da produção ideológica, 12-14, 170-171; relações entre o – da produção ideológica e o – das posições sociais, 11; homologia entre o – da produção ideológica e o – da luta de classes, 12-15; – do poder, 28, 30-31; – político, 55-56, 152-161, 163-206; – do marketing político, 56; – da ciência política, 56; – social, 135, 149; – da produção cultural, 7, 67, 70-71, 152, 214, 296; – artístico, 64, 70, 71-73, 285-287, 288-298; – da alta costura, 67; – jornalístico, 56; – da produção literária, 70-71; – intelectual, 40, 65-66, 72 n.; 92 n.; – universitário, 14, 17-58, 78; – das instituições escolares, 30; – das ciências sociais, 36, 108-111; – da produção histórica, 78-80; relações entre o – científico e o – social, 119-120; – profissional, 97; jurídico, 211-254; – da magistratura,

40; – burocrático, 37-38, 94-95; – religioso, 66; – clerical, 76 n; sub- do poder económico, 29; relações entre os vários – e o – da produção económica, 154; – de forças, 134; – como espaço de lutas, 85; luta pela definição dos princípios de divisão do –, (vd. *espaço social, lutas*).

CAPITAL, 134; – simbólico, 15, 144; – social, 29, – político, 164, 167, 187, 190-193, 194-196; – jurídico, 219; – económico e – cultural, 12; conversão do –, 15; posse de – e capacidade de autonomia (escassez de – e submissão à instituição), 95-96.

CIÊNCIA, 18, 22, 23, 35, 42, 60; razão científica, 43, 215; – social, 20, 35, 46, 49-50, 64; lógica da – e lógica da prática, 111; utilização simbólica da –, 120; relações entre – e indústria, 101-102 n (vd. *cultura, história, sociologia*).

CLASSE, noção de –, 28; teoria marxista das – s, 138-139, 152-153, 161; – s no papel e – s reais, 136-139, 150; – como representação e vontade, 159-161; representações de –, 75-76 n; consciência de –, 28, 47; interesses de –, 10, 13; – dominante, 28, 247; – s dominadas, 166-167; – operária, 98-99, 160, 182, 198; fracções de –, (fracção de) – dos especialistas da produção cultural e simbólica (letrados, artistas, intelectuais), 11-12, 13, 152-153; mobilização de – 137; *luta de classes*: – simbólica, 11-12, 152-153; – entre capital económico e capital cultural, 12; campo da – (vd. *dominação, lutas*).

CLASSIFICAÇÕES, 8, 114-115, 122-123, 149-151; sistemas de –, 14; – científicas e – sociais (práticas), 111-112, 115; – políticas, 156; luta das –, 113, 116; – e taxinomias profissionais, 39, 91-92; *taxinomias* oficiais, 14, 147-148; *categorização*, 116, 142; categorias do juízo artístico, 291-293, (vd. *lutas*).

CONCORRÊNCIA, 30, 53-57, 84-85; – entre capital económico e capital simbólico, 12; – pelo monopólio da produ-

ção simbólica e ideológica legítima, 12-14; – pelo monopólio do direito de dizer o direito, 212, 214, 217-225; – política, 155, 176, 185, (vd. *campo, conflito, espaço social, lutas, monopólio*).

CONFLITO, 38-39, 42, 73, 97, 229 (vd. *lutas*).

CULTURA, – doutra (científica), 45-46, 48; – política, 178-179; – dominante, 10-11; circulação (imigração) das ideias, 7, 63; transmissão cultural (prática a prática), 22; campo da produção cultural, 7.

DIREITO, 236-240, 241-250; profissionais do –, 232-233; antagonismo estrutural entre teóricos e práticos do –, 217-223; *ciência jurídica* (visão internalista do direito), 209; sociologia marxista do direito (visão externalista do direito), 210; campo jurídico, 211-236, 251-254; relações entre o campo jurídico e o campo do poder, 242-243, 248, 251; relações do *corpus* jurídico com o estado das relações de forças, 212-213; linguagem jurídica, 215-216, 226-227.

DISCURSO, – dominante, 14; – político, 155, 165, 170, 177, 186; – performativo, 116-117, 145; – de celebração, 290; – regionalista, 116; – científico, 119-120; meta –, 57, 59; concorrência entre – s, 53-57.

DOMINAÇÃO, 14-15, 75, 86; – simbólica, 10-11, 14, 219, 242, 245-246, 248; revoltas contra a – simbólica, 124-128; – linguística, 128; – de classe, 11-12; relações de – entre as ciências sociais, 109-110.

ECONOMIA, 61, 129, 133, 219-220; pensamento económico e teoria dos campos, 68-69.

ESPAÇO SOCIAL, 29-30, 54-57, 84, 133-136, 137, 138; multidimensionalidade do –, 153; – como espaço de estilos de vida, 144; – do trabalho, 98; – e espaço mental, 225, 227; – e espaço geográfico, 138 n. (vd. *região*).

ESTRATÉGIA(S), noção de –, 82, 124; simbólicas, 112, 120, 146; cognitivas de produção de sentido, 140; classí-

- ficatórias, 150; – discursivas, 54-55, 56-57; – científicas, 62, 63, 109; – políticas, 183; – artísticas, 72-73. (vd. *agentes*).
- ETNOLOGIA, 13 n, 45, 112; *etnometodologia*, 10 n, 25, 43-44.
- FILOSOFIA, 68, 215, 229 n; *habitus* do filósofo, 77; – e ciências sociais, 77, 281-282; – da história, 75-77, 91 n; – da consciência 62; – da estética, 283-284, 288, 298; – pós-moderna, 281-282; – neo-fenomenologia, 10 n; – neo-kantismo, 8, 9, 61.
- GEOGRAFIA, 108-109; – e economia, 108-109, 110.
- HABITUS, 199, 241; gênese da noção de –, 60-64; – e história incorporada, 81-106; coincidência entre o – e o hábito, 87-90; – e posição (do agente), 85-99; – científico, 21-22, 23, 62, 64, 78; – do político, 169; – profissional, 88-89; – jurídico, 219, 227, 231; – burguês e ordem burocrática, 93.
- HISTÓRIA, 32, 105; construção do objecto histórico, 33-34, 78-80; campo da produção histórica, 78-80; – social (dos instrumentos de construção da realidade social), 36-37; – social das ciências sociais, 36; – da sociologia e da –, 80 n, 295; – teleológica e retrospectiva, 78-81; – dos campos, 70-71; – literária, 64; – da arte, 64, 70, 71-73, 256, 257-259, 288, 297; – da gênese do campo artístico, 288-290, 298; – do direito, 157, 209, 212, 217, 218; – da autobiografia, 78 n; – objectiva e – incorporada, 75-106, 156; *hagiografia*, 73.
- INSTITUIÇÃO(ÕES), 29, 75, 81, 92-96, 157-159, 192-193, 236-238, 286; institucionalização, 91-92, 100, 118, 195-196, 278-279; – política(s), 165-166, 170; – burocráticas, 93-94; – jurídica, 247; – judiciais, 232; – escolares, 30-31; – artísticas, 259, 276-277; taxinomias institucionalizadas, 148-149.
- LINGUÍSTICA, 68-69, 113-114, 210 n, 215-216, 227; sociolinguística, 28; *generative grammar*, 61; estruturalismo linguístico, 9, 65; formalismo russo, 65, 70-71.
- LITERATURA, 67-68, 255-256, 296; autonomização do campo literário, 70-71; formalismo russo, 65, 70-71.
- LUTA(S), – simbólica entre classes, 11-12, 152-153; – pelo monopólio do poder, 29; – de classificações, 113, 116, 124-127; – pelo poder de definição legítima das divisões do mundo social, 113-123; – entre disciplinas, 108-111; – pela entidade (social, grupal, regional, étnica), 112-113, 117, 120, 124-128; – regionalistas, 130-132; – pelo poder de nomeação, 146-147; – política, 142-143, 173-177, 183, 184, 194, 202; homologia entre a – política e a – de classes, 175-177; – jurídicas, 252-253; – artísticas, 293; – entre a história objectivada e a história incorporada, 103; *revolução, subversão*, 102, 125, 202, 238. (vd. *concorrência, conflito*).
- MERCADO, – de bens simbólicos, 129; – linguístico, 55, 68-69 – universitário; 42; – político; 155, 164, 166; – dos serviços jurídicos, 233-235, 240; unificação dos – s e lutas regionalistas, 130-131.
- MONOPÓLIO, – da produção ideológica legítima, 12-14; – da objectivação objectivista, 57-58; – da definição das divisões do mundo social, 113; – da produção política legítima, 166, 168; – da nomeação legítima, – da nomeação simbólica, 146; – da produção artística legítima, 276-277; – da violência simbólica, 12, 146, 211, 236; – dos instrumentos da construção jurídica, 233; – do poder, 29. (vd. *concorrência, lutas*).
- PENSAMENTO, – (CORRENTES DE); tradição teórica da sociologia, 24, 27, 59; tradição metodologista da sociologia, 24-25, 41; marxismo, 10, 13, 64, 77, 133, 138, 152, 160, 210, 244 n; estruturalismo, 9, 61, 65, 93; neo-kantismo, 8, 61; neo-fenomenologia, 10 n; pensamento relacional, 65. (vd. *etnologia, filosofia, história, sociologia*).
- PODER, 15, 28, 29, 157-159; – simbólico, 7-

15, 72 n, 151, 188; campo do -, 28, 30; - de classificação, 113-114, 116-117, 145; - de nomeação, 116-117, 146-148, 236-239, 275-276; - político, 188; político e - de classificação (nomeação), 114, 142, 150-151; - dos profissionais do direito, 232-233; - económico, 29. (vd. *concorrência, lutas, monopólio, simbólico*).

POLÍTICA(O), 203-206; jogo -, 142-143, 157-161, 169-171, 172-177, 178, 181, 183, 185-188; campo -, 152-161, 163-206; autonomização do campo -, 170; cultura -, 178-179; limites do - mente dizível ou pensável, 165; ciência -, 163, 170-171; representação - (das classes dominadas) e desapossamento -, 166-168; disciplinamento -, 199-202; capital -, 190-193, 194-196; partidos - s, 174-175, 178-180, 184-185, 191-192, 196-201; profissionais da -, 166, 168-170, 172-173, 183, 188-189, 197-198; *apolitismo*, 169.

POSIÇÃO(ÕES), 134-136; - e profissões, 147-148; sentido da - ocupada (*sense of one's place*), 141; dialéctica entre as atitudes e as - dos agentes, 11, 84, 85, 95-96; homologias entre as - dos intelectuais no campo do poder e da classe dominada no campo social, 152-154. (vd. *agentes, espaço social*).

PRÁTICA(O), 86-87, 112; razão -, 61; senso -, 83; ajustamento - (entre atitudes e posições), 98; - s inscritas nas posições (ou nos postos), 89-90, 94; - jurídica, 240.

REGIÃO, 107-132; génese da noção de -, 107-123; regionalismo (lutas regionais), 124-132; universalização e regionalismos, 129-131.

RELAÇÕES, 28, 65-66; - da força 11, 15, 135, 142, 224-225; - de força simbólicas, 56-57, 124-125; - de poder, 28; - entre agentes do campo intelectual, 66. (vd. *campo, espaço social*).

REPRESENTAÇÕES, 89-90, 112, 118, 238; - sociais, 36, 40, 43-44, 47, 48, 75-76, 256; relação entre as - do mundo

social e as posições dos agentes e dos grupos nos vários campos, 152-155; percepção do mundo social, 139-142; - oficiais, 247-248; - da prática jurídica, 228; - literárias e artísticas; 256; representação política, 156, 157-161.

REPRODUÇÃO, 10, 11, 29, 30, 45-47, 85, 96-99, 100-103, 141-142, 145, 196, 245, 251.

SIMBÓLICO(A), teorias sobre o -, 8-12; luta -, 11, 54-55, 56, 120, 124-125, 146, 217, 224; revolução -, 255-256; violência -, 11, 12; poder -, 7-15, 113-114, 116-117, 151, 245-247; luta pelo poder -, 11-12, 72 n, 116, 145; sistemas -s, 9-14; campo da produção -, 11-12, 12-15, 145; estratégias - s, 120; eficácia -, 14-15, 48, 116-117, 145, 225, 243; economia do -, 112. (vd. *lutas, poder*).

SOCIAL(AIS), 28, 30, 34-35, 53, 54-55, 101, 125-127, 145, 156-157, 237, 238, 247; integração -, 9-10; identidade - (regional e étnica), 112, 113, 120, 148; diferenciação -, 28, 154; diferenças -, 143-144; distinção, 129, 144-145; depreciação -, 128; interação -, 54-55, 66; normalização das relações -, 249; capital -, 29; construção das representações - do -, 9, 36, 40, 43-44, 47; princípios de visão e divisão do -, 113-115, 137-138, 146-148, 174, 238; produção - dos problemas - legítimos, 35-38; grupos profissionais, 39-42, 93; corpo -, 276-277; *sociedades arcaicas*, 142-143; *sociedade de corte*, 84-85.

SOCIOLOGIA, - como ruptura com o senso comum, 34-44, 50, 65; - como ruptura epistemológica, 34-51, 60, 67-68; - como discurso em concorrência com outros discursos, 54-58; - e ideologia, 48; - e filosofia, 43-44; - e direito, 253; - e noção de região, 110-111, 112, 121-122; - como instrumento de luta no interior do campo universitário, 52.

Objecto sociológico: construção do -, 20, 24-34, 34-39, 41; construção do(s) problema(s), 45-49, relação teoria

-prática, 20-21, 23, 24-25, 59; objectivação objectivista, 53; objectivação participante, 51-58; análise intensiva e análise extensiva do -, 31-32; análise estrutural do -, 9; método comparativo (raciocínio analógico), 32-33; sondagens, 38; linguagem sociológica, 39-42; determinantes sociais dos princípios de apreensão sociológica, 51-52.

Sociólogo, ofício do -, 18-23; *habitus* científico do -, 21-22, 23, 24, 44-45; relações entre o - e a sociedade, 35-36, 41-42, 43, 47, 50, 118-119 n.

Sociologia da -, 25, 38, 50-51, 52, 58, 80 n, 105-106; - das instituições escolares, 30-31; - das formas simbólicas, 8; - das obras de arte, 72-73, 286 n; *quadro dos caracteres pertinentes de um conjunto de agentes ou de instituições*, 29-30.

Sociologia, relacional, 27-34, 65; - como to-

pologia social, 133; interaccionismo, 11, 25, 66, 94; teoria teórica, 24, 27, 59; tradição metodologista da - (metodologismo), 24-25, 41; - e oposição teoria/metodologia, 24; escolas metodológicas em -, 25; - positivista, 31, 41-42, 50; - empirista, 32; hiper-empirismo positivista, 35; - neofuncionalista, 24; teoria dos sistemas, 211 n; - americana, 43; - substancialista (pensamento realista), 27; - marxista, 10, 13, 47, 48, 64, 152, 160; - *corrente*, 35,43; epistemologia da -, 24.

TRABALHO, divisão social do -, 13, 14, 24, 92, 130, 164-165, 212-214, 217-222, 244, 245; - assalariado, 96-99; - industrial, 99; - de produção de sentido, 143.

VIOLÊNCIA, - simbólica, 11, 12, 14-15, 95, 211, 250; - iconoclasta, 48; - política, 15, 199; - institucional, 95.

ÍNDICE

Nota de apresentação		1
Capítulo I	Sobre o poder simbólico	7
	Os «sistemas simbólicos» (arte, religião, língua) como estruturas estruturantes, 8. «Os sistemas simbólicos» como estruturas estruturadas, 9. Primeira síntese, 9. Segunda síntese, 10. As produções simbólicas como instrumentos de dominação, 10. Os sistemas ideológicos que os especialistas produzem, 12. Instrumentos simbólicos (esquema), 16.	
Capítulo II	Introdução a uma sociologia reflexiva	17
	Ensinar um ofício, 17. Pensar relacionalmente, 23. Uma dúvida radical, 34. <i>Double bind</i> e conversão, 44. A objectivação participante, 51.	
Capítulo III	A génese dos conceitos de <i>habitus</i> e de campo	59
Capítulo IV	<i>Le mort saisit le vif</i> . As relações entre a história reificada e a história incorporada	75
Capítulo V	A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região	107
	As lutas pelo poder de di-visão, 108. Dominação simbólica e lutas regionais, 124.	
Capítulo VI	Espaço social e génese das «classes»	133
	O espaço social, 133. Classes no papel, 136. A percepção do mundo social e a luta política, 139. A ordem simbólica e o poder de nomeação, 146. O campo político e o efeito das homologias, 151. A classe como representação e como vontade, 157.	

Capítulo VII	A representação política. Elementos para uma teoria do campo político	163
	O monopólio dos profissionais, 164. Competência, coisas em jogo e interesses específicos, 169. O jogo duplo, 173. Um sistema de desvios, 178. Palavras de ordem e ideias-força, 183. Crédito e crença, 187. As espécies de capital político, 190. A institucionalização do capital político, 194. Campos e aparelhos, 196. Apêndice, 203.	
Capítulo VIII	A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico	209
	A divisão do trabalho jurídico, 212. A instituição do monopólio, 225. O poder de nomeação, 236. A força da forma, 240. Os efeitos da homologia, 251.	
Capítulo IX	A institucionalização da anomia	255
	O olhar acadêmico, 257. O modelo: do <i>nomos</i> à institucionalização da anomia, 275.	
Capítulo X	Gênese histórica de uma estética pura	281
	A análise da essência e a ilusão do absoluto, 283. A gênese do campo artístico e a invenção do olhar puro, 287.	
Origem dos textos		299
Nota bibliográfica		301
Índice de autores		303
Índice temático		307
Índice		313

A colecção MEMÓRIA E SOCIEDADE procura dar resposta a uma tripla mutação que tem ocorrido nas últimas décadas na área das ciências sociais e humanas. Em primeiro lugar, a pesquisa procede cada vez mais através da formulação de problemas, desenvolvendo os métodos necessários à sua elucidação. Paralelamente, põe em causa as condições da sua própria produção e as possibilidades dos discursos com que lida. Este itinerário implica uma ruptura com as barreiras existentes entre disciplinas, emergindo formas interdisciplinares de pensar os problemas que contrariam os simplismos das «escolas». Nesta perspectiva, tendem a ser superadas as fronteiras entre sociologia, história, geografia, antropologia, psicologia social ou ciências do texto, surgindo reflexões cruzadas sobre velhos objectos e transferências metodológicas na construção de novos objectos de estudo.

Em segundo lugar, o número de investigadores deste campo aumentou extraordinariamente nos últimos vinte anos, verificando-se uma actividade de pesquisa mais intensa e inovadora, uma maior troca de experiências e uma comunicação activa com a pesquisa internacional. Enquanto se esboça a organização informal de uma comunidade científica, complicam-se as relações entre os investigadores e os diversos agentes culturais que trabalham no sistema de ensino, nos meios de comunicação social e noutras áreas. Por um lado, a afirmação de um duplo estatuto por parte de numerosos agentes permite ao sector da criação aproximar-se do sector da difusão. Por outro lado, as necessidades da especialização e os condicionamentos da reprodução implicam bloqueios no intercâmbio entre os dois sectores.

Por último, à reestruturação da oferta cultural, tanto ao nível dos agentes como dos suportes de difusão utilizados (livro, jornal, disco, filme, *video*, *diskette*), tem caminhado a par de uma maior complexidade da procura cultural. Com efeito, o aumento do nível de instrução registado nos últimos vinte anos e a diversificação profissional ocorrida no sector de serviços (particularmente na indústria cultural e na indústria do lazer), tornaram o público mais exigente e mais especializado. Este fenómeno comporta em si uma procura de leituras diversificadas, incluindo nestas a leitura de qualidade — que permita compreender as tendências mais profundas da sociedade, a posição de cada um e a posição dos outros —, pois a especialização cria a necessidade de olhar em volta e de aceder a visões descentradas dos pequenos universos em que nos movemos.